



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

**DEGRAVAÇÃO DA 260ª REUNIÃO
ORDINÁRIA DO CONSELHO
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL**

Dias: 21, 22 e 23/11/2017

Brasília/DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

DEGRAVAÇÃO DA 260ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Dias: 21, 22 e 23/11/2017

Local: Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, 1º Andar. Brasília – DF

Dia: 21/11/2017

Manhã

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheiros, conselheiras, bom dia. Vocês receberam um e-mail ontem, eu também passei um comunicado no nosso grupo de WhatsApp em relação à situação da contratação da empresa para a conferência. Só dando o informe que o Secretário Antônio que está respondendo, uma vez que a Secretária Carminha está de Férias, ele já viria para uma reunião da Comissão de Financiamento e ele está chegando e se dispôs também a estar junto nisso, se for o caso e ligar lá na Secretária Executiva, já agendar, porque o Ministro, como foi informado ontem, está em viagem, então, quem está respondendo pelo Ministério é o Secretário Executivo, então, só para dizer, a gente faz essa reuniãozinha e combina os encaminhamentos assim que o Secretário Executivo chegar, pode ser? O Secretário Antônio chegar, pode ser? Conselheiros, obrigado pela presença, a gente sabe que a gente está, de fato, alterando o que a gente tinha planejado para o dia de hoje, mas por uma questão de extrema relevância e que, de fato, tem que unir todo o conselho. Como mencionei, anteriormente, a gente está, então, com a situação da contratação da empresa que foi um motivo, ontem, de muito debate e preocupação ontem da Comissão Organizadora com representação da Subsecretaria de Assuntos Administrativos e vocês receberam o documento, a gente já recebeu algumas contribuições, a gente pode fazer a leitura e dizer que a gente está aproveitando a presença do Secretário Antônio, obrigado Secretário que estaria, então, na pauta da Comissão de Financiamento para a gente discutir e também ver como que a Secretaria pode nos apoiar nessa questão que não é só do conselho, não é só da Secretaria é de todo o Ministério. Você quer fazer uma saudação, Antônio?

Sr. ANTÔNIO JOSÉ GONÇALVES HENRIQUES - Secretário-Adjunto da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social/MDS – Bom dia a todos. Acho que não conheço todos. Eu tive uma informação na sexta-feira de quando a

empresa pediu para prorrogar o prazo por mais cinco dias para apresentar uma certidão da Procuradoria Geral da Receita, foi feita uma reunião com a empresa e eles demonstraram que já tinham quitado a dívida que eles tinham e que seria só o prazo administrativo para se emitir a certidão, por isso que foi dilatado o prazo até quinta-feira. Então, a gente, assim, eu fiquei bem tranquilo, porque não tem sentido, se ela já pagou, não tem porquê a certidão não sair e o Fábio me ligou hoje de manhã falou dessa reunião, eu não sei quem veio na reunião ontem, o Getúlio e ele disse que...

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Ele também. Na verdade, a SAA também estava com essa tranquilidade, disse que a empresa questionada, espremida de todos os lados mostrou todas as comprovações, mostrou experiência, disse que vai fazer a conferência, então, a firmeza da empresa foi relatada de forma muito clara pela SAA, mas o que ele falou que nos preocupou foi que terminado esse prazo de quinta-feira, que não sei exatamente o termo, homologa a licitação e o segundo, terceiro, enfim, alguma empresa que se sentir, então, prejudicada poderia recorrer e judicializar, então, ele falou, “olha, se quinta-feira, quando a gente não tem mais reunião da Comissão Organizadora, não tem mais reunião do Pleno e abre possibilidade de judicializar, a gente está numa situação de risco muito grande”, bom dia, Mercês, “de risco muito grande considerando até o cronograma original que a gente tinha que era de estar com essa empresa no dia 5”, então, foram essas as considerações nossas.

Sr. ANTÔNIO JOSÉ GONÇALVES HENRIQUES - Secretário-Adjunto da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social/MDS – A gente pode combinar aqui o que seria o melhor caminho, mas me coloco à disposição para ir à Secretaria Executiva hoje, conversar com a Secretária, com Beltrano, com Secretário Executivo se for preciso e também, se for o caso, entrar em contato com a empresa, perguntar se, de fato, ela tem essa certidão, porque tendo a certidão, realmente, esse prazo já é o segundo período, então, para a gente seria muito complicado não ficar com essa empresa, então, a gente anteciparia, não aguardaríamos até a quinta-feira, faríamos o contato com a empresa através da Secretaria Executiva para, pelo menos, hoje, ter essa informação aqui para vocês, posso me comprometer de ir fazer isso se vocês tiverem outros encaminhamentos também, a gente está à disposição para ouvir.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Vamos... conselheira Rosângela, Vice-presidente.

Sra. ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS – Vice-Presidente do CNAS/MDS – Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA

– Muito bom dia a todos e a todas. Obrigada pela compreensão de todos os conselheiros e conselheiras, porque isso é uma questão que é uma conferência que é nossa e dessa gestão é a nossa primeira conferência, a gente quer que ela saia a melhor possível, Secretário e a gente havia conversado ontem que agradeço a sua disponibilidade em nos acompanhar penso que é importante sua presença junto conosco, mas todo esse pleno aqui está à disposição, a gente vai junto para fazer essa conversa junto como conselho, junto com você, que bom que temos sua participação junto conosco nesse momento que para nós é muito preocupante. É preocupante, porque ainda que a empresa assine, se algumas outras recorrerem, o prazo é menos de 10 dias para o dia cinco e já tem as delegações que já estão com passagem comprada, tudo nos estados pronto para chegar aqui em Brasília, então, a gente quer que essa conferência seja a melhor e que ela aconteça de fato, se não, nós teremos um prejuízo muito sério, então, muito obrigada pela sua disponibilidade e nós todos iremos juntos, tanto nas agendas que tiver aí, estamos à disposição para fazer isso hoje.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira Edna está inscrita. É só porque em algum momento a gente vai ter que fazer essa leitura, não sei se... podemos fazer? Até porque o e-mail circulou... circulou pelo e-mail dos conselheiros, mas o Secretário mesmo também não tem conhecimento do teor, a gente faz essa leitura rapidamente aqui e depois eu passo a palavra para ti, conselheira. Então, a Secretaria Executiva do MDS, SE, MDS. O pregão eletrônico 28 de 2017 trata da contratação de empresas especializadas em organização de eventos visando planejamento, organização, execução e acompanhamento de todas as atividades de infraestrutura logística e operacional necessárias à realização de evento intitulado 11ª Conferência Nacional de Assistência Social a se realizar no período de 5 a 8 de dezembro de 2017, em Brasília, DF, com um total de 2.146 participantes, abrangendo serviços de suporte operacional, equipamentos e serviços, alimentação e hospedagem, mobiliário com montagem e desmontagem da infraestrutura do evento, material promocional, traslado, decoração e sinalização, material de consumo, registro do evento, sistemas informatizados e itens para presença do Presidente da República constantes da Planilha de custo dos anexos 1, 2, 3. A contratação se dará em três lotes. Lote 1. Suporte operacional RH, mobiliário com montagem e desmontagem da infraestrutura do evento, equipamentos de serviço, material promocional, decoração e sinalização, material de consumo, TI móvel, registro do evento, sistemas

informatizados e itens para presença do Presidente da República. O lote 2. Serviços de alimentação. E o lote 3, serviços de hospedagem e de traslado. A reunião desse serviço em três lotes obedece o Artigo 23 da 8.666 que em seu inciso I dispõe, “as obras, serviços e compras, efetuadas pela administração pública serão divididas em tantas parcelas quanto se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se a licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampliação da competitividade sem perda de economia de escala, as conferências de assistência social, realizadas a cada dois anos são de fundamental importância para o exercício do controle social dessa política, por se constituírem espaços de deliberação e avaliação da execução, definindo suas diretrizes a fim de verificar seus avanços com a participação paritária da sociedade civil organizada e governo, viabilizar a participação da sociedade civil, entidades, trabalhadores e usuários na conferência nacional de assistência social, significa oportunizar a participação desse público alvo da política nacional de assistência social, bem como garantir a paridade das representações, exigência de todo processo conferencial. O CNAS vem por meio deste manifestar sua preocupação com a falta de transparência no processo de contratação da empresa e no atraso do cronograma definido pela própria SAA, considerando a relevância do evento por se tratar de um processo que acontece nos municípios, estados e DF e que envolvem todos os atores da política da assistência social e que resulta na conferência nacional, este conselho não admite alteração da data de realização, tendo em vista a logística, deslocamento, hospedagem para todos delegados, representantes do Governo e deslocamento para todos os delegados representantes da Sociedade Civil, de todos os delegados eleitos para estarem presentes na data do evento e o compromisso assumido durante o processo conferencial. Agora, nessa leitura, eu só acho que a gente podia mudar um pouco aquela coisa de não admite a mudança da data do evento, porque é mais... o Brasil inteiro está mobilizado para estar aqui no dia 5. Olha que legal, gente, acabei de receber aqui a lista de todos os delegados de municípios, estados e da União, tudo, olha que massa. A gente está aqui, então... muito bom. A gente agora tem, de fato, nome, sobrenome, lugar de todos os nossos 1.416 delegados aqui. Eles que já estão aqui esperando para no dia 5 termos a conferência nacional. Então, acho que só com essa alteração, não sei se todo mundo concorda, a gente faz... só dizendo da impossibilidade de alteração da data, uma vez que todos os 1.416 delegados estão cadastrados, com passagem comprada. Não tem como. Agora sim, conselheira Edna.

Sra. EDNA APARECIDA ALEGRO – Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI – Vou fazer uma proposta aqui que pode até parecer meio fora do... mas eu acho que a SAA tem que vir aqui agora e se explicar e assumir responsabilidade, porque eles fizeram isso aqui quando disseram que eles eram o suprassumo para fazer a conferência e que se nós fizéssemos, se nós não admitíssemos fazer por eles, que tudo seria responsabilidade da Secretaria Executiva deste conselho. Então, antes de nós irmos a qualquer lugar, eles têm que vir aqui agora, acho que a gente tem que tratar essas situações e dar responsabilidade a quem disse que tinha plena capacidade de fazer.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheiro Carlos.

Sr. CARLOS NAMBU – Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – Bom dia a todos e todas. Eu queria concordar com a Edna, porque nós não estamos só numa questão se vai ter recurso ou não vai ter recurso em relação ao pregão, nós estamos aqui porque a SAA vai ter que assumir a responsabilidade, se caso, apesar da tranquilidade de que não haja recurso, mas se houver, vai ter que assumir a responsabilidade em relação a essa questão, porque na reunião que nós fizemos ainda perguntei, eu falei, “onde demora mais é no jurídico”, “não, tranquilo, o jurídico é numa sala do lado”, só que a sala do lado travou o negócio com esse lance do fracionamento, sim ou não, se fraciona ou não fraciona e leva para o jurídico e vai e volta e a gente sabe que em todo o processo de licitação, o problema é o tempo que o jurídico leva e isso prejudicou todo o processo, não foi cumprido, porque era dia 5 a resposta, a gente teria um tempo hábil, agora, nós estamos em cima da hora com a possibilidade de ter ou não recurso, tomara que não, mas se tivermos, temos um grande problema que CNAS fez tudo antecipadamente dentro do prazo, já era para ter sido contratado, então, a gente não pode admitir como CNAS essa ônus e essa irresponsabilidade de não ter a empresa para realização, se caso houver um recurso ou alguma outra questão, então, quero concordar com a conselheira Edna e nós pontuamos a questão do prazo e o que ficou uma interrogação que foi a questão falada no início, depois tentaram... tentou-se justificar que se fracionasse, eles assumiriam o processo, se não fracionasse, aí ficaria na responsabilidade para a Secretaria Executiva, então, achei isso inadmissível, uma imposição, porque... de uma coisa que o Pleno decidiu, eu acho incabível e isso prejudicou o processo e a gente não pode agora falar que esse processo está em cima da hora, houve um precedente para que acontecesse isso e não pode, gente, a gente está falando de uma conferência nacional de assistência social com delegados que já compraram passagem de todos os estados, então, é

complicado e a SAA ou sei lá quem seja, tem que assumir essa responsabilidade e eu acho que o CNAS também tem que manifestar essa questão, porque, se não, depois o CNAS fica como aquele que não sabe organizar uma conferência, é uma situação complicada, Presidente, Vice-presidente.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira Mariana.

Sra. MARIANA DE SOUZA MACHADO NERIS – Diretora do Departamento de Proteção Social Especial/SNAS/MDS – Bom dia, Presidente Fábio, Vice-presidente Rosângela, Secretário Antônio Henriques, Mercês, novos conselheiros. Eu, na verdade, estou com duas dúvidas, porque eu não participo da Comissão Organizadora da conferência e para mim estão faltando duas informações que eu gostaria de esclarecimento. A primeira informação que eu queria, era realmente, compreender se houve falta de transparência da SAA no processo, porque me parece que na fala do Conselheiro Carlos o que ocorreu foi um atraso na condução do processo, estou preocupada se este conselho deve se manifestar com uma nota de repúdio ou... no título da nota veio para mim como nota de repúdio.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira, olha só, os documentos que circularam foram de nota de repúdio e a gente recebeu contribuições e já apresentou uma versão que não tem nada de nota de repúdio, é um memorando.

Sra. MARIANA DE SOUZA MACHADO NERIS – Diretora do Departamento de Proteção Social Especial/SNAS/MDS – Então, nesse caso, a gente deve reforçar a solicitação pela manutenção da data e aqui não sei se é o caso de sugerir mesmo essa condução para a empresa... deixa eu só concluir minha outra dúvida, então, se a gente já passaria para a segunda empresa, já recomendaria ir para a segunda ou se já agilizar esse processo do reconhecimento desse documento já para proceder com a contratação da empresa, são essas duas dúvidas que eu fiquei.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira Vice-presidente Rosângela.

Sra. ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS – Vice-Presidente do CNAS/MDS – Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA – Bom dia novamente a todos e a todas. Na verdade, eu pedi, porque eu faço questão de

algumas questões ali, ontem, na nossa reunião da Comissão Organizadora teve por vários momentos, primeiro, a SAA veio até aqui ao conselho marcou uma reunião, a gente chamou uma reunião extraordinária num primeiro momento que não compareceram, fizeram nós ficarmos esperando aqui por horas e não vieram, no dia seguinte, chamamos novamente a reunião e quando nós já estávamos no final da reunião aqui que nós decidimos esse pleno fazer a reunião foi que chegou o Secretário aqui, o Paulo chegou para dialogar com esse conselho. Ali, quando a gente fala dessa falta de transparência e no atraso, para mim, esse texto precisa ficar, porque teve sim, teve momentos em que a Secretaria Executiva deste conselho não teve as informações corretas das quais deveria acompanhar o processo. Então, faltou sim transparência e por mim aquele texto fica ali, mantém aquele texto ali sim, quanto mais... lá embaixo, no texto, por favor, abaixa lá, quando a gente fala que não admite... ali, olha, este conselho não considera a possibilidade de alteração da data... não, este conselho... estava “não admite” ali? Então, fica “este conselho não considera qualquer alteração na data da realização da conferência. Qualquer alteração da data de realização do evento”, faço questão, Secretário, de dizer, assim, primeiro, esse pleno, esse conselho e a Secretaria Executiva seguiu todo um cronograma, a Secretaria Executiva seguiu um cronograma que foi feito e teve muitos momentos em que essa Secretaria Executiva não recebeu as informações dos processos como estavam caminhando, então, primeiro, é fazer uma manutenção daquele texto lá, porque falou transparência sim no processo, não considera qualquer alteração na data de realização, é isso e concordar com o que a conselheira Edna também traz, não sei se eles não vêm aqui, mas se Maomé não vem à montanha, a montanha vai até Maomé e a gente... é verdade. Então, vê se a Secretaria Executiva, vê se alguém tem a coragem de vir aqui nesse pleno dizer.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – A gente tem ainda quatro inscrições, eu só vou pedir, porque as falas vão ser todas mais ou menos no mesmo sentido, porque estou preocupado com o horário, porque a gente tinha combinado de ter o nosso consenso aqui e depois encaminhar e eu acho que a gente tem mesmo que olhar para frente, então, se for encaminhar, a gente tem que ir lá. Conselheiro Benedito, por favor.

Sr. BENEDITO AUGUSTO DE OLIVEIRA – Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social – CNTSS – É duro falar nesse conselho aqui. Bom dia a todos e todas, funcionários da casa e tal. Primeiro, eu acho... eu não quero concordar que tem que trazer a SAA aqui, acho que ela já veio, já falou, inclusive, de forma

legal que, inclusive a fala do Secretário está reproduzindo está dizendo o seguinte, “olha, aqui tem o trâmite legal, estamos amparados por lei”, a empresa foi lá e apresentou... que pagou 80 mil reais e agora estão esperando e eles não vão aqui repetir, inclusive, porque vieram aqui à tarde. Se eles foram responsáveis ou irresponsáveis é uma questão política agora. O problema é o seguinte, tem um fato agora, um fato concreto. Se alguém recorrer, a gente perde a conferência, a conferência não existe, porque não tem empresa para fazer, nós não chegamos à conferência, não há concretude na conferência e a SAA já se manifestou, agora, não vamos ficar aqui apertando funcionário, vai vir um funcionário, um burocrata aqui, um “aspone” aqui dizer o quê? É uma questão política agora, ou a gente vai lá no Ministério, ou vai para a Secretaria Executiva do Conselho ou politiza esse fato, ou eu não vou ficar aqui esperando ninguém, eu vou embora para casa, porque eu tenho mais o que fazer, porque o cara vai vir aqui, vai dar as explicações que os senhores já deram, inclusive, são honestos, obviamente, porque o funcionário chega e fala o que ele tem em mão, Getúlio não vai vir aqui mentir, ele tem que passar tranquilidade, porque ele não tem outra saída e se alguém recorrer, ele vai virar aqui para nós e falar, lamentavelmente, alguém recorreu dessa história. Nós tínhamos tirado ontem... não é verdade? Nós tínhamos tirado ontem que nós iríamos ao Ministério, simbolicamente, fazer um ato político e é simbólico isso, vocês sabem que ninguém vai receber mais, há uma movimentação do conselho, outra coisa, responsabilidade, não existe responsabilidade de um órgão de departamento, a responsabilidade é política, se a conferência não acontecer os estados não vão falar que foi a SAA, lá no estado, no município, vão falar que foi o Conselho, “esse conselho é incompetente que não consegue realizar uma conferência, de fato.” Entendeu? E no momento político que nós estamos passando que é um momento de crise, um momento de dúvida nesse país, você imagina o que vai acontecer, “esse governo que está aí, que não consegue minimamente”, vai parecer um boicote ao movimento social nesse país, vai parecer um boicote ao movimento social, isso que vai estar politicamente colocado. Então, não tem mais SAA, ela já acabou, ela já nos disse que vai fazer e ela vai esperar o trâmite da empresa, ela não tem outra palavra para nos dar, agora, humilhar funcionário, vir aqui, isso é bobagem. O que eu acho, nós tínhamos combinado que 11h iríamos ao Ministério, eu acho que todo mundo tem que levantar daqui em marcha, ir lá no Ministério, acampar lá e falar, “quero uma resposta concreta dessa história aqui. ”.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira Elcimara.

Sra. ELCIMARA RANGEL LOUREIRO ALÍCIO – Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Bom dia a todos presentes. Bom dia, Secretário que está representando a Secretaria Nacional. Algumas preocupações vou colocar aqui enquanto experiência de gestão, algumas preocupações que a gente tem com esse processo licitatório, com as etapas que ele precisa ser cumprido para, de fato, acontecer, então, a assinatura, a publicação do contrato, enfim. A empresa, agora, que se apresenta como supostamente ganhadora é a que está com... que apresenta problema na certidão e a gente está esperando o prazo de recurso, ok? Passado esse prazo de recurso, se essa empresa, de fato, for a que será homologada, ainda tem outras etapas que precisam ser cumpridas que são as etapas de reserva, empenho, assinatura, publicação do contrato. Esses processos, se nós falarmos aqui dentro da minha experiência de município, a gente não consegue um contrato conclusivo por menos de quinze dias, isso dentro de uma realidade de município, estado, de repente, a União consiga em dois dias, mas essas etapas são preocupantes, porque você tem várias etapas ainda, conselheiros, que precisam ser cumpridas até, de fato, a empresa ser chamada para assinar um contrato e isso demanda prazo. Isso considerando a primeira empresa, ok? Caso a primeira empresa não consiga amanhã mostrar, quinta-feira, a certidão, iremos chamar a segunda empresa. A segunda empresa vai ter que cumprir todo o rito processual dessa questão do procedimento licitatório que é análise documental, a partir da análise documental legalmente tem que se dar um prazo, legalmente tem que se dar um prazo, não pode interromper prazo, porque isso está no edital. No edital, considera-se todos os prazos. Então, chama-se a segunda empresa, vai fazer análise documental, tem que esperar o prazo, porque o edital coloca prazo para recorrer, então, a gente não pode pular isso daí, porque isso está no edital se a gente descumprir o edital qualquer um pode, inclusive, entrar com um recurso e impugnar o processo licitatório. Então, chama a segunda empresa, análise documental, se entrar com recurso espera o prazo, responde, ou seja, conselheiros, a experiência que a gente tem traz essa preocupação, 15 dias, Presidente, é impossível, a não ser que, realmente, tenha um outro plano B na Secretaria Nacional, não sei, de repente, tem, então, a gente está aqui levantando, Secretário, os questionamentos, porque o prazo de 15 dias para cumprir todo processo ritual para que seja concluído um processo licitatório, ele demora tempo, então, nós estamos, 15 dias, não, não é, colegas? Porque se você tirar sábado e domingo, sábado e domingo e o início da conferência, a gente não tem 15 dias, porque a gente tem que considerar os dois finais de semana e já considerar o início da conferência. Então, não são 15 dias. Eu acho que a gente tem 10 dias,

talvez, 10 dias. Não sei se... essa é a nossa preocupação e, Presidente, o que nós vamos fazer diante dessa preocupação, eu gostaria que o Secretário também se manifestasse. Obrigada.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira Maira.

Sra. MAIRA LEILANE OLIVEIRA ALMEIDA – Representantes do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS – Bom dia, Presidente, Vice-presidente, Secretário Henrique. Bom dia, conselheiros e conselheiras. Vou ser bem breve, porque a Elcimara já deu um perfil bem técnico, mas tem outra preocupação e vou me dirigir, Henrique, diretamente a você, porque esse conselho tem um nome a zelar, não pode ser responsabilizado pela inconseqüência dessa situação que nós estamos vivendo e eu vou colocar até do ponto de vista mais otimista, dando tudo certo na quinta-feira, a Secretaria Nacional precisa ter um posicionamento em relação à conferência de apoio total a esse conselho, mas é total, 100%, porque qual a nossa preocupação? Quinta-feira, os conselheiros, nós estamos retomando aos nossos estados, nós não podemos deixar sob responsabilidade exclusivamente de uma equipe de Secretaria Executiva que não está com tempo hábil para conduzir sozinha essa conferência, o tempo hábil era aquele que estava assegurado aqui, que foi assegurado nesse plenário do dia 5 de novembro, 5 de novembro, sim, esse conselho sozinho daria conta da conferência, então, esse ato como muito bem Bené coloca de irmos no Ministério e ir, inclusive, acompanhado com você, mostrar a preocupação do conselho e que a conferência não é apenas do conselho, a conferência é de todos nós, a conferência é do Brasil, os estados se sacrificaram, os municípios se sacrificaram para fazer uma conferência. Em plena crise está aqui a representante do colegiado, dos gestores, Marisa e Elcimara, tivemos problemas com os municípios, crise, mas todos os municípios fizeram suas conferências, os estados com problemas todos fizeram suas conferências, como que a gente chega no final de uma etapa que começou no ano passado, a gente não pode esquecer que essa conferência foi discutida no ano passado em dezembro, dia 14, salvo engano, não foi? 14 de dezembro, a convocação. 14 de dezembro do ano passado foi convocado, nós estamos chegando há um ano da conferência faltando 12 dias, 10 dias para conferência sem ter uma empresa ainda contratada e embora, a empresa está contratada para fazer tudo, mas material gráfico, é muita coisa, muita coisa. Então, precisa realmente os conselheiros não podem sair daqui sem um posicionamento concreto de como que vai se dar esses próximos dias, esse processo. Obrigada.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – A última inscrita é a conselheira Raquel e depois a gente passa para o Secretário Antônio.

Sra. RAQUEL DE FÁTIMA ANTUNES MARTINS – Representante do Ministério do Desenvolvimento Social/MDS – Conselheiros, Presidente, Vice-presidente, eu considero o seguinte, que não é possível que a gente faça uma frase desse tipo que o conselho considera que não pode mudar a data, porque isso a gente já está sugerindo que haveria, de repente, uma possibilidade desse tipo. A gente tem que colocar que a data da conferência não pode ser alterada, tendo em vista que 1.500 já estão com passagem marcada e as conferências ocorreram nos municípios e nos estados e a gente colocaria que não pode ser alterada. Não existe nem a possibilidade de isso ser alterado. E essa seria também a fala deste conselho junto à Secretaria Executiva, então, a gente poderia dizer, tendo em vista isso, nós vamos pensar numa solução conjunta e este conselho já tem uma proposta, a gente teria... do meu ponto de vista, a gente já teria que levar uma proposta, a proposta poderia ser a segunda colocada, ou uma solução de uma licitação de emergência tendo em vista alguma coisa, a gente pode pensar em alternativas e a gente já daria uma, duas possibilidades. Essa é minha posição.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Passar para o Secretário para a gente encaminhar.

Sr. ANTÔNIO JOSÉ GONÇALVES HENRIQUES - Secretário-Adjunto da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social/MDS – Vamos aqui por partes. Conselheira Raquel tem razão, acho que não há nenhuma possibilidade dessa data ser alterada. Eu posso me atrever a dizer aqui que a conferência vai ser realizada de uma forma ou de outra, agora, a situação em que nós estamos em relação à questão do apoio, nós demos apoio desde o início do trabalho onde se entrou no processo de licitação, nós estivemos presentes na discussão de dividir ou não dividir, eu tenho acompanhado a questão do resultado da licitação, nessa decisão de abrir prazo por mais cinco dias, nós fomos também consultados e participamos, porque se a empresa estava demonstrando que tinha condições de apresentar esse documento com cinco dias, não faria sentido naquele momento você passar para a segunda colocada, em sendo que a primeira ainda poderia recorrer, porque ela estava num prazo legal dela, então, nós tomamos a decisão, mas antes dessa decisão ser tomada, o Fábio até me ligou no dia, nós fizemos contato com a Secretaria Executiva e eles fizeram

reunião com a empresa e falando dessa situação, eu preciso da certidão aqui até na quinta-feira, então, vamos... então, pelo menos, pelo melhor cenário, a certidão chegando, nós vamos ter, nós temos prazo hábil para assinar contrato, vamos correr com o processo embaixo do braço, hoje, não é embaixo do braço mais, porque é eletrônico, mas a gente vai bater de porta em porta e o contrato vai ser assinado rapidamente, isso no cenário de estar tudo resolvido agora na quinta-feira, se não, nós vamos ter que, realmente, partir para a segunda colocada e da mesma forma também chamar para uma reunião e fazer tudo de forma muito rápida, a questão dos recursos tanto em relação a essa homologação pode haver, realmente, recurso da segunda empresa, da terceira, de outras empresas, mas vão ser analisados rapidamente e respondidos. Então, eu, sinceramente, não acredito que tenha tido alguma falha de concessão de prazo nesse sentido, porque, realmente, isso é uma equipe muito bem treinada e tem conhecimento dessa área para não cometer essa situação, mas os recursos são possíveis tanto numa primeira homologação agora, pode ocorrer recurso, quanto também na seleção da segunda colocada pode haver, mas nós estamos trabalhando com essa situação e em casos extremos nós vamos ter que sair para uma emergência, então... porque é uma possibilidade estranha. Eu não tenha essa informação para vocês agora, porque não trabalhei com ela, eu preciso ir na Secretaria Executiva, eu até sugeri ao Fábio que antes de vir para cá eu preferia ir lá, porque já traria uma posição mais firme aqui das possibilidades que nós temos considerando homologar a primeira, considerando chamar a segunda e considerando a outra situação, eu acho que a gente precisa resolver isso rápido, porque eu também só soube dessa situação mais agravante hoje, porque o Fábio me passou agora de manhã, até então, eu não tinha a informação, se eu soubesse do final da reunião de ontem, já teria acionado a Secretaria Executiva e visto qual seria o melhor caminho, agora, a conferência vai acontecer, isso não é a primeira vez que isso acontece, se não me engano foi em 2013 que isso aconteceu, eu sei que foi muito complicado, porque você se mexe com a organização, mas a empresa vai ser, de uma forma ou de outra contratada e nós vamos realizar a conferência, não há nenhuma possibilidade disso não acontecer.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Ontem, a Mercês comentava comigo, que teve uma conferência, uma boa conferência, bem organizada que foi assinada com um prazo de 12 dias. Olha só, conselheiros, a gente tem duas inscrições, mas eu acho que a gente precisa encaminhar, não sei se o Secretário, você está tentando ver se a gente consegue uma agenda na Secretaria Executiva? Pode ser? Só para ficar gravado, a gente precisaria de meia hora para organizar

essa agenda com a Secretaria. Para as comissões? Está certo. Então, a gente suspenderia agora e esperaria esse prazo. Tem dois inscritos. Elcimara pode falar.

Sra. ELCIMARA RANGEL LOUREIRO ALÍCIO – Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Secretário, considerando... mesmo assim, considerando algumas dificuldades que a gente tem aqui, chama segunda, prazo, enfim, existe uma outra modalidade que a gente costuma fazer para questões emergenciais que são adesão de ata e, por exemplo, de repente na União, existem atas abertas com os itens para se executar a conferência e aderir uma ata é mais rápido e a gente consegue fazer adesão da ata, por exemplo, a gente faz muito isso no município com essas questões de emergência, então, aqui seria uma sugestão se houver dificuldade nessa questão do prazo entre a primeira e a segunda empresa, a gente partir, então, para a modalidade de adesão de ata que também é uma modalidade de contratação.

Sr. ANTÔNIO JOSÉ GONÇALVES HENRIQUES - Secretário-Adjunto da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social/MDS – É uma possibilidade, apenas uma ata, geralmente, ela não vai ter todos os itens que nós relacionamos no nosso termo de referência, então assim, a gente acha que é uma possibilidade de já ir pesquisando as atas que estão disponíveis nos ministérios, mas a gente tem que, acho que concentrar na homologação dessa licitação. Eu acredito que dê tempo ainda.

Sra. MARISA RODRIGUES DA SILVA – Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Só complementando o que a conselheira Elcimara falou, também existe, Secretário, possibilidade em outros ministérios terem itens já licitados e que esses itens podem incorporar e ver se cada ministério, por exemplo, Ministério da Saúde, que faz conferência e pode... não, o que quero dizer é o seguinte, já resolvido, ou seja, já a licitação empenhadas, isso pode ocorrer sim, porque existem outros ministérios que têm aquele item que já fez uma licitação e que tem seu empenho e que podem emprestar ao Ministério, isso a gente faz tranquilamente dentro da esfera municipal, uma Secretaria tem palco, por exemplo, tem estrutura... não demora, não, isso não demora, porque já existe. Não, veja bem, não é para fazer licitação. É orçamento que estou falando, não é o recurso. Isso são situações que acredito que se a gestão municipal tem o esforço e faz, não tenho dúvida que na esfera federal isso também poderá ser realizado. Rosângela, isso é perfeitamente administrável.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Ok, obrigado, conselheira. Conselheiro Leovane e as inscrições estão encerradas, gente, a gente precisa caminhar.

Sr. LEOVANE GREGÓRIO – Representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP – Bom dia a todos e a todas. É lamentável que a SAA colocou um bode na sala desse conselho e que a nós agora caberá resolver o problema do bode que é essa Secretaria. Acho bastante, até vou exagerar aqui nas palavras, porque acho que é de uma irresponsabilidade tamanha um setor de um Ministério tratar um evento nacional dessa maneira, para mim, é irresponsável, não tem outro termo a ser usado com isso. O que eu acho é que a conferência está dada, o espaço existe, as pessoas já estão vindo para cá, está a lista pronta e o seguinte, o que nós precisamos agora é entrar para o Ministério e saber o seguinte, não acontecendo, o cenário pior dos mundos para nós, não termos essa licitação confirmada, quais são as ações, o que nós vamos pesquisar de contratos que tem nesse Ministério para, pelo menos, salvar algumas coisas, comida das pessoas, o hotel dessas pessoas para irem dormir, porque é o mínimo de acessório e, de repente, ver a possibilidade de ter algum ônibus, essas três coisas, eu acho que é fundamental. A questão do som, o material gráfico da venda, talvez, de repente, a gente já dá um jeito, agora, a comida, o hotel e o transporte para essas pessoas chegarem naquele centro de convenções, tem que ser sagrado e eu acho que o plano B agora é num quadro lamentável que a gente esteja que não tenha uma empresa para fazer essa conferência, a gente tem que saber que nós aqui, os 36 conselheiros, poderemos estar lavando prato, dirigindo ônibus e efetivamente fazer a coisa nesse sentido, porque, na verdade, a conferência não deixará de existir e a responsabilidade é nossa, nós temos que fazer essa coisa acontecer, está certo? Então, se preparem efetivamente, tomara que nessa semana se resolva e a gente tenha... e mesmo a empresa se resolvendo, a empresa, de repente, estar apta a fazer a conferência, nós teremos muito pouco tempo para coordenar com a Secretaria Executiva todo o trabalho dessa equipe, todo o trabalho dessa empresa, então, o cenário está dado, é lamentável que chegou a este ponto e efetivamente se preparem para estar à disposição para resolver problema o tempo todo nessa conferência, porque não vai ser fácil tocar essa conferência sem reclamação das pessoas. Vamos lá, se preparem para lavar pratos, dirigir ônibus e efetivamente fazer comida nessa conferência.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Ok. Obrigado, conselheiro. Então, a gente encerra essa reunião aqui agradecendo a participação de todos, agradecendo a presença do Secretário Antônio, a gente

espera o contato para a gente poder ir à Secretaria Executiva, boa reunião das comissões agora, até logo. Assim que tiver retorno a gente passa no grupo, fiquem atentos ao grupo.

Dia: 22/11/2017

Manhã

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Bom dia, conselheiros. Bom dia conselheiras, Secretaria Executiva, o público que está aqui nos assistindo e toda a equipe técnica de degravação, copeiragem, enfim, vamos desejar aí um bom dia de trabalho para a gente. Que a gente chegue, então, na nossa última reunião do ano antes da aguardada 11ª Conferência Nacional de Assistência Social e de imediato queria que a Vice-Presidente fizesse uma saudação, por favor. Conselheira Rosângela.

Sra. ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS – Vice-Presidente do CNAS/MDS – Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA – Muito bom dia a todos e todas, saudando a todos ainda nessa semana em que a gente é uma semana que não é de comemoração, mas é uma semana de luta e resistência que é a semana da consciência negra, então, que a gente possa estar cada vez mais unificados nessa luta que o racismo, ele é muito presente nos espaços, em todos os lugares e a gente precisa combater o quanto antes, que a gente venha com esse sentimento de ser combativos e de resistência nessa luta, muito bom dia.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado, Conselheira Vice-Presidente Rosângela. Eu vou passar, então, antes de fazer a leitura para a Mercês, para a Secretária Executiva para verificação do quórum dessa reunião. Por favor, Mercês. De imediato já queria justificar a ausência nesse primeiro momento do Luís Otávio e da Conselheira Renata e da Conselheira Raquel. Os três escreveram aqui no whatsapp dizendo que virão, mas não podem estar presentes agora nesse primeiro momento. Mercês.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social/MDS – Bom dia, conselheiros. Bom dia conselheiras. Bom dia a todos e a todas. Pensem numa pessoa enrolada. Eu. Conselheiros na titularidade. Conselheira Mariana, Conselheiro, Conselheiro Fábio, Conselheira Solange,

Conselheira Elcimara, Conselheiro Clodoaldo, Conselheiro Carlos, Conselheira Norma, Conselheira Maria José, Conselheira Rosângela, Conselheira Clátia, Conselheiro Benedito, Conselheira Elisa, Conselheira Naiara. Conselheiros na suplência. Conselheira Caroline, Conselheira Marisa, Conselheiro Maurício, Conselheira Sílvia, Conselheiro Samuel, Conselheiro Josenir, Conselheira Cleonice. Conselheira Edna presente.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado, Mercês. Passo a fazer, então, a leitura da pauta para a gente... para aprovação dela. Peço que a pauta seja distribuída também para todos os conselheiros como de praxe, enquanto isso, peço que os conselheiros acompanhem pelas projeções. Dias 20 e 21 já foi... não? Gente, vocês nunca receberam pauta, só a gente.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social/MDS – A Secretaria Executiva encaminha. Você entrega para todos, Maira? Então, é por conta da Maira, Presidente, cobre dela. Não, só assim, mas nós vamos tentar aproveitando, Presidente, para o ano que vem, a gente tentar uma inovação nesse conselho nacional, já que a gente tem a maioria dos conselheiros com um computador, um laptop, tentar trazer para esse universo, a programação, as pautas, as memórias, diminuir o possível o uso do papel, me saí bem.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado, Mercês. Então, basicamente, a gente tem que tirar esse vício da Maira muito antiecológico de distribuir papel para o povo, não é, Mercês? Está certo. Ela está ali ouvindo tudo e já disse que vai mudar. Então, agora, passo a fazer a leitura do dia 22, que é exatamente o dia de hoje, quarta-feira. Das 9h às 9h30. Aprovação da ata desta reunião e da pauta da reunião anterior. Das 9h30 às 10h. Os informes tanto do MDS, Presidência, Secretaria Executiva, Fórum de Secretários Estaduais, CONGEMAS, CIT e Conselheiros. Das 10h às 11h. O relato da Comissão de Monitoramento das deliberações das conferências de assistência social. Das 11h às 12h30. O relato da Comissão Organizadora e a discussão sobre os preparativos para a 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. Das 14h às 15h30. Avaliação do programa Primeira Infância no SUAS, conforme Resolução CNAS 19, tendo como convidados a Secretaria Nacional de Promoção e Desenvolvimento Humano e a Secretaria Nacional de Assistência Social. Das 15h30 às 16h30. Apresentação do programa Progredir. Das 16h30 às 18h. Um painel de igualdade etnicorracial, não ao preconceito institucional, tendo como convidada a SNAS. Amanhã, dia de plenária das 9h às 10h com

relato da Presidência Ampliada. Das 10h às 11h. O relato da Comissão de Benefícios e Transferência de Renda. Das 11h às 12h30. O relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. Das 14h às 15h. Apresentação da Secretaria de Assuntos Jurídicos da Casa Civil sobre alteração do Decreto 5.003/2004, sobre eleição da sociedade civil. Das 15h às 16h. O relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social. Das 16h às 17h. O relato da Comissão de Política da Assistência Social. E das 17h às 18h. O relato da Comissão de Normas da Assistência Social. De imediato, queria dar bom dia para a nossa Secretaria Nacional Carminha que já se encontra presente para os informes da Secretaria. Muito rapidamente, só para a gente ajustar aqui a pauta, Secretaria, eu queria dizer, ontem, tive algumas informações sobre essa pauta, que eu acho que a gente precisa remanejar alguns pontos. Em primeiro lugar, esses dois pontos que estão previstos para o início da tarde de hoje, quais sejam, avaliação do programa Primeira Infância no SUAS e apresentação do programa Progredir, sobre o primeiro ponto, está existindo um seminário na Câmara sobre o Marco Legal da Primeira Infância que está toda a Secretaria lá e a Proteção Básica que estaria presente aqui também está envolvida neste seminário na Câmara, a Secretaria Executiva já fez uma avaliação preliminar de agenda e ambos os convidados poderiam participar, ter essa agenda, se a gente mudasse para quinta-feira logo no início da manhã e começando às 9h. A apresentação do programa Progredir da mesma forma, também precisaríamos de a gente ter aqui a proteção básica e ele tem disponibilidade amanhã a qualquer momento com indicativo de ser às 15h. Fora isso, ontem, também estive com o Ministro e ele disse que quer vir ao Plenário, ele está nessa atividade da Câmara e ele disse, “olha, eu não tenho muita noção de que horas vai acabar, eu posso passar tanto ali pelas 11h da manhã, quanto na metade da tarde, 15h, 15h30, alguma coisa assim”, então, eu pedi para ele, assessoria dele nos avisarem tão logo ele tenha a confirmação de em que horário ele vem, mas é claro, a gente tem que prevalecer o bom senso, ele chegando, a gente também suspender a pauta que a gente tiver para a gente poder ouvi-lo e também ter o debate aqui com ele. Pode ser? Então, a gente só pede, como a gente teve muitas reuniões na segunda-feira de Comissão, acho que três comissões se reuniram, não é, Mercês? Eu acho que alguns desses relatos que estão previstos para a quinta-feira a gente pode trazer para hoje, na medida em que forem, que ficarem prontos e a gente vai remanejando a pauta nesse sentido, pode ser? Tem duas delas que já estão prontas, organizadora e o monitoramento de deliberações. Então, essas já podem imediatamente passar para cá. Outras podem ficar prontas até o início da tarde e a gente já vai trazendo. Se houver tempo, se ele tiver determinado, fica sim. Como está uma

pauta mais enxuta da Presidência Ampliada deve ficar para hoje, sim. Conselheira Elcimara tem uma observação.

Sra. ELCIMARA RANGEL LOUREIRO ALÍCIO – Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Bom dia a todos e todas. Presidente, só se teria a possibilidade, já que vai pensar num remanejamento, em algumas questões da pauta, o relato da Comissão de Política que está previsto para amanhã de 16h às 17h, conseguir também antecipar, porque vão ter alguns debates aqui que são interessantes, se pudesse antecipar.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Eu acho que a gente não consegue trazer para hoje, porque tanto políticas quanto normas fizeram reuniões extraordinárias hoje antes desse pleno, então, as memórias, provavelmente, vão ficar prontas mais para o final da tarde e a gente podia ter o compromisso de trazê-las, não fazer nesse horário das 16h, mas fazer um pouco antes, assim que...

Sra. ELCIMARA RANGEL LOUREIRO ALÍCIO – Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Antecipando amanhã não sendo nesse horário contempla.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Fechado? Ok. Então, quero mais uma vez dar bom dia para a nossa Secretaria Nacional, é sempre um prazer tê-la aqui, a gente, como você sabe, a gente está num momento de grande expectativa, porque é reta final da conferência nacional, a gente essa semana teve um monte de inserções ali na Secretaria Executiva para saber do processo, enfim, acho que a gente está um pouco mais ciente do processo e aguardando o fechamento desse processo para a gente dar início mesmo à concretude da conferência e passo, então, a palavra para ti. Acho que tem que ser aquele, esse não vai.

Sra. MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO – Secretária Nacional de Assistência Social – Ministério do Desenvolvimento Social/ MDS – Bom dia a todos. Afinal, consegui vir, que eu queria muito estar aqui com vocês, o Ministro também faz questão de estar, afinal, simbolicamente, essa é uma reunião do ano, depois, é conferência e não temos mais reunião esse ano. Como eu não estou preparada para fazer os informes, a rigor já sei pela Mariana, que esses informes foram distribuídos para os diretores de departamento, então, queria que vocês começassem.

Sr. ALLAN CAMELLO – Diretor da SNAS/DBA – Bom dia a todos e a todas. Aos conselheiros aqui presentes. Vou falar de dois tópicos do informe. O primeiro deles é com relação ao preenchimento demonstrativo de 2016 que foi lançado em 31 de julho de 2017, por meio da Portaria 139 e os gestores e os conselhos tiveram até o dia 3 de novembro de 2017 para preencher o demonstrativo que é a prestação de contas dos recursos repassados pelo Fundo Nacional tanto por serviços e programas, quanto para o IGDSUAS. Nós temos dois balanços, primeiro deles é o de fechamento do dia 03/11/2017, mas desde 2012 é bom informar que o demonstrativo não fecha, o prazo, na realidade, é um prazo para você iniciar a avaliação das contas e dos pareceres dos conselhos apresentados pelo Conselho Nacional de Assistência Social, então, mais à frente, nós temos a situação do dia 16/11 que mostra que dos 5.562 municípios, no caso do IGDSUAS, nós temos 4.830 prestações de contas aprovadas pelo conselho, 449 prestações de contas em deliberação pelo Conselho ainda, 271 em preenchimento e 11 prestações de contas rejeitadas pelo Conselho no caso do demonstrativo do IGDSUAS. Do demonstrativo de serviço. Dos 5.553 municípios e estados que deveriam apresentar contas, nós temos 4.921 com prestação de contas aprovadas pelo Conselho, 244 em deliberação pelo Conselho ainda, 324 em preenchimento e 63 prestação de contas rejeitada. Tem uma importância da prestação de contas, tanto no caso dos serviços e programas quanto no caso do IGDSUAS, tendo em vista que é um dever, inclusive, constitucional dos gestores e por consequência também no SUAS do próprio conselho em avaliar as contas aprovando ou rejeitando e fazer lembrete que o sistema ainda está aberto, então, os gestores e os conselheiros ainda podem realizar os lançamentos necessários, tendo em vista que o Fundo vai começar a análise das prestações de contas durante o final desse exercício, início do exercício subsequente, cabe lembrar que a omissão ao dever de prestar contas pode ensejar numa instauração de tomada de conta especial para apurar a responsabilidade com relação à omissão desse dever com relação ao recurso público, vale lembrar que o Fundo Nacional tem um e-mail que é o FNAS@MDS.GOV.BR para tirar qualquer dúvida com relação ao demonstrativo e também com relação ao preenchimento propriamente dito do sistema em eventuais problemas. Com relação ao outro tópico que se refere ao benefício de prestação continuada, nós já tivemos esse Informe no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite, alguns conselheiros estavam lá, todo mundo sabe que em 2016 teve a publicação do Decreto 8805 que modificou algumas questões operacionais do BPC, dentre elas a obrigação do requerente em ter a inscrição no Cadastro Único e dos atuais beneficiários de serem inscritos no Cadastro e também ter seu cadastro atualizado. O Decreto estipulou um prazo de dois anos a partir do seu vigor para que as atuais beneficiárias do BPC entrassem no Cadastro Único e

também atualizasse esse cadastro para quem já está dentro do Cadastro Único e depois teve uma Portaria interministerial que escalonou isso no tempo. Então, o cronograma ficou que em 2017 os idosos iriam ser o público prioritário para inclusão no âmbito do Cadastro Único e em 2018 a pessoa com deficiência. A SNAS, em conjunto com os gestores municipais fizeram algumas ações com relação à busca ativa desses beneficiários, confecção de cartazes, folders, orientação, nós mandamos também e-mails para o nosso cadastro de entidades para informar o quanto antes dessa nova regra com relação à necessidade dos idosos estarem incluídos em 2017. Vários municípios iniciaram a busca ativa, principalmente, a partir de maio e junho de 2017, agindo em conformidade com as instruções operacionais conjuntas da SENARC e da SNAS, mas ao final de setembro de 2017 nós começamos a acompanhar mensalmente como que essa inclusão no cadastro estava acontecendo, a questão de algumas dificuldades das gestões municipais em conseguirem achar essas pessoas, nós disponibilizamos um sistema para os gestores municipais conseguirem identificar quem está dentro e fora do Cadastro tanto... nós disponibilizamos uma lista no SIGPBF quanto no RMA do Benefício de Prestação Continuada, onde os gestores conseguem baixar essa lista para saber quem está dentro do cadastro ou fora do Cadastro com endereço, a situação do benefício, nós começamos a monitorar, nós fizemos também uma pesquisa com 120 municípios para tentar entender o porquê da dificuldade da inclusão cadastral e muitas das vezes apareceram questões como dificuldade em encontrar o beneficiário, principalmente, em municípios de grande porte, metrópole, tendo em vista a defasagem do endereço do INSS inutilizado, a dificuldade de você encontrar essa pessoa no território dentre outros pontos. Então, ao avaliar a situação e os dados, tanto a Secretaria Nacional de Assistência Social quanto a SENARC emitiram uma nota conjunta solicitando a prorrogação para 2018 do prazo da pessoa idosa. Vou falar os dados. Nós começamos, em dezembro de 2016, com relação ao público idoso, com 695 mil pessoas dentro do Cadastro Único e 1.281... um milhão 281 mil pessoas fora do Cadastro Único. Nós passamos julho e agosto aumentando pouco essa taxa, principalmente, a partir de julho, antes disso a gente não tem uma movimentação tão grande com relação à inclusão cadastral desse público e nós passamos para setembro de 2017, para 912 milhões... desculpa, 912 mil pessoas incluídas no Cadastro Único com relação ao público idoso e nós temos 1.098.000 pessoas não cadastradas. Nós, com... o informe tem um gráfico com relação à projeção, você pode ver que tem uma tendência de inversão de público possivelmente no final do ano, você ter mais pessoas idosas dentro do Cadastro Único do que fora do Cadastro, mas ainda muito aquém da necessidade do benefício, nós estaríamos falando mais ou menos em 900 mil pessoas idosas beneficiárias do BPC que não estariam dentro do Cadastro. Da

mesma forma, nós percebemos um movimento de inclusão cadastral também da pessoa com deficiência, que é natural em decorrência da informação, da necessidade de estar no Cadastro Único, algumas pessoas também se adiantaram e nós recebemos também dos municípios em razão do Ofício Circular que nós encaminhamos da necessidade da busca ativa, algumas respostas que principalmente o município de pequeno porte 1 e 2 já estavam incluindo os dois públicos no âmbito do cadastro e dentro desse ano tendo em vista as vezes que tem municípios que tem que incluir 200 pessoas 100 pessoas, então, é um público mais fácil em quantitativo para realizar essa inclusão. No caso da pessoa com deficiência, nós tínhamos 1.228.000 pessoas no Cadastro Único em dezembro e 1.208.000 fora do Cadastro Único e passamos para setembro com 1.344.000 pessoas dentro do Cadastro Único e 1.162.000 pessoas fora do Cadastro Único também mostrando o movimento de inclusão desse público. Nesse sentido, tendo em vista a avaliação realizada tanto pela Secretaria Nacional de Assistência Social quanto para a SENARC, nós temos a avaliação com relação à prorrogação do prazo de inclusão cadastral do BPC para o público idoso para 2018. Vale lembrar que como o Decreto coloca o prazo de dois anos, essa prorrogação para 2018 o público idoso vai ocorrer também por meio de uma portaria interministerial tal como foi o escalonamento em 2017, 2018, quanto da publicação do Decreto. Seria isso, no mais, também estou disponível para qualquer dúvida relativa a esse tema.

Sra. MARIANA DE SOUZA MACHADO NERIS – Diretora do Departamento de Proteção Social Especial/SNAS/MDS – Bom dia a todas e a todas. Bom dia, Presidente Fábio, Secretária Carminha, Diretor Allan, Conselheiros, convidados. Nós temos da parte da proteção social especial três informes a fazer de algumas atividades realizadas nesses últimos dias. Primeiro tema que eu gostaria de passar é a realização em parceria com a OIT, a Organização Internacional do Trabalho, nos dias 30 e 31 de outubro, do quarto encontro nacional do PETI. E este ano, esse encontro foi muito especial para a gente, porque foi um ano de celebração dos 21 anos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, onde nós tivemos a participação de mais de 140 representantes estaduais, não só da área da assistência social, mas também saúde, educação, trabalho, conselho dos direitos da Criança e Adolescente, associação de conselheiros tutelares, fórum estadual de erradicação do trabalho infantil. Também a conselheira Elisa esteve representando aqui o CNAS nesse encontro. Esse encontro teve como objetivo avaliar os 21 anos do PETI e debater o aperfeiçoamento da gestão do programa nos estados, reforçando o papel dos entes federados na articulação das políticas intersetoriais para consolidação de estratégias de enfrentamento do trabalho infantil.

Nós tivemos também nesse encontro um balanço da execução das ações estratégicas executadas pelas políticas nesses últimos anos e a construção de uma agenda de compromissos para continuarmos a erradicar o trabalho infantil no Brasil, então, nós tivemos um debate sobre quais as estratégias de aceleração para erradicação do trabalho infantil, esse encontro também foi possível discutir alguns subsídios que foram encaminhados para a quarta conferência global sobre trabalho infantil realizada na semana passada, em Buenos Aires, no dia 14 a 16 de novembro e o Brasil se fez presente com uma delegação formada pelos representantes do MDS, estive lá com a Maria Yvelônia que é a Coordenadora do programa no Departamento de Proteção Especial, nós tivemos também a participação do Ministério do Trabalho com a área de fiscalização. Então, nós fizemos um debate sobre essa redução do trabalho infantil, do trabalho forçado e pensando nas estratégias sustentáveis das políticas para essa erradicação. Nós temos aí dentro dos objetivos de desenvolvimento sustentável uma meta que é a meta 8.7 de desenvolvimento sustentável de erradicação sustentável do trabalho infantil em todas as suas formas até 2025, um compromisso que o Brasil já vem apresentando largos passos de enfrentamento, nós temos o desafio de ainda aprofundar nas piores formas de trabalho infantil, mas temos bastante a contribuir com os outros países sobretudo da região América Latina nesse enfrentamento. O segundo tema que eu gostaria de apresentar como informe é em relação ao Centro DIA, porque também este pleno já solicitou que viéssemos aqui sempre trazer informações que nós temos, então, dos municípios que fizeram adesão ao cofinanciamento federal para implantação do Centro DIA para crianças de zero a seis anos com microcefalia e outras deficiências, eles têm apresentado já avanços no sentido da implantação dessas unidades. Nós temos os municípios de Campina Grande, na Paraíba, Salvador, Bahia e São Luís do Maranhão que já sinalizaram as possíveis datas de inauguração agora nos próximos dias até o início de dezembro. Então, nós estamos já em articulação com os demais municípios buscando apoiá-los nessa estruturação e inauguração desses serviços voltados às pessoas com deficiência e às suas famílias. O último ponto que eu gostaria de apresentar é em relação ao serviço de proteção aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Nessa agenda das medidas em meio aberto, o MDS tem feito bastante debates a esse respeito participamos da reunião do FONSEAS nos últimos dias para debater sobre a importância de avançarmos nessa agenda nas medidas em meio aberto e agora, nós estamos com uma parceria com o Ministério de Direitos Humanos que tem um curso de formação para essa temática das medidas, nós implantamos agora um novo curso de formação que é núcleo básico para o serviço de proteção a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no SUAS, buscando trazer os conteúdos do meio

aberto para a escola nacional do SINASE, esse curso está destinado a mil vagas e nós estamos solicitando que prioritariamente essas vagas dos cursos sejam ofertadas aos profissionais da rede socioassistencial, sobretudo os que trabalham nos CREAS e onde não tem CREAS a gente vê que os CRAS e os profissionais do órgão gestor da assistência, eles acumulam essas funções em alguma medida para fazer o atendimento dos adolescentes que cometem ato infracional e esse curso está executado com uma proposta curricular do núcleo básico da escola nacional de socioeducação cujo período de inscrições é de 1 a 30 de novembro de 2017. Então, solicito a divulgação do link que vai ser disponibilizado aos conselheiros para acesso à plataforma do curso de formação e ampla divulgação nas nossas redes, porque é uma grande vitória para nós inserir os conteúdos do meio aberto num curso que tradicionalmente é destinado somente à internação, então, a gente vê que houve essa abertura e a gente consegue agora dar a visibilidade de uma forma mais ágil por dentro de uma plataforma online, um curso à distância que chegue aos profissionais da assistência social lá na ponta. Obrigada.

Sra. MARIA AMÉLIA SASAKI – DRSP/SNAS/MDS – Bom dia a todos e a todas. Eu queria pontuar alguns acontecimentos ou enfim. O primeiro seria a oficina que nós acabamos de fazer, chegamos de lá ontem, à noite, uma oficina sobre o CNEAS em São Paulo ainda seguindo aquele roteiro de apoiar os estados para ampliar o preenchimento do CNEAS, o Cadastro e com isso a gente leva um monte de informações acerca também da certificação, do Cadastro e da base de dados das entidades sociais. Então, isso foram feitos dois Espírito Santo e ontem de São Paulo nas regiões onde havia um baixo preenchimento do CNEAS, no caso, ali foi Baixada Santista, enfim, mapeamos bastante junto com o estado de São Paulo, houve um mapeamento para ver exatamente onde estavam as falhas, nós fizemos isso ontem. Outra notícia que eu gostaria de dar é com referência à oficina de assessoramento, garantia e defesa de direitos... defesa e garantia de direitos que foi realizada no dia 16 e 17 desse mês aqui no CNAS. Essa oficina, ela é o resultado de um ano de reflexão proposto pelas entidades de assessoramento e garantia de direitos, proposto para que... pediu para que... ou seja, solicitou ao MDS, Secretaria Nacional que a gente fizesse uma reflexão sobre principalmente, a Resolução 27, que a Resolução 27 ainda tem um nível de abstração, vamos dizer assim, e faz sentido ter esse nível de abstração dado o tema que se lida, o tema é assessoramento e garantia de direitos, quer dizer, extremamente diferenciado e muito mais abstrato e complexo, do que o atendimento, porque o atendimento tem uma tipificação, os critérios estão muito claros ali. Então, essa oficina, qual foi o propósito? As entidades de assessoramento e garantia de direitos entregaram subsídios tanto para uma releitura da 27 por parte desse conselho, quanto

o entendimento e procedimentos para a 14 que é de inscrição nos conselhos. O que ficou definido foi o encaminhamento desses resultados para o CNAS e obviamente para a Comissão de Normas, inicialmente, para aí a gente habilitar para discutir neste conselho. Outro ponto que eu queria dar notícias do DRSP internamente que nós realizamos estudos junto com o Ministério do Planejamento visando a implantação da plataforma digital, que se conecta ao Brasil cidadão que é uma forma de você ter acesso e linkar com mais facilidade e com mais propriedade em termos de linguagem aos usuários dos serviços. A certificação, ou seja, o DRSP foi escolhido como um programa interessante para facilitar e reduzir burocracias no requerimento de quem quer solicitar certificação. Então, nós estamos... nos propomos a fazer uma experiência e isso vai reduzir custos, vai reduzir tempo, vai reduzir recursos empregados pelas entidades em termos de despachantes, advogados, enfim, esse tipo de coisa, é uma ligação mais direta com o Ministério. Um quarto ponto seria da notícia de que no âmbito do comitê interministerial, dos ministérios certificadores, nós estamos discutindo tecnicamente proposta de Lei Complementar para atender aos requisitos da certificação diante da ADIN que tornou inconstitucional a forma como foi feita a 101. Então, isso está em nível ainda preliminar, mas nós já definimos cada Ministério está definindo quais são os seus requisitos que não fogem muito do que está já proposto e, em seguida, isso será encaminhado para as consultorias jurídicas dos Ministérios. Certamente, que a gente vai dar conhecer aqui no Conselho Nacional. Um quarto ponto, finalmente, é da notícia de que o TCU, acho que já tem uns dois meses, já está encerrando os trabalhos, ele fez no âmbito desses três Ministérios, o estudo de renúncia fiscal e com isso nós estamos há dois meses com o TCU e eles estão requisitando, fazendo análise dos processos, dos fluxos, disso, daquilo, quer dizer, está caminhando bem e eu acredito que não é uma auditoria propriamente dita, mas é identificar gargalos, estudos mesmo da renúncia fiscal e que tem caminhado muito bem. Então, basicamente, são esses os informes, o relato que eu gostaria de fazer, muito obrigada.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado, Conselheira.

Sra. MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO – Secretária Nacional de Assistência Social – Ministério do Desenvolvimento Social/ MDS – Eu peço, de novo, para o Allan, para falar agora do DGSUAS, os últimos informes.

Sr. ALLAN CAMELLO – Diretor da SNAS/DBA – Com relação ao Censo SUAS de 2017, ele está em fase final de preenchimento, o acesso ao sistema eletrônico é feito por meio de um

link da SAGI destinado ao Censo SUAS para preencher os questionários, os responsáveis deverão usar o login e senha de acesso aos sistemas da Rede SUAS, os mesmos do sistema do CadSUAS, os questionários que já tiveram o prazo encerrado, CRAS e que é o caso no questionário do CRAS e do Centro de Convivência, poderão ser preenchidos apenas na semana do dia 4 ao dia 8 de dezembro, sendo assim, o período de preenchimento, Censo SUAS 2017, foi de 11/09/2016... data de início, 11/09/2016 e a data de encerramento, 1º/12/2016, tem alguma coisa. Período de retificação, 04/12/2016 a 08/12/2016, acho que é 2017 aqui. Aqui é 2017 a data, desculpa, gente, 11/09/2017 a 1/12/2017, período de retificação, dia 4/12/2017 a 8/12/2017. O Informe está equivocado só com relação ao ano. Em caso de dúvidas sobre o Censo SUAS, o responsável pelo preenchimento poderá entrar em contato com o MDS por meio do chat ou por meio do 0800 que é “0800-707-2003” ou pelo e-mail, vigilanciasocioassistencial@mds.gov.br, só fazendo aqui um alerta que o Censo SUAS é um instrumento importante para o Sistema de Assistência Social, a gente consegue ter as informações consolidadas no universo Brasil, tanto de estados e municípios, é uma ferramenta também para a gente avaliar a própria política pública de assistência social com a periodicidade anual, então, é uma ferramenta que serve como base também, planejamento para o ano subsequente, também, para avaliação de diversas metas que nós temos.

Sra. MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO – Secretária Nacional de Assistência Social – Ministério do Desenvolvimento Social/ MDS – Só gostaria de pedir a vocês também reforçarem a importância do Censo SUAS. Estive em Curitiba faz uns três meses numa oficina sobre acolhimento de crianças, crianças em acolhimento institucional e etc. Uma das organizações que lá estava fez um trabalho com muito cuidado usando os dados do Censo SUAS sobre o número de crianças abrigadas e o número de crianças em famílias acolhedoras. Então, vejam que a responsabilidade nossa de caprichar nesses dados é muito importante, porque várias organizações já estão utilizando-se desses dados para refletir, discutir, avaliar os nossos serviços socioassistenciais, outra coisa que quero dizer, ainda ontem nós estávamos nessa oficina com entidades sociais e foi possível perceber que em nível dos serviços de proteção especial, nem sempre as entidades estão conseguindo colocar os números corretos, o mesmo a gente pode falar da proteção básica, agora, nessa luta toda para a questão do orçamento, você olha lá e um milhão e meio de famílias, não é nada, tenho certeza que nós fazemos muito mais na proteção básica, até porque se estou cadastrando via CRAS, em geral, que se faz, 27 milhões de famílias, não é possível que eu não esteja mensurando o número de famílias que a gente atinge no todo dia da ação do SUAS. Então,

por favor, a gente queria muito um apoio de vocês, dos conselhos, para a gente dar importância maior aos dados que nós coletamos e registramos, por fim, dizer muito obrigado para vocês, não sei se vocês querem comentar alguma coisa aqui. Estamos às ordens.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Ok. Então, a gente segue pelas inscrições, só... por enquanto, só a conselheira Rosângela, por favor.

Sra. ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS – Vice-Presidente do CNAS/MDS – Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA – Na verdade, só é uma pergunta, Secretária. Bom dia, seja muito bem-vinda conosco. Na verdade, é uma pergunta que eu vi circulando nas mídias e eu não vi que ninguém falou nada aqui sobre o cadastro único das pessoas idosas, se prorrogou realmente o prazo, ou se acaba agora em dezembro, ou se prorrogou, eu gostaria de saber.

Sra. MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO – Secretária Nacional de Assistência Social – Ministério do Desenvolvimento Social/ MDS – O Allan acabou de falar nisso, Rô, repete aí. Foi prorrogado.

Sr. ALLAN CAMELLO – Diretor da SNAS/DBA – Tem uma nota conjunta da SNAS, da SENARC solicitando a prorrogação. Essa prorrogação é feita por meio de uma portaria interministerial, então, o prazo para os idosos vai ser prorrogado para 2018, certo? Não, a portaria ainda não saiu. A portaria está em tramitação.

Sra. ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS – Vice-Presidente do CNAS/MDS – Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA – Então, assim, a Portaria ainda não saiu, mas quando sair a portaria tem alguma coisa? Um cartaz de mobilização para isso, essa coisa?

Sr. ALLAN CAMELLO – Diretor da SNAS/DBA – Sim. O que acontece? Da mesma forma que nós fizemos com relação ao idoso que a ASCON do MDS produziu as artes de cartazes e folders, nós vamos ter que refazer essas artes com relação...

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira...

Sra. MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO – Secretária Nacional de Assistência Social – Ministério do Desenvolvimento Social/ MDS – Só para dizer para a Rô que de qualquer maneira é um desafio. Eu não vejo muito de a gente dar importância para o

histórico de tentativas desde 2000 e quando, Allan? Acho que 2009, o histórico de tentativas de cadastrar os idosos e o BPC. Nós nunca tivemos muito sucesso, mesmo fazendo campanhas. Então, é só para entender que mesmo com campanhas, é um desafio a gente conseguir esse número. Fala Allan, que eu te cortei.

Sr. ALLAN CAMELLO – Diretor da SNAS/DBA – Na realidade, desde 2010... 2009 vem um acórdão do TCU, que, salvo engano, é o 668 que faz uma análise da gestão do BPC dentre uns pontos do acórdão levanta essa questão do Cadastro Único para melhorar a gestão do benefício, principalmente, com relação à atualização e etc. Desde 2010, você tem uma série de medidas para tentar incluir esse público no âmbito do cadastro, tanto das pessoas idosas, quanto das pessoas com deficiência e você tem um início com uma inclusão considerável, no início de 2010 até 2011, depois, uma estagnação com relação à inclusão, vale lembrar que os dados, inclusive, que nós trazemos, sempre está no... o BPC está em movimento e o cadastro também, então, tem pessoas entrando e saindo dos dois lados tanto do benefício, quanto com relação ao cadastro único, atualização e etc. Então, nesses movimentos, você vê uma estagnação com relação à inclusão cadastral que perdurou durante os anos, se você for pegar o número absoluto, você tem um aumento, só que se for pegar a entrada do benefício, você vê que... se você for ver a entrada mais do que entrou no Cadastro, você tem uma estagnação ao longo dos anos, inclusive, em alguns anos com o decréscimo, então, entraram mais pessoas, mas não teve tantas pessoas assim indo para o Cadastro Único em que pese todo o esforço realizado nesses anos, então, é uma tarefa árdua, complexa e por diversas questões, inclusive, pela própria dificuldade do beneficiário se identificar como o beneficiário do BPC, a gente tentou fazer um teste com relação a ligações com os telefones que nós tínhamos na própria central do MDS, o que mais comunicava com o beneficiário era que o benefício que você recebeu no INSS com que você não recebe 13º, aí eles, “não, é esse realmente que eu recebo”, então, daí também a tamanha dificuldade também de visualização do que eles estão recebendo, com qual benefício que nós estamos lidando, muitos acham que estão aposentados, outros, acham que é o LOAS, então, você tem uma dificuldade também com relação à comunicação em identificar o próprio beneficiário, então, fora isso e também as questões que já foram debatidas em determinados momentos na CIT, no próprio CNAS, no início, com relação ao Decreto, a dificuldade de atualização das informações do INSS que são informações defasadas isso tem uma dificuldade também com relação à inclusão e por isso esses anos todos dessa campanha de inclusão cadastral e essa dificuldade de você entrar. Teve uma coisa que começou a ficar um pouco mais presente também no âmbito do BPC com

relação à inclusão, é também a ação de alguns advogados intermediários que também dificultam também essa inclusão cadastral, inclusive, de quem já é beneficiário, então, a pessoa conseguiu por meio de um advogado ou intermediário, ela volta e esse... exatamente. Alguns municípios chegam a nos relatar que essas pessoas colocam e falam para usar o prazo máximo quando se incluir só no último momento, então, tem todas essas questões que envolvem o benefício que também permeiam essa dificuldade de inclusão cadastral.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira Edna.

Sra. EDNA APARECIDA ALEGRO – Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI – Eu gostaria de pensar conjuntamente aqui para além da propaganda, para além da divulgação, porque eu estive na conferência estadual do Rio Grande do Sul e lá foi feito... foi dada uma informação que a fila para preencher para poder fazer o CADÚNICO começa às 23h do dia anterior com acampamento, com tudo e no dia seguinte são distribuídas 10 senhas por dia, cidade de Porto Alegre e a gente... não é só lá, são em muitas cidades... isso, em todas as regiões que eu tenho conhecimento, tem essa fila, então, acho que a gente precisaria pensar alternativas e não é só a propaganda, porque a propaganda a gente tem feito, mas eles não estão encontrando o serviço à disposição. Então, eu acho que isso é muito sério. Imagina uma fila que começa 23h para poder na manhã seguinte pegar 10 senhas. Isso é real, está ocorrendo. Então, não é culpa de quem não vai, uma outra coisa e o Allan falou realmente, que é o intermediário, ainda tem, alguns não entendem como BPC, entendem como aposentadoria, eu sou aposentado, então, também tem essa troca, quando você faz a campanha para ir cadastrar, quem recebe o BPC, alguns entendem que não é com ele, porque ele é aposentado. Então, eu acho que é isso que a gente precisaria pensar o que fazer se é uma campanha, se é uma articulação com a CIT, com as CIBs, para que realmente os municípios deem esse atendimento, porque não está acontecendo.

Sra. MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO – Secretária Nacional de Assistência Social – Ministério do Desenvolvimento Social/ MDS – Isso é uma questão de sensibilidade do gestor pôr mais gente.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Próxima inscrita é a conselheira Elisa.

Sra. ELISA MACIEL COSTA - Representante da Associação Mayle Sara Kali - Bom dia a todos e a todas. Nessa linha da fala da conselheira Edna, eu realmente acredito que a gente possa dar uma força para tentar suprir isso, porque está dando muito problema não só nesse caso só, como na quantidade de usuários que são analfabetos no país, como fazer essa campanha, de que forma fazer e quem está ficando, quem acaba sendo mais prejudicado é quem, de fato, mais precisa e não só fazer esse trabalho de sensibilização quanto trazer para vocês a dificuldade das pessoas em situação de itinerância para cumprir esse processo e quando digo isso, digo parquistas, circenses, indígenas, ciganos e outros. Outros povos não só tradicionais, mas que estão em situação de itinerância. A gente precisa ter um olhar para isso, porque a informação que chega não é possível, não chega redonda, certinha e isso tem causado um processo muito complicado, eu acho que a gente não precisa assumir e dizer, “ok, o problema é nosso”, mas a gente tem quase que obrigação de tentar fazer essa informação chegar. E quando a gente fala das estruturas dos gestores municipais, estaduais, a gente tem que falar também do racismo institucional, do preconceito, da discriminação que chega nessa ponta e que atinge esse processo. E nessa estrutura a gente sabe o esforço da busca ativa, eu falo isso muito tranquilamente, porque, de fato, acompanho, eu sei do salto do que deu e sei do que aconteceu depois que a gente começou a fazer essa incidência mais forte, essa busca mais forte para busca ativa, realmente, deu um salto, cobriu mais, mas falta ainda e tentar raciocinar junto, junto eu falo, porque do trecho que conheço me coloco à disposição para se pensar isso e para isso chegar na ponta, porque, de fato, são as pessoas em situação de vulnerabilidade mais forte.

Sr. ALLAN CAMELLO – Diretor da SNAS/DBA – Só fazer uma pergunta, só para eu entender. Quando você fala das pessoas em situação de itinerância com relação à dificuldade de realização do cadastro ou da informação chegar? Porque eu fiz o informe mais falado, mas no texto também fala que a gente conseguiu junto ao INSS que a mensagem aparecesse no comprovante de saque do recurso, claro que isso tem uma dificuldade com relação às pessoas que são analfabetas, mas, então, com relação à informação direta ao beneficiário isso chega, então, a questão do... queria só entender se a dificuldade é com relação à comunicação direta a essas pessoas com relação à itinerância ou é inclusão no cadastro dessas pessoas.

Sra. ELISA MACIEL COSTA - Representante da Associação Mayle Sara Kali - Os dois. Eu tinha até esquecido o segundo, você me lembrou, porque o problema é o seguinte, do CEP, é o CEP. Você raciocina comigo, você receber uma correspondência em situação de itinerância. Não, tem uma diferença. A gente briga pela mesma coisa, mas tem uma variável.

Na hora de fazer, porque essa informação não é dada corretamente quando se chega. Você sai, entra no local e você tem que se colocar em outra estrutura, essa andança toda não funciona, se você chegasse num local e isso desse um alerta e você pudesse puxar no sistema onde ele está no bairro, qual o local que ele vai fazer aquilo é uma coisa, em relação ao local de moradia, a gente conseguiu resolver esse problema, até ontem eu comentei isso com as pessoas, com a Portaria 940 de 2011, Ministério da Saúde que já estabeleceu a não necessidade mais da apresentação do comprovante de residência que é um problema, onde você mora, se é em situação de itinerância, você mora onde?

Sra. MARISA RODRIGUES DA SILVA – Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Conselheira, sua fala, eu gostaria de acrescentar mais um detalhe para o que a senhora está se referindo, até para podermos esclarecer do ponto de vista da gestão.

Sra. ELISA MACIEL COSTA - Representante da Associação Mayle Sara Kali - Então, a gente precisa, ontem, a gente estava discutindo, a gente precisa criar um mecanismo e um mecanismo muito de entendimento nesse trecho de fala, povos em situação de itinerância, porque todo o circuito que diz respeito a eles e, sim, população em situação de rua, parquistas, circenses, essa estrutura é uma população grande, não é uma população pequena, a gente, como sempre, diz que não vai dar um dado exato, porque o estado não conta isso com uma precisão, mas isso, inclusive, já começou numa estrutura de negociação numa resolução... numa resolução não, desculpa, essa não é resolução, esse é um documento orientador que saiu pelo ministério da educação em 2014 para que a gente facilitasse e desse a condição do estudo contínuo e isso aconteceu. Eu estive agora numa viagem em Serra Talhada e acabei vendo qual era o circuito, se eu entrasse e quisesse fazer alguma coisa e tivesse em situação de itinerância. De novo, os locais que fazem um combate ou que desenvolvem qualquer tipo de estrutura de oficina que volte ao entendimento que não abandonaram a área de povos e comunidades tradicionais ou de igualdade racial, tem feito oficinas, esse número e essa reclamação é bem menor. Agora, nas outras localidades não, muito pelo contrário, ela está aumentando. O seu aparte.

Sra. MARISA RODRIGUES DA SILVA – Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Só um aparte, senhor Presidente, só para finalizar aqui esse entendimento, me permita. Bom dia a todos e todas. Senhor presidente, o que a Conselheira Elisa está colocando é oportuno também ressaltarmos

que, de fato, eu penso que a medida certa que nós tomamos a partir da CIT, de prorrogar esse prazo vai ser substancial para que a gestão possa fazer esse reordenamento nos seus territórios. Nós sabemos que nós temos uma grande complexidade territorial, muitas das vezes, a gente não consegue nem chegar, quem conhece, de fato, a realidade dos municípios brasileiros, sabemos que tem localidade extremamente difícil que carro nem entra, tem esse detalhe e com relação a este prazo, isso vem dificultando, de fato, a gestão nesse processo, inclusive, que até ressaltar aqui aos senhores conselheiros que muitos da gestão fizeram quase que às pressas, contratar mais pessoal para o cadastro Único para poder efetivar esse processo, de forma que não é fácil, principalmente na parte dos idosos o que nós encontramos, conselheira Elisa, muitos já faleceram, tem uma questão que eu gostaria de ouvir de você que é o seguinte, o cadastro nosso não bate com o cadastro do INSS, muitas vezes, está desatualizado, acho que o nosso está mais atualizado do que o próprio INSS, porque as pessoas não vão constantemente no INSS para poder atualizar os seus endereços, então, está mais perto onde, está mais perto no nosso município que está lá a gestão, muitas vezes, o INSS é no município na região, então, é complexo isso, então, dado essa, o que eu só quero acrescentar é que a gestão vem sim fazendo um grande esforço, obviamente, a gestão não tem interesse nenhum em prejudicar, porque são...

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira, só mais rápido, por favor.

Sra. MARISA RODRIGUES DA SILVA – Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Pois não. Que eu a considero importante, eu sei que nós temos que correr, Presidente, mas eu acho que é importante nós entendermos isso e outra coisa, a gestão também está fazendo uma parceria muito grande com as assistências sociais do INSS, estamos fazendo audiências, reuniões com este público prioritário da assistência, é só esse detalhe e o esforço que a gestão municipal vem fazendo e penso que deve sim já imediato, colocar uma data definida para essa portaria.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Eu acho que a gente, inclusive, tem que sair daqui com uma resolução mesmo indicando uma data que a gente ache. É porque estou preocupado, porque a gente está ainda no primeiríssimo ponto do primeiríssimo, é a primeira pessoa, a primeira unidade a dar informe e o informe é o primeiro ponto de pauta e são 11h da manhã, a gente tem aí uma série

de intercorrência previstas, então, vou pedir bastante mesmo objetividade para os próximos inscritos. Conselheira Vice-presidente Rosângela. Retirou a inscrição?

Sra. ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS – Vice-Presidente do CNAS/MDS – Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA

– Na verdade, não... é uma pergunta e até pedir uma sensibilização da Secretaria em relação ao novo plano de viagem que foi enviado para nós conselheiros e conselheiras e prestação de conta. É muito complicado, esse plano para nós, para mim, em particular, é muito difícil eu estar em vários lugares desse país em conferência, morando num município onde não tem internet, o lugar que eu moro ter que preparar plano de viagem, assinar, escanear e devolver para cá, enquanto a gente está quase cumprindo o mandato todo e nunca houve nenhum problema em relação a isso, eu não sei qual foi as condições que foi discutido nessa mudança, mas isso tem sido, não sei se para os demais conselheiros, sei que para mim tem sido um dificultador muito grande de estar num lugar e para mim, nesse processo conferencial foi muito difícil eu estar no... sair do Rio, ir para Alagoas, de Alagoas para Santa Catarina e ter que estar indo atrás de um cyber para assinar plano de viagem, fazer a prestação de contas, escanear essa coisa toda, então, eu gostaria de pedir a sensibilidade, por favor. Eu sei... sim, estou dizendo... Secretária, só para concluir, isso é uma coisa que para nós conselheiros é um dificultador muito sério, em especial, para os usuários da política de assistência que não tem internet à disposição, eu, por exemplo, meu cadastro, do programa Bolsa Família foi cancelado, porque eu fui fazer lá no meu CRAS, onde eu moro, no município onde não tem internet foi preenchido à mão, foi mandado para a sede do município e até que o município colocasse no sistema, já tinha passado, então, foi cancelado meu Bolsa Família, então, é só para atentar para isso, então, a gente já está quase cumprindo o mandato todo, nunca tivemos problema com esse... com o processo que já vinha sendo feito aqui ela Secretaria Executiva do CNAS. Então, só para dizer da dificuldade, eu sei que é para todo mundo, mas dizer que a funcionalidade que é para todo mundo não funciona para todo mundo da mesma forma e no mesmo tempo. Muito obrigada.

Sra. MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO – Secretária Nacional de Assistência Social – Ministério do Desenvolvimento Social/ MDS – Só para te dizer que esse é um problema sério para todos nós e é particularmente para nossa Secretaria o que a gente precisa sentar e criar um outro modo de fazer, porque a nossa Secretaria tem muita viagem. E com isso eu acho até que nós que provocamos esse exagero de controle, então, vamos esperar um pouquinho para a gente ver como que faz.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Ok. Obrigado. A gente tem um pedido de inscrição de quem está nos assistindo, tem uma...

Sr. ALLAN CAMELLO – Diretor da SNAS/DBA – Só para dar uma resposta e depois o...

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – É porque eu acho que o pedido de inscrição vai nessa linha, então, se o pleno autorizar, a gente concede a fala e depois passa para você já fechar, pode ser? O pedido de inscrição é em relação a esse ponto? O pleno concorda de a gente conceder a palavra à Senhora Darci Nogueira? Ok. Por favor.

Sra. YARA NOGUEIRA - Representante de Entidades da Congregação de São João Batista – Bom dia a todos. É Yara Nogueira. Sou representante de entidades da congregação de São João Batista. Referente à questão do BPC, eu acho que é válida uma experiência vivenciada no município de Belo Horizonte, nós sentimos um desafio muito grande até pelo atravessamento da questão do “seja digital”, eu não sei como foi nos outros municípios, mas nós, nos equipamentos, tivemos uma grande demanda de pessoas em busca do Cadastro Único para poder fazer o Cadastro Único e ter condição de ter o conversor digital e é muito difícil até para a gente identificar a prioridade de atendimento, haja vista que o público de atendimento do BPC todo é prioridade e eu fico me perguntando enquanto defensora das políticas de assistência social se a mídia conseguiu ter esse alcance no “seja digital” para os equipamentos não terem nem condição de atendimento em muitos municípios, em Belo Horizonte mesmo, nós tivemos a contratação de outros entrevistadores, por que também não divulgar a necessidade do CADÚNICO para o BPC na mídia? Haja vista que agora a gente já teve o atravessamento do “seja digital” muitas pessoas já terão acesso a essa forma de comunicação da mídia. Então, é esse apelo que eu faço, porque não levar para a mídia a divulgação do CADÚNICO e a divulgação da importância para continuar com o BPC, ok? Obrigada.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado. Allan, por favor.

Sr. ALLAN CAMELLO – Diretor da SNAS/DBA – Com relação às pessoas em situação de itinerância, acho que normativamente isso está resolvido com relação ao Cadastro que você vai ter lá o equipamento de referência dessa pessoa naquele momento que vai ser o endereço, eu sei que a dificuldade é maior, porque a pessoa pode mudar, inclusive, de município e isso

fica complicado, mas eu acho que o que a Elisa falou muito mais com relação também à orientação, à capacitação de como lidar com essas questões e você ter o técnico municipal também com condições de não ser um obstáculo com relação à inscrição dessas pessoas e etc. Normativamente, só quero deixar claro que isso já está resolvido, a questão é que às vezes a norma não chega no viés prático, porque você tem uma referência, ele pode utilizar o endereço do equipamento como endereço. Com relação aos dados do Cadastro e do INSS a questão dos dados do Cadastro do INSS, de fato, os dados do INSS são muito defasados, boa parte dos beneficiários não vão atualizar até em razão disso, surge a necessidade de você utilizar o Cadastro Único, tendo em vista que é um cadastro de qualidade e você tem informação atualizada, nós já estamos começando a virar a chave internamente no Governo Federal, inclusive, para começar, porque já está incluído no Cadastro Único, começar a utilizar endereço, município de referência e etc. Dos nossos controles do Cadastro Único e não mais do INSS como informação, quando você tiver todo... quando você conseguir ter todo o público do BPC dentro do Cadastro, por lógica, você vai começar a utilizar o endereço do Cadastro Único para georreferenciar esse público, fazer outros estudos e esse movimento também está acontecendo para dentro do INSS com a incorporação do Cadastro junto aos seus sistemas tanto por conta do facultativo de baixa renda, quanto por conta do BPC. Com relação à utilização de campanha vários estados e municípios realizaram campanhas com reportagens na mídia local com relação a essas questões. O BPC tem as dificuldades que nós já elencamos, mas é bom a gente lembrar também que não é de hoje que está tendo esse movimento, você vem desde... vou colocar desde 2010 que, de fato, começou a ter uma campanha para inclusão cadastral que você trabalhando correlação à campanha, com relação a envio de cartas para beneficiários, todos esses passos durante esses anos todos, certo? O que acontece é que, por exemplo, no caso do “seja digital” que não estava me lembrando, a questão do conversor para televisão digital, você tem um prazo ali que você vai virar a chave, então, com o prazo hoje para você tentar, para você virar a chave, hoje, da forma, com o Decreto de 2018, então, você até esse prazo, como você tem todos... como era um demonstrativo, como falei, é como em qualquer outro prazo no âmbito do Brasil, você tende a ter uma prorrogação, uma postergação para os momentos finais para você ter uma inclusão ao longo do tempo e isso acontece essa virada de chave e você coloca boa parte das pessoas nessa nova sistemática, seja por conta da questão do “seja digital” ou por imposto de renda ou qualquer outra questão já dentro do nosso cotidiano. Então, a campanha existe, na realidade, você tem campanhas durante esses anos todos, a questão são essas dificuldades operacionais mesmas de você desde encontrar o beneficiário, teve uma gestora num CONGEMAS, agora

não... acho que foi do Nordeste, que ela me trouxe a lista dos beneficiários do município dela, acho que todos, metade já não estava mais no município dela, então, você tem “n” dificuldades com relação à você conseguir identificar esse público, com relação aos beneficiários já com óbito, a gente está melhorando com relação à gestão do benefício e nós fizemos, realizamos batimento com o SISOBE que é Sistema de Registro de Óbito com relação à certidão de óbito e também tem a ver com o sistema de registro de mortalidade da saúde, então, esse ano, o último dado que me recordo de cabeça a gente já encontrou mais de 17 mil óbitos no benefício e a gente está tirando essas pessoas da lista, agora, tem casos desses 17 mil que são batimentos exatos, ou seja, todos os dados estão corretos e são semelhantes e tem casos que demandam ainda uma ação do INSS para checar se aquela pessoa, de fato, é a mesma, porque muda um “s”, um “z”, um espaço no nome, no nome da mãe e pode ser uma pessoa com as mesmas características lembrando que ainda hoje no Brasil não existe uma chave única para você identificar as pessoas, tem uma tentativa que, por exemplo, saiu agora a mudança da certidão de nascimento, casamento e óbito que abriga a questão de ser a PF, isso, por exemplo, ajuda bastante a gente, no caso, por exemplo, do SISOBE, várias vezes você encontra, se você bate pelo CPF, você encontra uma determinada pessoa, se você bate pelo nome você encontra outra, então, essas questões vão se ajustando à medida que a gente também consegue criar essas bases de dados que nós já estamos fazendo isso e tanto que nós já conseguimos encontrar esses 17 mil óbitos só esse ano e a gente vem trabalhando em cima deles tanto para acessar o benefício como para apurar os casos que o batimento não é exato e é por similaridade. Seria isso.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Ok. Obrigado, Allan. Com isso, a gente encerra os informes da SNAS, passo, então, para a conselheira Solange para os informes da SENARC.

Sra. SOLANGE TEIXEIRA – SENARC/MDS – Bom dia, senhor Presidente, senhora Vice-Presidente, senhores conselheiros, conselheiras, nossos convidados, funcionários da Secretaria Executiva, demais servidores do MDS. Rapidamente, só aqui atendendo a um pedido do Secretário Tiago, ele informa que a folha de pagamento de novembro do Bolsa Família fechou em 13.676.038 famílias beneficiadas, novamente, com a fila zerada e eu vou só fazer aqui meu pequeno... uma pequena observação, lá no Rio Grande do Sul, na conferência estadual teve uma grande polêmica da fila zerada, dizendo que teve um grupo que se manifestou e a gente tem que estar preparada para isso na nossa conferência nacional, viu, senhor Presidente? Dos vários protestos que chegarão até lá, que essa fila não estava zerada,

que os municípios tinham como que tem inúmeras famílias cadastradas no Cadastro Único e de baixa renda e que não foi beneficiada, eu levei essa questão para dentro da SENARC e a explicação veio rapidamente, são cadastros desatualizados, são cadastros que as famílias, mesmo casos de quando... agora, são feitos vários batimentos, entra informação, omissão de renda, é tudo checado imediatamente com outras bases, então esses cadastros ficam com a pendência, é muito importante que os municípios, que nós alertemos lá na ponta que o Cadastro, a família só é habilitada ao programa, estar pronta para entrar no programa, ainda assim, quando ela é habilitada, ela não está no programa, quando todos os dados, todas as informações do Cadastro dela são checados, não há inconsistência, então, muitas das vezes, o município fica lá com um monte de cadastros que têm alguma informação e família também não sabe, então, só para esclarecer que quando a gente fala em fila zerada, são aqueles cadastros aptos, a família está habilitada a ser beneficiária do programa Bolsa Família, isso fica bem claro. No mais era só essa informação que eu queria trazer aqui.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Ok. Obrigado, conselheira. Nenhuma inscrição na sua fala, a gente passa, então, para a conselheira... a gente está no momento sem a representação de FONSEAS, passa para a conselheira Elcimara, conselheira Marisa, para os informes do CONGEMAS.

Sra. MARISA RODRIGUES DA SILVA – Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Senhor Presidente, nós vamos fazer aqui um pequeno relato do CONGEMAS sobre o processo de articulação em defesa da recomposição do orçamento junto aos presidentes dos COEGEMAS onde nós estamos promovendo em todo o país, o debate nas audiências, nas câmaras municipais, também estamos partindo em audiências públicas nas assembleias legislativas, como também, recentemente, senhor Presidente, nós estivemos participando, o CONGEMAS, juntamente com o FONSEAS, do ato do lançamento, da frente parlamentar em defesa do Sistema Único de Assistência Social que é uma das autorias, que é do deputado Danilo Cabral de Pernambuco, que ocorreu agora no dia 7, no salão nobre. Isso, nós observamos que é mais um mecanismo, senhor Presidente, que nós conquistamos claramente na vocalização do SUAS dentro do Congresso Nacional, então, agora, a gente sente a preocupação também, os deputados estão, de fato, entendendo o que é a política de assistência social, porque passem senhores conselheiros, nós tivemos em algumas rodadas, de alguns gabinetes, que, sequer... tinha deputado que desconhecia diretamente a assistência social enquanto política pública.

Então, todo esse movimento vem também, o CNAS vem também fazendo essa frente, importante para sensibilizar da importância dessa política junto ao Congresso Nacional, mas também, senhor Presidente, tivemos a reunião... reuniões com o relator do orçamento, com os representantes do Ministério da Fazenda e com o Presidente da Comissão Mista. Participamos de uma audiência com o Ministro Osmar Terra, onde estava presente a Secretária Carmem, onde o Ministro colocou o esforço que vem fazendo também para a recomposição do orçamento e aqui quero destacar aos senhor conselheiros o que é que disse para nós e quero aqui socializar com os senhores, o Ministro sinalizou um desembolso financeiro já de 2017 com perspectiva de honrar grande parte da dívida com os municípios que equivalem a, aproximadamente, 500 milhões dos restos a pagar de 2016 e até o momento um bilhão e 200 milhões de 2017. Em relação ao orçamento já que existe, uma negociação do próprio Ministro, ele disse que vem se esforçando e vem tendo toda essa negociação junto com o Ministro de Planejamento e com a Comissão Mista de Orçamento com possibilidade de fechar o orçamento para o SUAS no valor, aproximadamente, de três bilhões. Então, o Ministro também, senhores conselheiros, assegurou a nós gestores que o cadastramento também sinalizou isso que nós já falamos agora há pouco de adiar, protelar mais um ano esse cadastramento, também ele ressaltou a recomposição do orçamento que... para o PAIF, aquele que nós estamos ainda esperando e acreditamos que nós avançamos nesse... estamos avançando nesse processo. E outra coisa, Presidente, participamos também, o senhor também esteve lá na plenária conjunta com o FONSEAS e o CONGEMAS que nós realizamos também no dia 7, onde nós discutimos o cenário de ameaças ao Sistema Único de Assistência Social e a relação SUAS, SINASE com ênfase nas medidas socioeducativas em meio aberto. Essa plenária conjunta com o FONSEAS está sendo muito bem avaliada pelo CONGEMAS no sentido de nós estarmos dentro dessa unidade contextualizando o aprimoramento dessa política entre esse envolvimento também na recomposição do orçamento. Sabemos que temos diferenças, evidentemente, com o FONSEAS, nem tudo concordamos na íntegra, mas estamos tendo uma relação mais aproximada nesse sentido. Acreditamos que avançamos, estamos avançando nesse processo, mas ressaltamos, senhor Presidente, a importância de continuarmos atentos, mobilizados e articulados, porque não podemos perder de vista essa frente de discussão em favor da recomposição do orçamento. Muito obrigada, senhor Presidente.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigada conselheira. Conselheiro Carlos tem um questionamento com

relação a isso? Ou o senhor está se inscrevendo para o seu informe ou é uma dúvida em relação ao...

Sr. CARLOS NAMBU – Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – É uma dúvida em relação ao...

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Ok. Conselheiro Carlos.

Sr. CARLOS NAMBU – Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – Bom dia, conselheiros, conselheiras, convidados e convidadas. Secretaria Executiva. Eu queria saber em relação ao CONGEMAS, porque nossa luta não é, basicamente, recomposição, porque a proposta principal precisa ser aquilo que o CNAS aprovou, porque o que acontece? Essa proposta principal vai ser a proposta base para a proposta orçamentária no ano que vem para 2019 e se considerarmos que a proposta principal é aquela sem as emendas, que a emenda é somente uma recomposição, teremos um sério problema na proposta orçamentária de 2018 para 2019, então, a gente precisa ter muito, vai estar até no relato da Comissão de Financiamento e Orçamento, mas antecipando, porque eu não sei se é esse o entendimento do CONGEMAS, porque nós temos um grande perigo da proposta principal ser considerada... a emenda ser considerada, simplesmente, uma recomposição e a proposta principal é com corte, depois utilizam isso como justificativa para a proposta de 2019.

Sra. MARISA RODRIGUES DA SILVA – Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – De fato, conselheiro Carlos, nós temos essa preocupação e nós sinalizamos isso, inclusive, no diálogo que nós estamos mantendo com o Ministério. O que nós conversamos com o Ministro foi a questão imediata, essa questão imediata agora que nós temos que recompor o recurso ainda para pagar 2016, estão devendo, o Ministério está devendo 2016, 2017, mas concordamos com o senhor nesse sentido e para isso já existe uma comissão, Elcimara, dentro do CONGEMAS para ampliar essa discussão, hoje mesmo, nós estamos aqui em Brasília, um gestor que está dialogando com relação a esse contexto também de não se fixar apenas em 2018, mas ter o patamar de garantir para os próximos anos no decorrer, inclusive, no PPA, que principalmente, amarrar no PPA que vai ser a partir do ano... do primeiro ano do Governo, vai ter eleição no próximo ano, vai ser 2019, salvo engano.

Sr. CARLOS NAMBU – Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – Eu queria enfatizar que não estamos desconsiderando 1,7 bi, não estamos desconsiderando a

emenda, mas essa que vá para o plenário como proposta principal, mas não... e ainda falta dinheiro, gente, falta muito dinheiro, falta 1,4 bi, então, para serviços e gestão, então, fica complicada a questão e a luta do CNAS, a gente já colocou aqui no Pleno a questão da defesa da proposta principal ser aquela que é aprovada pelo CNAS, se não, a gente tem um complicante, que a gente está jogando um problema para o ano que vem na proposta orçamentária para 2019 e também vai implicar no PPA.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Ok. Obrigado, conselheira Marisa pelos informes do CONGEMAS. Os Informes... agora, passamos, então, para os informes dos conselheiros, não é isso? Informes da Secretaria Executiva.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social/MDS – Informes da Presidência da Secretaria Executiva, ausências justificadas. Conselheira Carmem Fogaça, nessa reunião ordinária devido a compromissos institucionais, a conselheira Maria Isabel Amorim na Comissão de Política dia 21 de novembro, no período matutino, dia 22 da reunião ordinária devido a compromissos institucionais e as outras justificativas feitas pelo Presidente logo no início da reunião. Convocação à participação. Outubro. Conselheiro Alberto Albino foi convocado para representar o CNAS na segunda reunião da Coordenação Colegiada do Fórum Nacional de aprendizagem nos dias 25 e 26 ed outubro, em Brasília, a conselheira Raquel Antunes foi convocada para representar o Conselho Nacional de Assistência Social na reunião da Comissão Intersetorial de Saúde mental no dia 31 de outubro, em Brasília, a conselheira Caroline Miranda foi convocada para representar o CNAS na conferência estadual de assistência social de Goiás, nos dias 30 e 31 de outubro e 1º de novembro. A conselheira Elisa Maciel foi convocada para representar o CNAS na câmara técnica sobre o serviço de acolhimento no SUAS, nos dias 6 e 7 de novembro, em Brasília, o Conselheira Leovane Gregório foi convocado para representar o CNAS no lançamento da frente parlamentar em defesa do SUAS, no dia 7 de novembro de 2017, em Brasília, o conselheiro Leovane Gregório foi convocado para representar CNAS na reunião do Fórum interconselhos 2017, PPA 2016, 2019, monitoramento participativo, no dia 8 de novembro, em Brasília, o conselheiro Leovane Gregório foi convocado para representar o conselho nacional na 160ª Reunião da CIT realizada no dia 8 de novembro, em Brasília, o conselheiro Leovane Gregório foi convocado para realizar visita in loco ao município de Porteirinha, de Minas Gerais, em cumprimento ao processo avaliativo previsto no Artigo 20, parágrafo único do prêmio mérito CNAS.

Conselheiro Carlos Nambu foi convocado para realizar visita in loco com o município de São Gabriel do Oeste, Mato Grosso do Sul, em cumprimento ao processo avaliativo previsto no Artigo 20, parágrafo único do prêmio mérito CNAS, a Conselheira Edna Alegro foi convocada para representar o CNAS na oficina nacional de acolhimento conceitual e formação, acerca do assessoramento, defesa e garantia de direitos no âmbito do SUAS realizadas nos dias 16 e 17 de novembro, em Brasília, a conselheira Elisa Maciel foi convocada para realizar visita in loco no município Serra Talhada, em Pernambuco, em cumprimento ao processo avaliativo previsto no Artigo 20, parágrafo único do prêmio mérito. A Conselheira Rosângela Santos foi convocada para realizar visita in loco ao município de Lisbom Veloso, Piauí também em cumprimento ao processo avaliativo do prêmio mérito CNAS. Os conselheiros titulares foram convocadas para a reunião da Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social realizada no dia 20 de novembro, em Brasília, os conselheiros nacionais que integram a Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social foram convocadas para a reunião realizada no dia 20 de novembro, em Brasília, os conselheiros nacionais que integram a comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda foram convocados para a reunião realizada no dia 20 de novembro, em Brasília, os conselheiros nacionais que integram as comissões de norma e Acompanhamento aos Conselhos foram convocados para a reunião conjunta realizada no dia 20 de novembro, em Brasília, os conselheiros titulares e suplentes foram convocados para a 260ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional no período de 21 a 23 de novembro, em Brasília, a Conselheira Maira Almeida foi convocada para realizar visita in loco no Conselho de Assistência Social do DF, em cumprimento ao processo avaliativo previsto no Artigo 20, parágrafo único do Prêmio Mérito CNAS. Visitas in loco aos municípios que concorrem ao prêmio mérito. Conselho Municipal de Assistência Social de Jussara no período de 31 de outubro a primeiro de novembro, conselheira Carolina Sampaio e Elis Tavares, representantes da Secretaria Executiva, conselho municipal de Assistência Social de Maracanaú no período de 24 a 27 de outubro, Presidente Fábio Brunni e Maria Auxiliadora representando a Secretaria Executiva, Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador, Santa Catarina nos dias 31/10 e primeiro de novembro, Vice-presidente Rosângela e Maria Auxiliadora representantes da Secretaria Executiva. Conselho Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Sul no período de 6 a 9 de novembro, conselheira Solange Teixeira e Regina Sermonte representante da Secretaria Executiva, Conselho Municipal de Assistência Social de Feira de Santana na Bahia, no período de 7 a 9 de novembro, Presidente Fábio e Alex Santana representantes da Secretaria Executiva. Conselho

Municipal de Assistência Social de São Gabriel do Oeste nos dias 13 e 14, conselheiro Carlos Nambu e Alex Santana, representando a Secretaria Executiva. Conselho Municipal de Assistência Social de Porteirinha Minas nos dias 13 e 14 de novembro, conselheiro Leovane e Ruy Polari, representantes da Secretaria Executiva. Conselho Municipal de Assistência Social de Lisbom Veloso, Piauí nos dias 16 e 17 de novembro, Vice-presidente Rosângela e Maria das Mercês, da Secretaria Executiva. Conselho Municipal de Assistência Social, de São Bento do Una... desculpa, conselheiros, esse não. Serra Talhada nos dias 16 e 17 de novembro, conselheira Elisa e Maria Cristina representantes da Secretaria Executiva, CASDF no dia 22 de novembro, Conselheira Maira e Mirele Dantas representante da Secretaria Executiva. Dezembro. Os conselheiros titulares que integram a Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social foram convocados para a reunião a ser realizada no dia 4 de dezembro, em Brasília, os conselheiros titulares e suplentes foram convocados para a 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, no período de 5 a 8 de dezembro, em Brasília. E-mails enviados aos conselheiros. Manual de contribuição para o fortalecimento da política nacional de assistência social por meio da estruturação da rede de serviços de proteção social, link para o tutorial de boas vindas aos conselheiros de assistência social, InfoSUAS de 20 de outubro, de 2007, certificação de entidades privadas oferecem prioridade em parcerias com o poder público. Matérias publicadas na internet referentes ao corte orçamentário de 2018 que citam o conselho nacional de assistência social. Relatório de participação do conselheiro Carlos Nambu na conferência de Sergipe, convite para o encontro nacional de direitos humanos a ser realizado no dia 8 e 9 de novembro. CNAS abre as instruções para 200 vagas de observadores na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, frente parlamentar em defesa do SUAS convida para o ato político e lançamento, InfoSUAS dia 27/10/2017, SNAS debate políticas socioassistenciais em evento no Uruguai, relatório de participação do conselheiro Carlos Nambu na conferência estadual de assistência social, do Pará e de Mato Grosso, comunicado de desistência do Município de Assistência Social de São Bento do Una, Pernambuco de concorrer ao prêmio, Mérito CNAS, orientações acerca dos nossos procedimentos de passagens, carta de gestores do cadastro único nas metrópoles. Ata e gravação da 259ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional. Boletim do CONANDA, confira a cobertura da 266ª Assembleia do Conselho de Caravana de Direito da Criança e do Adolescente. Convite do professor Carlos Ferrari, Oficina Nacional de Alinhamento Conceitual e informação acerca do assessoramento, defesa e garantia de direitos no âmbito do SUAS nos dias 16 e 17 de novembro. Nota de repúdio de trâmite do termo de referência de apreciação na reunião da Comissão Organizadora. CNAS Informa. Audiência pública sobre

corte do orçamento da assistência social será realizada na Câmara dos deputados, inscrições para observadores na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. CNAS faz reunião com o Ministério da Fazenda em defesa ao financiamento do SUAS, CNAS participa do Fórum Interconselhos para tratar do plano plurianual, CNAS ressalta a importância da recomposição no orçamento da assistência social durante audiência pública. Datas comemorativas. Dia do conselho tutelas, 18 de novembro, dia da consciência negra, 20 de novembro. Conselheiros aniversariantes do mês de novembro, conselheira Solange Teixeira no dia 11, parabéns conselheira, Conselheira Edna Alegro no dia 12, parabéns conselheira, conselheira Elisa Costa no dia 29, parabéns conselheira.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Ok. Obrigado, Mercês. Algum destaque nos informes da Secretaria Executiva? Então, passamos aos informes dos conselheiros. Eu quero, de imediato, me inscrever para dizer que eu participei como Presidente do CNAS dessa plenária do CONGEMAS e do FONSEAS e no mesmo... a gente teve ali na mesa de abertura, na associação dos municípios, dos Prefeitos e logo no final da manhã, a gente foi à Câmara dos Deputados, então, participando da frente parlamentar em defesa do SUAS, coordenada, então, pelo Deputado Danilo Cabral, acho que foi um movimento bastante bom do conselho, a gente teve ali ao lado de FONSEAS e de CONGEMAS, o Conselho Nacional, vamos dizer, o primeiro ponta pé dessa história toda, eu acho que veio do Conselho que foi a primeira reunião logo na sequência do dia 30 de agosto, o prazo do envio da primeira versão da PLOA, a gente já teve a reunião logo na sequência e já fez aquela carta e aquela mobilização, então, hoje, de fato, pela quantidade de deputados que estiveram lá presentes, o ato de lançamento foi até quase que 14h, então, foram muitos deputados falando, alguns senadores, senadoras, de fato, a gente mostra que a gente vê que o Congresso Nacional está bastante sensível e mobilizado e acho que a gente tem que sempre valorizar a participação do CNAS nesse processo. A gente já disse aqui algumas vezes, o conselheiro Carlos já mencionou, Marisa também, em relação a esta PEC que está sobre a receita corrente líquida, isso vem para esse pleno na reunião da Presidência Ampliada, mas, de todo jeito, o gabinete do deputado Danilo Cabral nos solicitou por telefone, para que a gente tenha uma posição, se possível, no dia de hoje, em relação a referendar ou não o conteúdo daquela PEC, em virtude de que é hoje que é o último prazo que eles têm para colocar num cartaz que eles vão fazer e eles querem imprimir e distribuir isso por toda a Câmara e querem também que esse material esteja presente na conferência nacional, então, acho que isso já é um Informe também que precisa

ter um encaminhamento, isso vem também nas outras memórias. Então, basicamente, eram esses os meus informes. Conselheira Clátia.

Sra. CLÁTIA REGINA VIEIRA – Representante da Federação Nacional dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas – FENATIBREF –

Bom dia a todos e a todas. Primeiro, quero parabenizar o CNAS, o MDS, nesse mês de novembro, a gente que vem a tanto tempo aqui falando desse público de usuários, desse público de trabalhadores de ensino médio e fundamental, esse público preto, que a gente passava despercebido, eu quero parabenizar pelo CNAS e pelo MDS, está chegando próximo dessa discussão, está entendendo a importância de pautar a questão racial já que é tão visível o público preto com o qual essa política se relaciona. Eu também gostaria de nesse novembro que não tem sido fácil e às vésperas da comemoração de 130 anos da abolição que não aconteceu até hoje, nós do Rio de Janeiro acordamos ontem com um posicionamento do Secretário Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro, onde ele tem manifestações brutalmente racistas contra a atriz Taís Araújo e seu filho, na ocasião, Taís Araújo falava das relações raciais que o filho dela tem sofrido na escola e no condomínio, porque não basta ter condição social, fica claro que a questão é a cor da pele preta, é a cor da pele preta que diz se você vai ou se você fica, se você é respeitado ou se você é desrespeitado, então, quero deixar aqui uma crítica ao Secretário que em vez de estar dando conta da inclusão do povo preto, faz uma fala no seu facebook e agora está muito na moda os gestores resolverem trabalhar pelo facebook, é impressionante como os gestores resolveram agora levar o gabinete para dentro do Facebook e dessa forma queria aqui repugnar essa fala, dizer que o Rio de Janeiro vai se levantar em relação a essas questões, já há um movimento, hoje, a Câmara Federal, provavelmente, a Deputada Benedita da Silva e Rosângela Gomes irão fazer... e Jean Wilys, irão fazer um pronunciamento, o Jean Wilys já se colocou contra também nas redes sociais e, por fim, eu gostaria... por fim, não. Gostaria também de publicamente aqui pedir desculpas à Vice-presidente Conselheira Rosângela pelo constrangimento que ela passou no Rio de Janeiro na nossa conferência, dizer que aquele constrangimento não representa os trabalhadores do estado do Rio de Janeiro e sim uma trabalhadora isolada e insatisfeita que não é um problema dos trabalhadores do Rio de Janeiro, então, gostaria muito de poder me desculpar em nome dos trabalhadores, porque era a única das trabalhadoras aqui do CNAS que estava lá e desculpa Rosângela, mas não pense que os trabalhadores do estado do Rio de Janeiro se representam na figura daquela pessoa que diz ser do FET Rio de Janeiro e por fim eu gostaria de trazer aqui uma questão que é o que está no site do MDS, do Ministro com essa

relação de emergencial, de políticas públicas sociais do Rio de Janeiro, que falam de municípios, se fosse possível, gostaria de saber quais os municípios, a gente tem essa informação, qual o tipo de ação que serão feitas, porque me parece que foi uma relação apenas governamental, a gente não tinha a sociedade civil e a gente tomou conhecimento meio pelo site, seria muito importante, por conta da violência que não é diferente nos outros estados, mas que o Rio de Janeiro tem uma visibilidade maior, talvez, porque seja a cidade maravilhosa, então, tem uma visibilidade maior na questão da violência e, certamente, é de interesse da assistência do Rio de Janeiro, é de interesse dos trabalhadores, dos movimentos, é de interesse da Sociedade Carioca que a gente possa saber para poder contribuir e ver de que forma a gente pode colaborar. Obrigada.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado, conselheira. Acho que a sua fala é direcionada ao Ministro, você vai ter a oportunidade também de questioná-lo diretamente quando ele estiver presente, conselheira Elisa.

Sra. ELISA MACIEL COSTA - Representante da Associação Mayle Sara Kali - Não é bonito nem educado e quero reforçar a fala da conselheira Clátia e reproduzir aqui a fala deste senhor gestor, essa pessoa, tentando ser aqui educada o suficiente. Quero que as raças se fodam, essa é a fala pública do Secretário. Ao dizer isso, sem maiores delongas no trato, mas eu acredito que, Clátia, foi um direcionamento que mexeu com todos nós e é claro, a depender do que vocês vão agir, nós também vamos agir. De um país que é feito de muitas raças, impressionante isso, mas vamos lá. Quero também dizer a vocês que a Mariana comentou e eu estive no Fórum PETI da Erradicação e fizemos até uma... acabei até fazendo uma fala e vocês vão compreender, esse trecho eu gostaria de passar aqui, as outras estruturas eu acho que elas são um pouquinho complexas e estou terminando um relatório para enviar por e-mail, eu acho que é mais prático, mas do Fórum PETI, a gente deu um exemplo, vou dar o mesmo exemplo para vocês, vocês vão me compreender. As castanheiras, a comunidade que lida com castanhas e é uma comunidade tradicional, reconhecida pelo Decreto 6040 de 2007, deste, do MDS, essas pessoas começar no trabalho muito cedo e é o trabalho familiar. Essa criança com quatro anos, ela começa a quebrar castanha, com oito anos, ela não tem mais a identificação digital e essa luta se prossegue, porque isso é um ciclo vicioso, ela não sai e isso continua acontecendo e essa criança e esse adolescente vai ficar sem carteira de identidade, porque ela não consegue aplicar a digital e vai entrar no circuito do trabalho forçado, do trabalho escravo, do trabalho do jeito que quiserem dar o nome para tentar ficar um pouco

mais bonito, o alerta que a gente fez é que não há contagem em nível de trabalho infantil se essas crianças pertencem a povos e comunidades tradicionais, não há nenhum estudo no país que direcione esse número e a gente fez o alerta que esta comunidade que abriga estas crianças de castanha, quebradeiras de castanha e também as de coco de babaçu são pertencentes a povos e comunidades tradicionais, então, a gente precisa também começar a contar para poder fazer uma direção mais justa e não deixar morrer e nem cair no vazio um trabalho que como diria a Ministra Luíza Bairros, se tivesse viva, que muito me orgulha repetir, enquanto foi Ministra da SEPIR, a gente não pode esquecer os que morreram, os que enlouqueceram, os que dedicaram sua vida inteira para que esse... isso que a gente chama de racismo abrisse as asas do tamanho que abriu e a gente não pode, a gente não tem o direito, quem pertence e quem não pertence, quem já pode ver a pauta, porque não é possível que a gente vai diminuir a capacidade de raciocínio, porque os tempos mudaram, muito pelo contrário, a gente tem que ampliar isso e no sentido desta ampliação de entendimento, eu aproveito e agradeço publicamente, pena que a Secretária não está aqui o Luís Otávio e todos os conselheiros da Sociedade Civil, porque quando as vagas foram restritas para povos e comunidades tradicionais na conferência, os meus companheiros da Sociedade Civil abriram mão da vaga de delegado extra e conseguiram colocar “geraizeiros” que jamais participaram em nada dentro das instâncias de Governo e quem vem é um assistente social, geraizeira, ela se formou, ela está brigando sozinha na região dela, quem vem é pescador artesanal, quilombola, matriz africana, louvara, romi, calim e uma variável indígena, porque a gente não tinha condição de ter mais, nós vamos ser poucos, mas a gente vai conseguir não deixar quebrar o que estava se quebrando, então, esse agradecimento a gente tem que fazer e mesmo que muitas vezes a gente escute a crítica de que... eu escutei isso e digo isso com muito carinho, vocês agradecem demais, a gente aprendeu a fazer isso por esses espaços. Não é agradecer no sentido de você abaixar a cabeça para aceitar qualquer espaço, não, é agradecer no sentido de que quando a gente tem o direito à fala em algum espaço público, a estrutura de vida dessa parcela da população brasileira que não aparece nos espaços públicos não é contemplada nem nas grandes mídias como rede globo, SBT, não está em nenhum espaço dessas discussões consegue fazer uma fala consciente e mostrar esse país de que cor e de que forma este país foi construído e é constituído e isso é extremamente importante, então, volto a agradecer em especial aos conselheiros da Sociedade Civil, todos, mas os usuários, em particular, que abriram mão das suas vagas de delegado e cederam quatro vagas para que essas quatro vagas fossem disponibilizadas, isso, gente, não tem preço, não é propaganda do cartão de crédito não, mas não tem preço, isso não se paga, não tem como mensurar isso de

outra forma, então, mesmo que seja uma forma mais simples, mas eu gostaria de agradecer profundamente, obrigada.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado, conselheira. Conselheira Edna.

Sra. EDNA APARECIDA ALEGRO – Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI – É uma rápida informação sobre a oficina, sobre as entidades de assessoramento e alinhamento de conceitos aqui da qual participei representando o CNAS nos dias 16 e 17 aqui nesta plenária, dela já foram tirados alguns encaminhamentos, passei para a reunião da comissão de Normas e Comissão de Acompanhamento aos Conselhos o resumo do que ocorreu na oficina e já também informei que vai ocorrer uma oficina na conferência com esse tema. Além disso, a documentação, os dois documentos que foram já produtos desse GT estão sendo finalizados, o texto final, porque após a oficina, durante oficina ocorreram algumas contribuições e vai ser encaminhado ao conselho para continuidade das discussões.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Ok. Obrigado, Edna. Alguma outra inscrição de conselheiros? A gente fica, então, com a pendência dos informes do FONSEAS, uma vez que a conselheira... e da CIT, uma vez que os respectivos conselheiros estão fora, mas a gente já passa para o próximo ponto de pauta, a conselheira Edna está pedindo a palavra.

Sra. EDNA APARECIDA ALEGRO – Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI – Só falar que nós buscamos contato com alguns deputados essa semana sobre o BPC que continua a baila, ouvi uma propaganda no rádio dizendo que só vai... a reforma só vai atingir privilegiados, que ganham muito e aposentam muito cedo e que não iria mexer no BPC, só que vocês, se tiverem oportunidade de ver no grupo, o BPC vem, de novo, sendo atacado, então, não tem o texto ainda definido da reforma, a reforma vai vir, vem esse ano ainda, então, o que eu gostaria é que nós nos mantivéssemos atentos a isso e mobilizados e continuando a buscar aliados no legislativo para fazer a defesa, porque, se não, vai ficar pior do que já estava.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira Rosângela.

Sra. ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS – Vice-Presidente do CNAS/MDS – Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA

– Bom dia a todos conselheiros, novamente. Só para dar o informe que fui... conselheira Luziana e outros conselheiros, esses dias a gente estava conversando que a delegação do Pará viria para cá para Brasília de ônibus e muitos estavam reclamando desse processo e aqui meu whatsapp encheu de tantas mensagens e eu fiz algumas conversas com a Secretaria Estadual de Assistência Social e já mudou esse indicativo do ônibus, então, a delegação deve vir de avião, chegar aqui com tranquilidade, um pouco para informar que a gente também está fazendo incidência política no estado e que bom que os delegados chegarão aqui com mais segurança, com tempo para participar da conferência nacional.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira Luziana.

Sra. LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO – Está ligado? Bom dia, senhor Presidente, Vice. Bom dia aos conselheiros. Rosângela, essa informação... porque assim, eu recebi dos trabalhadores do Pará essa situação, não é só a questão da falta do conforto, o que eles trouxeram são os dias, porque alguns vinham do interior e levavam dois dias para chegar em Belém, de Belém para cá, mais três dias. Mais os dias da conferência, mais três dias para voltar, mais dois para chegar na sua cidade, então, são mais ou menos 15 dias fora de toda a questão pessoal e de trabalho deles também. Então, a gente pode já divulgar isso ou a gente tem que aguardar mais um pouco?

Sra. ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS – Vice-Presidente do CNAS/MDS – Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA
– Eu recebi a informação ainda há pouquinho.

Sra. LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO – Então, a gente pode divulgar aos trabalhadores dizendo que procurem mais e que a informação que a gente tem foi que tem a possibilidade de vir de avião, então. Está bom, então, a gente vai divulgar. Obrigada. Eu só queria ratificar também o que Edna disse quanto à questão de a gente se manter mobilizado em relação ao BPC, eu fiquei muito feliz quando eu vi a propaganda do Governo, porque eu vi que só deputado e Senador vai se aposentar, porque o Governo colocou que são aqueles que ganham muito e trabalham pouco, se aposentam cedo, então, só

os Deputados e Senadores estarão na reforma, a gente está tudo sem estar atingidos pela Reforma, então, já que eles só vão aposentar para os deputados e senadores, a gente já está mais livres. Mas falando de uma forma bem atual, do contexto, eu acho que a mobilização tem que continuar, a gente tem que continuar mobilizado.

Sra. ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS – Vice-Presidente do CNAS/MDS – Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA

– Me inscrevi novamente, eu também quero dizer que, para mim, essa propaganda é um ataque ao que a gente defende, ao que a gente tem defendido aqui nessa casa, tive a oportunidade de ver ontem, por um acaso, passou e eu, de repente vi e, sinceramente, fala sério. Mas enfim, me inscrevi para fazer... fiz referência na Comissão Organizadora da Conferência, mas lá em... eu fui fazer a visita do Prêmio Mérito CNAS em Lisbom Veloso e além de fazer a visita lá, nós tivemos... tive duas agendas que foi pedida pelo Conselho Estadual de Assistência, para a gente dialogar dois pontos que eles estavam querendo que nós enquanto CNAS pudéssemos fazer intermediação na conversa com a Secretaria de Governo do estado, então, uma era sobre a posse do conselho estadual que estava já há um tempão na governadoria e não saía e a outra coisa era para conversar sobre o cofinanciamento, então, além de fazer a visita do prêmio mérito, eu tive reunião com o conselho estadual, nós tiramos uma Comissão, o Secretário nos atendeu, então, nós fomos lá com a Comissão do Conselho e no mesmo dia a gente conseguiu que o Secretário se comprometesse e o edital de posse do conselho saiu nesta segunda-feira agora, a reunião foi na sexta e o edital saiu nesta segunda-feira, então, mais uma vitória para o conselho que vai começar a atuar diante da política, quanto à questão do cofinanciamento, os conselheiros que queriam ainda tomar posse levaram várias intervenções para contribuir no processo e ficou ali estabelecida uma relação entre a gestão e o próprio conselho, então, só para informar a vocês que além de fazer, a gente também visitou as obras que estão sendo feitas na casa dos conselhos, então, eles estão fazendo um trabalho bem interessante lá e a gente pôde partilhar algumas coisas e, principalmente, contribuir com o conselho lá em Teresina.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado, Conselheira Vice-presidente Rosângela. Passamos, então, à Comissão de Monitoramento das Deliberações das conferências. Conselheira Clátia, por favor, peço que seja distribuída.

Sra. ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS – Vice-Presidente do CNAS/MDS
– **Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA**
– Conselheira Norma, por favor.

Sra. NORMA SUELY DE SOUZA CARVALHO – Representante da Capemisa Instituto de Ação Social – Bom dia a todos os conselheiros e conselheiras. Já está sendo distribuído o relato, é um relato breve. Vou começar a leitura. Reunião da Comissão de Monitoramento das Deliberações das conferências nacionais de assistência social. Reunião de... este relato contempla as reuniões 01 e 02, porque nós não fizemos o relato da primeira reunião dessa comissão, elas foram realizadas na data de 20/10 e 20/11 de 2017. Os membros da Comissão. Nós tivemos uma convidada, a Juliana Maria Fernandes Pereira, da SNAS/MDS. Tivemos também alguns ouvintes participando da Comissão. Na primeira reunião, em outubro, a Comissão sentindo a necessidade de apresentar durante a 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, uma avaliação, mesmo que parcial, do monitoramento, avaliou que as deliberações da 10ª Conferência Nacional de Assistência Social foram prioridades contempladas no segundo plano decenal de assistência social e, por isso, considerou que o monitoramento poderia ser pautado nas 27 metas deste plano, sendo o mesmo realizado em etapas, desta forma, a comissão decidiu priorizar 7 metas do segundo plano decenal para a primeira etapa do monitoramento, que seriam: universalizar os serviços e unidades de proteção social básica do SUAS garantindo a manutenção e expansão com qualidade, a meta 4, ampliar as equipes volantes de abordagem social básica especializadas nos territórios com alto índice de violência, pobreza e de desproteção social, incluindo áreas rurais, regiões metropolitanas, grandes centros, áreas de fronteira e territórios de povos e comunidades tradicionais. Meta 5. Universalizar o acesso ao benefício de Prestação Continuada, o BPC, alcançando a população idosa sem cobertura de segurança de renda contributiva e não contributiva e as pessoas com deficiência conforme critérios estabelecidos na lei brasileira de inclusão. Meta 10. Fortalecer 100% dos conselhos e as conferências com os princípios e diretrizes emanadas de uma construção democrática e participativa. Meta 18. Alcançar 100% dos conselhos de assistência social com a participação dos trabalhadores e dos usuários na gestão e no controle social do SUAS. 11ª meta. Ampliar e aprimorar as ações de capacitação e de formação com base nos princípios e diretrizes da educação permanente do SUAS fomentando a rede nacional de educação permanente do SUAS. 12ª) potencializar e fomentar a intersetorialidade como estratégia de gestão visando ampliar as ofertas da assistência social e integração com as políticas de educação, saúde, trabalho, habitação, cultura, esporte, direitos

humanos, segurança alimentar, meio ambiente, dentre outras, de modo a permitir o acesso aos direitos sociais básicos e ampliação de oportunidades às famílias pobres e marcadas por vulnerabilidades e violação de direitos. A partir dessa reunião, a Secretaria Executiva do CNAS fez o levantamento dos temas e encaminhamentos pautados nas comissões e deliberados no plenário em relação às 7 metas acima no período de 2016 e 2017, que foram encaminhadas aos integrantes da Comissão para conhecimento e análise prévia, visando dar continuidade aos trabalhos da Comissão em novembro. Foi convidado um representante da SNAS, MDS para participar da reunião de novembro, na segunda reunião da Comissão, em novembro, a convidada Juliana Pereira apresentou sua experiência como representante da SNAS, MDS, no processo de análise das deliberações das cinco conferências nacionais, 2005 a 2011, entre outros aspectos apontados, vale ressaltar, curto espaço de tempo para análise de deliberações de cinco conferências nacionais. Definição da metodologia de trabalho pelo CNAS sem a participação da SNAS desde o início do processo. Para além das categorias de deliberações definidas pelo CNAS, de implementadas, em andamento e não implementadas. Na análise, a SNAS sentiu necessidade de criar uma categoria de outras situações, visando contemplar as deliberações que não cabiam análise em função de já terem sido superadas em relação às normativas aprovadas, ou seja, dirigidas a outros Ministérios ou serem inexequíveis, ou apresentarem problemas de natureza jurídica, análise das deliberações em duas etapas. Primeiro, pelo grupo de trabalho constituído pelo CNAS, depois, pela equipe da SNAS, o que foi considerado um retrabalho desnecessário se o grupo tivesse participado da... tivesse a participação da SNAS desde o início do processo, a Comissão também avaliou a necessidade de monitoramento contemplar o segundo plano decenal e as deliberações da 10ª e 11ª Conferência de Assistência Social, visando qualificar o trabalho em relação ao contexto político, econômico e temporal. Encaminhamentos. A comissão recomenda ao CNAS solicitar à Secretaria Nacional de Assistência Social, SNAS, MDS, a indicação de representantes para participação como convidados permanentes na Comissão a partir de fevereiro de 2018, que essas indicações entendam... que essas indicações entendam da política de assistência social em sua trajetória, o plano e o processo conferencial e de metodologias de monitoramento e acompanhamento e que esses indicados tenham disponibilidade para participar de reuniões mensais da Comissão. Que as reuniões da Comissão de Monitoramento sejam mensais, um dia antes das reuniões das Comissões Temáticas a partir das 10h e que constem no cronograma do CNAS, que a reunião da Comissão de fevereiro discutam a metodologia consistente de monitoramento das deliberações da 10ª e 11ª Conferência Nacional de Assistência Social à luz do plano decenal de assistência social e possa contar com a

representação do SNAS e da equipe de relatoria, que a Secretaria Executiva do CNAS pesquise metodologias de planos de longo prazo adotados por outras políticas públicas, visando subsidiar a reunião de fevereiro, que o CNAS em sua apresentação na mesa, reflexões do SUAS à luz do plano decenal na 11ª Conferência aborde os principais pontos pautados e deliberados no CNAS nesses dois anos, 2016, 2017, considerando as sete metas apontadas por esta comissão, que seja elaborado um plano de ação de monitoramento. Pauta da reunião de 5 de fevereiro. Discussão da metodologia de monitoramento da 10ª e 11ª Conferência Nacional e elaboração do plano de ação da Comissão. A Comissão propõe que o CNAS solicite à SNAS, MDS para desconsiderar a inclusão de uma oficina na 11ª Conferência Nacional para apresentar a primeira etapa deste monitoramento das deliberações das conferências nacionais. Norma Suely de Sousa Carvalho, Coordenadora.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado, Conselheira. Conselheira Edna está inscrita? Não. Tem alguma inscrição conselheiros? Conselheiro Luís Otávio.

Sr. LUÍS OTÁVIO PIRES DE FARIAS – Diretor do Departamento de Gestão do SUAS/SNAS/MDS – Queria só fazer uma pontuação que é para a gente poder depois debater e considerar com mais calma a recomendação de que a gente tenham reuniões mensais da Comissão de Monitoramento, porque isso, na prática transforma a reunião do Conselho Nacional permanentemente numa reunião com duração de quatro dias, nós já temos uma Comissão que é de benefícios, que ela se reúne, se não me falha a memória, trimestralmente, então, você vê se é possível, pelo menos, casar com esse dia que já tem a trimestral de benefícios, porque vai ficando, realmente, difícil, a permanência quatro dias consecutivos, é claro que não é da totalidade dos conselheiros, mas para alguns isso implica quatro dias consecutivos de permanência no conselho, mas é só para que a gente possa depois discutir mais detidamente num momento oportuno.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Eu também tenho uma observação conselheira antes de te passar, que é o seguinte. Até pegando um pouco a gênese dessa comissão, ela nasceu fruto de um trabalho grande que teve que ser feito no processo conferencial de 2013 que a gente tinha naquele momento um grande número de deliberações que não estavam, vamos dizer, devidamente sistematizados, então, o conselho nacional teve que fazer para si na esfera federal e orientar que os estados e municípios fizessem um resgate de todas as deliberações anteriores e

definindo se tinha a ver com a política de assistência social, se tinha a ver com a esfera correta, se tinha sido implementada, se não tinha sido, se estava encaminhada ou não. A partir daquele trabalho, a gente deliberou por criar, então, essa Comissão e depois nas reuniões regionais e descentralizadas daquele ano, a gente incentivou que os estados montassem suas, também, comissões de monitoramento, então, a gente fez mesmo um grande movimento em relação a essa Comissão e como a gente devia monitorar as deliberações de conferências. Quando chega em 2015, a gente tem um processo bem diferente, um processo mais voltado ao planejamento, ao prognóstico, então, ao diagnóstico, olhando dados do Censo, das diversas bases de dados do Governo Federal, como que a gente pode projetar a assistência social pelos próximos 10 anos e, então, ele tem hoje um plano decenal que é esse sobre o qual a comissão se debruçou e eu acho que parabenizar o trabalho da Comissão, porque eu acho que não é fácil de tantas metas, de tantas diretrizes que estão ali no plano decenal, vocês priorizarem, acho que o trabalho nosso tem que ser cada vez mais mesmo de priorizar, vocês priorizarem, então, as sete metas. As sete metas, se a gente fosse ver cada uma delas, elas têm uma correspondência com cada uma... com alguma das Comissões Permanentes, seja norma, seja conselhos, política ou qual que esqueci? E acompanhamento de conselhos. Mas o plano decenal tem também um caráter político muito forte e que eu acho que cada vez mais ele precisa ser, a gente precisa valorizar o aspecto político mesmo de como que a gente reafirma a assistência social como direito, isso não vai estar espelhado em nenhuma das metas por si só, então, eu acho que é interessante o que a Comissão tenha metas, ela pode trabalhar, inclusive, com as comissões permanentes, mas eu acho que a Comissão devia pensar também em aspectos mais políticos, como que a gente faz? Porque eu acho que tem muito a ver com aquela provocação que a conselheira Elisa faz sempre, de a gente ter a incidência de como a gente faz valer a incidência política do plano decenal, do Conselho Nacional, que eu acho que tem a ver com esse movimento também da frente, esses diversos movimentos que a gente fez, mas a gente não está fazendo de uma forma organizada, pensada, se essa Comissão pudesse ser esses locus de organizar um pouco estrategicamente essas ações, eu acho que seria um ganho para todas as comissões permanentes e a outra coisa é reforçar um pouco o que o Luís Otávio já falou, acho que a gente tem uma carga pesada de reunião, trazer essa obrigação de ser mensal demanda, enfim, de tempo, que eu acho que foi o aspecto que ele falou, eu também fico preocupado com o orçamento, porque a gente já previu um orçamento com determinado número de dias, de diárias e tudo que não contemplava isso, o que não impede tal como aconteceu na reunião na Comissão de Benefício e Transferência de Renda, que a gente tenha uma periodicidade trimestral e que tendo a necessidade a gente convoque como a gente fez

diversas vezes por conta da reforma da previdência e das questões do BPC, então, basicamente, essas as minhas considerações. Conselheira Norma já quer responder? A conselheira Clátia se inscreveu.

Sra. CLÁTIA REGINA VIEIRA – Representante da Federação Nacional dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas – FENATIBREF –

Só para falar um pouco na direção, Presidente, do que você está falando. Na verdade, nós fizemos duas reuniões consecutivas e é claro que num primeiro momento, penso que a gente deixou escapar a necessidade de a gente ter demorado quase dois anos para se fazer uma reunião de monitoramento, a gente lendo e relendo, fazendo os levantamentos, a gente viu a importância dessa Comissão por esse viés mesmo de articulação de incidência, então, nós fizemos... não é à toa que quando a gente propõe uma oficina e a gente faz uma avaliação nesse segundo momento, que a gente ainda não tinha uma metodologia definida, que a gente não tinha ainda um conteúdo para que se trabalhasse na oficina de uma conferência nacional, porque poderiam vir demandas e intervenções que, talvez, a gente não desse conta, até por conta do contexto político nacional que a gente está vivendo, nós entendíamos que a gente precisava amadurecer, mas sem sombra de dúvidas, para esse conselho, o que a gente traz é o seguinte, ninguém pode produzir, ninguém pode incidir em nada se reunindo semestralmente, é um espaço muito grande e principalmente no momento reafirmo e digo, principalmente, no momento político em que estamos vivendo, quando a gente faz o levantamento das metas, a gente entende o seguinte, que era o primeiro momento, porque para nós é importante que a gente comece e possa terminar as discussões e os encaminhamentos e uma das coisas que a gente percebeu é que as metas acabam perpassando por todo o plano, a gente vai, de uma certa forma, ela vai perpassando por todo o plano, por isso que a gente entendia que era importante trabalhar as metas e na reunião que nós tivemos na segunda-feira, a gente entendia o seguinte, que a gente precisava ter mais consistência, que a gente precisava fazer a correlação com o plano, por isso que a gente, então, declinava da oficina, embora não tenha sido colocado aqui, apenas no relato, mas dizer que a gente pode pensar talvez, não sei, a Norma que é a coordenadora e esse é um dos componentes dessa comissão, que a gente pode sim e deve pensar provavelmente na questão trimestral para poder estar junto, mas o que a gente precisa firmar aqui é que o prazo de reuniões dessa Comissão de seis meses não funciona e politicamente não tem nenhum efeito, muito pelo contrário, a gente vai ter que rediscutir, porque talvez tenha discutido há seis meses e em seis meses muita água passa por debaixo da ponte, mas também deixar aqui para todos e todas que a gente entende do papel de

incidência política e de articulação política dessa comissão para o CNAS e para o Brasil, obrigada.

Sra. NORMA SUELY DE SOUZA CARVALHO – Representante da Capemisa Instituto de Ação Social – Com relação à... acho que antes é preciso dizer que quando nós recebemos o material enviado pela Secretaria para fazer análise dos documentos e pensar nas metas, nós verificamos que havia muito material e que para que tivéssemos condições de executar um serviço de qualidade, apresentar um resultado de qualidade, o tempo até a conferência não seria impossível, por isso a gente resolveu recuar com relação ao que a gente inicialmente aventou como possibilidade para essa Conferência, considerando de suma importância esse processo de monitoramento e com relação ao período mensal é porque exatamente pensando em resgatar as deliberações de 2013, 2015 e 2017, nós precisamos criar uma metodologia e essa metodologia, nós estamos, nós sugerimos que ela seja uma metodologia que dê conta de acompanhar o próprio plano nesses próximos anos, por isso a gente pensou que nós precisaríamos nos reunir com uma periodicidade menor, pelo menos, no início, fevereiro, março e depois a gente poderia estar assim avaliando um espaço maior entre as reuniões, os participantes dessa reunião, eles normalmente, eles já vem um dia antes para reunião de terça-feira, então, nós só pensamos em adiantar um pouco a chegada dos participantes para poder contemplar a participação na reunião, então, não haveria assim uma alteração tão grande com relação à chegada dos participantes, até a sugestão é que a reunião comece a partir das 10h da manhã exatamente para contemplar os horários de voo que normalmente, eles já fazem. Então, essa é a questão do tempo, da periodicidade e acho que talvez no relato não tenha ficado claro qual é a proposta real, então, a gente inicialmente pensou nas sete metas, mas a gente avaliou que só das sete metas, a secretaria nos encaminhou sete e-mails, cada um com um montante de 11, 12 arquivos, cada documento com não sei lá quantas páginas, eslaides, então, não havia como operacionalizar uma análise cuidadosa, criteriosa que desse conta, realmente, do que tinha sido feito, então, a gente pensa que precisamos construir uma metodologia mais eficiente, mais transparente, mais fácil de ser acompanhada por todos os conselheiros e por todas as pessoas, realmente, para que a gente tenha uma ideia bem real de em que pé estamos na execução dessas deliberações das conferências e não podemos deixar de registrar aqui um pedido da comissão que no momento em que o Presidente for fazer o balanço do conselho, que fique evidenciado realmente o esforço e esse destaque das sete metas dos avanços ou dos percalços que envolveram, realmente, a execução ou a execução

dessas metas ao longo desses dois anos, então, acho que era isso, se algum outro conselheiro da Comissão se lembrou de alguma coisa e quiser contribuir.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Ok. Conselheiro Carlos.

Sr. CARLOS NAMBU – Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – Eu queria concordar com a fala da conselheira Clátia e da proposta da Comissão em relação a uma periodicidade menor, em relação a essa questão, porque não é só o plano decenal, também não está elencado que são só as sete metas, então, acho que é importante, porque eu não me lembro se a gente tem um levantamento, quantos conselhos municipais, estaduais monitoram e controlam as deliberações das conferências? Eu acho que nós poderíamos como CNAS até nesse processo de construção até da metodologia que a conselheira Norma citava, a gente está, sei lá, dando um pontapé inicial para que nesse processo as conferências, os conselhos municipais, estaduais, também realizem esse monitoramento e controle das ações de implementação das deliberações das conferências, acho que é um processo que ainda não acontece, a gente vê esse comentário em vários municípios e em vários estados, é um processo que ainda não acontece e acho que o conselho nacional deveria ser ou dar esse primeiro exemplo, esse primeiro caminho para que os conselhos municipais e estaduais vejam a importância da conferência, porque aí vê que a conferência não é somente uma preferência onde você só propõe e não acompanha, não tem ação de implementação, então, é um negócio complicado, então, queria concordar com a Comissão de Monitoramento.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira Rosângela. Ok, só para dizer, dar o exemplo, conselheiro, eu acho que exatamente aquele movimento que eu mencionei, quando a gente induziu que os conselhos estaduais fizessem as suas comissões de monitoramento das deliberações, conselheira Solange à época era coordenadora da Comissão de Conselhos, foi, capitaneou bastante esse processo. A Secretária Executiva Mercês também pediu a palavra para tratar um pouco do que... dos rebatimentos dessa proposta em termos de organização do Conselho, de regimento interno.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social/MDS – Conselheiro, só para lembrar, o regimento interno do Conselho Nacional propõe quatro comissões temáticas permanentes, essas outras todas comissões são tratadas como temporárias, tem uma regulação própria,

então, a Comissão de Monitoramento das deliberações tem uma resolução que regula o seu funcionamento e, então, teria que ter todo um ordenamento com relação à periodicidade mensal dessa reunião, porque quando ela passa a ser mensal, ela passa a ser permanente na agenda do Conselho Nacional, então, a gente teria que, inclusive, que alterar o regimento interno do Conselho Nacional e lembrando que a gente teria, inclusive, de reorganizar distribuição dos conselheiros pelas comissões, porque ela passa a ser permanente, o Conselho Nacional normalmente são três dias mesmo de reuniões ordinárias, ela passaria a fazer, a compor a agenda de reunião de pauta do conselho Nacional, então, haveria inclusive uma reorganização com relação à composição das demais comissões permanentes. É claro que trimestralmente é o que está previsto. A periodicidade dela está prevista na sua regulação como em até uma vez por semestre, mas nada a impede que ela aconteça esporadicamente três vezes, de três em três meses, eu também teria, gostaria de sugerir e conversando um pouco com Dorinha, que pensando na Comissão de Acompanhamento de Benefício e Transferência de Renda que também acontece trimestralmente, para organização, principalmente, de presença dos conselheiros que às vezes, coincide como foi na segunda-feira que vários conselheiros estavam em mais de uma comissão, que a gente também pensasse num calendário alternado entre benefícios e monitoramento, então, que benefícios ficassem em fevereiro, por exemplo, e monitoramento das deliberações em março. Obrigada.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira Nayara.

Sra. NAYARA FRUTUOSO FURTADO - Representante do Ministério do Desenvolvimento Social/MDS – Bom dia a todos. O que a gente gostaria, então, de sugerir, a partir da fala da Secretaria Executiva, é que a gente pudesse fazer nesse primeiro momento uma convocação excepcional da Comissão, não mudasse a periodicidade para mensal, mas como nesse primeiro momento, a gente vai discutir metodologia, a gente vai ter recém saído da 11ª Conferência, a gente até sugeriu que houvesse participação de alguém da equipe de relatoria para auxiliar a gente com a sistematização e também, porque a gente pretende a partir da experiência também anterior construir uma metodologia conjunta com a SNAS para evitar, por exemplo, a Juliana tinha colocado de repetição de trabalho, o CNAS fazer o trabalho, a SNAS depois ter que, muitas vezes, repetir que a gente fizesse uma reunião agora, no início do ano, excepcionalmente, não alterando a regularidade semestral, necessariamente, da Comissão de Monitoramento, mas sempre que a gente sentir necessidade, houvesse espaço

para que a gente requisitasse essa reunião excepcional, principalmente, nesse primeiro momento, para construção metodológica do...

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Eu acho que não há problema de a gente fazer as reuniões excepcionais, a minha dúvida até em função da sua fala, conselheira, foi se o momento dela seria fevereiro ou se seria janeiro, por quê? Ou seria março. Pelo seguinte, a conferência acontece em dezembro, mas as deliberações da conferência só são publicadas em fevereiro após a reunião plenária de fevereiro, então, se a ideia de vocês é ter uma primeira reunião com a presença de alguém da relatoria, que a gente providenciar sem problemas, mas é ter uma reunião já com as deliberações, elas só vão ser palpáveis, vamos dizer, após a reunião plenária de fevereiro.

Sra. NAYARA FRUTUOSO FURTADO - Representante do Ministério do Desenvolvimento Social/MDS – Só para complementar a gente entende que março seria uma boa data.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira Norma.

Sra. NORMA SUELY DE SOUZA CARVALHO – Representante da Capemisa Instituto de Ação Social – Só com relação, nós podemos deixar para março, se a conselheira Clátia não tiver... conselheira Clátia, se você não tiver nenhuma objeção, nós podemos deixar para março, tudo bem? Agora, com relação à questão de ter coincido com a presença de conselheiros em outras, no caso da nossa reunião, nela não conflita com a de benefícios, ela conflitou com a de... foi outra, então, não haveria nenhum problema em acontecer no mesmo período que a de benefícios, não, foi só dessa vez que houve esse acúmulo de reuniões. Mas nós... não tem nenhum problema, ela pode ser deixada, pode corrigir aí e deixar para o mês de março, a nossa primeira reunião.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Perfeito, então, só para registrar para que a Secretaria registre, que, então, já fica também firmado o compromisso de ter alguém da relatoria nessa reunião, está aí? É porque não consegui ver. Conselheira Edna.

Sra. EDNA APARECIDA ALEGRO – Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI – Só ia falar que foi a Comissão de Normas, Comissão de Conselhos que conflitou com as demais comissões na segunda-feira. Então, tinha gente que estava em três na segunda.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Exato. E foi isso que também impediu, por exemplo, nessa comissão a participação de FONSEAS e de CONGEMAS que são membros dessa Comissão, mas estavam na organizadora, imagino que não preciso dizer o porque. Finalizamos o relato, conselheiros? Ok. Eu vou pedir só para a Conselheira Maira, a gente suspendeu os informes, deu todos os informes e ficou faltando os informes do FONSEAS, você tem informes para passar, você pode fazer agora? Pode?

Sra. MAIRA LEILANE OLIVEIRA ALMEIDA – Representantes do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS – Bom dia a todos e todas, Presidente, Vice-presidente, Secretaria Executiva, conselheiros e conselheiras. Bem rapidamente, nós tivemos a reunião, inclusive, conjunta com o CONGEMAS, acredito que o CONGEMAS tenha passado as informações dessa reunião conjunta, um momento importante, onde o FONSEAS e o CONGEMAS estão sentando para discutir conjuntamente, houve também uma reunião com o Ministro no dia da CIT, houve a suspensão para que houvesse essa reunião também com os dois fóruns, também passar a informação de que foi consultado para todos os estados sobre a questão da adesão do FONSEAS, a campanha da PEC e foi aprovado pelo FONSEAS para o FONSEAS se incorporar nessa campanha. Só isso mesmo por hoje. Obrigada.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Perfeito. Obrigado, conselheira, pelos informes do FONSEAS. Com isso, a gente... sobre a questão da PEC, então, o CONGEMAS e o FONSEAS estão referendando... conselheira Marisa.

Sra. MARISA RODRIGUES DA SILVA – Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Permite, Presidente, acrescentar aqui o que a conselheira Maira colocou? As reuniões, de fato, com o Ministro foram para ambos os colegiados, mas registrar que foram separadas essas reuniões, foram separadas, o Ministro recebeu primeiro o FONSEAS e no final da tarde recebeu o CONGEMAS, com relação à adesão da PEC que acredito que nós vamos dialogar na

comissão de política, eu gostaria de tecer nossas considerações pelo CONGEMAS nesse momento, no momento que formos discutir esse encaminhamento que vem de normas também.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – A gente está esperando o relato da Comissão Organizadora ficar pronta, eu acho que a gente podia ter um teto de 10 para 13h para ir, aí, se você... por que só para deixar o... dar a base para discutir, como eu disse, o Deputado Danilo quer uma resposta, precisa de uma resposta nossa ainda hoje, eu conversei tanto com o Presidente Josbertini e com a Presidente Vanda em relação às adesões desses fóruns e ambos me confirmaram que seus respectivos conselhos vão referendar a PEC, a conselheira Maira até trouxe isso agora.

Sra. MARISA RODRIGUES DA SILVA – Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Eu quero ressaltar, o CONGEMAS tirou um indicativo na nossa diretoria e demais presidentes do colegiado que nós vamos dar total apoio, pleno, a esta campanha da PEC, juntamente com o FONSEAS, porque nós consideramos que apesar de terem outras PECs já existentes nesse processo lá no Congresso e que eu acredito que a Coordenadora Mariana vai ressaltar isso, porque ontem nós tivemos uma discussão, não foi Norma? Conselheira Norma bem abrangente com relação a isso, inclusive, fizemos algumas proposições que possamos contribuir nesse processo de alargamento e entendimento da instalação, de fato, dessa PEC e o CONGEMAS, sim, se prontifica, mas também, senhor Presidente, inclusive, hoje, está aqui em Brasília, gestores da nossa diretoria, já partilhando e discutindo com a assessoria no Congresso Nacional a esse respeito da PEC para aprofundar alguns itens importantes dentro do sistema, porque a PEC não está muito clara com relação, disse que é o SUAS, mas nós temos que ter um olhar sensível nesta PEC para que, de fato, possamos avançar nela, o que nós queremos conquistar como implementação de assegurar esse recurso para além desse 1%, penso que o caminho é esse e estamos 100% junto a essa luta que continua.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Eu também quero me manifestar e dizer de antemão que todos os fóruns avaliaram as Comissões de Financiamento, de Normas também avaliaram e a gente teria muito a aprimorar a PEC, a dizer, “olha, não pode ser só da União, tem que ser falado dos estados, tem que falar dos municípios, os SUAS é interfederativo, o SUAS não é só serviço, o SUAS é benefício, é transferência de renda, mas por diversos motivos o BPC é

constitucional e não sei o quê”, os atores, todos estão concordando que a melhor estratégia é essa, então, queria ver se há alguma manifestação contrária aqui que se manifeste agora de a gente dizer formalmente ao gabinete do deputado Danilo que o CNAS, então, endossa essa PEC entendendo aí que esse é o movimento que trará uma visibilidade necessária nesse momento que a gente precisa, enfim, reafirmar a assistência social e está junto, unir mesmo o Brasil em torno de uma proposta e essa proposta nesse momento é a que mais contemplaria os diversos encaminhamentos que os fóruns estão tomando. Conselheiro Carlos.

Sr. CARLOS NAMBU – Representante da Inspetoria São João Bosco – Salesianos – Presidente, na reunião da Presidência Ampliada a Mariana trouxe um texto que é elaborado pela Comissão de Normas e lá nós aprimoramos e detalhamos um pouco mais a questão do Artigo 2º da PEC, onde ela fala justamente, a gente enfatiza a questão das despesas discricionárias para elas serem obrigatórias, então, está no próprio texto, não sei se a comissão, ou vai... vamos referendar... a Mariana está aí.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Eu acho que a gente pode fazer conselheiro é dizer para eles que a gente endossa e que a gente pode ter sugestões de redação se for possível emendar, a gente já mandaria para eles com essas propostas e com essas considerações.

Sr. CARLOS NAMBU – Representante da Inspetoria São João Bosco – Salesianos – É que a gente colocou uma só na Presidência Ampliada uma consideração que foi debatida na Comissão de Financiamento e orçamento, só uma consideração no texto elaborado pela Comissão de Normas.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – A gente consolida tudo e passa tudo para o gabinete do deputado, pode ser? 383, é a PEC 383. Conselheira Mariana.

Sra. MARIANA DE SOUZA MACHADO NERIS – Diretora do Departamento de Proteção Social Especial/SNAS/MDS – Nós traremos na memória da Comissão de Normas essa minuta e a gente pode avaliar essa sugestão de texto da nota conjunta e já com o debate que pode ser trazido como memória, a memória da Comissão de Normas ainda não ficou pronta, porque nós ainda teremos agora às 13h a continuidade da Comissão de Normas em virtude de um ponto de pauta que ainda não foi tratado que é relativa ao processo eleitoral, então, por isso que a gente ainda não concluiu e não tem condições de trazer já no início da tarde essa memória de reunião. Falta ainda um ponto de pauta.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Tranquilo, conselheira. A minha preocupação é exatamente essa, a gente não vai ter as memórias, provavelmente, da Presidência ampliada e de normas e de financiamento no dia de hoje e a gente precisa dar a resposta para o gabinete hoje, então, o que eu queria ver é se a gente não podia fazer esse consolidado das contribuições e passar... porque a coisa mais importante é dar a resposta ao gabinete do deputado, a resposta parece que não teve discordância, a gente tem algumas considerações e preocupações em relação ao teor, ao exato teor da PEC, a gente já passaria tudo para o deputado.

Sra. MARIANA DE SOUZA MACHADO NERIS – Diretora do Departamento de Proteção Social Especial/SNAS/MDS – Pode ser depois da Comissão de Normas? Porque existem alguns conteúdos tratados na Presidência Ampliada que precisam retornar para a Comissão para alguns ajustes, inclusive da própria redação da norma.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Pode. A gente só não vai conseguir esperar o relato da Comissão de Normas, o relato da Presidência Ampliada... (falas sobrepostas). Isso. Aí o conselheiro, peço que você e o conselheiro Carlos se articulem, então, para consolidar essas observações de ambas as comissões, pode ser? Beleza. Conselheiro Benedito.

Sr. BENEDITO AUGUSTO DE OLIVEIRA – Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social – CNTSS – Bom dia a todos e a todas, só em relação à PEC, claro que a gente concorda com que haja uma verba mais casada, apesar de sempre ser polêmica, saber também que sempre deve haver um enfrentamento, porque todos os governos são contra que haja verba casada dentro da estrutura, mas nós somos favoráveis à PEC, só para colocar também, se vai haver alguma reunião sobre isso, para qual a nossa manifestação sobre ela na conferência, porque ao conselho dizer, “olha, nós somos a favor da PEC” pressupõe que nós vamos entrar numa campanha em defesa disso, porque me lembro que na saúde, por exemplo, quando tinha os 10% da União, que na União não é, na saúde, ainda não é... a emenda 29 não diz exatamente como é, parece que lá é a variação do PIB, mas eles entraram na conferência com 10%, com camiseta, então, tinha toda uma luta mesmo em relação àquele orçamento, então, a gente é à favor, por mais polêmica que seja a PEC, se ela está dizendo um pacto no estado, um pacto federativo, está falando só da verba da União, isso causa preocupação e também esse é 1% é piso, não é teto, tem uma série de... porque, por exemplo, município na saúde, lá é 15%, município caça 23, 24, então, essas coisas não

estão claras, favorável à PEC, sem dúvida, dobra o nosso orçamento e para ver se a gente vai ter uma reunião, depois para prosseguir isso, porque a gente não vai se encontrar antes da conferência, qual o nosso proceder na conferência em relação à PEC? Todo mundo vai vir para cima, porque é um negócio que interessa a todo mundo, estado, município, vai ter o maior vucu-vuco, pelo menos, talvez, um documento um pouco mais detalhado sobre a nossa posição na hora da conferência para a gente poder se manifestar de forma mais horizontal, não sair cada um falando uma coisa.

Sra. MARISA RODRIGUES DA SILVA – Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Sim, só me permita, senhor Presidente colocar aqui, endossar aqui o que o conselheiro Benedito está nos indicando que é extremamente importante e eu iria colocar isso na fala na hora em que estivéssemos na relatoria da Comissão de Norma, mas como o conselheiro tão bem colocou, essa preocupação e nós concordamos que é preciso, de fato, ressaltar bem esta PEC, porque é o prosseguimento, não é conselheiro? Do que nós estamos trilhando nessa conquista e que não vai ser fácil, porque existe uma vertente no congresso nacional contrário a esse tipo de amarração orçamentária, mas isso é uma luta e a gente sabe que todas as conquistas das políticas sociais desse país não é “limbirô”, ela é na rua, é no debate, é na briga, é em todos os esforços, então, penso que é um movimento importante e já tem um... tanto no âmbito da gestão municipal como da gestão estadual, já tem um indicativo, senhor Presidente que eu gostaria que... ver aqui com o Conselho também para associar para incorporar também que estamos discutindo a possibilidade de demarcar um dia “d” de mobilização em defesa dessa aprovação da PEC e suscitou-se uma discussão interna e com alguns gestores que poderia ser no dia 5, mas eu preciso conversar com os meus pares para até o final dessa reunião do Pleno podermos estar aqui colaborando e quem sabe o CNAS também engajar junto com o que está trazendo aqui o conselheiro Benedito, mas já tem um indicativo para que se faça esse movimento nesse processo da conferência com este ato de PEC, mas evidentemente que temos que... o que estou dizendo aqui é de forma, eu estou falando aqui informalmente, mas já podemos trazer isso, obviamente que vai ser feito, de forma em que esse diálogo possa ser acertado e complementado aqui pelo conselho.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira, então, sobre isso, eu prefiro que chegue de forma oficial, porque a gente... não dá para a gente falar assim, “cada um monta seu ato e a gente quer a união de todos”, o Conselho Nacional já definiu o seu ato e o ato é o ato do dia 7 em defesa

da LOAS e da política nacional de assistência social. Então, se tem gente propondo dia 5, dia 6, de fazer um outro ato, não sei o quê, façam, mas não vão ter a União, acho, inclusive, um erro estratégico não reforçar o nosso ato do dia 7.

Sra. MARISA RODRIGUES DA SILVA – Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Entenda, senhor Presidente, nós não estamos aqui discordando da relevância do que o senhor está dizendo, por isso que eu estou colocando aqui que nós precisamos formalizar isso, porque precisa também do aporte do FONSEAS, isso a gente está construindo no âmbito do CONGEMAS para dialogando com o FONSEAS, evidentemente que vai ser dialogado com o CNAS, evidentemente, como também outras categorias.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Para o ato do dia 7, a gente está convidando todos os ex-ministros, todos os ex-secretários nacionais, todos os presidentes e ex-presidentes de CONGEMAS, todos os presidentes e ex-presidentes de FONSEAS, todos os 513 deputados federais, todos os 81 senadores, estamos chamando todos os COEGEMAS e, enfim, todo mundo que você pensar que passou pelo SUAS ou que a gente acha que deve passar está sendo chamado, Valdemia, porque estamos chamando todos os 513 deputados.

Sra. MARISA RODRIGUES DA SILVA – Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Sem problemas, senhor Presidente, podemos afinar nessa data, sem dúvida, vamos ver, aqui, nós não estamos discordando, pelo contrário, nós estamos aqui unindo forças para avançar nesse processo, esse diálogo não pode perder de vista esse processo que o senhor está colocando. Vou levar lá para os meus pares essa data e vamos ver o processo formal desse encaminhamento.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Fechamos os encaminhamentos, então, da PEC, a gente fica aguardando, então, a Conselheira Mariana e o Conselheiro Carlos em relação aos encaminhamentos. Agora, são 15 para 13h, a gente até teria o tempo de fazer, pelo menos, a leitura da memória da Comissão Organizadora e deixar os destaques e debates para depois. Vocês acham melhor deixar para tarde? Não tem problema. A gente voltar 14h? O Ministro já não veio às 11h, mas ele disse que vem... 15h, 15h30, no meio da tarde ele falou, acho que podia entrar em contato com o gabinete do Ministro e ver exatamente a agenda dele, então, a

gente suspende agora e retorna às 14h com o relato da Comissão Organizadora da Conferência, ok?

Tarde

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Boa tarde, conselheiros. Boa tarde, conselheiras. Alô? Não sei se esse microfone está ok. Está ok? Ele está ok para fins de gravação, mas não está para fins de amplificação. Ok. Agora sim. Eu dei boa tarde já para o pleno. E então, queria continuar com a nossa pauta aqui da reunião, a gente combinou de retornar imediatamente com a leitura da memória da Comissão Organizadora que eu peço, então, uma cópia, peço que seja distribuído, projetado, para a gente fazer a leitura. As cópias estão vindo. Ok, gente, está sendo distribuído, vou começar a fazer a leitura, foi a reunião 11 que foi feita no dia 20 de novembro, das 10h às 18h aqui na sala, com os seguintes conselheiros, Fábio, Rosângela, Benedito, Carlos, Maria José, Maira e Solange. Convidados. Getúlio, da SAA e a Juliana Fernandes, da Relatoria. A conselheira Elisa participou como participante observadora. Secretaria Executiva estavam, Mercês, Dorinha, Meirele, Randriene, Iago, Luana, Regina e a Susani. Olha só... já peço, então, que corrija aí na parte dos membros, ela estava presente também, a conselheira Elcimara, do CONGEMAS. O item 1 foi informe. 1.1) resultado da segunda etapa do prêmio mérito CNAS, foi informado que estão sendo visitadas, estão sendo realizadas visitas in loco aos conselhos classificados para a terceira etapa do prêmio mérito CNAS 2017, os conselheiros que realizaram as visitas devem enviar ficha de avaliação atribuindo nota ao vídeo do respectivo conselho visitado, bem como envio do relatório de visita após cinco dias da viagem, foi informado que o representante indicado por cada conselho classificado que virá a participar da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social e apresentar atividade, ação, terceira etapa do prêmio, já se encontra com plano de viagem lançado no sistema de solicitação de passagens. 1.2) Informe sobre o pregão eletrônico para contratação de empresa responsável para operacionalização da 11ª Conferência Nacional. A SAA deu ciência do atual processo do pregão eletrônico para contratação da empresa, que operacionalizará a 11ª Conferência Nacional, comunicou que foi dado um prazo legal para empresa sanar pendências, observando a legislação vigente até o dia 23/11, encaminhamento. Desde ontem, 21/11 estão sendo realizadas constantes reuniões envolvendo todos os atores responsáveis por garantir a realização da conferência, a Comissão Organizadora, SNAS,

Subsecretaria de Assuntos Administrativos, Secretaria Executiva do MDS, seu pleno como um todo e o compromisso e a contratação da empresa, e a realização da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. Solicitações. Não tem 2.1, pode cortar, porque está tudo num só. O Fórum Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS, FENETSUAS, o CFESS, o FONSEAS e o CEAS/MS, entraram em contato com o CNAS com solicitações diversas relacionadas à 11ª Conferência Nacional a saber, sessão de estandes para realizar a divulgação de materiais, credenciamento de jornalistas, nomes e contatos dos delegados nacionais, cessão de vagas na conferência nacional de assistência social. Encaminhamentos. A comissão Organizadora recomenda que para os casos de solicitação de estande, informar que será disponibilizado o espaço dos nove metros quadrados e que em caso de interesse, os solicitantes poderão montar seus estandes obedecendo o padrão da 11ª Conferência Nacional. O CNAS não se responsabilizará pela estrutura física desses estandes. O número máximo é de dois expositores por estande, que a entrada de jornalistas seja livre da 11ª Conferência Nacional, desde que devidamente identificados portando credenciais de imprensa que as solicitações de listas de delegados nacionais oriente os demandantes a solicitarem essas informações ao CEAS e CASDF, que as solicitações de cessão de vagas responder com base nos critérios estabelecidos no Informe CNAS 3 de 2017. Item 3. Regimento Interno da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. Anexo I. Item 4. Balanço do trabalho da equipe de relatoria da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, a Relatoria da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social realizou um balanço da sistematização das deliberações advindas dos estados e DF, relatando à Comissão Organizadora a metodologia adotada. 1) a equipe de relatoria se reuniu em Brasília no CNAS, nos dias 13 e 14 para sistematizar as deliberações advindas dos estados e DF. O trabalho realizado pela relatoria nessa etapa nacional, preocupou-se em preservar as deliberações advindas dos estados e do DF para União, na forma que vieram. Sem intervenções do conteúdo, mantendo trabalho realizado na etapa anterior, foram feitos pequenos ajustes para os casos de erro de digitação ou correção gramatical quando era o caso. 3) como reflexão macro do processo realizado por eles nessa etapa foi destacado que as deliberações mantiveram características ainda muito voltadas para a gestão e que talvez pela conjuntura atual não conseguiram elaborar muitas deliberações voltadas para os usuários que foram eleitos centro do debate da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. Item 5. Pauta da reunião do dia 4 de dezembro, um ponto de divisão de tarefas e divisões nos diversos momentos da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. Regimento, mesas de apoio, estandes e etc. Fábio Moassab Brunni, Coordenador da Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional. Feita a leitura, eu passo aos destaques, pergunto,

então, se tem conselheiros com destaque no item 1.1? Se, então, há destaques no item 1.2? Se há algum destaque no ponto 2? Tem um pedido de inscrição da Régia, representando o CFESS. Pergunto, podemos conceder a palavra? Por favor, então, o microfone para a senhora Régia.

Sra. RÉGIA – CFESS – Boa tarde. Obrigada pela disponibilidade na fala. Era só para saber dessa questão que o CFESS solicitou uma sala para uma reunião com os profissionais no dia 6 à tarde, porque aí, eu acho que foi lida, mas não se foi aprovado ou não, já.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – A gente já tinha tomado uma decisão no pleno de que a gente não aprova nenhuma solicitação de programação, de ocupação de sala que seja concorrente com a programação da própria conferência nacional, então, se era no dia 6 à tarde, a Secretaria Executiva já me informa que foi respondido sobre a impossibilidade de ceder o espaço no dia e local solicitado. De nada. Algum outro destaque com relação ao item 2? Agora, o item 3. Existe o anexo I, esse anexo foi distribuído, vai agora ser distribuído aos conselheiros, a comissão organizadora... olha só, é uma minuta, ela está sendo circulada, exclusivamente, aos conselheiros aqui, porque é um tema mais sensível, então, a gente está recomendando, a Comissão Organizadora, está recomendando que a gente trate esse documento com discrição, porque ele ainda está em elaboração, ele ainda tem um impacto na dinâmica da conferência. Então, peço que... para não haver a divulgação desse documento. Então, eu peço que algum conselheiro se candidate a fazer a leitura desse regimento e ao tempo em que vai sendo feita a leitura, a Secretaria Executiva vai estar colhendo os destaques de dentro de cada ativo. Conselheiro Leovane, primeiro candidato. Então, por favor, conselheiro. Eu não recebi o...

Sr. LEOVANE GREGÓRIO – Representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP – Boa tarde a todos e a todas. Conselheiros e conselheiras, Presidente, demais pessoas que acompanham essa reunião e os servidores desse conselho. Anexo I, regimento interno, define as regras de funcionamento da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. Artigo 1º. A 11ª Conferência Nacional de Assistência Social convocada pela Portaria Conjunta 2 de 12 de dezembro de 2016 e assinada pelo Ministro de Desenvolvimento Social, MDS e pelo Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, em cumprimento ao disposto no inciso VI do Artigo 18, da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e na Resolução CNAS 6 de 9 de fevereiro de 2011 será realizada de 5 a 8 de dezembro de 2017, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães em Brasília. Capítulo 1. Dos Objetivos. Artigo 2º. A 11ª

Conferência Nacional institui-se como instância máxima de deliberação da Política de Assistência Social e possui como objetivos: primeiro. 1) avaliar a situação atual e os avanços do Sistema Único de Assistência Social, SUAS, à luz do segundo plano decenal de assistência social 2016 a 2026. 2) propor diretrizes para o aperfeiçoamento da política de assistência social. 3) reafirmar a garantia dos direitos socioassistenciais. Sessão I. Do temário. Artigo 3º. A 11ª Conferência Nacional define como tema central a garantia de direitos do fortalecimento do SUAS e com eixos temáticos. Eixo 1. A proteção social não contributiva e o princípio da equidade como paradigma para gestão dos direitos socioassistenciais. Eixo 2. Gestão democrática e controle social, o lugar da sociedade civil no SUAS. Eixo 3. Acesso às seguranças socioassistenciais e articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda com garantia de direitos socioassistenciais. Eixo 4. A legislação como instrumento para gestão de compromissos e corresponsabilidade dos entes federativos para garantia dos direitos socioassistenciais. Capítulo 2º. Dos participantes. Artigo 4º. São participantes da 11ª Conferência: 1) delegados e delegadas devidamente credenciadas, credenciados com direitos a voz e voto. 2) convidados, convidadas do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, com direito a voz. 3) observadores e observadoras com direito a voz. 4) colaboradores e colaboradoras com direito a voz, palestrantes e facilitadoras, facilitadores, relatoras, relatores. 5) equipe de apoio técnico operacional, incluindo Secretaria Executiva do Conselho Nacional Assistência Social, CNAS, servidores ou servidoras do MDS, entre outros. Sessão 2. Do credenciamento. Artigo 5º. As delegadas, os delegados, de âmbito federal, estadual, do DF e municipal, inatos, inatas, no caso, devidamente inscritos, inscritas no SISConferência pelos conselhos estaduais do DF e nacional receberão crachá de identificação e material de apoio mediante documento de identificação pessoal com foto, no dia 5 de dezembro, com horário das 10h às 18h ou no dia 6 de dezembro, no horário das 8h às 12h no balcão de credenciamento do Centro de Convenções em Brasília, DF. Parágrafo 1º. Na ausência do delegado ou delegada titular ou o respectivo suplente, representante do mesmo segmento eleito para a conferência estadual do DF, poderá ser credenciado ou credenciada como titular. Parágrafo 2º. Nos prazos previstos no parágrafo 1º, o credenciamento do ou da delegada suplente como titular exigirá a inscrição no SISConferência e a declaração de substituição assinada pelo Presidente ou Presidenta, ou Vice-presidenta do respectivo conselho de assistência social ou DF. Parágrafo 3º. O credenciamento do ou da delegada suplente invalida em definitivo o credenciamento de delegado ou delegada titular. Artigo 6º. Ou a delegada deverá no ato de credenciamento indicar os eixos em que deseja participar das discussões sendo um eixo no período da manhã e um eixo no período da tarde até o limite de vagas

disponíveis, o sistema distribuirá automaticamente à delegada para os grupos de trabalho e salas em que deverá participar. Parágrafo 1º. A informação sobre os eixos, grupos de trabalhos e salas estará registrada no crachá. Parágrafo 2º. As pessoas com deficiência serão encaminhadas para salas com recurso de acessibilidades. Parágrafo 3º. Convidados ou convidadas, observadoras ou observadores poderão escolher a seu critério os eixos e grupos de trabalho que desejam participar dirigindo-se às salas até o limite de lotação. Artigo 7º. Os ou as demais participantes inscritas no SISConferência receberão o material e o crachá observados os horários de credenciamento definidos na programação da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. Parágrafo único. As acessibilidades que sugeriram no credenciamento serão encaminhadas às salas de soluções. Artigo 8º. Será vedada a emissão de segunda via de crachá sob qualquer via de justificativos. Capítulo 3º. Da organização. Artigo 9º. A 11ª Conferência Nacional de Assistência Social será presidida pelo Presidente do CNAS e na sua ausência pela Vice-presidente do CNAS. Artigo 10º. A 11ª Conferência Nacional de Assistência Social será constituída de plenárias, grupos de trabalho e outras atividades previstas na programação. Sessão 1. Das palestras/mesas. Artigo 1º. Das palestras/mesas. 1) reflexões sobre o SUAS à luz do segundo plano decenal. 2) síntese dos relatórios das conferências estaduais e do DF. 3) palestra magna. 4) estratégias coletivas da sociedade civil para garantia de direitos com fortalecimento do SUAS. 5) apresentação dos quatro eixos visando subsidiar os grupos de trabalho conforme Artigo 3º desse regimento interno. Parágrafo único. Após apresentação dos eixos, as participantes da 11ª Conferência Nacional poderão fazer inscrição para intervenção conforme previsão de debate na programação respeitando o tempo estabelecido no parágrafo único do Artigo 12º desse regimento. Sessão 2. Da participação dos debates. Artigo 12º. É facultado aos delegados e delegadas, convidados e convidadas, observadores e observadoras, a participação na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social com direito à voz dos momentos previstos na programação e nesse regimento interno. Parágrafo único. O tempo para cada intervenção será de no máximo dois minutos, sendo vedada a reinscrição. Sessão 3. Dos grupos de trabalho. Artigo 13º. Os grupos de trabalho organizados por eixos temáticos realização com os seguintes objetivos. Debater e votar as deliberações advindas dos estados e do DF reunidos no caderno de propostas. Artigo 14º. Os grupos de trabalho serão compostos por facilitadores ou facilitadoras, coordenadores e coordenadoras, delegados e delegadas subdivididos e subdivididas em dois grupos por eixo, de acordo com a programação da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. Artigo 15º. Cada grupo de trabalho terá um ou uma facilitadora designada pelo CNAS e um ou uma coordenadora eleita dentre os participantes do grupo de trabalho. Parágrafo único. A

facilitadora abrirá os trabalhos e encaminhará a eleição do coordenador ou coordenadora pelo grupo. A coordenadora terá como função coordenar os debates e administrar o tempo de discussão garantindo o direito à voz aos ou às participantes e acompanhar o processo de votação nominal. Artigo 16º. Compete aos grupos de trabalho. Apreciar e debater as deliberações advindas dos estados e do DF para o respectivo eixo. 2) registrar o voto nominal de cada delegado ou delegada em até cinco propostas. Parágrafo único... parágrafo 1º. Terão direito ao voto num grupo de trabalho os ou as delegadas que dele participarem devidamente credenciadas ou credenciados na 11ª Conferência Nacional e que estejam de posse do crachá de identificação. Os demais participantes terão direito à voz. Parágrafo 2º. Cada delegado ou delegada poderá votar no grupo de trabalho a que se vincular no ato de escolha de credenciamento conforme disposto no seu crachá, eixo, período, grupo de trabalho e sala, não havendo possibilidade de alteração, todos e todas os ou as delegadas de posse de seu crachá deverão se certificar de que estão no grupo de trabalho em salas corretas. Parágrafo 3º. A relação dos delegados ou delegadas por grupo de trabalho gerada a partir do credenciamento será fixada na entrada de cada sala e será projetada durante a votação assegurando a transparência ao processo. Parágrafo 4º. No momento da chamada nominal cada delegado deverá proferir o seu voto de forma objetiva atendo-se a indicação do respectivo número da proposta não sendo permitida justificativa de voto neste momento. Artigo 17. As 10 propostas de deliberação mais votadas dentre aquelas do caderno de propostas considerando a somatória dos 12 grupos de trabalho de cada eixo serão encaminhadas à plenária final. Parágrafo único, em caso de empate na 10ª posição, todas as propostas empatadas nessa posição seguirão para o plenário final. Artigo 18. Caso o grupo de trabalho avalie que não foi contemplado nas deliberações advindas dos estados e DF, conteúdo que julgar importante observando o segundo plano decenal e o tema da 11ª Conferência Nacional poderá ser elaborada e aprovada uma nova proposta, parágrafo único. Nos casos das novas propostas irão para a plenária aquelas que se permitirem em, no mínimo, três grupos de trabalho em cada eixo. Artigo 19. A sistematização dos grupos de trabalho deverá ser entregue à equipe de relatoria até as 19h do dia 17 de dezembro. Sessão 4. Das moções. Artigo 20º. Moções são manifestações políticas da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social e poderão ser apresentadas por quaisquer dos delegados ou delegadas ou dos participantes identificando seu destinatário. Parágrafo 1º. As moções deverão ser entregues e cadastradas pelo proponente na sala de relatoria até as 12 horas do dia 7 de dezembro. Parágrafo 2º. Somente as moções que obtiverem o apoio mediante a assinatura de, no mínimo 40% dos participantes ou das participantes serão submetidas à plenária final. Parágrafo 3º. Somente serão apreciadas

moções apresentadas em formulários próprios à disposição dos participantes no balcão de credenciamento. Parágrafo 4º. As moções serão apreciadas pela plenária final, logo após aprovação das deliberações por eixo, para aprovação ou rejeição, não sendo admitida alteração de seu texto. Sessão 5. Das oficinas. Artigo 21º. A 11ª Conferência Nacional contará com 24 oficinas sob a coordenação da Secretaria Nacional de Assistência Social com o objetivo de contemplar temas relacionados aos SUAS e à política de assistência social. Parágrafo 1º. As oficinas acontecerão simultaneamente no dia 6, das 19h30 às 21h30. Parágrafo 2º. As inscrições para as oficinas serão realizadas no dia 6 das... de 8h às 15h no balcão de credenciamento no Centro de Convenções obedecendo o limite de 60 vagas por oficina. Capítulo 4º. Da plenária final. Artigo 22. A plenária final da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social será realizada no dia 8 de dezembro no horário das 8h às 18h e será constituída de delegados, delegadas, convidados, convidadas, observadores, observadoras, colaboradores, colaboradoras, tendo como finalidade apreciar e deliberar as propostas do caderno da plenária final e as moções. Parágrafo único. A plenária final contará com a mesa de apoio de conselheiros e conselheiras e uma mesa de suporte com integrantes da relatoria que auxiliará a coordenação dos trabalhos. Artigo 23. O processo de apreciação e aprovação das propostas de deliberação do caderno da plenária final e das moções dar-se-á da seguinte forma: 1) leitura das propostas e deliberação em destaque. 2) apresentação dos destaques solicitados e quando for o caso, aprimoramento da redação das propostas de deliberação. 3) habilitação e tomada das propostas não destacadas. 4) leitura e votação uma a uma das propostas de deliberação habilitadas. 5) identificação das cinco propostas mais votadas por eixo que serão consideradas aprovadas. 6) a comunicação das cinco propostas mais votadas por eixo resultando nas 20 deliberações da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. 7) leitura e votação das opções sendo consideradas aprovadas as que obtiverem maiorias simples dos delegados e delegadas e votantes. Parágrafo 1º. No caso de destaque visando aprimoramento da redação da proposta, conforme o segundo será assegurada uma manifestação à favor e uma contrária para propostas destacadas quando solicitado por qualquer participante obedecendo o tempo de, no máximo, três minutos para cada. Parágrafo 2º. Caso a plenária não se encontre devidamente esclarecida para votação, será aberta a oportunidade, nova manifestação a favor e contrária pelo período máximo de dois minutos para cada. Parágrafo 3º. No caso de aprimoramento de redação será habilitada a proposta de deliberação que obtiver maioria simples dos delegados e delegadas às votantes. Artigo 24. As votações da plenária serão realizadas por meio eletrônico disponibilizado aos delegados. Parágrafo 1º. Apuração das votações para o sistema eletrônico será realizada por

percentual de votos favoráveis contando contrários e abstenções. Parágrafo 2º. Em caso de eventuais falhas no sistema eletrônico e votação serão utilizados os crachás dos delegados e delegadas. Parágrafo 3º. A apuração das votações por crachá caso sejam utilizadas será feita por contrastes e em caso de dúvidas será realizada a contagem dos votos. Artigo 25. Instalado o processo de votação é expressamente vedado o levantamento de destaque, questões de ordem, esclarecimentos, encaminhamentos ou questões de qualquer natureza. Capítulo 5. Das disposições gerais. Artigo 26. As deliberações aprovadas na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social serão publicadas no Diário Oficial da União por meio de Resolução do CNAS no prazo de 120 dias a contar do seu encerramento e disponibilizada na página eletrônica do CNAS, www.mds.gov.br, SNAS. Artigo 27. Será assegurada à plenária, o questionamento à coordenação da mesa pela ordem para restabelecer os trabalhos ou no caso em que esse regimento interno não esteja sendo cumprido. Artigo 28. Os casos omissos serão resolvidos pela presidência da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social em conjunto com a Comissão Organizadora.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Olha só, durante a leitura, a Secretaria Executiva não coletou nenhum destaque, é isso mesmo conselheiros ou vocês preferem... ou a gente já passa... ok. Então, agradeço, só passo para... vou passar agora para a Mercês para fazer só um esclarecimento sobre o processo do regimento.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social/MDS – Só resgatando. O conselho Nacional de Assistência Social constituiu uma comissão organizadora que tinha entre suas atribuições no artigo 1º, no Artigo 2º da Resolução CNAS 16 de 2016, entre as atribuições da Comissão Organizadora, coordenada pelo Presidente e Vice-presidente do CNAS, a competência de propor e encaminhar para a aprovação do colegiado, uma proposta de regimento interno que é isso que está sendo feito agora. É uma proposta, então, ela não tem efeito de Resolução, ela tem uma proposta de regimento que será submetida a ser apresentada e submetida à sua aprovação por maioria simples na plenária da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, conforme o regulamento da conferência aprovado também por essa plenária. A sessão para leitura e apreciação desse regimento e dessa proposta de regimento interno terá início às 15h do dia 5 de dezembro de 2017 no local de realização da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social que é o Centro de Convenções Ulysses Guimarães de Brasília.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira Luziana.

Sra. LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO – Boa tarde. Eu queria fazer só uma solicitação de esclarecimento que não tem nada a ver com regimento. Mas com a memória da Comissão de Organização, porque diz assim, que os estandes serão dispensados, mas sem nenhuma estrutura física, isso quer dizer o quê? Que não vai ter mesa e cadeira, mobiliário essas coisas? Eu não entendi.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Você está falando do item 2, é isso? É exatamente isso, sim. Existe um espaço previsto para montagem de estande. É só um espaço, um espaço vazio, à medida que essas solicitações vão chegando, o solicitante pode entrar em contato com a empresa que ficará responsável pela estrutura do evento e falar assim, “olha, você já montou tantos estandes, monta mais um e eu te pago a parte isso aqui. ”.

Sra. LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO – É porque a gente teve a reunião do Fórum dos Trabalhadores do SUAS, três dias agora em São Paulo, como a gente não tinha essa informação, a gente não discutiu isso entre a gente, então, eu tenho que levar para o grupo nossa para avisar, para a gente providenciar, porque tudo no Fórum é rateado entre as entidades, então, a gente precisa saber disso para fazer o rateio.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Mas só lembrando que vai existir um estande, vamos dizer, oficial da Sociedade Civil, então, assim como existirão...

Sra. LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO – Esse aí a gente vai ter tudo.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Essas solicitações são solicitações, por exemplo, do FONSEAS que quer ter, não existia na previsão, acho que são 20 e poucos ou 30 estandes oficiais, envolvendo todos os estados da Sociedade Civil, do CNAS, do MDS, todos são garantidos pela infraestrutura básica.

Sra. LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO – E a sociedade civil, qual é a metragem dele para eu ver, porque assim, no ano passado, a gente...

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – São 27m². Três segmentos, 9m² para cada segmento. A gente vai distribuir aquelas fitas métricas da “tok&stok”, aquela da “tok&stok”.

Sra. LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO – Por exemplo, se uma unidade nossa quiser ter um estande separado ela... (falas sobrepostas). Se uma entidade de trabalhadores, ela quiser ter um estande separado, ela pode ter desde que se responsabilize pelo mobiliário, mas não vai ter custo pelo estande?

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Vai ter custo, ela que vai...

Sra. LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO – Taxa de estande não vai ter?

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Taxa para organização, não.

Sra. LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO – Obrigada.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Isso. Conselheiro Maurício. Isso, seguindo a padronização de adesivagem e tudo da 11^a.

Sr. MAURÍCIO JOSÉ SILVA CUNHA – Representante do Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral – CADI – Deixa eu ver só se entendi bem, então, a conferência vai ter 20 deliberações finais, cinco de cada eixo. Essas 20 serão votadas na plenária final e elas vão... deixa eu ver se entendi bem o Artigo 17, cada eixo vai levar 10 propostas à plenária final. Então, vão ser 10 propostas para cada eixo, considerando os 12 grupos de trabalho de cada eixo, alguém vai ter que consolidar a produção dos 12 grupos. A relatoria consolida 10 que vão para a plenária final e metade dessas, de cada eixo, serão oficialmente as deliberações da conferência.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Exato. Ok. Não temos mais destaques e eu passo, então, pergunto se tem destaques no item 4 que é o balanço preliminar do trabalho da relatoria. E no item 5 são aqueles ajustes finais de última hora que são a pauta. Conselheira Maria José está destacando.

Sra. MARIA JOSÉ VASCONCELOS BARRETO CARVALHO – Representante do Fórum Estadual de Usuários do SUAS de Sergipe – FEUSUAS/SE – É no cinco. Só fiquei com uma questão aqui é que aqui diz divisão das tarefas e será no dia quatro que é a comissão organizadora, mas que nós... eu tinha tido o entendimento que essa divisão de tarefas seria com todos os conselheiros, então, eles receberão as atribuições e era isso que queria entender.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – É isso, conselheira. Vocês lembram que no pleno passado, a gente chegou até a comentar aqui e fazer as divisões dos conselheiros da Comissão Organizadora naquelas subcomissões, alguns conselheiros já me perguntaram, aquilo não foi publicado em forma de resolução, porque é exatamente isso, aquela, a Resolução que publica aquelas subcomissões vai acompanhada dos nomes da Secretaria Executiva do Conselho, da própria SNAS, enfim, dos diversos servidores, de diversas unidades do Ministério, então, a gente estava esperando receber esses nomes, essa portaria vai ser publicada nos próximos dias, no entanto, sempre fica e é praxe, eu já participei como conselheiro de outros conselheiros, a gente faz um... porque a conferência é de todos, então, a gente tem que ter conselheiro no estande do CNAS o tempo todo, mas a gente tem que se dividir, então, na sala de soluções, enfim, esses pequenos ajustes que a gente deixa para essa última reunião, para a gente ter esse enquadramento e a gente, lógico, circula isso para todos, até para pedir a responsabilidade mesmo de todo mundo na organização e na representação do Conselho dentro da Conferência Nacional. Está esclarecida conselheira? Vão ser todos os 36 conselheiros. A gente está... como agora a gente tem um grupo, então, por exemplo, se não tiver... está escalado um conselheiro lá em determinado horário e não está lá, a gente já tira a foto e socializa no grupo, entendeu? Vai ser um controle social. É isso. Com isso, a gente termina esse relato da última reunião, da penúltima reunião da Comissão Organizadora e passa seguindo a sequência da pauta do dia para o relato da presidência ampliada que, então, procedimento normal, projeção, entrega e etc. vou fazer a leitura, reunião 10 de 2017 do dia 21 de novembro de 2017. Começou às 17h40 e foi até as 19h20 com a presença dos conselheiros Fábio, Rosângela, Carlos, Luziana, Maira, Marília e Mariana e pela Secretaria Executiva, Mercês, Dorinha, Silvani e Taís. O primeiro momento são informes das reuniões das Comissões Temáticas.

Então, demandas da reunião da Comissão de Política para a Presidência Ampliada. 1) uma proposta de lançamento da Campanha SUAS sem racismo na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social a pedido da SEPIR e do MDS. Detalhes da publicação. Folders, plaquinhas com a hashtag SUAS sem racismo, posts nas redes sociais e exibição das hashtags na TVs dos estandes, gravações de vídeos curtos com depoimentos, banco de imagens da campanha no portal do MDS e da SEPIR. 2) recomendação de que as comissões de financiamento e normas pautem a discussão da resolução sobre o cofinanciamento para gestão dos municípios, estados e DF para estruturação da vigilância socioassistencial. Informes da Comissão de Normas, a Coordenadora informou que no dia 22, no horário do almoço será realizada uma reunião extraordinária para discutir a minuta de resolução sobre o processo eleitoral da Sociedade Civil, 1820, que instituiu o processo e cria a Comissão Eleitoral. Item 2. A discussão da Comissão de Política da Minuta da Resolução sobre a prorrogação dos recursos previstos para os estados referentes à expansão dos serviços de acolhimento. A gente está falando de Normas ou de Política? Demanda da Comissão de Conselhos é o 81, o lançamento do tutorial de boas vindas aos novos conselheiros da Assistência Social. Encaminhamento. A Presidência ampliada propõe que o lançamento tutorial ocorra na fala do Presidente do CNAS, na 11ª Conferência Nacional na mesa de reflexões sobre o SUAS à luz do segundo plano decenal. 2) informe sobre as propostas de dados de reuniões regionais de 2018. Em março, 21 e 22, reunião regional, 27 e 28 reunião regional, em abril, 4 e 5, 11 e 12. 3) proposta de alteração da reunião ordinária do CNAS de abril, de 10 a 12 para 17 a 19. Vamos submeter a plenária para apreciação. Item 2 da reunião foi o acórdão 2.404 de 2017 do TCU, que inserção de 20 de outubro de 2017 que trata da auditoria operacional com o objetivo de avaliar a supervisão deste Ministério sobre atuação dos conselhos de Assistência Social, com enfoque especial na função do controle social a ser exercida por estes no âmbito da política nacional de assistência social e do SUAS enviado ao departamento de gestão do SUAS com cópia para o CNAS e para o FNAS, o coordenador geral de gestão interna encaminha o acórdão aos órgãos citados e solicita o envio de informações, subsídios até o dia 3 de maio de 2018, de modo a possibilitar resposta ao demandante em tempo hábil. Encaminhamento. O acórdão será encaminhado para todos os conselheiros. 3) solicitação de alteração de pesquisa acadêmica. A aluna de mestrado do programa de pós-graduação em Administração da Universidade de Brasília, Aline Farias Santana, orientado pelo professor, doutor, Diego Mota Vieira, solicita autorização para conduzir pesquisa de campo por meio de observação não participante nas reuniões das Comissões temáticas de política e financiamento do CNAS que ocorrerão no mês de novembro do corrente ano. Informa que o objetivo é realizar o processo deliberativo das

políticas públicas no âmbito dos seus conselhos nacionais e que seu propósito é meramente acadêmico. Solicita ainda os contatos dos conselheiros e ex-conselheiros para condução de entrevistas, Benedito Augusto, Maria Isabel, Maira Leilane, Samuel Rodrigues, Alberto Albino, Carlos Nambu, Margareth Alves, Valdete Barros, Edvaldo da Silva. Solicitar encaminhamentos, solicitar autorização dos conselheiros e ex-conselheiros que serão entrevistados.

4) Informe.

4.1) Informe 8... Ofício 8 de 2017 do CMAS de São João Evangelista em Minas Gerais. A Presidente do CMAS enviou o Ofício em epígrafe para informar SNAS, CDES e CEAS/MG e o Ministério Público a respeito da aprovação da tomada de decisões por parte da Coordenadora do CRAS para atualizar a situação dos serviços prestados pela assistência social, bem como regulamentar as prestações de contas do Governo Estadual dos exercícios 2012 a 2017 que não foram concluídas sob conhecimento do Conselho Municipal de Assistência Social de São João Evangelista.

4.2) moção de repúdio.

4.2.1) é o manifesto do CRP do Paraná em defesa da Política de Assistência Social Brasileira financiar o SUAS e garantir os direitos.

4.2.2) Moção de repúdio do Conselho Municipal de Assistência Social de Muarana, no Paraná, sobre o corte orçamentário para a política de assistência.

4.2.3 é uma moção de repúdio da Câmara de lá, de Santa Catarina, ao Governo Federal pela previsão orçamentária insuficiente para assistência social em 2018.

4.2.4. É uma moção de repúdio do CMAS de Toledo, no Paraná, ao MDS frente ao atraso de repasse de recursos fundo a fundo, na política de assistência, o item 5 foi a logomarca do CNAS na campanha da PEC 383 de 2017. Com parte da campanha de mobilização à recomposição do orçamento da assistência social para 2018, a presidência ampliada aprova o uso da logomarca do CNAS na campanha da PEC 383 de 2017, do deputado Danilo Cabral e sugere fazer uma recomendação à redação da PEC de que o percentual de 1% seja destinado ao serviço socioassistencial, serviços programas e projetos do SUAS. A minuta de recomendação será elaborada durante o relato da Comissão de Normas.

Item 7. Visitas à Câmara dos deputados para tratar da reforma da previdência, a Coordenadora da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e de Transferência de Interlocação de Renda tem feito interlocação com alguns deputados e poderá dar informe sobre essas visitas.

Item 8. É o processo eleitoral da Sociedade Civil do CNAS, gestão 1820. Foi enviada uma minuta de edital de convocação do processo eleitoral e minuta de Resolução sobre o processo eleitoral para os conselheiros da Comissão de Normas para discussão na reunião extraordinária do dia 21/11 às 12h e no dia 9, no item 9 a pauta da reunião de fevereiro de 2018 que a gente faz a leitura quando chegar nesses destaques. Então, se tiver destaques no item 1, nos diversos informes, tanto de política

quanto de normas que são muito subitens, conselhos, para a gente não parar ponto a ponto. Conselheira Rosângela tem um destaque? Por favor.

Sra. ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS – Vice-Presidente do CNAS/MDS – Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA

– Boa tarde a todos e a todas. Aqui no item 3 que é uma demanda da Comissão de Conselhos que ela está propondo alteração da reunião ordinária do CNAS de abril, 10 e 12, para 17 e 19, eu gostaria de saber qual a razão da modificação da data. Comissão de Conselhos.

Sra. LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO

– A explicação é a seguinte, a gente tinha pensado e tinha planejado que as reuniões regionais vão ter o mesmo tema da descentralizada. É porque a gente tinha planejado que as regionais vão ter um tema e um funcionamento de forma intersetorial. Para as reuniões regionais vão ser convidados os conselhos de garantia de direitos e de outras políticas, então, a gente tinha pensado o seguinte, as reuniões regionais ocorrerem antes da reunião descentralizada para que a gente, na descentralizada apresente a síntese das discussões das regionais, então, para que isso ocorra, era importante que as regionais ocorressem... era importante não, era necessário que as regionais ocorram antes das descentralizadas, então, a proposta seriam duas, ou a gente adia essa de abril, porque as cinco poderiam ocorrer antes da descentralizada para poder ocorrer antes da de maio, uma outra hipótese seria uma das reuniões regionalizadas acontecer no final de fevereiro, porque a gente teria previsto três para março, duas para abril e uma aconteceria em fevereiro se não puder adiar a de abril. Se puder adiar a de abril aconteceriam três em março, duas em abril e a de maio seria a descentralizada, entendeu, Rosângela? Rosângela está esclarecida? Deixa eu explicar de novo, veja só, as reuniões regionais terão o mesmo tema, as CITs dessas reuniões seriam discutidas na descentralizada, se a gente não adiar a reunião de abril...

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Tem o calendário aí que possa ser projetado? Porque a gente, você está com o calendário na cabeça e a gente não está com o calendário na cabeça, então...

Sra. LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO – Acharam o calendário? Estava esperando para botar ali. Acharam o calendário? Está bom.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira, é mais uma... antes de a gente... enquanto colocam o calendário, mais uma dúvida mesmo. Eu só não entendo, porque a gente posterga a reunião ordinária e não altera a data das reuniões regionais, não é possível?

Sra. LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO – Porque, veja só, a gente ontem pegou o calendário, tenho o meu aqui, está todo anotado.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Aí, o calendário já está projetado. Vamos lá para... abril de 2018.

Sra. LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO – Está anotado aqui também, porque, veja só, o que a gente pensou? Começar as reuniões regionais em março, ok? Veja só, a gente pensou começando as regionais em março, pensando em uma regional por semana. Então, a gente teria na semana de março, de 7 a 8 de março a primeira reunião. Estão acompanhando aí? Teria a primeira regional, a segunda regional teria que ser no dia 21 e 22 de março. A gente não usaria a última semana de março, porque é semana santa.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Mais do que digitar, é mais importante que o cursor estivesse sempre nas datas que ela for mencionar. Isso, 21 e 22...

Sra. LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO – Março a gente teria 7 e 8 e teria 21 e 22, duas regionais em março, está certo? Desculpe. Seria 7 e 8, 21 e 22 e 27 e 28, não pegaria 29, porque é quinta-feira santa e tem local que já está em feriado.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – 7 e 8 não está aqui na minha memória.

Sra. LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO – Olhe para março, o que a gente pensou foi 7 e 8, 21 e 22 e 27 e 28, três regionais em março. Agora me lembrei. Estão acompanhando? Talvez na memória não tenha ficado. Pensando em uma por semana no mês de março seria 7 e 8, 21 e 22 e 27 e 28. Iríamos para abril, para mais duas em abril, para

completar as cinco. Em abril teria que ser 4 e 5, 11 e 12 e a gente adiaria nossa reunião para 18 e 19, porque daria uma por semana, cinco regiões.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – E porque não pode ser 4 e 5, 18 e 19?

Sra. LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO – Porque a gente, veja só, qual a metodologia que a gente criou, Fábio? A gente vai na descentralizada apresentar a síntese das cinco regionais, tudo que fosse vindo das cinco regionais a gente apresentaria na descentralizada, se for assim, uma regional vai ficar fora da síntese.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Não, mas a descentralizada é em maio, conselheira.

Sra. LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO – Por isso mesmo. Ficaria muito em cima, mas também se quiser.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – “Por isso mesmo” para mim não fez muito sentido, porque...

Sra. LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO – Pode ser na outra semana, então, porque a gente achou que ia ficar muito próxima da descentralizada, a gente não teria tempo hábil para a gente se reunir e fazer a síntese, entendeu? A não ser que a Comissão se reúna sozinha depois.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – É mais, porque aí eu teria oportunidade de socializar isso com todo o pleno antes da descentralizada. Entendi.

Sra. LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO – Entendeu? O problema era esse, é porque depois dessa reunião a gente não se encontra mais, a não ser que a comissão venha sozinha.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Estou, da minha parte, esclarecido, agora, a gente segue para as inscrições, pode ser? Conselheira Maira, por favor.

Sra. MAIRA LEILANE OLIVEIRA ALMEIDA – Representantes do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS – Eu até também fiquei esclarecida em relação à mudança. Eu ia falar, Presidente, em relação à gente ter o cuidado de não alterar as reuniões ordinárias, nós tivemos aqui exemplo do ano passado, agora, logicamente que já entendi a lógica, agora entendi. Mas já que estou inscrita vou falar, o ano passado teve a possibilidade, o CONGEMAS solicitou mudança de reunião ordinária por conta dos encontros e aqui foi desse pleno dizer que não mudaria, porque eu acho correto não mudar as reuniões ordinárias, eu já estou entendendo que está sendo proposta uma nova metodologia, mas são dois meses praticamente de reunião, é uma semana atrás da outra.

Sra. LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO – Eu queria fazer um esclarecimento. Eu acabei de saber... saber, não, me lembrar que José me lembrou, que, na verdade, não são cinco, são quatro reuniões, porque Sul e Sudeste é junto, vai ser mantido assim? Então, resolve, não precisa adiar.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Então, a gente pode manter a data. E se...

Sra. LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO – Mantém a data, não precisa adiar. Eu não me lembrei que Sul e Sudeste faz junto. Está resolvido, não precisa adiar. Não me lembrei disso.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Então, ficamos. Na verdade, a gente tem mais uma conselheira. Conselheira Maria José está inscrita, não é isso? Então, conselheira faz a fala e depois a gente encaminha.

Sra. MARIA JOSÉ VASCONCELOS BARRETO CARVALHO – Representante do Fórum Estadual de Usuários do SUAS de Sergipe – FEUSUAS/SE – A minha questão... boa tarde a todos. Minha observação em questão a isso é que nós não estamos pensando nos conselhos estaduais que vão ter que organizar essas regionais em março sem orçamento, que

não é fácil, eu vi a dificuldade que foi para fazer uma regional, nós vamos sair agora, dezembro, janeiro, as regionais sendo em março nós já teríamos que sair agora convidando os estados de cada região que pode participar, os conselhos só voltam a funcionar, geralmente, final de fevereiro, eu acho inviável para os conselhos estaduais essas reuniões em março, eu que vivencio o conselho estadual, eu sei da dificuldade que é para um conselho, ele buscar espaço, organizar, tudo para uma regional em março, essa é a colocação que eu quero fazer, se nós estamos pensando nos conselhos estaduais que vão ter que organizar, porque em cada região nós temos que ter um estado e nós estamos observando a dificuldade que nós estamos tendo já e os estados quererem fazer as regionais, sentimos isso esse ano e no próximo ano ele pode se repetir, é só essa minha questão.

Sra. LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO – Posso esclarecer? A gente pensou muito nisso...

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Espera aí, conselheira. É porque a conselheira... sim, vai anotando, aguenta aí, anota tudo. Conselheira Maira, por favor.

Sra. MAIRA LEILANE OLIVEIRA ALMEIDA – Representantes do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS – Me inscrevi, porque a fala da Maria José é importante e vou falar enquanto estado. Os estados só abrem orçamento em fevereiro, então, de fato, para que essa ação aconteça, que queira ou não, o recurso vem da gestão, então, não teria possibilidade, o orçamento vai estar fechado, vai estar aberto em março, mas para tramitar processo de contratação do espaço e outras coisas que necessitem, não tem condição e para que a gente solicitasse que entrasse agora, a gente já teria que ter pedido, porque teria que deixar tudo pronto esse ano.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Acho que é importante, vou pedir para a Mercês esclarecer um pouco a natureza dessas reuniões regionais, porque essas reuniões, em geral, elas não demandam, conselheira Maira grandes apoios dos estados. Espaço, assim, em geral, um auditório para 30, 40 pessoas é a média do que a gente tem tido, pelo menos, até agora nas reuniões regionais. Vou pedir só para a Mercês esclarecer um pouco a dinâmica dessas reuniões e depois a gente não tem mais inscrito e a gente passa para a conselheira Luziana.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social/MDS – São reuniões de trabalho primeiro, são reuniões de trabalho, então, não são reuniões que demandam muita infraestrutura, é sempre um auditório com um mínimo de recurso, um projetor e não necessariamente o material, normalmente, é todo levado pelo conselho Nacional e lembrando também que não é o colegiado todo que vai para as reuniões, normalmente, é a comissão que está organizando ou que tenha assunto a ser discutido, então, depende do tema que está sendo discutido, a Comissão que acompanha. O custo que existe para o estado é do deslocamento do seu representante que normalmente são em torno de quatro, cinco vagas por estado que vão para reunião, passagem e diárias, que normalmente, vai, que são os conselhos estaduais que estão nas conferências regionais, então, vai com recursos do IG, então, é só passagem para o estado e o estado anfitrião é um auditório que normalmente, ele já tem mesmo do seu uso cotidiano, não tem, não é uma reunião descentralizada, a reunião descentralizada sim envolve um público maior, quinhentas pessoas, mas essa não.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado, Mercês. Conselheira Luziana, por favor.

Sra. LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO – Parte do que eu ia falar, a Mercês já falou, porque eu ia lembrar aos conselheiros que não existe essa grande estrutura, que o número é reduzido e eu queria lembrar, porque mais do que lembrar dessas questões dos conselhos estaduais, vamos nos lembrar que em junho estamos indo embora e não adianta a gente ficar falando, “ah, o tempo é muito pequeno para que a gente organize tudo antes do final dessa gestão”, então, é importante que a gente planeje minha gente, lembrando que nós estaremos encerrando essa gestão em junho, então, ano tem esse tempo todo para a gente fazer com brio, então, por isso que a gente pensou dentro do que a gente planejou na gestão, pensando em tudo acontecendo na descentralizada, teria que ser em março e abril, ano teria outro mês.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Ok. Obrigado, Conselheira. Diante disso, eu pergunto, então, se a gente pode manter essas quatro datas para chamar de datas tentativas para as reuniões regionais, para as primeiras reuniões regionais do ciclo de 2018, do primeiro semestre. Podemos? Ok. Seguindo, então, a nossa memória, pergunto se tem algum destaque no item 2. Pergunto se

tem algum destaque no item 3. Queria que trocasse a palavra meramente por estritamente, estritamente acadêmico. Pergunto se tem algum destaque no item 4. O quatro se subdivide em muitos, 4.1, então. O 4.1 eu já não estava lá, tive que me ausentar, porque fui chamado pelo gabinete do Ministro, sinceramente, eu não entendi. Eu entendi muito pouco para ser bem-educado do que se trata esse Ofício, se quem estiver na reunião puder pelo menos me esclarecer, eu acho que essa memória diz muito pouco... mas é um informe e eu não me sinto informado sobre nada lendo isso. Alguém entendeu? Ok, então, pergunto se tem algum destaque no item 4.2.1? Nas diversas moções? Ok. Em relação.

Sr. LEOVANE GREGÓRIO – Representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP

– A pergunta que tem que ser feita é a seguinte. Se o Ofício veio nesses termos que está escrito aqui, porque se for nesses termos que está escrito aqui, não tem como reinventar. O problema é que dependendo do que veio está informado, agora, se o texto era outro e botaram outro texto aqui é complicado.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS

– Cada informação quadrada que chega, não é? Está bom. Agora, o item 5, que era o próximo item de pauta, estou entendendo que ele, não vejo a conselheira Mariana aqui, então, estou supondo que a reunião da Comissão de Normas está em reunião só para informá-los que o gabinete do Deputado voltou a me ligar agora no início da tarde, de fato, eles estão precisando da nossa resposta. Eu vou sugerir de a gente fazer o encaminhamento formal e de a gente dizer, “olha, aceita e até amanhã a gente vai mandar observações”, pode ser dessa forma? Porque a gente tira essa faca do nosso pescoço e se libera dessa incumbência mais imediata, pode ser? Está atenta aí? Eu só falei, “olha, vamos responder ao gabinete do Deputado Danilo imediatamente, dizendo que a gente acata, então, a gente endossa o pleito deles de ter a logomarca do CNAS nos cartazes, na campanha que ele vai fazer em relação à PEC e que o plenário está reunido até amanhã e que, portanto, até amanhã, a gente vai encaminhar algumas observações e sugestões de melhoria e preocupações sobre a PEC para que ele avalie a oportunidade de acrescentar ao longo da tramitação da PEC essas observações. Está bom? Conselheiro Leovane.

Sr. LEOVANE GREGÓRIO – Representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP

– Não pode dizer para ele que a gente está aprovando e que vai um documento oficial amanhã?

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Isso. É isso.

Sr. LEOVANE GREGÓRIO – Representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP
– Então, hoje, você já vai dar a notícia para ele que aprovamos e que vai estar seguindo um documento oficial nosso até amanhã.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – É isso. Beleza. Em relação do cinco a gente passou para o sete e a gente vai mandar a logo, então, tem que registrar aí. Do cinco... acho que a gente pode... então, a gente responde, item 7, algum destaque em relação ao item 8 está pendente também e agora a gente passa, então, para a leitura da pauta da reunião de fevereiro de 2018. Aqui eu passo a fazer a leitura, então, no dia 5 de fevereiro das 10h às 18h, duas comissões reunidas simultaneamente, a comissão eleitoral da gestão 2018, 20 e a comissão de acompanhamento de benefícios e transferência de renda. No dia 6, quatro comissões se reúnem simultaneamente das 9h às 16h, Normas, Conselhos, Política e financiamento, das 16h às 18h só a Presidência Ampliada, no dia 7 de fevereiro, a gente começa a plenária das 9h às 9h30 aprovando ata e pauta, das 9h30 às 10h os diversos informes, falta registrar os informes do FONSEAS, CONGEMAS e CIT... não vai ter., Mas FONSEAS e CONGEMAS, sim... oh “loco” está bom. 10h30 às 12h avaliação da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, tendo como convidada a relatoria da 11ª Conferência Nacional. Das 14h às 16h, um painel sobre as metas do plano nacional de segurança pública para o público da política de assistência social, tendo como convidados Ministério da Educação, do trabalho, da Justiça e do Desenvolvimento Social. Das 12h às 18h. A discussão sobre a resolução CNDI 33 de 2017, que estabelece diretrizes e parâmetros para regulamentação do Artigo 35 da Lei 10.741 de 2003, estatuto do idoso que dispõe sobre o contrato de prestação de serviço que toda entidade de longa permanência ou Casa Lar, com a pessoa abrigada. Convidados. Presidente do CNDI, Conselho Nacional de Direito do Idoso e Secretaria Nacional de Assistência Social. E no dia 8/02 na plenária, das 10h30 o relato da Presidência Ampliada, das 10h30 às 12h o relato da Comissão de Financiamento, das 14h às 15h o relato da Comissão Eleitoral, das 15h às 16h relato da Normas, 16h às 17h relato de Política e 17h às 18h relato de Conselhos. Ok. Agora, então, a gente abre para os destaques.

Sra. ELISA MACIEL COSTA - Representante da Associação Mayle Sara Kali – Boa tarde a todos e a todas. A minha dúvida, Presidente, no dia 7/02, no painel sobre, das 14h às

16h, a gente chegou... já tive esse material do plano, eu estava com uma dúvida, ele já vai vir redondinho, vocês sabem se ele ainda está em aberto para que este conselho possa vir a analisar e a sugerir alguma alteração, isso já se sabe? Se ele vai vir fechado para ser apresentado ou não. A gente teve um tempo curto, eu cheguei a analisar, Clátia também, bastante curto, a Clátia até comentou isso na fala dela quando foi entregar de volta. O plano nacional de segurança pública, mas ele era interessante, então, não sei se ele vai vir aberto, porque seria bom que ele viesse aberto. É claro que eles vão querer matar a gente, mas seria ótimo se viesse aberto, para que todo mundo pudesse intervir e colocar. Eu estou com ele lá no meu e-mail, me coloco à disposição de passar para todo mundo, não sei se eles já alteraram de acordo com as nossas solicitações, mas eu envio e quem não recebeu ou não viu dá uma olhada e quem sabe é a condição de intervir, vai ter bastante tempo para isso, não sei se está aberto ou fechado, mas era bom saber, Fábio, se ele vai vir aberto ou fechado.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Eu realmente não sei...

Sra. ELISA MACIEL COSTA - Representante da Associação Mayle Sara Kali – Mas vai ser um problema se ele vier fechado, Maira, mesmo com o pedido dele de contribuição por um grupo pequeno, porque ele não passou para o conselho todo, foi restrito, aí vem aquela sensação que, de vez em quando provoca a irritabilidade com razão de alguns conselheiros, se ele vier fechado para a gente identificar isso, porque se ele vier fechar é para pegar um documento entregar para a gente e dizer, “olha aqui, estou dando ciência a vocês” e é sério esse plano, ele está um terror, então, era bom saber.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira Maira.

Sra. MAIRA LEILANE OLIVEIRA ALMEIDA – Representantes do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS – Presidente, embora eu mesma tenha dito na Presidência Ampliada que em fevereiro... em janeiro a gente não tem reunião, a não ser o CONGEMAS que eu acho que tem reunião em janeiro, mas eu acho que deve assegurar aqui os informes. Se tiver alguma coisa, porque não está, só assegurar o informe do FONSEAS e do CONGEMAS.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Ok. Já está acrescentado, a gente não tem mais destaque e fica, então, conselheira Elisa, você tem o destaque, conselheiro Leovane?

Sr. LEOVANE GREGÓRIO – Representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP – Um destaque com relação à questão da continuidade da discussão das duas comissões, o acompanhamento de conselhos e da Comissão de Normas a respeito da discussão do assessoramento que nós começamos na reunião conjunta e que a gente indicou que continuaria na próxima reunião em fevereiro e eu não estou entendendo porque não está aqui. Mas aqui tinha que aparecer como reunião das comissões.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Então, como que a gente faz? Porque a gente já está aprovando a pauta, a gente aprova aqui e depois se a gente tiver no relato da Comissão de Conselhos ou de Normas algumas sugestões que venha a ser acatada, depois, a Secretaria Executiva faz um ajuste aqui, isso, faz um ajuste.

Sr. LEOVANE GREGÓRIO – Representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP – Porque como a gente está discutindo o que vai acontecer durante a nossa próxima reunião, a reunião das duas comissões deverá ser realizada no dia 5, não é?

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Nem que seja no mesmo esquema, não é? Fazer um período do dia 6. Vamos deixar só sobreaviso pendente da aprovação do relato da comissão, conselheira Elisa.

Sra. ELISA MACIEL COSTA - Representante da Associação Mayle Sara Kali – Eu tinha me esquecido, desculpa. Não é novidade para ninguém mesmo a minha incomodação com esse processo de não acompanhar o andamento e as questões do Congresso da Câmara. Eu... nós vamos passar um bom tempo e um tempo bastante tumultuado com algumas coisas sendo atropeladas em nível de votação correndo, a Câmara vai fazer isso no final do ano, janeiro, aquela história que a gente tem de que existem períodos que Câmara e Senado não funcionam, mas quando voltar também, nós não vamos nem saber que funcionou, a gente só vai receber a bomba. Então, eu queria ver se há possibilidade de nessa reunião de fevereiro, a assembleia, na reunião ordinária de fevereiro, a gente conseguir receber a visita do pessoal do Ministério que faz o acompanhamento, acho que está no MDS, faz o acompanhamento das pautas relativas à assistência social na Câmara e no Senado, porque independente algumas já vão ter sido votadas, outras vão estar em andamento e vai parar aqui em fevereiro e se parar

em fevereiro já vai entrar na boca para aprovar e a gente vai perder mais um prazo, de novo, voltando meio nesse tumulto, não sei se é uma coisa pequena, mas só para a gente ter esse acompanhamento mais de perto. Hoje, são mais ou menos, aproximadamente, 758 matérias em tramitação, então, eu acho que não dava para... sei lá, se a gente puder dar uma apertada e encaixar em algum dia para saber a que passo receber esse monitoramento e saber o que está na bica, o que não está, o que já está mais adiante, eu acho que era hora de a gente começar a fazer isso efetivamente.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Na verdade, agora, conselheira você estava falando, eu estou lembrando que a gente tinha combinado, se não me engano, no relato da Comissão de Normas do Pleno passado, de que a gente ia solicitar um pouco aquela lista, uma planilha Excel me parece que tinha sido apresentada na reunião da Comissão de Normas do Pleno passado em que tinham para todos os projetos de Lei afetos à assistência social que alteravam diretamente a LOAS, que se relacionavam com a garantia de direitos, enfim, que é esse mapeamento que eu acho que fala... você falou de 700... enfim, desse projeto de Lei, eu não sei se isso foi feito, se a gente tem alguma atualização disso.

Sra. ELISA MACIEL COSTA - Representante da Associação Mayle Sara Kali – Eu acho que já começou a andar, se não me engano, porque já houve essa conversa lá com o pessoal de Normas, porque aí, qual a ideia? A gente já entra nessa discussão para já pensar um fluxo, para não deixar a peteca cair.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Eu pedi para a Mercês verificar, porque estou me lembrando que tinha essa demanda da Comissão de Normas de pedir essa planilha até para a gente dar um pouco de publicidade mesmo a isso, aos diversos PLs que tem afeto à gente. Conselheiro Luís Otávio.

Sr. LUÍS OTÁVIO PIRES DE FARIAS – Diretor do Departamento de Gestão do SUAS/SNAS/MDS – Depois alguém da própria comissão de normas pode complementar, mas a coordenação de regulação do SUAS faz já esse acompanhamento e ela esteve na Comissão de Normas, fez toda a apresentação, não sei se ficou combinado já dela passar esta planilha ou não, mas não vejo problema nenhum em passar, a única questão é que isso para a gente mesmo é um complicador, nós nunca temos uma previsibilidade de quando esses

projetos entram em pauta dentro das Comissões. Então, isso a gente mesmo acaba sendo instada a se manifestar sempre já muito em cima da hora, porque normalmente a cada semana que a assessoria parlamentar passa para a gente a previsão dos projetos que vão entrar em pauta naquela semana.

Sra. ELISA MACIEL COSTA - Representante da Associação Mayle Sara Kali – Sim. Luís, desculpa, o que facilita isso para mim? E acho que isso não deve ser novidade para os meus colegas aqui companheiros. Porque se eu tiver quais são, onde estão e o número que é o mais complicado para a gente que é o tema, a gente faz o alerta e quando ele entrar na Comissão automaticamente você recebe a sinalização no seu e-mail mesmo que seja em cima da hora, o que está acontecendo com a gente que tanto nos preocupa é que além de chegar em cima da hora, chegavam matérias totalmente inesperadas e absurdas absolutamente inesperadas, de verdade, que lhes sejam um tempo curto, eu encaro, isso dá tempo, a gente se vira, quem está brigando por direitos acha muito bonito, férias e tal você não tem, você sabe que fica com o negócio na lida ali e dobra, não tem espaço, mas a gente seguir um alerta é muito mais rápido, é muito mais fácil e a gente liga esse dispositivo e fica mais fácil não só acionar como a dificuldade dos meus colegas, por exemplo, de morarem em outro estado e estarem aqui na Câmara e para mim, por mais que seja difícil é muito mais fácil ter esse acesso, assim como eu fiz uma comunicação, um pedido ao Presidente para que esse conselho passe a ter uma carteirinha de entrada parlamentar de acompanhamento de pauta. As associações têm e com esse novo formato da Câmara onde o Presidente da Câmara diz que a Câmara não é cartório para resolver vontade política do povo, fala isso publicamente, a gente ter para poder entrar dentro da Comissão e fazer essa discussão dentro sem que eles impeçam a gente de entrar por um motivo ou por outro, é extremamente importante, dá para acompanhar. Só isso, do resto estou hiper tranquila, concordo com você.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Ok. Obrigado, então, conselheira. Então, a gente vê a melhor fala depois de ajustar esse fluxo de informações. Com isso, conselheiros, a gente aprovou a memória da reunião da Presidência Ampliada, tem algum outro... tem o relato da Comissão de Financiamento que já está pronto. O excelentíssimo Senhor Ministro está para chegar, então, peço que a minuta seja a memória seja distribuída, a gente vai fazendo a leitura e a gente suspende assim que a gente já estiver na presença dele, pode ser? Então, por favor.

Sra. ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS – Vice-Presidente do CNAS/MDS – Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA – Conselheiro Carlos Nambu, por favor. Relato da Comissão de Financiamento.

Sr. CARLOS NAMBU – Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – Reunião da Comissão de Financiamento e orçamento da assistência social.

Sra. ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS – Vice-Presidente do CNAS/MDS – Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA – Conselheiro, só um minuto, por favor. Gente, eu gostaria, por favor, vamos fazer silêncio que o nosso colega conselheiro irá fazer o relato da Comissão de Financiamento.

Sr. CARLOS NAMBU – Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – Tem quórum qualificado? Tem, não é?

Sra. ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS – Vice-Presidente do CNAS/MDS – Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA – Temos. Temos quórum qualificado.

Sr. CARLOS NAMBU – Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – Novembro de 2017, reunião 10, data 2/11/2017, horário, das 9h às 16h, local, esplanada dos ministérios anexo do bloco F, primeiro andar, sala 139. Conselheiros. Carlos Nambu, Coordenador da Comissão, Clodoaldo José Oliva Muchinski, José Josenir Teixeira, Luís Otávio Pires e Farias, Raquel de Fátima Antunes Martins, Samuel Rodrigues. Convidados. Dulcelena Alves Ozzi Martins, Diretora Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social, FNAS, SNAS e MDS, Laurimara Campos, Chefe de Divisão do Fundo Nacional de Assistência, CNAS e MDS, Adailton Amaral, Assessor da SNAS, MDS, Renata Aparecida Ferreira, Diretora do Departamento de Proteção Social Básica, DPSB, SNAS, MDS, Damitila Peixoto, Departamento Social de Proteção Social Básica, Maria Carolina P. Alves também da proteção social básica, Luzia Mari, Proteção Social Básica, Rogério Campos, Proteção Social Básica, Marina Vasconcelos, Proteção Social Básica e a Secretaria Executiva do CNAS, da qual parabeno pela eficiência e dedicação a esta Comissão, Meirele Dantas, Randriene Maia, Susani Gonçalves, Rebeca Pinho. 1) Conclusão da Apreciação do Relatório de Execução Orçamentária e Financeiro do terceiro trimestre do Fundo Nacional de Assistência Social, convidado, FNAS. Só vou deixar um preâmbulo da Comissão, a tabela é meio assustadora em relação à execução, até de início a Comissão estava empenhada a não aprovar essa prestação de contas, porque o empenho estava muito baixo, mas aí durante o decorrer da

reunião, nós tivemos informações complementares que vão estar anexas e está tudo na nota explicativa que levou ao parecer da Comissão. A Diretora Executiva do FNAS, Dulcelena Martins apresentou o relatório de execução orçamentária e financeira do Fundo Nacional de Assistência Social, terceiro trimestre, apurada pelo regime de caixa referente ao período de janeiro a setembro de 2017. A Lei 13.414 de 10 de janeiro de 2017, LOAS, aprovou para o Fundo Nacional de Assistência Social orçamento de 53.085.051.206 reais. No decorrer do exercício houve cancelamento e suplementação de dotações no valor de 7.374.026 reais. Assim a dotação atualizada é de 53.077.677.180 reais que apresentaremos sobre os títulos e benefícios assistenciais, serviços, programas, projetos e gestão. Da execução orçamentária e financeira. Orçamento do benefício de Prestação Continuada da assistência Social, BPC, e da renda mensal vitalícia, RMV alocado no MDS, a quem compete a sua gestão, acompanhamento e avaliação. A operacionalização desse benefício compete ao INSS. A execução orçamentária e financeira e do BPC, da RMV, ações 0H5, 00IN, corresponde à descentralização de crédito orçamentário realizado em parcela única e aos repasses de recursos financeiros inicialmente pelo Fundo Nacional de Assistência Social ao INSS. Quanto à execução orçamentária e financeira das ações de cumprimento de sentença judiciais, ação 0005 e 0625 trata-se de descentralização de crédito orçamentário de repasse de recurso financeiro realizado automaticamente pela Secretaria de Orçamento Federal aos Tribunais Regionais Federais, acrescenta-se que não cabe ao Fundo Nacional de Assistência Social a gestão sobre esses recursos. O quadro seguinte apresenta a execução descentralizada ao INSS, bem como repasse realizado pelo Fundo Nacional de Assistência Social para execução das despesas obrigatórias despesas com benefícios assistenciais, será lido o programa, dotação, crédito destacado, empenhado até 30/09, pago até 30/09 e percentual de execução. BPC e RMV, 00H5, BPC e RMV, pessoa idosa, dotação 21.701.608.907 reais, crédito destacado 21.701.688.907 reais, empenhado até 30/09, 21.689.787.673 reais, pago até 30/09 16.959.250.548 reais. Percentual de execução empenhados 100%, pago 78%. 00IN BPC RMV, pessoa com deficiência. Dotação, 28.171.866.365 reais, crédito destacado 28.171.866.365 reais, empenhado até 30/09, 27.915.083.316 reais, pago até 30/09, 21.995.803.667 reais. Percentual empenhado 99%, pago 78%. Total BPC RMV, dotação atualizada 49.873.555.272 reais, crédito destacado 49.873.555.272 reais, empenhado até 30/09, 49.604.870.989 reais. Pago até 30/09, 28.955.054.215 reais. Percentual de execução. Empenhado 99%, pago 78%, operações especiais 0005, cumprimento de sentença judicial transitada em julgado, dotação 155.954.841 reais. Crédito, 155.954.841 reais. Empenhado até 30/09, 151.770.505 reais, pago até 30/09, 151.770.505 reais. Empenhado 97%, pago 97%.

0625, cumprimento de sentença judicial transitada em julgado de pequeno valor, dotação 919.285.372 reais. Crédito 919.285.372 reais. Empenhado até 30/09, 635.809.134 reais, pago até 30/09, 635.676.056 reais. Percentual de execução. Empenhado 69%, pago 69%. 0536, benefícios e pensões indenizatórias. Dotação, 3.010.000 reais. Crédito destacado, 3.510.000 reais. Empenhado até 30/09, zero, pago até 30/09 zero. Empenhado, zero e pago, zero. Na nota explicativa tem o motivo desses números zeros. Total. Dotação, 1.078.760.213 reais. Crédito. 1.078.760.213 reais. Empenhado até 30/09, 787.579.839 reais. Pago até 30/09, 787.446.561 reais. Empenhados, 73% e pagos, 73%. Do total geral. Dotação atualizada, 50.952.305.485 reais. Crédito, 50.952.305.485 reais. Empenhado até 30/09, 50.392.450.628 reais. Pago até 30/09, 39.742.500.776 reais. Empenhados, 99%, pagos, 78%. Os pagamentos das despesas com o BPC, RMV são realizados pelo INSS, considerando o dígito final do número do cartão de cada beneficiário conforme tabela divulgada no sítio <http://www.mds.gov.br>, assuntos, assistência social, benefícios assistenciais, BPC, os benefícios começam a ser pagos por volta do dia 20 de cada mês e finalizam entorno do dia 10 do mês subsequente, iniciando com os cartões com final 01 e finalizando com os terminados em zero. Em relação ao 0536, desde a criação, não houve nenhuma concessão, 1.3, despesas com serviços, programas e projetos, a execução das despesas com serviços, programas e projetos será realizada conforme o disposto na Portaria MDS 113 de 10 de dezembro de 2015 que regulamenta o cofinanciamento federal do SUAS na modalidade fundo a fundo dos serviços e do aprimoramento da gestão por meio de blocos de financiamento da assistência social, bem como dos programas e projetos socioassistenciais e ainda por meio de celebração ajustes e de repasses ao INSS para operacionalização de ações específicas de apoio à gestão das despesas obrigatórias. Ressalta-se que para realização dos pagamentos aplica-se o disposto na Portaria MDS 36 de 25 de abril de 2014 e suas alterações que priorizam o repasse de recursos conforme a disponibilidade financeira aos entes federativos que estiverem com o menor saldo nas contas dos respectivos fundos, observando saldos individualizados dos programas, projetos e dos blocos de financiamento da proteção social básica e da proteção social especial de média complexidade da proteção social especial de alta complexidade da gestão do SUAS. A execução das despesas está demonstrando apuração conforme está representada na LOAS em suas alterações. Os quadros a seguir demonstram a unidade orçamentária e a unidade gestora, orçamento disponibilizado e a execução orçamentária e financeira dos valores transferidas aos estados e aos municípios e ao DF, bem como ao INSS incluindo pagamento dos restos a pagar que correspondem à despesas empenhadas em exercícios anteriores e não paga no exercício correspondente e não paga no

valor contingenciado por ação conforme Decreto 9.040 de 28 de abril de 2017. Agora vai, respira. Execução orçamentária e financeira da unidade orçamentária 55901 FNAS, ação 8662, a descrição, concessão de bolsa de a criança e adolescente em situação de trabalho, dotação atualizada 3.604.993 reais. Contingenciado até 30/09, 2.191.129 reais. Empenhados, 707.595 reais. Empenhado 20% e liquidado até 30/09, zero, pago até 30/09, zero, percentual pago, exercício, zero. Restos a pagar, 1.768.395 reais. Pago do restos a pagar até 30/09, zero, percentual pago dos restos a pagar, zero e pagamento total até 30/09, zero. Ação 2A60, serviço e proteção social básica, dotação atualizada 1.272.023.105 reais, contingenciado até 30/09, 691.496.073 reais, empenhado até 30/09, 580.527.019 reais, empenhado, 46%, liquidado até 30/09, 428.533.238 reais, pago até 30/09, 428.533.238 reais. Percentual pago 74%, restos a pagar inscrito 441.936.601 reais, pago dos restos a pagar até 30/09, 218.901.988 reais, percentual pago, 50%, pagamento total até 30/09, 647.435.226 reais. Ação 2A65, serviço de proteção social especial de média complexidade. Dotação atualizada. 276.022.448 reais. Contingenciado até 30/09, 202.064.501 reais. Empenhado até 30/09, 73.957.933 reais. Empenhado, 46%, liquidado até 30/09, 95.847.177 reais, pago no exercício até 30/09, 96.849.177 reais. Percentual pago 55%, restos a pagar inscrito, 213.684.354 reais. Restos a pagar, pago até 30/09, 68.696.232 reais, percentual pago dos restos a pagar, 32%, pagamento total até 30/09, 164.545.409 reais. A ação 2A69 serviço de proteção social especial de alta complexidade. Dotação 209.357.047 reais. Contingenciado até 30/09, 71.282.485 reais. Empenhado até 30/09, 138.074.556, empenhado, 66%, liquidado até 30/09, 69.98.308 reais. Pago até 30/09, 69.987.308 reais, percentual pago, 51%, restos a pagar inscrito, 99.075.094 reais, restos a pagar pago até 30/09, 32.379.356 reais, restos a pagar, pago, percentual pago 33%, pagamento total até 30/09, 102.366.664 reais. Ação 8893, descrição apoio à organização, à gestão e à vigilância social no território no âmbito do SUAS, IGDSUAS, dotação atualizada, 92.015.541 reais, contingenciado até 30/09, 67.612.352 reais, empenhado até 30/09, 24.388.470 reais, empenhado 27%, liquidado até 30/09, 8.306.064 reais. Pago até 30/09, 8.306.064 reais. Percentual pago, 34%, restos a pagar inscrito, 108.068.979 reais. Restos a pagar pagos até 30/09, 30.678.956 reais. Percentual pago dos restos a pagar, 28%, pagamento total até 30/09, 38.985.020 reais. Subtotal das ações socioassistenciais de caráter continuado e apoio à gestão, dotação atualizada a 1.953.023.034 reais. Contingenciado até 30/09, .034.646.540 reais. Empenhado até 30/09, 917.655.473 reais. Empenhado, 47%, liquidado até 30/09, 602.675.787 reais. Pago do exercício até 30/09, 602.675.787 reais, percentual pago, 602.675.787 reais. Restos a pagar inscritos, 864.523.423 reais. Restos a pagar, pagos até 30/09, 350.656.532 reais. Percentual pago dos restos a pagar 41%,

pagamento total, 953.332.319 reais. Ação 2B30, estruturação da rede de proteção social básica, dotação, 45.216.216 reais, contingenciamento até 30/09, 41.714 reais. Empenhado até 30/09, 11.601.905 reais. Empenhado, 26%, liquidado até 30/09, zero, exercício até 30/09, zero, restos a pagar inscritos, 44.848.353 reais. Restos a pagar até 30/09, 23.243.979 reais, percentual dos restos a pagar 52% e pagamento total até 30/09, 23.243.979 reais, ação 2B31, estruturação da rede de proteção social especial. Dotação 65.556.421 reais, contingenciamento até 30/09, 84.260 reais. Empenhado até 30/09, 3.447.357 reais. Empenhar percentual empenhado, 5%, liquidado até 30/09, zero, pago o exercício até 30/09, zero, restos a pagar e inscritos, 56.786.757 reais. Restos a pagar, pago até 30/09, 15.203.287 reais. Percentual pago dos restos a pagar, 27%, pagamento total até 30/09, 15.203.287 reais. Subtotal, convênios e contratos. Dotação, 110.762.637 reais. Contingenciamento até 30/09, 125.974 reais, empenhado até 30/09, 15.049.262 reais. Em percentual empenhado 14%, liquidado até 30/09, zero, pago até 30/09, zero, percentual pago no exercício, zero. Restos a pagar a inscritos, 101.625.110 reais. Restos a pagar até 30/09, 38.447.266 reais. Restos a pagar, percentual pago, 38%, pagamento total até 30/09, 38.447.266 reais. Ação 20V5, ações complementares da proteção social básica, ACESSUAS, dotação atualizada, 4.894.438 reais, contingenciamento até 30/09, 2.202.497 reais, empenhado até 30/09, zero, empenhado percentual empenhado, zero, liquidação até 30/09, zero, pago até o exercício até 30/09, zero, percentual pago no exercício, zero, restos a pagar inscritos, zero, todo zero até o final. Subtotal ACESSUAS. Dotação atualizada, 4.894.438 reais. Contingenciamento até 30/09, 2.202.497 reais e os demais zero, empenhado, liquidado até 30/09, pago até 30/09, restos a pagar inscritos, restos a pagar até 30/09. Ação 2583, serviço de processamento de dados do BPC RMV DATAPREV. Dotação atualizada, 49.378.825 reais. Contingenciamento até 30/09, zero, empenhado até 30/09, 42.291.784 reais, empenhado, 86%, liquidado até 30/09, 35.735.618 reais. Pago no exercício até 30/09, 23.134.688 reais. 55% pago no exercício, restos a pagar inscrito, 12.859.825 reais. Restos a pagar pagos até 30/09, 1.837.225 reais, percentual pago dos restos a pagar, 64%, pagamento total até 30/09, 24.971.913 reais. Ação 2589, avaliação e operacionalização do benefício de prestação Continuada da assistência e BPC na escola, dotação atualizada, 7.312.761 reais, contingenciamento até 30/09, zero, empenhado até 30/09, 4.862.488 reais e 812.761 reais, 68% empenhado, liquidado até 30/09, respectivamente, 3.458.117, 663.800 reais, pago no exercício até 30/09, 3.439.589 reais, 633.800 reais. Percentual pago no exercício, 61% e 82%, restos a pagar e inscritos, 69.465 reais e 90.280 reais, restos a pagar, pago até 30/09, 1.288 e 90.280 reais. Percentual dos restos a pagar, 2% e 100%. Pagamento total até 30/09, 3.430.877 reais e 754.080 reais, subtotal do

processamento de dados, manutenção e operacionalização do BPC e RMV. Dotação, 56.691.586 reais, contingenciamento, zero, empenhado até 30/09, 47.937.033 reais, percentual empenhado, 85%, liquidado até 30/09, 47.937.033 reais, pago no exercício até 30/09, 39.857.535 reais. Percentual pago, 57%, restos a pagar, inscrito, 3.018.970 reais. Restos a pagar até 30/09, 1.928.793 reais. Restos a pagar, percentual pago, 64%, pagamento total até 30/09, 29.156.870 reais. Total geral. Dotação atualizada, 2.125.371.695 reais. Contingenciamento até 30/09, 1.036.975.011 reais, empenhado até 30/09, 980.671.868 reais. Empenhado, 46%, liquidado até 30/09, 980.071.868 reais. Pago até 30/09, 542.533.322 reais, percentual pago, 64%. Restos a pagar inscritos, 969.177.503 reais. Restos a pagar pago até 30/09, 391.032.591 reais, percentual pago dos restos a pagar, 40%, pagamento total até 30/09, 1.020.936.455 reais. Amém. Da execução e estruturação da rede de proteção social especial básica, execução orçamentária e financeira, na OG33003 e Fundo Nacional de existência e execução na modalidade de convênios. Ação 2B30, estruturação da rede de proteção social básica. Empenhado até 30/09, 1.415.000 reais, liquidado até 30/09, zero, pago até 30/09, zero, restos a pagar pago até 30/09, 5.466.194 reais. Pagamento total até 30/09, 5.466.194 reais. Ação 2B31, estruturação da rede de proteção social especial. Empenhado, zero, liquidado, zero, pago até 30/09, zero, restos a pagar, pago até 30/09, 11.645.079 reais, pagamento total até 30/09, 11.645.079 reais. Total de convênios, empenhado até 30/09, 1.415.000 reais, liquidado, zero, pago até 30/09, zero, restos a pagar, pago até 30/09, 17.111.273 reais, pagamento total até 30/09, 17.111.273 reais. Execução orçamentária e financeira na UG50015, Caixa Econômica Federal. Execução na modalidade de contrato de repasse. Ação 2B30, estruturação da rede de proteção social básica, empenhado até 30/09, 9.985.000 reais, liquidado, zero, pago, zero, restos a pagar, pago até 30/09, 16.578.616 reais, pagamento total até 30/09, 16.578.616 reais. Ação 2B31, estruturação da rede de proteção social especial, empenhado até 30/09, 3.397.357 reais. Liquidado, zero, pago, zero, restos a pagar até 30/09, 3.308.922 reais. Pagamento total até 30/09, 3.308.922 reais. Contrato de repasse total, empenhado até 30/09, 13.382.357 reais. Liquidado, zero, pago, zero, restos a pagar pago até 30/09, 19.887.538 reais. Pagamento total até 30/09, 19.887.538 reais. 1.3.2. Dos recursos orçamentários e financeiros recebidos de outras unidades gestoras deste órgão. Execução por descentralizações recebidas, execução orçamentária e financeira. Ação 217M, desenvolvimento integral na primeira Infância, Criança Feliz, crédito recebido, 98.795.659 reais, empenhado até 30/09, 98.760.659 reais. Liquidado até 30/09, 97.468.159 reais, pago até 30/09, 97.468.159 reais. Restos a pagar inscrito, zero, restos a pagar pago até 30/09, zero, pagamento total até 30/09, 97.468.159 reais. Ação 8446, serviço de apoio à gestão

descentralizada ao programa Bolsa Família, Crédito, 465 milhões, empenhado até 30/09, 465 milhões, liquidado até 30/09, 293.219.958 reais. Pago no exercício até 30/09, 293.219.958 reais. Restos a pagar inscritos, 79.308.902 reais. Restos a pagar, pago até 30/09, 75.758.165 reais. Pagamento total até 30/09, 368.978.123 reais. Total. Crédito recebido, 563.795.659 reais. Empenhado até 30/09, 563.760.658 reais. Liquidado até 30/09, 390.688.117 reais. Pago até 30/09, 390.608.117 reais. Restos a pagar inscritos, 79.308.902 reais. Restos a pagar, pago até 30/09, 75.758.165 reais. Pagamento até 30/09, 466.446.282 reais. Em análise aos quadros acima, item 2.2 e 2.2.1, verifica-se que o orçamento aprovado para o Fundo Nacional de Assistência Social foi empenhado o valor de 980.671.868 reais para os serviços socioassistenciais e as demais ações. A execução financeira do FNAS incluindo restos a pagar totalizou 1.020.936.455 reais, sendo o valor de 953.332.319 reais, concernente ao serviço socioassistencial de gestão e 67.604.136 reais aos demais programas, o Fundo Nacional de Assistência Social é o responsável pela Execução Orçamentária e Financeira dos recursos da ação 8446, serviço de apoio a gestão descentralizada do programa Bolsa Família, IGD e da ação 217M, desenvolvimento integral da Primeira Infância, Criança Feliz, o orçamento é descentralizado pela Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, SENARC e pela Secretaria Nacional de Promoção, Desenvolvimento Humano em favor do Fundo Nacional de Assistência Social, os recursos descentralizados pelo SENARC no valor 465 milhões foram empenhados na totalidade, 368.978.123 reais, pagos incluindo restos a pagar. E quanto ao crédito descentralizado da SNPDH no valor de 98.795.659 reais, foi pago o montante de 97.468.159 reais. Seguem ainda as seguintes observações, os repasses dos recursos da ação 2A60, 2A65, 2A69, 8893 ocorrem, de acordo com a Portaria MDS 88 de 10 de setembro de 2015 que trata da priorização de repasse de recursos aos entes federativos. Quanto à priorização cumpre-nos informar que desde agosto de 2014, com a irregularidade no recebimento de recursos do Tesouro Nacional, foi-se necessária adoção de medidas do intuito de manter a continuidade dos serviços ofertados pela Rede Socioassistencial, uma dessas medidas que ainda se faz necessária é a verificação da Execução Financeira indicada preliminarmente aos repasses, a fim de priorizar a transferência aos entes com menor saldo nas contas dos Fundos de Assistência Social, a priorização é realizada tomando como critérios a disponibilidade de recursos no Fundo Nacional de Assistência Social, a parcela de cada bloco de financiamento e o saldo constante nas contas dos entes. A execução financeira dos entes é acompanhada de forma sistemática pela SNAS por intermédio da FNAS, o acompanhamento consiste no monitoramento dos saldos financeiros existentes nas contas vinculadas ao cofinanciamento federal dos Fundos de Assistência Social dos municípios,

estados e do DF. Para melhor entendimento do mecanismo de priorização estabelecido na citada Portaria, destacamos que a mesma é realizada com base no resultado obtido a partir da comparação entre a parcela do bloco de financiamento a que o município faz jus e o saldo constante da conta do bloco. Com base no apurado, os entes são classificados em ordem crescente, ou seja, do menor para o maior saldo. Os valores repassados em conformidade com a disponibilidade financeira do FNAS, o saldo das contas dos entes, essa análise é realizada mensalmente ou a cada entrada de recursos do Fundo Nacional. Quanto à execução da ação 8662, concessão de bolsa a crianças e adolescentes em situação de trabalho, Bolsa do PETI, trata-se da execução de benefício em que os recursos são transferidos da Caixa Econômica Federal que realiza o pagamento às famílias beneficiárias por meio do cartão PETI, Caixa, a execução física orçamentária está vinculada ao número de crianças e adolescentes em situação de trabalho cadastrados no CadÚNICO pelos gestores municipais de assistência social, cujas famílias não atendam aos critérios de renda para inserção do programa Bolsa Família, informamos que não há empenho liquidado para realização de pagamento devido a existência de recursos financeiros em conta bancária gerida pela Caixa Econômica Federal, oriundos de benefícios não sacados e que estão sendo utilizados para pagamento das folhas mensais subsequentes, cabe à gestão municipal o cadastro e acompanhamento dos beneficiários, os favorecidos com o registro ativo são incluídos mensalmente na folha de pagamento e caso os recursos não sejam sacados permanecem em conta com remuneração automática, na ação 20B5 informa-se que não houve pactuação de critérios de partilha na CIT para exercício de 2017, nas ações 2B30 e 2B31 foi iniciada a execução dos projetos apresentados por meio de emenda parlamentar e os valores não liquidados face aos processos não terem sido totalmente instruídos nos termos das normas vigentes para celebração de convênio e contratos de repasse. Em relação às ações 2583 e 2589, essas são operacionalizadas por meio de descentralização orçamentária e de repasse financeiro ao Fundo Nacional de Assistência Social. Ao INSS que realiza a execução orçamentária e financeira, na ação 0536, trata de ação orçamentária destinada ao pagamento dos benefícios assistenciais para os trabalhadores portuários avulsos, não houve execução orçamentária por não haver concessão de benefícios. Acrescentamos também que em conformidade com o órgão central de contabilidade, na ocorrência de devolução de recursos de qualquer outra origem, esses não retornam para conta deste órgão, sendo creditados diretamente a conta do Tesouro Nacional.

1.4. Dos restos a pagar. Considerando tratar-se de despesas empenhadas em exercícios anteriores, torna-se necessária a demonstração destacada de tal execução ressaltando que os valores dos restos a pagar apresentados nos quadros anteriores referem-se somente aos valores pagos de serviços

socioassistenciais do exercício de 2016 e de programas e projetos relacionados ao exercício de 2013, 2014, 2015, 2016. Os quadros abaixo demonstram por unidade gestora, execução financeira dos saldos e restos a pagar, inscritos, cancelados, pagos e a pagar. Execução dos restos a pagar na OG330013, Fundo Nacional. Posição em 30/09, RPNP, inscritos 1.033.719.313 reais. Cancelados, 5.025.768 reais. Pagos, 447.297.794 reais. A pagar 581.395.772 reais. RPP, inscritos, 29.008.158 reais. Cancelados, 400 mil reais. Pagos, 1.424.089 reais. A pagar, 27.184.069 reais. Total de inscritos, 1.062.727.491 reais. Cancelados, 5.425.768 reais. Pagos, 448.721.883 reais. A pagar, 608.579.841 reais. Execução de restos a pagar na UG55015 Caixa Econômica Federal. Posição em 30/09, RPNP, inscritos 70.017.186 reais. Cancelado, 2.350.993 reais. Pagos, 2.698.097 reais. A pagar, 64.968.095 reais. RPP, inscritos, 60.157.165 reais. Cancelados, 280 mil reais. Pagos, 17.189.441 reais. A pagar, 42.687.724 reais. Total de inscritos, 130.174.351 reais. Cancelados, 12.613.993 reais. Pagos, 19.887.538 reais. A pagar, 107.655.820 reais. No que se refere à execução financeira dos restos a pagar na unidade gestora 550015 trata-se de contratos de repasse celebrados com condições suspensivas a exemplo da licença ambiental, titularidade do imóvel e projeto para realização de obras cujo atendimento ocorre geralmente nos exercícios seguintes à firmatura dos ajustes. Assim, a verificação de atendimento das condições suspensivas é realizada pela CEF que após análise solicita ao Fundo Nacional de Assistência Social repasse dos recursos financeiros. O Fundo Nacional de Assistência Social recebeu recurso do Tesouro Nacional no mês de outubro e realizou os repasses no próprio mês de outubro e novembro de 2017, sendo pago 53.009.653,11 reais do IGDSUAS referente às parcelas de janeiro a junho de 2016, sem prejuízo das parcelas. De outras parcelas. O IGDPBF foram pagos dos meses de agosto, setembro e outubro de 2017 no valor de 128.729.366,28 reais. Da proteção social básica, 231.498.333,32 reais. Proteção social especial de média complexidade, 57.532.234,28 reais. Proteção social especial de alta complexidade, 35.436.547,42 reais. Esse último parágrafo se refere à justificativa em relação ao percentual um pouco maior que foi verificado até o mês de outubro. Encaminhamentos. A Comissão sugere à plenária, esse é um encaminhamento realmente importante que a Comissão sugere à plenária. Solicitar ao Tesouro Nacional elaboração de um cronograma de repasse de recursos para o Fundo Nacional de Assistência Social. Solicitar ao FNAS detalhamento das despesas discricionárias não sendo obrigatórias potencializando o contingenciamento, o que pode onerar o orçamento do ano subsequente. Incluindo o quadro de execução orçamentária e financeira com a posição de 20 de novembro, nota com a situação da execução atualizada, ela é um quadro anexo onde vou ler a nota explicativa. Solicitar à SMDS que articule com os órgãos competentes a garantia para que o

orçamento seja integralmente descontingenciado até 29 de dezembro de 2017. É mais ou menos o valor de 600 milhões. Aprovação do relatório de execução orçamentária e financeira do terceiro trimestre, FNAS, a Resolução em anexo, item 2, partilha do recurso do programa ACESSUAS Trabalho. A Resolução da CIT foi pactuada no dia 8 de novembro de 2017 e pactua metas e critérios de partilha para cofinanciamento federal do programa nacional de promoção do acesso ao mundo do trabalho, ACESSUAS Trabalho no exercício de 2017. Parte do orçamento é descentralizado pela Secretaria de Inclusão Social e Produtiva, SISP, MDS, ação 20GG, no valor de 22.004.894.438 reais, que está lá atrás naquela tabela da prestação de contas, da ação 20V5. Ações complementares da proteção social básica, ACESSUAS, somando dá um total de 26.894.438 reais, que serão cofinanciados até o limite da disponibilidade orçamentária. O programa tem um prazo de dois anos para execução e tem como público potencial 30% do total dos beneficiários do programa Bolsa Família ao município na faixa etária de 14 a 59 anos. Encerrando com os encaminhamentos desse item. A Comissão sugere à plenária aprovação da Resolução que pactua as metas e critérios de partilha para o cofinanciamento federal do programa nacional de promoção do acesso ao mundo do trabalho ACESSUAS Trabalho no exercício de 2017, anexo II, no que se refere ao parágrafo único do Artigo 5º da Resolução, será realizado o trabalho conjunto das Comissões de Política e Financiamento e orçamento.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheiro, então, a gente suspende a nossa reunião, a gente já está na presença do Excelentíssimo Senhor Ministro a quem agradeço pela presença e convido para ocupar esse lugar mais central aqui, Ministro. Perfeito. Já vou imediatamente passar a palavra para ti, agradeço também a presença do Secretário Halim que está conosco, estava previsto para hoje, a gente conseguiu fazer um remanejamento em função do seminário que está tendo na Câmara, mas já estamos, então, na presença da Secretária Carminha, Secretário Halim e do Ministro. Então, obrigado pela presença. Com a palavra, o Ministro.

Sr. OSMAR TERRA – Ministro do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - Queria cumprimentar a todos e a todas. Dizer da satisfação de estar aqui com vocês, uma conversa mais para informações e para tratar de alguns temas. E também dizer da satisfação de ver que está bem encaminhada a nossa conferência nacional, tive ontem uma reunião com o Presidente, com o Fábio, para discutir aqui, ver o que estava precisando para que fosse exitosa a conferência, queremos que seja, a conferência, realmente, um momento de dar um passo adiante, mesmo na crise, nós temos que ter essa capacidade de avançar e queria passar

algumas informações para vocês em relação a como está sendo encaminhada a questão de orçamento, financiamento do sistema, enfim, outras questões. Não preciso dizer para vocês do compromisso que nós temos com a área da assistência social. Eu tenho uma vivência já de em vários momentos de executivo, de poder executivo, seja municipal, estadual ou federal e sei de como é complicado a gente lidar com a questão sempre que falta dinheiro ou que o dinheiro é pouco, como lidar com a área que cuida da parte financeira do município, quem é, que é Secretário aqui ou de estado ou de município, sabe o que estou falando, ou já foi. As prioridades acabam na área social e pode ser da saúde também, eu já tive momentos lá quando fui oito anos Secretário de Saúde que eu quase ia às vias de fato com o Secretário da Fazenda, porque começava, todo dia tinha uma novidade para diminuir orçamento e para botar em outra coisa, então, a gente se fazer valer, a área não é tão simples sim, é claro que nós temos a realidade de um país que está numa profunda recessão, está saindo agora, está começando a dar os primeiros passos para sair da recessão, foi um país que entrou nos últimos três, quatro anos teve uma queda assustadora de receita, os municípios sabem disso também, os municípios tiveram, foi o único período que eu vi, que fui prefeito, fui presidente de federação e de municípios, foi o único período que eu vi a receita do município cair por três, quatro anos consecutivos, talvez, se esse ano cair, vai ser o quarto ano consecutivo que cai a receita dos municípios, isso é insuportável quase para um município, porque o município lida sempre na fronteira, no limite do limite. Município trabalha com... ele tem que atender o SUS, tem que atender o SUAS, tem que atender... tem uma série de atribuições e se a receita, ele trabalha no limite da responsabilidade fiscal, se a receita cai é uma tragédia, ele demite número grande de funcionários ou acaba com programas, os prefeitos estão sempre fazendo, nesses últimos anos, tem feito uma escolha de Sofia, quase. E aparte mal aconselhados até pela confederação nacional dos municípios que por ela já teria acabado com o SUAS, com o SUS, com tudo, a visão do nosso Presidente da confederação que eu conheço bem, foi meu secretário quando fui presidente da federação do Rio Grande do Sul, nós o colocamos na Presidência da confederação há 20 anos, ele tem uma visão muito monetarista da gestão pública e é uma visão que nós temos uma diferença grande, eu acho que prefeitura não é banco, prefeitura não tem que ter resultado financeiro, tem que ter resultado social de atendimento à sociedade. Então, ele vem criticando tudo que se faz, no SUS também era um problema, a gente não tinha, eram críticas. Mas é claro que ele está, hoje, lastreado pela crise, a crise é grande, é profunda, embora eu acredito, sou otimista, acho que nós estamos dando passos importantes para sair a recuperação da receita está acontecendo desde setembro, começou a ter uma recuperação da receita, começou a ter uma atividade industrial maior, começou a ter uma

atividade do comércio maior, eu acho que nós vamos ter um bom natal, talvez o melhor natal dos últimos 10 anos e isso vai incentivando, vai estimulando a gente ter um orçamento melhor. Mas nessa discussão, ocorreu um fato que quando se anunciou o orçamento de, o primeiro anúncio tem que ser feito até o dia 31 de agosto do orçamento do ano seguinte e no dia 31 de agosto não tinha sido votada a nova meta fiscal, estava trabalhando com a meta fiscal anterior que foi muito restritiva, que se fosse aquela meta levada até o fim, o governo estaria paralisado desde setembro, não estaria fazendo mais nada, absolutamente mais nada, então, teve toda a discussão se ampliar a meta fiscal, só que ela ocorreu, a votação ocorreu dois dias depois do dia 31 de agosto e o dia 31 de agosto tinha que anunciar o orçamento e ele anunciou com a meta fiscal antiga que é praticamente teve Ministério que ficou sem combustível para o carro do Ministro, esgotaram tudo e na área social fizeram aquele absurdo de colocar 28 bilhões incluindo o Bolsa Família, incluindo tudo, 28 bilhões, uma meta de 28 bilhões, a previsão. Que daria 26 para o Bolsa Família e 2 bi para todo o resto. Era, na verdade, um orçamento provisório, não me preocupei muito com isso, porque já sabia que a meta ia ser votada e que nós íamos em cima da meta, em cima dos sinais que a gente já estava tendo de recuperação da economia, nós íamos melhorar bastante esse orçamento. E eu fiz uma discussão interna, lancei uma discussão interna no governo para que isso acontecesse. Fiz discussões muito duras com a área de planejamento que não entende, aquilo que disse para vocês aqui já e que repito sempre, a área econômica não tem coração, eles não conseguem ver, atrás dos números, não conseguem ver os seres humanos que precisam de atendimento. Então, por eles nós temos que fazer valer o ser humano que está atrás dos números, então, a missão é uma missão, felizmente, o Presidente foi sensível, pediu para o Ministro do planejamento nos atendendo nos pleitos que nós estamos fazendo, ele atendeu em grande parte, falta ainda uma parte que nós estamos discutindo agora dentro da Comissão de Orçamento com total simpatia do relator e do Presidente da Comissão de Orçamento, mas nós lamentamos em relação àquela previsão orçamentária, nós levantamos mais cinco ou seis bilhões. Aquela do dia 31 que foi publicada. A parte do discricionário, nosso valor discricionário para assistência social ainda ficou, nós precisamos dobrar pelo menos, é um bilhão e meio, nós queremos chegar a três bilhões, então, isso é uma prioridade para a gente dentro da discussão da comissão de orçamento, o Bolsa Família ficou perto dos 29 bilhões, o que acontece com o Bolsa Família é com as operações de controle maior que nós fizemos, nós detectamos que o Bolsa Família estava muito inchado, tinha muita gente que estava, que não precisava estar no Bolsa Família, que tinha uma renda bem maior do que, inclusive, tinha declarado e estava ganhando no Bolsa Família e isso gerava um problema, o Bolsa Família

tem um problema histórico, não sei se vocês sabem, mas em média, o Bolsa Família teve desde o seu surgimento, principalmente, no ano seguinte ao que ele foi criado em 2004, Bolsa Família tem uma fila de espera de em média, um milhão de famílias. São pessoas, na grande maioria, imagino, pessoas que realmente precisam do Bolsa Família e que não entravam, porque as vagas estavam ocupadas por gente que nem devia ter entrado no Bolsa Família. Isso foi assim ao longo de todos esses anos até 2017. Em 2017, com ampliação das operações de controle, nós conseguimos que saísse um número relativamente grande de pessoas que não precisavam estar no programa, nem deveriam ter entrado e se trouxe para dentro do programa, saíram quatro milhões e quatrocentas mil famílias nesse último ano e meio, mas entrou três milhões e quatrocentas famílias que estavam represadas que realmente precisavam e que não estava conseguindo entrar no programa. Então, isso, o programa está funcionando, está indo em boas condições, praticamente, as reclamações são muito poucas e não tem fila, pela primeira vez na história. As pessoas se cadastram lá no CRAS nesse final de mês e no mês que vem já está recebendo, já está dentro do programa. Acabou a fila. Isso é uma coisa que a gente todo mês tem que refazer, mas a gente já está no sexto mês com fila zero e vamos terminar o ano com fila zero. Agora mesmo, nós tomamos a decisão lá de garantir e de manter sempre fila zero no programa. Um programa sem fila, sem ter ninguém represado para entrar no programa, ele vai ter um orçamento esse ano de uns 27.800 a 28 bilhões. Nós previmos para o ano que vem um aumento, a gente pensou, se tudo correr bem, dar um reajuste ainda no primeiro semestre dentro do prazo legal que vai ser um ano eleitoral, mas um reajuste que vai ser de acordo com a inflação, felizmente, a inflação caiu, isso melhorou o poder aquisitivo da população, mas nós queremos dar um aumento real, nós tivemos, nós demos um aumento em 2016 de 12,5% que foi o maior aumento já dado num ano, tinha ficado dois anos sem aumento com 10% de inflação ao ano, portanto, caiu quase 20, na área de alimentos, seguramente, caiu 25% do poder aquisitivo do Bolsa até 2016. 2016 a gente deu os 12,5% e recuperou em parte isso aí e estamos pensando em dar um reajuste esse ano, mas realmente, a queda de receita assustou, então, a gente teve que segurar, mas zeramos a fila, a fila está zerada do Bolsa Família. O INSS que está dentro hoje da estrutura do Ministério entrou há um ano e meio e passou a fazer parte, tem uma área que é conhecida como a área do auxílio doença e também nós estávamos com o auxílio doença sem controle adequado. Para vocês terem uma ideia, o auxílio doença em 2002 tinha 300 mil pessoas em auxílio doença e em 2015 já tinha um milhão e 700 mil pessoas em auxílio doença, não pode ter adoecido tanta gente assim, porque a população não aumentou tanto, não pode, alguma coisa estava errada e o que a gente viu é que as pessoas estavam, um milhão e 700 mil pessoas, há mais de dois

anos sem fazer perícia. Então, tinha gente que quebrou o braço ficava lá três, quatro meses, melhorava o braço, mas continuava, porque não tinha perícia e foi continuando, 10 anos ganhando auxílio doença sem perícia, a mesma coisa, tem casos de grávidas com gravidez de risco que quando termina a gravidez, mais um mês ou dois, ela já está em boas condições, estava há cinco, seis anos recebendo auxílio doença. Era um milhão e 700 mil pessoas que estavam recebendo auxílio doença. Nós fizemos também e montamos uma operação, conseguimos fazer um acordo com as perícias, com os peritos para eles atenderem além da carga de trabalho deles, atenderem um outro tanto de pessoas ou um número a mais de pessoas fazendo perícia e com isso foi detectado um grande número de pessoas que já poderiam estar trabalhando e não estavam, estavam em auxílio doença. Para vocês terem uma ideia, isso representou até agora, 85% das pessoas periciadas, 85% já deveriam estar trabalhando e estavam ganhando auxílio doença sem necessidade. Com isso, nós estamos fazendo uma economia esse ano de cinco bilhões de reais, cinco bilhões de reais a se gastar a menos no auxílio doença no final do ano que vem, vão ser 19 bilhões a menos, a estimativa que a gente está fazendo, só isso já tem um impacto enorme e nos dá autoridade moral para cobrar mais recursos também para a nossa área, uma vez que isso está sendo feito pelo Ministério. Nós avançamos em outras questões, estamos analisando o BPC, conseguimos tirar o BPC da discussão da reforma da previdência, o BPC vai ficar inteiro como está, não vai ser mexido, não se discute mais BPC, reduzir, desvincular do salário mínimo e ir para 70 anos a aposentadoria, acabou essa conversa. Então, o BPC vai ser mantido, mas vamos avaliar o BPC também em algumas discussões que nós estamos detectando, mas por enquanto, o BPC vai ter previsão orçamentária para o ano que vem a 56 bilhões, o BPC. 56 bilhões está previsto para o BPC. Se somar com o Bolsa Família e com os reajustes que nós conseguimos e que podemos conseguir agora na comissão de orçamento e nós vamos ter somando o BPC Família e os recursos discricionários, nós vamos ter algo ao redor de 90, 91 bilhões vai ficar o nosso orçamento. Dentro do orçamento, nós temos ainda o Criança Feliz que é um programa de desenvolvimento infantil que agora adquiriu velocidade, nós já estamos em... o Halim depois vai fazer um histórico para vocês, acho que amanhã que vocês programaram essa discussão e eu queria pedir para vocês uma atenção especial a esse programa, que é um programa que, de longo prazo, para reduzir desigualdades e se baseia em evidências científicas mostrando que as crianças num período crítico nos mil dias de vida iniciais, ela tem, ela desenvolve ou não desenvolve suas habilidades e competências conforme o tipo de ambiente, de estímulo que ela tem, então, é muito importante para a gente trabalhar a longo prazo a redução da pobreza, isso não sou eu que digo, são os trabalhos científicos, o BID dizia

isso já no ano 2000, já alertava para isso, todas as entidades hoje e quem trabalha com ciência e quem não tra... que são organismos internacionais que lidam com desenvolvimento infantil ou que lidam com a área social estão pregando isso, nós estamos usando, inclusive, um protocolo do UNICEF e da organização mundial de saúde no programa e ele visa acompanhar quatro milhões de crianças que são filhas do Bolsa Família e filhas do BPC, crianças que nasceram com necessidades especiais, com lesão neurológica, com problemas que quanto mais cedo essas crianças são estimuladas, melhor o resultado. Eu vivi isso como médico no interior há 30 anos, eu atendia a APAE voluntariamente, atendia a APAE lá da minha cidade e comecei a observar que as crianças que nasciam com síndrome de down quanto mais cedo elas eram estimuladas e a mãe e com orientação médica ficava em cima ali estimulando e estimulando, eram crianças que tinham, era uma diferença enorme para as crianças com síndrome down que não eram estimuladas no início, estamos observando isso agora com as crianças com zika vírus que aliás entram no programa também do Criança Feliz. Então, esse programa já está em 25 estados, está com 2.700 municípios aderiram e com visita em casa já estão em... é metade disso, 52% desses municípios, não é, Halim? 52% já está com visita em casa. A gente quer ver se termina o ano perto dos 1.500, 1.600 municípios com visita e no ano que vem a gente quer chegar à metade, mais da metade dos municípios brasileiros com visita com acompanhamento em casa das crianças. É um programa que tem um custo benefício muito adequado, ele estava previsto, esse ano vão ser 340 milhões de reais de custo de programa e o ano que vem, a gente quer chegar a um bilhão, por causa do aumento que a gente tem que ter, mas não vamos tirar esse dinheiro das verbas discricionárias do SUAS, podem ficar tranquilas em relação a isso, esse dinheiro virá de um recurso tanto para o Criança Feliz quanto para o SUAS que vai ter um orçamento de três bilhões e esse é o compromisso que eu tenho com vocês aqui, de três bilhões que vão ser o suficiente, segundo a Carminha para pagar o que nós temos de necessidades, inclusive, pagar alguma coisa que ficou para trás também, mas esse ano isso também é uma notícia que eu queria dar para vocês, esse ano nós estamos agora na fase final de negociação com o planejamento, deve sair Decreto na semana que vem, nós vamos ter mais um bilhão, nós vamos chegar de outubro para cá, um bilhão, 950 milhões. Vão ser... vão entrar para pagamento. Com isso, nós vamos terminar, nós já pagamos, quando nós assumimos, é bom lembrar, nós assumimos com o orçamento herdado que era metade do orçamento de 2014. Tinha dívidas de 2014, dívidas de 2015, nós quitamos essas dívidas, elas ficaram de 2016 e a de 2017 do período de contingenciamento, que foi um período relativamente longo, nós queremos ver se nós fechamos o ano com quase tudo pago, que nós não estamos trabalhando junto à Secretaria do

Tesouro para pegar de financeiro mais quatrocentos milhões, então, com um bi, 950, mais quatrocentos, nós vamos ter dois bi e quinhentos para tentar liquidar tudo que está para trás e no ano que vem vai ser um ano que a gente vai poder dar reajustes nos repasses para o PAIF, para todos os... o que a gente tinha se comprometido com vocês, a Carminha já tinha falado com vocês. Então, não estou falando nada de extraordinário, não estou sonhando acordado, estou trabalhando em cima de dados que a minha quilometragem na área pública me permite contar com eles, nós vamos chegar, então, em boas condições no ano que vem, em melhores condições, não em boas, está longe de ter a coisa ideal, mas melhor que em 2016, para melhor que 2015, 2016 e 2017. Nós vamos ter um ano de 2018 melhor. Até, porque eu acredito que coincide com a recuperação financeira do país também. Quando nós assumimos o Ministério, nós tínhamos a área de inclusão produtiva praticamente extinta, era uma Secretaria de inclusão produtiva, a SISP que tinha lá uma ou duas pessoas só e já estava em vias de ser fechada e nós entendemos que essa área é uma área que tem que ser estimulada, estimular as famílias a terem renda, terem uma perspectiva de vida melhor e tal, é muito importante dentro do que é um programa de transferência de renda como o Bolsa Família. Então, nós reativamos e estamos incrementando, conseguimos fazer um pacote agora com recursos principalmente, recursos extraordinários, nós vamos ter três bilhões para microcrédito que estavam parados no Banco Central, que o Banco Central nos ofereceu um recurso do depósito compulsório de todos os bancos, todo ano eles fazem, portanto, vai ser três bilhões a cada ano para fazer microcrédito para as famílias do Bolsa Família. Com o banco do Nordeste já dizendo que vai dar... vai ter uns juros especial para isso, vai reduzir muito o juro e tal, acredito que vai ser um dinheiro que vai ter um impacto grande desde que ele seja adequado à realidade e que tenha mercado para aquele pequeno empreendimento que não seja uma coisa só do desejo e sim da realidade, então, nós temos aí um avanço grande nessa área também, vamos... fizemos um pacto com as principais organizações empresariais do Brasil. Associação brasileira de supermercados, associação brasileira de shoppings, associação brasileira do varejo, associação brasileira da indústria de alimentos, fizemos um pacto com eles que 10% dos empregos que eles tiverem daqui para frente vão entrar no nosso portal e vão ficar à disposição das demandas do Bolsa Família e vamos regionalizar e municipalizar essa oferta dentro, casando a oferta ou via CRAS, ou via direto, casando oferta com o Município, o Município que vai comandar esse processo, casando a oferta com a demanda do Bolsa Família. Então, teriam muitas coisas para falar, mas eu queria mais dar uma palavra para vocês de tranquilidade em relação à questão orçamentária, todo aquele discurso apocalíptico e toda a assistência acabar, não se comprovou real e nós vamos trabalhar para ter mais recursos para a assistência social

do tinha no ano anterior e assim por diante. Acredito que melhorando muito a arrendação, a gente pode ainda ter um recurso a mais durante o ano que vem. Então, eu queria reafirmar esse compromisso com vocês, nós estamos no mesmo barco, eu para até como gestor político, eu tenho que mostrar que a área de assistência social é importante, eu vim para isso, não vim aqui para acabar com a área da assistência social nem para desgastar a área da assistência social, eu vim para fortalecer, já disse isso numa reunião com o CONGEMAS, já disse isso numa reunião com o FONSEAS e quero dizer isso na reunião do Conselho aqui. Vocês sabem da minha trajetória, eu fui um dos primeiros a implantar o Sistema Único de Saúde, minha trajetória é no Sistema Único de Saúde, mas ele é muito semelhante ao Sistema Único de Saúde de Assistência Social. E na construção do Sistema Único de Saúde, eu fui primeiro, quando era superintendente do INAMPS ainda em 1986, Rio Grande do Sul foi o primeiro lugar do Brasil a criar os conselhos com participação popular que naquela época se chamavam comissões municipais de saúde e com maioria ou com metade do Conselho composto sempre pela Sociedade Civil e com isso, nós conseguimos colocar isso na lei, nas leis do SUS e o SUAS acabou copiando isso que foi uma coisa muito boa, então, tem um compromisso grande com o resultado da interação pública executiva e a gestão social, mas pensando na sociedade, não pensando em partido político, em ganho político que o fulano não pode dar certo, porque a partir do outro não pode, tem que ser, tem que valer só o meu discurso, porque era o discurso, só eu me preocupo com os pobres e isso posso dizer para vocês que não tem lugar na nossa gestão, nós estamos igual ou mais preocupados com os pobres do que qualquer outro partido, do que qualquer outra gestão que teve na área da assistência social no Brasil, podem ter certeza disso. Estou dizendo isso como compromisso, não estou dizendo para criticar ninguém, estou dizendo que vocês podem contar com esse compromisso e é o compromisso de vida, eu não faço política para ganhar dinheiro, não estou em nenhuma delação premiada, nem estarei, tenho um patrimônio menor do que eu tinha quando comecei a minha vida pública, porque como médico eu ganhava muito mais do que eu ganho como deputado e quero dizer para vocês que o meu compromisso é deixar alguma coisa para os meus filhos terem orgulho quando crescerem. Então, posso e quero dizer para vocês que quero sair daqui com o Sistema Único de Assistência Social fortalecido e mostrando que ele funciona e dá resposta para a população lá na ponta para a população, esse é o compromisso que eu tenho com vocês. Independente de partido político. Então, era isso que queria falar inicialmente, queria ouvi-los um pouco e depois eu vou ter que sair daqui uma meia hora, 40 minutos, mas gostaria de ouvi-los para a gente conversar um pouco também.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado, Ministro. Eu vou passar, então, a fazer as inscrições, considerando que a gente pode contar contigo aqui meia hora, vou pedir para essas intervenções serem de, no máximo, dois minutos do que a gente já tem quatro inscrições, a gente tem que ouvir o Ministro, cinco inscrições, a primeira inscrição é do Conselheiro Carlos, por favor.

Sr. CARLOS NAMBU – Representante da Inspetoria São João Bosco – Salesianos – Boa tarde, Ministro. Conselheiro Carlos Nambu, do segmento de entidades e com a missão da coordenação da Comissão de Financiamento e Orçamento daqui do Conselho Nacional de Assistência. Uma pergunta, na verdade, acho que são umas três perguntas. Em relação à proposta orçamentária apresentada pela SNAS e que o conselho nacional aprovou na Resolução 12, ainda temos 98% do corte que teve em relação às despesas discricionárias. Hoje, com essa... com as emendas, nós ainda temos uma defasagem de 53%, mais ou menos, 50%. Com a perspectiva em relação a essa questão nessa interlocução do executivo com o Legislativo e uma outra questão é que nós temos lá no legislativo uma proposta orçamentária com emendas, emenda é obrigatória, só que ele precisa de uma liberação depois, não adianta ter uma emenda se ela não tiver essa liberação dessa verba e o que está sendo considerado para o Plenário da Câmara municipal... para a Câmara dos Deputados? O que está se considerando como proposta principal, a proposta com esse corte de 98% nas despesas discricionárias ou vai se considerar na votação que a proposta principal a ser considerada para o executivo no ano que vem vai ser a proposta já incluída às emendas? Era essa a pergunta, só para eu entender.

Sr. OSMAR TERRA – Ministro do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - Vou te responder, depois eu vou esperar fazerem várias perguntas, mas essa eu preciso responder logo para não deixar dúvida, essa de 98% é uma proposta orçamentária fictícia, eu falei isso aqui, não sei se você entendeu a hora que eu falei, mas é uma proposta fictícia, que foi feita antes do ajuste fiscal, antes da meta fiscal, antes da previsão orçamentária de recuperação de receita, portanto, ela não existiu, ela, na verdade, eu disse desde o início, era uma proposta fake que não tinha sentido nenhum, por isso, nós esperamos ter uma meta fiscal e fizemos a discussão, aí sim do orçamento a partir daí. Nessa proposta que é sem emendas, não tem este avanço que nós tivemos, mas cinco bilhões não têm nada a ver com a emenda, as emendas são além disso, também é importante dizer isso, foi uma discussão que o planejamento apresentou depois uma discussão duríssima que nós fizemos com eles e

mostrando, inclusive, o que nós recuperamos do ponto de vista fiscal para o governo com o auxílio doença, com outras áreas. Então, só para corrigir, Carlos, não diga que essa proposta de 98% de corte é a do Governo principal, ela foi a primeira proposta, uma proposta prévia sem ter ainda o novo ajuste fiscal, a proposta que o Governo encaminhou é uma proposta que em vez de ter 28 bilhões, está na ordem de 34 bilhões somando o Bolsa Família e despesas discricionárias. Como o planejamento não foi a SNAS, foi o planejamento que botou os valores, sem nos ouvir na hora que vai para discussão, nós estamos trabalhando com a Comissão de Orçamento, com total simpatia do Presidente da Comissão, Dário Berga e com o relator Kaká Leão, ele já esteve duas vezes lá no Ministério conversando com a gente, o Kaká e o Dário também e estamos trabalhando com eles, mais dois bilhões e quatrocentos que tu podes nos ajudar, já que está encarregado, nós vamos te botar embaixo do braço e sair contigo por aí, vamos nos dar os braços, na verdade, e sair juntos para trabalhar isso dentro da Comissão, isso sim são emendas para chegar a dois bilhões e quatrocentos milhões a mais. Feito isso, nós vamos ter esse orçamento nivelado, nós vamos ter uma melhoria da segurança alimentar que nós precisamos também, nós vamos ter uma melhoria do Bolsa Família que nós precisamos do Criança Feliz que nós precisamos para ampliar o programa ano que vem e vamos ter aumento de recurso para inclusão produtiva e vamos dobrar o orçamento do SUAS. Sair de um bilhão e seiscentos que tem lá para três bilhões que é o que a gente com o FONSEAS, com o CONGEMAS e com a Secretaria Nacional de Assistência Social, a gente entende que é o necessário. Obrigado, conselheira Edna.

Sra. EDNA APARECIDA ALEGRO – Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI – Boa tarde. Boa tarde Ministro, demais integrantes do Ministério que estão aqui, eu tenho algumas colocações. Ficou, acho que tranq... não fico tranquila, mas fico um pouco satisfeita de saber que o BPC está fora da Reforma da Previdência, mas também preocupada, porque nós recebemos parte da... o relatório do banco mundial lá que fala sobre o BPC e envolve ele, vamos mudá-lo, porque daí vamos ter economia, vamos ter...

Sr. OSMAR TERRA – Ministro do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - Vou dar só um aparte só, o banco mundial ainda não está governando o Brasil. Vou dar um artigo para vocês. Vou distribuir um artigo para vocês que eu falei que fiz uma crítica dura ao Banco Mundial, depois distribuo para vocês aí.

Sra. EDNA APARECIDA ALEGRO – Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI – Mas a gente tem essa preocupação, Ministro e a nossa luta realmente é com o olhar para essa população que precisa de atenção. Com relação ainda ao BPC, isso comentei aqui hoje pela manhã, nós estamos fazendo uma ampla campanha para que as pessoas que recebem BPC procurem e se cadastrem no Cadastro Único, mas não estão tendo acesso, então, acho que gostaria de pedir sua força para, por exemplo, vou lhe dar um exemplo e o local que o senhor conhece, a cidade de Porto Alegre hoje a fila começa 11h do dia anterior para distribuir 10 fichas para fazer o cadastro, então, nós estamos numa campanha para que todos se cadastrem, mas não estamos viabilizando que eles consigam acessar o cadastro. Então, são problemas que a gente precisa ir enfrentando além de outros, claro. Agora, o que eu queria...

Sra. MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO – Secretária Nacional de Assistência Social – Ministério do Desenvolvimento Social/ MDS – Só um parenteses, porque é importante isso que eu vi aqui... é pedir a vocês que todos os municípios que vocês saibam que isso está acontecendo, por favor, isso é um dever, vocês anunciarem, porque o de Porto Alegre eu já até tomei providência. Mas se vocês estão dizendo que tem outros, nós precisamos saber.

Sra. EDNA APARECIDA ALEGRO – Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI – A minha fala é nesse sentido mesmo, Secretária Carminha, porque tudo que eu tenho de conhecimento, eu trago para cá, porque para mim é aqui o local, assim como, uma grande preocupação que eu tenho Ministro que nós estamos vendo, é o aumento da violência com a pessoa com deficiência e principalmente nos abrigos, nos locais onde eles deveriam estar sendo mais cuidados, já fiz essa denúncia aqui no Conselho, então, é um olhar que eu gostaria de pedir para que a gente... e é uma situação no Rio Grande do Sul também, porque estou lá e tenho conhecimento. Agora, eu queria falar, pedir seu olhar com carinho para a gente ampliar os Centros DIA para contemplar outros ciclos de vida, é muito importante o que começou a ser feito agora da criança, mas nós precisamos muito ampliar para os outros ciclos para a pessoa com deficiência e para os idosos, porque nós iríamos dar qualidade de vida para todas essas pessoas, então, é um apelo que eu faço nesse sentido.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira Luziana.

Sra. LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO – Boa tarde, senhor Ministro, Secretário e todos os conselheiros convidados. Nós... queria só passar uma informação que nós tivemos um encontro sexta, sábado e domingo agora do Fórum Nacional dos trabalhadores do SUAS em São Paulo, na reunião descentralizada e onde a gente traz novamente a situação de bastante precariedade dos trabalhadores, os trabalhadores trouxeram vários problemas em relação à questão dos serviços, a questão do pouco financiamento que tem e houveram várias e várias denúncias do que a gente já vem acompanhando há algum tempo em relação à precariedade, número suficiente de trabalhadores e a gente fez um panorama de tudo que está acontecendo no Brasil e que a gente está muito preocupado com as perspectivas futuras, porque quando você coloca que esse natal, esse final de ano vai ser melhor, eu vejo o senhor com uma visão muito otimista da qual nós não estamos tendo, nós que estamos na ponta. Até porque com o início da reforma trabalhista nesse país, as demissões já estão começando em massa, eu sou do estado de Pernambuco, sou do conselho de fisioterapia e fisioterapia ocupacional, estive no sindicato dos fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, é impressionante como já começaram as demissões para que os trabalhadores sejam contratados como firma individual, eles estão sendo forçados a criar firmas individuais para serem recontratados por outras empresas até porque eles não podem ser contratados pelas mesmas empresas, então, está vindo o desmonte de todo mundo do trabalho ao nosso redor, no SUAS, as questões foram trazidas da mesma forma contratos, já temos uma situação bastante precarizadas dos trabalhadores do SUAS e os contratos que são... é o que a maioria tem, a maioria não tem concurso sem contato, vieram as mesmas denúncias e que estamos sempre com um contrato, os contratos que estão finalizando que está reduzindo o número de trabalhadores, enquanto que a gente fica pensando qual vai ser a continuidade do SUAS com dificuldade de financiamento, com desmontes, com redução de trabalhadores, então, a perspectiva dos trabalhadores do SUAS, dos trabalhadores desse país não tem nenhuma visão otimista para o natal, para o ano novo, ou tem qualquer perspectiva para 2018, então, a gente queria ratificar agora a grande preocupação dos trabalhadores do SUAS com todo esse problema que a gente já vem enfrentando de precarização de falta de concurso público e com a reforma trabalhista a situação se agrava cada vez mais em relação a isso, então, é isso que queria pontuar a discussão que a gente teve e que nós vamos fazer uma apresentação de todo esse panorama durante a nossa conferência. Obrigada.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado, Conselheira. A gente vai fazer mais duas falas, depois passa para o Ministro e a gente tem outros quatro inscritos, eu vou encerrar as inscrições até em função do tempo, depois, se o Ministro tiver mais disponibilidade a gente inscreve mais pessoas. Então, a próxima inscrita é a Conselheira Marisa.

Sra. MARISA RODRIGUES DA SILVA – Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Boa tarde, Ministro. Estivemos agora recentemente com o senhor sobre a nossa Presidente Vanda na audiência onde tivemos lá um diálogo muito aberto, onde o senhor colocou várias colocações importantes e que sinalizou a esperança da recomposição do orçamento que nós tanto almejamos e que todos estamos imbuídos nessa luta e nos reforçando junto tanto ao CONGEMAS, quanto ao FONSEAS, o que eu trago, Ministro, é uma preocupação e essa preocupação e eu queria socializar com o senhor e ouvir do senhor o que o senhor acha dessa proposta que eu tendo a colocar aqui na questão do programa da Primeira Infância e não vamos aqui discutir o mérito da importância e relevância, nós sabemos que nós tivemos historicamente uma faixa etária que a assistência social precisa atender de zero a seis anos essas crianças dentro do contexto da proteção básica via CRAS, mas nós temos uma preocupação que hoje ele é um programa e o que o senhor pensa, o que o senhor acha de nós incorporarmos, não sei a médio ou longo prazo, este orçamento dentro do Fundo da Assistência, onde ele possa, de fato, não estou dizendo aqui que descaracteriza o programa, mas que ele faça parte e incorpore ao fundo nacional de assistência social na proteção básica para que não haja descontinuidade no futuro da relevância de que nós precisamos atender a política da Primeira Infância incorporada dentro do Sistema Único de Assistência Social da Proteção Básica, é uma questão que eu passo para o senhor.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado. Conselheiro Leovane.

Sr. LEOVANE GREGÓRIO – Representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP – Boa tarde, Ministro. Eu represento o Conselho Federal de Psicologia da bancada dos trabalhadores. Eu queria primeiro começar com a conferência, é uma pena que este conselho que trabalhou durante um ano duramente, construindo essa conferência com o maior carinho, com a maior dedicação, colocando para os municípios toda a documentação necessária para se construir um bom debate nessa conferência e a sua equipe da SAA está tentando, de repente,

trabalhar para que a gente, de repente, comprometa ter uma conferência comprometida, porque estou dizendo isso, hoje, são 13 dias da conferência, nós não sabemos qual equipe que vai fazer essa conferência, porque não tem esse contrato assinado e a gente só diz que a conferência vai acontecer e eu acho que também vai acontecer, porque nós de qualquer maneira vamos fazer. O que eu acho que é uma pena e que eu acho que o senhor podia olhar na sua equipe da SAA, quem tem coração com essa política, porque trabalhar só com quem vê números, realmente, não está com esse Ministério comprometido. Então, o senhor veja, por favor, sua equipe que trabalha com a parte administrativa, porque vai sempre comprometer o trabalho deste conselho se for nessa linha, uma outra coisa interessante quando o senhor chegou... quando o senhor chegou, nós estávamos aqui no debate da questão do orçamento, da execução do orçamento e se a gente olhar os números que foram apresentados aqui até agora, foram repassados aos municípios e estados na área da proteção especial, em torno de 30% do recurso e na básica, 50%. O problema que a Edna acabou de listar aqui que, de repente, não tem gente fazendo o cadastro Único e efetivamente já atrasando todo o processo, é porque os municípios não estão recebendo recursos financeiros e é o seguinte, não contrata ou demite. O nosso problema é que ou a gente discute em todas as áreas a regularidade de repasse, porque se o município não tem dinheiro, não contrata e não dá para poder trabalhar uma lógica onde a gente tem previsão e tem um orçamento previsto de “x” bilhões que o dinheiro só bate na conta dos municípios no final do ano, essa lógica não tem como manter no sistema funcionando dessa maneira. Eu acredito que o esforço que o senhor faça para poder trazer os recursos, mas chegando na data de dezembro, os outros meses, de certa forma que não foi possível contratar, porque eu não tinha dinheiro, não tinha financeiro para pagar, não adianta. Então, essa lógica que está sendo implementada na vida financeira do Governo Federal não vai fazer o SUS voltar a funcionar, não tem como funcionar, porque é o seguinte, se não tiver financeiro não paga servidor, não faz Cadastro Único, não faz nada. Acho que, de repente nós temos que pensar e há que haver uma discussão com a área... (falas sobrepostas). Com o planejamento, de que ou eles regularizam o repasse mês a mês para que o sistema funcione ou, de fato, tudo isso que o senhor está colocando com relação ao Criança Feliz e outras coisas mais deverão ter muitas dificuldades de se implementar nesse país, porque efetivamente, não há como os municípios e estados funcionarem nessa lógica de repasse financeiro que o Governo Federal tem feito para poder manter esse sistema funcionando. Então, eu acho que é importante que reveja e faça esse grande debate dentro do Governo Federal e, principalmente, na equipe da SAA, com relação à forma de poder fazer o processo

administrativo, porque dessa maneira, a gente vai estar sempre comprometendo os nossos trabalhos aqui neste conselho e, de repente, talvez, até no Ministério também.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado. Senhor Ministro, com a palavra.

Sr. OSMAR TERRA – Ministro do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - Edna essa questão do Cadastro nós temos 5.700 municípios, grosseiramente... 5.570. É claro que não é homogêneo isso, cada um tem uma velocidade para fazer as coisas. O que nós estamos vendo é que nós vamos detectando... chegar mais perto do final do ano, se estiver faltando muita coisa, nós vamos prorrogar, nós queremos é que as pessoas... ninguém está querendo limitar inscrição, nós queremos é... agora, se eu disser agora que vou prorrogar, aí que todo mundo vai jogar os papéis para cima. Então, estou dizendo que se for necessário, realmente necessário, estiver com situações como essa de Porto Alegre, nós vamos, nós queremos que todo mundo... nós estamos aqui querendo fortalecer o SUAS, quando a gente pede para o sujeito aposentado apresentar que ganha o BPC está cadastrado no SUAS, é inimaginável eu quer vir de fora, entre aspas, dentro da área social, mas de outra área, ver pessoas que não tem nem dinheiro para se aposentar, não está cadastrado, não está no cadastro Único, eu acho estranho, porque eles não estão? Então, acho que é uma maneira de fortalecer, todo sistema está sendo feito para fortalecer, eu quero te dizer, a nossa representante Marisa do CONGEMAS, Marisa, tudo que nós fizemos, nós podíamos ter feito esse Criança Feliz fora do SUAS, a gente podia ter feito. Vou dar um exemplo de como foi o Brasil carinhoso que era, foi o embrião do programa de Primeira Infância feito no período da Presidente Dilma, ela fez fora, SISP que paga para o MEC, faz um TED para o MEC para o MEC receber o dinheiro para as creches. Eu, conversando com a nossa área da assistência social, nós vimos que esse é o Ministério que tem o coração dele é a assistência social, nós temos que fazer até para facilitar o repasse aos municípios fazer por dentro do sistema, por isso que está sendo feito dessa forma, é tripartite, tem toda aquela negociação e tal, mas vale a pena, porque fortalece, a gente está dando um sentido novo também, reforçando um trabalho da assistência social lá na ponta, ela está tendo oportunidade de trabalhar, inclusive, intersetorialmente, com equipe, chegando nas casas, não sei se vocês se deram conta, nós temos, em média, no Brasil, tem em média em torno de três a quatro milhões de visitas domiciliares em todo o Sistema Único de Assistência Social por ano, nós vamos ter cinco milhões de visitas, quatro milhões de visitas por semana e isso é uma coisa extraordinária para manter as pessoas em conta com... só na área da Primeira Infância para manter as pessoas em contato com o sistema, com

o setor público, vendo as necessidades, vendo a violência doméstica, vendo... isso vai reduzir muito uma série de questões da depressão materna, os danos que podem causar para a criança, então, vamos discutir isso melhor, estou disposto a aprofundar essa conversa, eu quero ver até que ponto isso é uma coisa que fortalece e ajuda ou é uma coisa que pode dificultar, entendeu? Vamos ver, está aberto, estamos abertos para conversa. Também ainda para a Edna, a questão dos Centros DIA, Edna, nós estamos dentro do que você está pensando, a gente também está pensando isso. O Centro DIA tem um papel muito maior do que ele tem hoje, ele pode ser visto, por exemplo, a questão do zika vírus, toda essa área epidêmica do zika vírus tem 3.500 crianças que estão ganhando BPC, já conseguiram cadastrar, priorizamos o cadastro delas, essas famílias estão ganhando BPC, mas são crianças que não têm atendimento adequado, estimulação adequada, nem dá para esperar chegar o Criança Feliz lá, entendeu? Nós temos que fazer rapidamente essas crianças ter fisioterapia, ter assistência neurológica, ter creche à disposição delas, ter, enfim, um sistema de reabilitação física e para isso, a gente está formando Centros DIA específicos para esse tipo de atendimento que, no futuro, é importante dizer isso, a epidemia do zika acabou, minha gente, eu conheço epidemia da área da saúde, epidemia do zika acabou, no Nordeste não tem... e acabou por um motivo muito simples, todas as mães potencialmente foram contaminadas antes de engravidarem. Todas estão com anti corpus hoje, é um vírus que se dissemina muito rápido, a gente vê a doença, essas doenças virais, a gente vê lá, cinco mil pessoas se internaram com gripe A, mas você vai ver depois, faz um exame historiológico, milhões tiveram que não tiveram nem sintoma. Então, o zika acabou, agora, esses Centros DIA são para essas crianças ficarem lá até seis anos, mas o que vai acontecer? Nós vamos botar as outras com problema neurológico, está cheio de criança, todo dia nasce criança com problema neurológico, nós vamos começar e ampliar, eu acho que num dia futuro, nós temos que ter todas as crianças com problemas neurológicos graves, virão de famílias do Cadastro Único, pelo menos, dentro dos Centros DIA, sendo atendidas, até para mãe poder trabalhar, imagina uma criança com problema neurológico grave numa família pobre. A mãe é diarista. Acabou, ela vai viver com o BPC, então, é o que eu vi lá em Pernambuco, vi na Paraíba, acompanho, estava... eu era coordenador da Comissão... era Presidente da frente parlamentar da saúde, cuidava desse assunto antes de assumir o Ministério. Então, nós temos um desafio, nós temos oito Centros DIA já quase prontos para serem inaugurados nos próximos trinta dias, só para o zika, só nas zonas endêmicas do zika e a gente vai com isso abrindo os precedentes, futuro com mais recurso, nós temos que... nós temos que estar junto para valorizar a área, pelo amor de deus, se a gente começa a brigar e a fazer muita coisa muito discurso e pouca prática, nenhum

Governo que venha vai valorizar essa área, nós temos que estar juntos. Então, o Centro DIA, a questão de violência nos abrigos, agora, nós temos um outro problema, não é só violência dos abrigos, não, nós estamos com 61 mil homicídios minha gente, no Brasil, isso é uma coisa inaceitável. Não pode ser tratado como uma coisa natural, “ah, 61 mil homicídios” é uma catástrofe humana isso, é uma tragédia humana, para vocês terem uma ideia, a China tem sete vezes a população do Brasil, tem 13 mil homicídios, os Estados Unidos que é tido como país violento tem mortandade em escola, show de rock, não sei o que, tem 15 mil homicídios com 320 milhões de habitantes e nós com 200 milhões temos 61 mil. Isso tem a ver com a epidemia da droga que nós temos que discutir, aprofundar essa discussão aqui dentro, nós temos uma série de questões e nós temos que avançar, porque, se não, é uma tragédia geral e de tabela ainda pegam os meninos com necessidades especiais que precisam dentro dos abrigos, eu acho que isso é uma fiscalização que a gente tem que fazer, nós podemos fazer, melhorar essa fiscalização, cobrar dos municípios isso e trabalhar isso com mais cuidado. Quanto à preocupação do Leovane, ele tem toda a razão, se nós pudéssemos ter um repasse regular seria o ideal, é porque a economia flutuou, nós estávamos indo relativamente melhorando ali no início do ano de 2017 e depois teve uma queda abrupta e com a previsão de meta fiscal que a gente tinha e não ia dar para ver mais nada, então, houve um contingenciamento que durou, está durando ainda, mas começa a se recuperar agora, eu espero que seja o último ano, Leovane que nós tenhamos que repassar tudo que está faltando no final do ano, mas pelo menos, nós estamos conseguindo repassar, eu acho que pior é não ter para repassar, nós vamos ter. Nós vamos quitar 2016 e vamos quitar boa parte de 2017, vai ficar pouca coisa para 2018 esse ano ainda. Então, é isso.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado, Ministro. Só dar um comunicado antes de passar para os próximos inscritos, acabei de ter a notícia que a empresa, a pendência que existia da empresa em relação à que vai fazer a conferência foi dado baixa, então, amanhã está indo para publicação, a SAA acabou de nos avisar.

Sr. OSMAR TERRA – Ministro do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - Isso é área jurídica, viu? Isso é a área jurídica que complica tudo, complica para nós também tudo. Mas pelo menos não nos bota na cadeia depois que a gente sai do Ministério.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Com isso, eu passo então para a próxima inscrita que a Conselheira Clátia.

Sra. CLÁTIA REGINA VIEIRA – Representante da Federação Nacional dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas – FENATIBREF –

Boa tarde a todos e a todas, boa tarde, Ministro, acho muito importante que um dia a gente possa aqui nesse conselho, quem sabe, no início do ano que vem, poder conversar um pouco desses homicídios e saber a quanto vai a nossa responsabilidade política nesse processo e saber o que é homicídio, o que é assassinato, quem é esse povo que morre, o que a gente tem a ver com isso, acho bom que o senhor tenha trago essa questão e acho que a gente precisa olhar isso com bastante carinho. Ministro, na verdade, o que eu gostaria de saber o senhor não chegou a colocar, mas o senhor esteve no Rio de Janeiro esse mês no dia 13 num socorro emergencial social e no site do MDS está colocado que serão, que tem apoio em projetos, programas e também que vai se trabalhar alguns municípios. Gostaria muito, eu sou do Rio de Janeiro, a gente tem um trabalho lá e é um trabalho de resistência para que aconteça a política de assistência. Não é bem assim esse trabalho, esse envolvimento, essa responsabilidade, me parece que tem coisas, Ministro que quando a gente diz que não vai acabar, mas tem formas indiretas de acabar quando você não investe nessa política quando você não prioriza e quando você precariza, então, você não dá uma canetada para acabar, mas você pode fazer políticas ou ter práticas que vai ler com que a política não dê conta do que está determinado por essa política e estou falando isso para falar um pouco do Rio de Janeiro e a gente aqui nesse conselho já ouviu falar de várias outras regiões e nós aqui nesse conselho podemos estar em reuniões regionais descentralizadas e a gente ouviu muito isso. É muito importante saber quando que a gente vai realmente visualizar todo esse trabalho, todo esse empenho, todo... que o Ministério está fazendo, que o Brasil faz pela assistência. A gente precisa saber quando que a gente vai realmente visualizar essa questão lá na ponta, porque se fala que não tem, que zerou Bolsa Família, eu posso lhe dizer de algumas pessoas da comunidade que estão na fila ainda, então, tem algumas coisas que eu não sei se a informação que passam para o Ministério, realmente, é verídica ou é uma questão que tem alguns penduricalhos e aí não se coloca ou a gente está com uma dificuldade na comunicação de entendimento, claro. A outra questão que eu gostaria de lhe dizer, que seria bom nós já aqui nesse conselho, já fizemos, iniciamos, acho que a gente precisa voltar nessa pauta, mas acho que o Ministério também precisa avaliar o impacto da reforma trabalhista na assistência. A gente está com um processo

de demissões nos municípios que não é pouca coisa e a gente ainda tem alguns problemas com as gestões, com algumas entidades, não falo pelas entidades, aqui falo pela FENAT, DF, Federação dos Trabalhadores e Instituições Filantrópicas e no Rio de Janeiro, essa demanda vai toda para o quórum lá do sindicato, da perversidade que a gestão que o Governo Municipal ou estadual faz com as suas entidades, porque não... vou terminar dizendo, porque não cumpre com o seu acordo nas questões trabalhistas com os trabalhadores, nós temos instituições em vários municípios do Rio de Janeiro que devem quatro meses de salários e com denúncias e essas demandas ficam na conta sempre da entidade, sempre a entidade que vai responder juridicamente, isso é uma forma perversa que a política tem tido em relação aos seus contratos e seus convênios e sua responsabilidade, obrigado.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira Elisa.

Sra. ELISA MACIEL COSTA - Representante da Associação Mayle Sara Kali – Boa tarde, Ministro. Boa tarde, Secretário. Boa tarde, Carminha, meus colegas, companheiros. Ministro, minha preocupação, acho que é até um pouco clara, muito, meus colegas estão cansados aqui de escutar, o meu pedido especial, meus vários pedidos especiais para o senhor são o seguinte, primeiro, a gente precisa tentar combater... é tão forte que estragou o microfone. A gente precisa combater nesse país, Ministro e a gente precisa do senhor para combater isso, o racismo institucional na forma de atendimento da assistência social a povos e comunidades tradicionais desse país que não acessam o BPC, que não conseguem a intervenção da perícia do INSS com o mesmo respeito para alcançar esses procedimentos, esses protocolos, que possuem vários e contínuas agressões e não conseguem acessar serviços e o nome não tem outro, nós não temos como classificar isso de outra forma. E a gente consegue perceber isso muito bem, porque quando nós tivemos uma conversa tanto com quem representa a proteção social básica e a proteção social especial, nós tivemos um entendimento do processo e nós conseguimos avançar um pouco. E conseguimos avançar pela compreensão e pelo entendimento do serviço, mas isso precisa vir como um compromisso de todo mundo, de fato. Quando a gente trata de... isso me preocupa o valor que tem que chegar mesmo, porque essas duas estruturas não podem perder valor. O valor tem que ser realmente delas, a gente não tem que ficar indo nem depender em momento algum de alguma complementação de nenhuma verba independente, porque a gente realmente, de fato, vai precisar desse dinheiro dentro das reservas estruturais. A outra coisa Ministro é que quando a gente liga a saúde da criança, a gente faz uma discussão da saúde da mulher, é possível discutir uma coisa

sem discutir outra. Talvez, a gente traga, precise trazer de uma forma mais próxima até para análise do Primeira Infância no SUAS ou do Criança Feliz, a Sociedade Brasileira de pediatria, a doutora Evelin, por exemplo, que tem um trabalho específico nessas duas estruturas, porque esta mesma mulher pobre que não consegue trabalho e que vai deixar o trabalho que ela já não tem, o acesso que ela não tem e vai ficar fora desse mercado de trabalho, é o ciclo vicioso que o senhor da área médica sabe muito bem e vai ficar fora desse mercado de trabalho, é o ciclo vicioso que o senhor da área médica sabe muito bem, tudo que acopla isso, eu também sou da área médica, sei muito bem o que acontece, então, essa atenção especial... vou concluir. Essa... foi o microfone que me atrapalhou, a troca, aquele problema.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Já descontei.

Sra. ELISA MACIEL COSTA - Representante da Associação Mayle Sara Kali – Não descontei, não. Começa agora, olha lá. Então, essa estrutura, eu acho que eu gostaria que o senhor desse uma atenção especial e quando eu falo de povos e comunidades tradicionais Ministro eu digo de uma série de estruturas que foram terminadas que não acontecem mais de programas que desapareceram e hoje as únicas estruturas que estão andando, estão andando aqui dentro dos programas que estão se desenvolvendo da estrutura que estão sendo feitas dentro dessa Secretaria com o olhar atento da Secretária e isso é verdade, eu agradeço muito por isso, mas eu quero sim a atenção do senhor, o senhor sabe que as coisas andam, mas se as coisas tiverem uma atenção um pouco maior e essa fala começar a se espalhar, o respeito começa a vir à tona novamente e a gente precisa disso.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado, conselheira. Conselheiro Benedito.

Sr. BENEDITO AUGUSTO DE OLIVEIRA – Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social – CNTSS – Boa tarde a todos e todas, companheiros da casa, senhor Ministro. Queria fazer aqui alguma consideração e também é uma pergunta que eu achei, foi feita e o Ministro falar sobre isso. Primeiro dizer, senhor Ministro, que esse natal vai ser um dos piores natais para a classe trabalhadora, porque rasgaram a CLT sem nenhum debate claro frente a nós trabalhadores, nós não temos dimensão do impacto disso ainda dentro do sistema da assistência social que estava até um pouco tempo atrás sobressalto, porque o que nós tínhamos negociado que havia um corte

drástico nas verbas discricionárias da assistência e a gente saiu correndo aqui todos os conselheiros e fomos correr atrás aí do parlamento para que nos ajudassem, então, estamos passando um ano difícil, nós estamos na cara da conferência e agora estamos calmos, porque a conferência está aí para acontecer, mas tem uma coisa que me assusta nessa política e eu sou um cara otimista, quero dizer, já antes para o Ministro que eu tenho partido, o senhor também tem, mas a minha fala não é partidária, todo mundo aqui tem partido e deve ter, isso é bonito dentro da democracia, dizer o seguinte, que nós, o senhor está dizendo que nós vamos ter cinco milhões de visitas, o que me preocupa e que talvez preocupe a conselheira Luziana, o que é trabalhar dentro do Sistema Único de Assistência Social, porque nós não temos política para trabalho aqui dentro, talvez seja uma das políticas em que o trabalhador é mais precarizado, nós estamos fazendo um esforço, data vênha, de montar uma mesa de negociação aqui dentro para conseguir uma carreira do SUAS, então, senhor Ministro, queria pedir o apoio, que o senhor olhasse para o trabalhador do SUAS, porque teve um cidadão que chegou aqui, Secretário, não me recordo, falando do Criança Feliz, da qual nós temos crítica profunda, mas eu acho que não são, não vem mais ao caso, porque tem que torcer a favor, não dá, não dá, é outra coisa e vamos ver o que é isso e eu perguntei para ele qual era o salário de um visitador e ele não souber responder e eu falei, “olha...”, “não, mas é uma política de estado”, é uma política de estado, mas tem gente que é, como fala? Estagiário do CIEE trabalhando nisso, onde uma política de estado prevê um funcionário que não tem plano de cargo, carreira e de salário, que política de estado é essa e ele não soube me responder, teve um momento que ele virou para mim e falou assim, “olha, no mínimo, eles vão ganhar um salário mínimo”, então cinco milhões de pessoas visitando cinco milhões de pessoas precárias para ganhar um salário mínimo? Nós estamos falando aqui em precarização da assistência na ponta e isso, de fato, desqualifica toda a ação política que a gente vem lutando dentro da assistência social, importante também aqui dizer, Ministro, estou concluindo, que a assistência social é uma política de bandeira não ideológica, mas é uma bandeira de inclusão e societária, civilizatória, seja qual for a cor ideológica, porque não é de esquerda, eu sou um homem de esquerda e tenho orgulho disso, mas não se trata dessa questão, se trata de se estar num país em que as políticas civilizatórias tem que ser colocadas e a gente luta por isso, dentro da unidade aqui, dentro do controle social que é uma luta também de classe, como também das políticas como assistência social, então, Ministro, nós vamos ter um natal super difícil e eu queria que o senhor comentasse sobre esse trabalho no SUAS, nós vamos ter um natal em que a reforma trabalhista coloca nós em situação mais precária do que já estamos e temos um risco de perder a previdência social pelo país em cima de um projeto que não está

claro e, portanto, para nós é muito difícil, já tivemos nesses 10 anos situações melhores e eu tenho certeza disso, isso também não é partidário e peço apoio do Ministro, se tem compromisso, de fato, para que pense, de fato, na questão do trabalho no SUAS, o que é isso, o que nós estamos produzindo? Porque assim nós vamos sentir que, de fato, nós vamos construir um trabalho sério dentro, porque salário mínimo para trabalhador que vai fazer visita para outro, quer dizer, um miserável cuidando do outro, isso não é política de estado, isso não é política de estado.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado, conselheiro. Conselheira Rosângela.

Sra. ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS – Vice-Presidente do CNAS/MDS – Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA
– Boa tarde, senhor Ministro. De primeira mão, tem uma pessoa aqui que é usuário da política de assistência e é do movimento de população de rua e eu vou dividir minha fala com ele, porque eu penso que ele tem uma coisa muito interessante a dizer e é para nós usuários, porque eu sou usuária também dessa política que a gente está aqui, então, um pouco... boa tarde, seu Ministro, eu sou Rosângela Santos, sou lá de Belém do Pará, sou usuária da Política de Assistência. Então, tem algumas coisas que eu gostaria de pontuar, que para nós é fundamental que o senhor na sua fala inicial já trouxe que é a questão que realmente para o ano que vem, primeira coisa para nós aqui nesse conselho que é fundamental, era a gente ter realmente a segurança do orçamento da política de Assistência, conforme a gente aprovou nessa casa, essa é a nossa grande preocupação. Em segundo plano, a questão do reajuste PAIF que de 45% que está para ser e o senhor também na sua fala inicial também fez menção a isso, também trago o reajuste do programa Bolsa Família que teve aquele ensaio em julho, depois saiu da pauta, mas a gente aqui dentro do conselho observando isso com muito cuidado. A questão, uma outra coisa que é um pedido bem para o senhor levar que é a questão do Decreto que para nós da Sociedade Civil é importante que é o Decreto de Eleição da Sociedade Civil para esse conselho que precisa sair até a conferência, então, para nós, é importante, a outra questão trazendo um pouco, a gente provavelmente precisa sair dos gabinetes e talvez o senhor não saiba, mas, por exemplo, quando você fala visitas domiciliares e depois você fez uma referência ao Criança Feliz, aos visitantes, mas eu estou na política de assistência atendida desde 2016, eu nunca recebi a visita de um assistente social na minha casa, nunca foi. E eu agora, o meu benefício foi cortado, porque estou exercendo meu papel de controle social nesta casa, porque quando foram fazer a busca ativa e viram no meu CPF a quantidade

de diárias que eu recebo aqui, isso foi considerado como renda e... não é. E nem quero viver de Bolsa Família minha vida inteira, mas eu digo ao senhor que estou... continua em situação de vulnerabilidade muito maior ainda e era importante que a gente pudesse estar dialogando como que a gente vai fazer isso, por exemplo, no município que moro e tem alguma coisa que eu falei hoje de manhã para a Secretária Carminha, eu faço questão de repetir novamente, que é a questão do município onde eu moro, moro numa região rural onde a internet não funciona, portanto, nosso CRAS lá, todas as famílias vão lá e é preenchido no caderno, esses cadernos são mandados para o município, para cidade e até que eles façam tudo isso, isso demora, olha o tempo, isso também foi um outro talvez motivo que aí o meu estava bloqueado e depois foi cancelado, porque até fazer isso lá na cidade demorou um tempão, então, só para dizer, a assistência social não é igualzinha para o Brasil inteiro, tem vários problemas que a gente ainda precisa sanar e, enfim, falo como usuária dessa política que a gente realmente precisa estar. Logo, ali, meu colega, o conselheiro Benedito fala, trabalhador precarizado na assistência, logo, infelizmente, algumas vezes, o usuário da política de assistência é que sofre com isso, porque nós, não precisa ser comunidades e povos tradicionais para sofrer o preconceito, a gente sofre preconceito, porque a gente vai arrumada num CRAS, a gente sofre preconceito se a gente vai desarrumada num CRAS, eu não posso chegar com uma unha pintada, porque já não estou mais precisando do programa, então, tem várias questões que ainda, infelizmente acontecem nesse país e a questão que o Benedito fala ali não é... que a Conselheira Edna traz da questão do cadastramento no CADÚNICO das pessoas idosas, isso não é uma questão que é só lá de Porto Alegre, isso acontece em Belém, isso acontece em todo lugar, chega 3, 4 horas da manhã, um idoso numa fila para receber uma ficha para ser atendida às 10h, no meu CRAS, por exemplo, são seis fichas, a pessoa tem que chegar de madrugada, são só seis fichas e ainda ele vai fazer esse trâmite que estou lhe dizendo, vai ser preenchido ali tudo no caderninho, vai ser demandado para lá, então, ainda é preciso a gente dialogar como vai ser isso e eu queria chamar o José Vanilson, por favor, para vir, já está ali com o microfone na mão para fazer um...

Sr. JOSÉ VANILSON – Boa tarde aos conselheiros e conselheiras, ouvintes, agradecer a Rosângela pela parte, boa tarde ao Ministro Osmar Terra, o que trago aqui, estou aqui em Brasília pelo Conselho Nacional na Saúde, estou como conselheiro Nacional pelo movimento de população de rua, morei nas ruas em natal onde moro há 27 anos, então, vou trazer aqui um pouco da nossa realidade, mais especificamente discutir o centro POP, os Centros POP que foi pensado pelo movimento junto ao MDS no tempo, ele foi pensado como um espaço

intersetorial, não é isso? Que funcionem na intersetorialidade, mas o que é isso? É fazer, não só encaminhamentos, é proporcionar, inclusive, condições da população de rua sair da vulnerabilidade das ruas, mas o que trago aqui é que em Natal hoje, nesse momento, nós estamos discutindo Maira, no regimento interno do Centro POP, pasmem o Centro POP no seu regimento diz assim, “se você... se errar uma vez, lhe dou quatro meses de suspensão” e eu enquanto usuário estou negociando um mês, então, é isso que estou fazendo aqui. Eu enquanto usuário da política de assistência social, estamos negociando, viu, Ministro? Um mês de suspensão, mas a gente sabe o que é um mês de suspensão fora de um serviço de assistência social para quem está em situação de rua? Então, assim, eu trago aqui essa denúncia e pedir o seu olhar para que a gente possa fazer com que os Centros POP do Brasil, não é Natal somente, sabemos que os Centros POP foram criados numa funcionalidade, mas hoje, ele não funciona assim, hoje, os Centros POP estão funcionando tão somente para banho, para alimentação e, muitas vezes, sem nem espaço para a população de rua entrar lá para dentro. Então, peço aqui que haja essa intersetorialidade na real, que sabe o papel que entre na vida das pessoas em situação de rua, porque nós não estamos na rua porque queremos, nós estamos na rua, por fatos históricos desse país, por causa de situações que nos levam para ela, então, nós não... nós do movimento, Rosângela, sinceramente, não pedimos mais Centros POP em albergues, nós pedimos, sim, Políticas estruturais que possam proporcionar a saída das ruas. Mas enquanto essas políticas não chegarem em nossas vidas, que os serviços de assistência social para a população em situação de rua possam ter qualidade, possam ter respeito com o usuário, possam proporcionar a saída das ruas, não a entrada de guarda municipal e políticas para espancaram usuários e usuários dentro dos serviços. Desculpe a sinceridade, mas aqui estou falando, o companheiro Samuel não está aqui, então, vim aproveitar enquanto estou aqui para trazer isso aqui. Por favor, estamos pedindo socorro. A população de rua do Brasil pede socorro. Nós não queremos só papelão, não queremos só sopa, nós temos direitos, nossa fome Ministro é por direitos e direitos são a conquista do povo brasileiro, sabemos que na Constituição está lá, direito à saúde, habitação, direito à moradia, mas cadê nossa moradia, nós não moramos em marquises, nós moramos em papelões quando sabemos que desembargadores, juízes, ministros, deputados, senadores, governadores têm auxílio moradia. Então, como é discutir a política de assistência social nessa conjuntura? Nessa perspectiva de pobreza para os pobres e riqueza para os ricos? Então, eu agradeço a oportunidade ao amigo Brunni e dizer a vocês conselheiros e conselheiras que pensem na população de rua, porque é o segmento mais vulnerabilizado, não vulnerável, ele está em vulnerabilidade social, nós não somos vulneráveis, porque vulneráveis parece que são

pessoas e nós estamos em vulnerabilidade, porque nos colocaram nessa vulnerabilidade por questões históricas desse país, então, peço ao senhor como um morador de rua, como uma pessoa em situação de rua, como militante do movimento de população de rua, que o senhor possa estar com um olhar especial, não só para albergues e Centros POP, mas para a saída da população de rua das ruas e que possam ter sua moradia digna, para que ele possa construir sua família e viver em paz consigo mesmo, beleza? Agradecemos pela oportunidade.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado, conselheiros. Eu quero passar a palavra para o Ministro, mas antes, eu queria só pontuar Ministro, eu acho que primeiro agradecer. Olha só, é porque a gente, em função do horário do Ministro, a gente tinha encerrado aquelas oito inscrições e fizemos dois blocos de quatro. Primeiro, agradecer... Ministro, agradecer demais a sua presença, eu acho que as falas que a gente teve aqui.

Sra. MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO – Secretária Nacional de Assistência Social – Ministério do Desenvolvimento Social/ MDS – O ministro vir aqui todo mês.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Perfeito, Secretária. Dizer que você é mais do que bem vindo aqui, eu acho que você teve aqui em todas as falas um pouco, espelhou um pouco o que a gente vem discutindo ao longo dos últimos meses, as nossas preocupações em relação ao orçamento e todo o movimento que a gente já fez, inclusive, com o relançamento da frente parlamentar em defesa do SUAS, hoje, o plenária desse conselho tomou a decisão de endossar a PEC que está sendo proposta de 1% da receita corrente líquida para o SUAS, para o serviço do SUAS e que todo movimento que a gente fez e o apoio que a gente teve do Ministério para percorrer o Brasil, a gente teve as conferências de capitais, a gente teve em todas as conferências de estados, debatendo a garantia de direitos, é uma avaliação geral do Brasil, de que o tema do processo conferencial desse ano teve... tem tudo a ver com o momento que esse país precisa debater um projeto civilizatório que não é de partido nenhum, acho que isso ficou claro em todas as falas, é um projeto mesmo civilizatório, um projeto que visa reduzir desigualdade, a importância estratégica, inclusive, do programa Criança Feliz de atuar numa lacuna que a gente tem de atuação do estado brasileiro em tudo consoante com o Plano Decenal, inclusive, com os diagnósticos que a gente tem de quem são as crianças brasileiras, os bebês brasileiros hoje são predominantemente filhas de beneficiários do Bolsa Família, isso está no nosso plano

decenal, então, eu acho que o Brasil hoje reconhece isso e reconhece a importância de a gente estar unido em defesa do SUAS, independente de que lado da cadeira a gente esteja sentando, independente se a gente está no executivo, se a gente está no legislativo, se a gente está no judiciário, enfim, existe um consenso, acho que a gente conseguiu formar um consenso da importância estratégica da assistência social. O que a gente precisa hoje é de ter a garantia de onde quer que a gente esteja de que essa garantia vire, de fato, uma legitimidade social e com garantias e legislações que embasem esse processo, então, agradecer demais a sua presença, mais do bem-vindo para estar presente todos os meses que puder e passar imediatamente a palavra para você. Obrigado.

Sr. OSMAR TERRA – Ministro do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - Eu agradeço a essa possibilidade de a gente estar aqui conversando, vou me empenhar para vir mais vezes aqui, estava brincando, a Carminha sempre me convida, que a gente não tem... que a gente não é... Fábio também. Mas eu quero dizer para vocês que independente da frequência aqui, a gente tem o maior respeito, eu discordo um pouquinho da Elisa, que ela disse está quase tendo respeito, sempre tive respeito, esse “quase”, do respeito aí posso te garantir que na minha parte sempre tive respeito por vocês, aliás, eu acho que a sociedade civil tem que acompanhar os processos políticos de uma maneira intensiva e isso é que aperfeiçoa o SUAS, que aperfeiçoa o SUAS, que vai melhorar esse processo. E com o viés da sociedade, eu acho que quando a gente partidariza um órgão de democracia participativa, a gente paralisa o processo, fica uma discussão inútil, oposição e governo e se perde um tempo precioso para fazer um monte de coisa importante, mas eu acho que o que estou vendo aqui é justamente o contrário, não é isso que estou vendo, pegando a fala do Benedito que todo mundo tem partido, mas nós não estamos partidarizando a discussão aqui. Então, eu acho que eu queria explicar uma coisa aqui. O Decreto de eleição da Sociedade Civil é uma coisa que o Fábio já tinha me cobrado e estou atrás disso aqui. O que eu... a discussão não é só em relação ao conselho de assistência social, o Conselho Nacional, está tendo uma discussão dentro do Governo de todas as entidades representativas e tem pressões e contrapressões, inclusive, das próprias entidades, porque elas querem nomear e não querem eleição, então, para mim, tem coisas que são mais complicadas. Mas, de qualquer maneira, eu vou me empenhar para trabalhar, é um compromisso que assumi com o Fábio aqui e com vocês. Vou tentar, eu não posso prometer, garantir, mas vou tentar e estou de acordo com a ideia, quer dizer que estou de acordo com a ideia também. Em relação ao natal, viu, Benedito? Eu acho que o que falei aqui que vai ser o melhor natal é no sentido de ser o melhor natal em termos

das pessoas comprarem mais presentes, terem, isso é por causa da economia, não tem nada a ver com a Lei Trabalhista, a economia está permitindo que aconteça isso, estou otimista, nós temos que acreditar que vai melhorar também. É o que nós estamos... a verdade, Benedito, é que os últimos quatro natais que nós tivemos foi um pior que o outro em termos de compra, de festejo, de tudo, foi caindo, caindo e caindo, a recessão foi pegando, de 2014 para cá, realmente, o país entrou num buraco, nós temos que sair desse buraco, tem algum desafio que a gente tem, então, a referência que eu fiz no natal foi essa. Em relação ao pagamento do salário mínimo ou não, eu sou um defensor e eu fui Prefeito, fui o primeiro Prefeito que implantou a saúde da família no Brasil e fui o Prefeito que criou talvez a única fundação que exista até hoje com carreira para os profissionais da saúde em municípios brasileiros, fundação com dedicação exclusiva, funcionário, médico, enfermeira, todo mundo que trabalha, ele entra, ele não é CLT, é estatutário, ganha, quando se aposentar vai ganhar um salário integral e é um trabalho, é funcionário bem remunerado lá em Santa Rosa, agora pode ser que algumas... fui prefeito há 20 poucos anos atrás, pode ser que tenha achatado alguma coisa de salário, mas na época eram 30 salários mínimos para o profissional médico, a enfermeira era 23 salários mínimos, 22, dentista, era 26, a gente fez uma pesquisa de mercado, vimos a oferta que tinha e fomos regulando o salário. Nesse caso específico, a gente partiu da experiência do PIN lá no Rio Grande do Sul que eu repassava um extra para a Prefeitura, repassava mil reais para a prefeitura e a prefeitura ou pegava um funcionário que ela tinha e dava aquilo como um bônus ou contratava alguém e aquilo era um documento, naquela época um salário mínimo era 500 reais, 400 reais. O que nós estamos propondo agora é que junto com as 20, se for 30 famílias, as pessoas vão visitar 30 famílias, o visitador tem a responsabilidade de visitar 30 famílias por dia. Ponto. Ele para isso, essas famílias vão ter 33 crianças, então, a gente calcula que vai dar dois mil reais mais ou menos, o trabalho dele vai ser dois mil reais repassados ao município. Aí você vai me dizer, “não, mas tem estudante e tem não sei o que é tal” eu acho que até no início pode ter, mas o meu compromisso é que, não sei se vou conseguir fazer isso antes de sair do Ministério, mas eu quero ter uma carreira na área da assistência social também. Eu quero ter uma carreira nacional como Presidente da frente parlamentar da saúde, eu briguei pela carreira nacional dos médicos, não precisaria ter o mais médicos se tivesse uma carreira nacional, os profissionais iriam ter conforme... uma carreira nacional não só para médicos, para enfermeiro, para dentista, para todos os profissionais da área da saúde. Eu sou defensor dessa tese, não estou aqui querendo, como se diz, desinstitucionalizar o trabalho dos visitadores. O que eu acho é que num primeiro momento, nós temos uma massa de quatro milhões de crianças que vão passar do período

crítico de desenvolvimento das suas habilidades e competências, sem nenhum tipo de atendimento se nós não fizermos, pelo menos, nós vamos começar do jeito que é possível começar, por isso que a gente está fazendo essa coisa. Eu acredito que se fosse comigo, eu fosse prefeito e eu fosse receber dois mil reais, eu ia institucionalizar, ia contratar um funcionário e ia pagar aquilo que estou recebendo, pelo menos, vou até acrescentar aqui alguma coisa, porque os municípios... a crítica da confederação nacional dos municípios é que nós não estamos, peguei para Joinville, fui ontem para Santa Catarina, conversei com os... Joinville paga quatro mil para um visitador, quer pagar quatro mil para o visitador, então, eu acho que dois mil é pouco. Tudo bem, mas o município pode fazer a parte dele também, não pode ser tudo, eu posso até rediscutir os valores daquele dali para frente, mas agora, nós temos que implantar o programa com o valor que nós temos, então, implantar o programa, dois mil reais não é um salário mínimo, nem é desprezar o valor. Isso, no Nordeste, é um salário razoável, em Joinville pode não ser, Joinville é quase Europa, pode não ser. Mas se puder acrescentar, se eles puderem crescer é uma discussão que nós vamos fazer. Agora, eu, se puder ter professor fora de sala de aula atendendo que foi como nós começamos o PIN no Rio Grande do Sul, era o professor do município que já era funcionário do Município, que queria passava a ser capacitado e ia atender visita domiciliar e ganhava além disso, mil reais de bônus. Esse recurso para o município dispor dele, se o município vai ficar com mil e vai só pagar mil, é um problema local também. Nesse momento que não tem carreira ainda eu não posso interferir, mas eu quero que o programa funcione, eu tenho que andar do jeito que eu posso. Então, eu quero dizer que em tese, nós estamos do mesmo lado, concordamos, tem que ter carreira e vamos trabalhar isso, vamos trabalhar, espero que saia uma proposta, vamos fazer um grupo, vamos... o que eu puder fazer para participar do grupo, a nossa área de assistência social participar do grupo e montar uma proposta o mais rápido possível, eu defendo serviço público com carreira.

Sr. BENEDITO AUGUSTO DE OLIVEIRA – Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social – CNTSS – Até para às vezes falar isso nós temos um grupo, não é, Luís Otávio? E nós vamos soltar um documento já no começo do ano e seria até bom o senhor receber em audiência que vai sair um grupo que está discutindo a carreira no Ministério.

Sr. OSMAR TERRA – Ministro do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário -Se nós conseguirmos montar uma proposta de carreira gradual que vai se estabelecendo no tempo, ela é factível, quero te dizer que é factível. Como nós estamos discutindo, a saúde lá

parou a discussão agora, mas eu defendo, tenho essa posição. Rosângela, vamos ver esse teu caso aí agora das diárias, cadê ela? Ela não pode ter... porque ela gasta a diária também, ela tem que gastar, vai gastar com hotel, com tudo, então, realmente, vou falar com o Tiago Falcão para ver o que ele está fazendo, eu não sei, mas os critérios são estabelecidos na SENARC, nós vamos ver isso aí, vamos estudar o teu caso e até pode ser um alerta para outros casos que tenham necessidade... Mas o que quero dizer é que a fila está zerada, se tem alguém que você conhece que não conseguiu entrar, tem que reclamar com o município, o município que me dá esse cadastro, o município que me dá o cadastro. E Rio de Janeiro, falar para Clátia, o Rio de Janeiro, Clátia, nós estamos fazendo o Governo, o Rio de Janeiro com uma situação muito grave, inclusive, institucional, começa de cima, situação muito grave. A questão de segurança reflete isso de alguma maneira, está uma situação de quase insolvência do setor público, então, o que nós estamos... agora, com a negociação da dívida pode ser que melhore, o governo está se empenhando muito em renegociar logo a dívida lá para melhorar, mas o que nós estamos fazendo é o seguinte, vai ter, tem esse suporte que são as forças militares, o Rio tem em torno de 14 mil militares que moram e vivem nos quartéis lá do Rio de Janeiro, eles estão dando suporte para as forças de segurança, mas a gente sabe que resolver o problema de violência só com a área militar e segurança não resolve, então, o próprio Presidente pediu para coordenar a área social, ele está montando uma operação, nós montamos uma operação, saúde, educação, cultura, a nossa área de assistência social para fazer, para dar uma opção a mais para essa população das zonas de risco, nós mapeamos o estado, são nove zonas de risco maiores, são os complexos todos aqueles, mais a cidade de deus, mais... dá nove áreas de risco, essas áreas, nós calculamos a quantidade de pessoas, inclusive do Bolsa Família que a gente quer reforçar, melhorar o Bolsa Família, estamos propondo para os jovens saírem no contra turno da escola para praticar esportes e aprender tecnologia da informação, temos parceria com várias instituições para fazer isso. Inclusive, com as unidades militares, são 27 quartéis lá, tem campo de futebol, tem ginásio, tem um monte de coisa para... e tem assentos olímpicos do Rio que estão parados, nós temos que reativar aqueles Centros Olímpicos, então, o nosso cálculo é de 50 mil jovens que vão sair no contra turno, que pertencem às famílias mais pobres, as famílias do Bolsa Família das favelas, as maiores favelas do Rio, então, são isso que nós estamos... agora, é essa operação que está sendo montada. Nós estamos estudando ver como que a gente pode dar um estímulo para isso, um incentivo para família ou para o Jovem para ele ganhar alguma coisa para ele manter a assiduidade deles e ser mais uma condicionalidade, por exemplo, nesses casos. Agora, o Rio está sendo tratado com emergência, daqui a pouco, isso nós vamos ter que fazer no resto do

Brasil, mas o Rio venceu por outra, tem que ver como funciona isso lá no Rio, nós estamos aumentando os CRAS do Rio, estamos aumentando a estrutura, inclusive, com CRAS, ônibus com CRAS para ir em áreas de maior risco, estamos aumentando o atendimento de saúde, aumentando o recurso para saúde, acho que vai melhor essa crise que você está falando, você está falando da crise com as OS, não é? Mas é nosso, de alguma maneira, nós temos que ajudar, como a área social lá está sob minha coordenação eu tenho que também dar um valor a isso, mas área de saúde também, as OS não estão recebendo. Está um problema sério lá. Então, eu quero dizer que nós estamos lá para ajudar, eu acho que nós... vai melhorar, a segurança aos poucos vai se impor lá, mas não pode ser como foi no tempo das UPAS, se cria as UPAS e depois não se melhora nada na área social e volta tudo de novo, para terminar, eu queria falar do José Vanilson que se queixou.

Sra. CLÁTIA REGINA VIEIRA – Representante da Federação Nacional dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas – FENATIBREF – Quem é essa criança, quem é esse jovem? Em que momento a gente entra? A gente vai relacionar essa questão no estado? E terminando, no estado, o senhor, a articulação está sendo com o estado e com o Município do Rio ou com o estado e outros municípios do Rio, ou vai se focar no município do Rio, porque a gente viu que estava somente o Prefeito Crivela, não sei se tinham outros, só para a gente saber, daí quando a gente voltar para a região, a gente poder chamar a sociedade civil, porque nós também queremos ajudar, porque nós somos as primeiras vítimas, então, nós precisamos ajudar que o Rio saia desse processo.

Sr. OSMAR TERRA – Ministro do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - O que eu quero dizer é o seguinte, essa é uma questão que nós estamos trabalhando através dos governos municipais e estadual. Então, eles têm a tarefa de convocar a Sociedade Civil para conversar, mas nós estamos trazendo com os diagnósticos que eles nos passaram e com os diagnósticos que nós temos de informações das áreas de risco. Então, as áreas de risco hoje só para te atualizar, Clátia, são... vou te passar isso, vou passar aqui para o conselho, inclusive, para vocês terem uma ideia, mas são nove... são os municípios com maior incidência de violência, baixada, capital e São Gonçalo, quase baixada, São Gonçalo. Então, é isso. Eu queria, só para terminar, falar para o José Vanilson que eu não entendi bem Vanilson, vocês estão com... vocês não têm oferta de moradia, isso para ter acesso à política habitacional?

Sr. JOSÉ VANILSON – Que ela, de certa forma, oprime a população de rua quando os serviços não proporcionam nem o atendimento básico para essa população. Então, o que vim

falar aqui é que além de não ter a moradia, a política de assistência social em natal está paliativa, ela não funciona como deveria e que a gente está negociando suspensões. A gente... porque, não, porque não dê quatro meses, nos dê só um mês nas ruas, por favor, gestão. Outra questão, se a gente tira o documento hoje, identidade, amanhã perco, em situação de rua, e depois vou ter que passar quatro meses para depois tirar novamente, então, nós da população de rua estamos aprovando isso, estamos aprovando violação de direitos humanos quando nós mesmos, mas porque isso acontece?

Sr. OSMAR TERRA – Ministro do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário -Eu entendi, mas só me responde uma pergunta, ao longo dos últimos anos melhorou a oferta de moradia para a população de rua ou não?

Sr. JOSÉ VANILSON – Em Natal? No Brasil?

Sr. OSMAR TERRA – Ministro do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - Não, no Brasil, você está representando aqui o Brasil, não é?

Sr. JOSÉ VANILSON – Não melhorou, porque não existe uma política de habitação da população de rua, existem políticas locais na Bahia, onde conseguiram por outros mecanismos para os projetos, mas no MDS as Portarias, a 413 se não me engano ou a 210 foi extinta, já mudou, então, mudam-se as políticas e a população de rua...

Sr. OSMAR TERRA – Ministro do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - Política Nacional... albergue é outra coisa, Centro POP é outra coisa, eu acho que isso nossa parte nós temos que ver, mas a questão de moradia eu quero dizer que eu achei que esse problema foi de tanto tempo minha casa, minha vida que já estava resolvido pelo menos para a população de rua. Já que não está, vamos ver, vamos conversar, eu acho que...

Sr. JOSÉ VANILSON – Só para você me entender, olha só, Ministro, em Natal, 940 mil pessoas sorteadas no Minha Casa Minha Vida, nenhuma da população de rua foi sorteada em 2015, esse ano, sete mulheres da população de rua foram sorteadas na “minha casa minha vida”, mas somente três foram encontradas. E a gente ainda tem que passar pelos critérios da questão econômica, então, é preciso ter uma política de habitação. Uma política de habitação para a população em situação de rua, beleza?

Sr. OSMAR TERRA – Ministro do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - Vamos estudar isso daí. Eu tenho aqui mais algumas questões que me inscreveram que eu vou responder, agradeço a paciência de vocês também e estamos juntos, à disposição de vocês.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado, Ministro. Obrigado, Secretária Carminha, Secretário Halim. Amanhã a gente tem só que combinar, porque amanhã, a gente precisa, de fato, começar às 9h, uma vez que a gente tem muita... uma pauta extensa e o horário da Secretária Carminha, do Secretário Halim que estarão para o balanço do Criança Feliz, está restrito, então, a gente... peço, então, que a gente tenha, de fato, esse compromisso de chegar amanhã, às 9h. Ok. Tivemos a apresentação, então, agora, a gente continua, pelo menos, o relato da Comissão de Financiamento, para a gente dar conta dele hoje.

Sr. CARLOS NAMBU – Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – Presidente, é que precisa de quórum qualificado. Espero os conselheiros que estão ali com o Ministro?

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Pode fazer a leitura, conselheiro, não sei como ainda faltam tantos, não sei nem se a gente vai conseguir.

Sr. CARLOS NAMBU – Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – Eu não sei os conselheiros se distraíram, quer que começa tudo de novo, do 1? Só estou perguntando.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Do ponto exato em que parou, conselheiro.

Sr. CARLOS NAMBU – Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – A parte de quórum qualificado eu já li, só que eles estavam distraídos com o Ministro, não sei, por isso que eu perguntei se volta.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Não, a gente volta a começar exatamente do ponto em que parou.

Sr. CARLOS NAMBU – Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – É só uma pergunta. Nada para ofender. Pauta 3. Pode continuar? Programa Primeira Infância, Criança Feliz, Portaria MDS 442 de 26 de outubro de 2017, que dispõe sobre o financiamento federal das ações do programa Criança Feliz no âmbito do SUAS dá outras providências. A comissão discutiu o controle da Portaria MDS 442 de 2017, que dispõe sobre o financiamento federal das ações do programa Criança Feliz no âmbito do SUAS e dá outras providências. Considerando a Resolução CNAS 19, 2016, que institui o programa Primeira Infância no

SUAS, nos termos do parágrafo primeiro, do Artigo 24, da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Não foi possível identificar essa Portaria deveria ter sido apresentada no âmbito da Comissão de Financiamento e ter sido aprovada no Pleno deste conselho, sendo assim, a Comissão se posicionou por um levantamento técnico a ser relacionado pela SE, CNAS, deixa eu explicar esse conteúdo antes que alguém faça um destaque. Nós verificamos a Portaria, quem tiver prestando atenção, nós verificamos a Portaria e na Portaria esse cronograma, simplesmente, é um detalhamento da Resolução 19 e 20 do CNAS que fala do programa Primeira Infância, então, qual o encaminhamento da Comissão? A Coordenação de financiamento e orçamento irá fazer um comparativo da Portaria MDS 9295, 2016 e essa 442 de 2017 considerando as resoluções CNAS 19 e 20 e a pauta vai para fevereiro. Continuando para quem está ouvindo. Retorno, estou na pauta 4. Retorno referente à proposta orçamentária 2018 e emendas parlamentares bancadas individuais, convidados, SPO, MDS, CNAS, CONOF e SOF, considerando o atraso para o início dos trabalhos da Comissão de Financiamento devido às demandas da Comissão Organizadora com as providências para realização da 11ª Conferência Nacional, não tivemos a presença dos convidados confirmados para esse item de pauta, foi informado à Comissão sobre a alteração da PLOA 2018 destacando o acréscimo em algumas ações referentes aos serviços programas e projetos, deficit de orçamento aprovado pelo Resolução CMAS 12, 2017, que dispõe sobre aprovação da proposta orçamentária da assistência social, exercício 2018, passou de 98,05% para 50,56% que é o que falei com o Ministro. A Comissão sugere à plenária. Encaminhamentos. Permanente acompanhamento do CNAS, presidência e Secretaria Executiva junto ao Congresso em relação ao trâmite da PLOA 2018, no que se refere à assistência social, considerando o valor que o CNAS aprovou como proposta orçamentária principal. Sugerir uma reunião extraordinária do CNAS no caso do orçamento para 2018 aprovada no Congresso, seja inferior ao aprovado pela Resolução CNAS 12 de 2017. Item 5. Em relação à PEC 383 de 2017, vai ser apresentado pela Comissão de Normas e no encaminhamento da Comissão, tendo em vista o debate realizado na Comissão de Normas, a comissão se manifestará no plenário, então, a Comissão de Financiamento e Orçamento já conversou na Presidência Ampliada e acrescentou um texto de detalhamento do Artigo 2º da PEC. Gente, cadê os conselheiros? Pauta 6. Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício 2018 no município de Florianópolis, Santa Catarina, foi solicitado ao CNAS pelo Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis, esclarecimento quanto ao veto do Prefeito de Florianópolis, a emenda aprovada pela Câmara dos vereadores que retirava da função 08 a tarifa social de transporte público e a política habitacional. A Comissão sugere à Plenários

encaminhamentos, elaborar minuta de Ofício, e-mail Ofício, respondendo que o assunto recursos alocados da função 08 da assistência social, é pauta da Comissão de Financiamento a ser debatida em 2018. Pauta 7. Definição da pauta para a reunião de fevereiro de 2018. Apreciação do relatório final de execução orçamentária e financeira do Fundo Nacional de Assistência Social, exercício 2017 convidado, FNAS. Essa que a Comissão espera que tenha execução 100%, apreciação do relatório de execução orçamentária da ação 8249, funcionamento dos conselhos de assistência social, final 2017. Convidados, Secretaria Executiva do CNAS. Discussão sobre a nota técnica orçamento dos estados e DF na função assistência social, convidado SE, SPO, CGPA e por último a revisão da classificação orçamentária da assistência social, encaminhamento da Presidência Ampliada, função 08. E eu gostaria de ler, tem um anexo que está escrito assim, é de uma tabela. Ele está escrito, do lado ele tem “posição SIAFI, 20/11/2017”, atrás tem um texto, a despesa discricionária do FNAS aprovada pela LOA para este ano é de 2.025.386.834 reais, não incluindo as emendas individuais e coletivas, o que representa um percentual de 4% em relação à dotação atual de 53.077.677.180 reais. Despesas discricionárias são aquelas que podem ou não serem executadas a depender da previsão de receitas, ou seja, a execução depende diretamente da arrecadação, sendo assim, passíveis de contingenciamento. Por outro lado, as despesas obrigatórias têm prioridade de execução, essa é a nossa discussão da PEC 383. Cabe destacar que a LDO estabelece anualmente em anexo específico as despesas que não serão objetos de limitação de empenho nos termos do Artigo 9º, §2º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Parágrafo 2º, não será objeto de limitação de despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive, aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida iam ser salvas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, no orçamento alocado no Fundo Nacional de Assistência Social constituem-se receitas obrigatórias, as destinadas ao custeio do BPC e da RMV e as operações especiais, demandas judiciais vinculadas ao BPC e as decorrentes do benefício e pensões indenizatórias, trabalhadores portuários que foi explicado, está na nota explicativa, as despesas vinculadas aos serviços de Prestação Continuada constituem-se em despesas discricionárias, então, essa foi a ampliação da execução nessa tabela, ampliação da execução que chega a uma média de 65 a 75% dependendo da ação de execução, então, dentro da média prevista, Carlos Nambu coordenador da Comissão de Financiamento e Orçamento. Só que precisa de quórum, precisa esperar a turma que está com o Ministro voltar para a gente poder. As duas resoluções são de quórum qualificado, a do ACESSUAS Trabalho e do relatório. Não, o problema é os conselheiros que estão com o Ministro voltar. O coordenador da Comissão fica no aguardo.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado, conselheiro. Não estou com a lista aqui, mas imagino que já não tenhamos quórum para fazer a votação dessa memória, certo?

Sr. CARLOS NAMBU – Representante da Inspetoria São João Bosco – Salesianos – Cadê os conselheiros do Governo? Tem conselheiro.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheiros, não é... assim, tem a questão do quórum, mas tem mais do que a questão do quórum, a gente... os números aqui descritos, eu acho que a gente precisa refletir sobre eles. É um relatório, a Comissão propôs aprovação, mas pessoalmente, digo que me sinto muito desconfortável de assinar essa Resolução proposta pela Comissão de aprovação de uma execução que a gente está falando que vai até o mês de setembro, o terceiro trimestre e a gente está falando aqui e eu fiz alguns cálculos enquanto conselheiro coordenador fazia a leitura, porque eu acho que até uma reflexão que a gente tem que fazer, conselheiro, você diversas vezes falou, “quer que faça a leitura?” Falou em tom de brincadeira, mas a maneira como os dados são apresentados, eles também dizendo muito ou escondem muito. Não estou dizendo que os dados aqui estão, não são reais, acho que eles são reais, a gente sabe o esmero que o Fundo Nacional na elaboração desses relatórios, mas eu digo como a linguagem orçamentária é inacessível, você fazia a leitura e as conselheiras que estão aqui a meu redor diziam, “não estou entendendo, o que isso significa?” Ou seja, a gente não está ainda como controle social tornando esse assunto que é tão importante para a política palatável, então, acho que isso é uma primeira reflexão, quando eu olho, por exemplo, a tabela apresentada na página quatro, que é exatamente que fala das despesas discricionárias, o que a gente está falando aqui, é uma tabela, muitos números, eu acho que na leitura são mais 20 minutos de leitura dessa página, mas vou dizer minha interpretação e você me corrija, com toda liberdade e domínio que você tem, se eu estiver errado. A gente está falando, então, que existe uma dotação do Fundo, não vou entrar em ação específica nenhuma, mas uma dotação da ordem de 2.125.000.000 reais, que desta dotação foi empenhado 46%, que dos 46% foi pago 64%. Isso é uma maneira de apresentar. A maneira que eu acho que, como controle social, a gente devia fazer a leitura é a seguinte. Dos 2.125.000.000 que estão disponíveis hoje na Lei Orgânica, na Lei Orçamentária anual, primeiro que a gente sabe que essa Lei, essa dotação é insuficiente para manter serviço continuado, o que me interessa como controle social de uma prestação de contas do Fundo Nacional? Saber se os recursos estão dando conta dos serviços continuadas, 2.125.000.000 a gente sabe que não dá, a gente precisaria de, no

mínimo, por uma informação que eu tive quando a gente foi no Ministério da Fazenda, a gente precisaria de, no mínimo, 2.650.000.000 reais, então, primeiro, a gente lida, a gente bota os óculos sobre um valor que, de cara, é 80% do que eu preciso e então a gente passa a discutir um bolo, a gente discute a repartição de um bolo que é um bolo que está faltando um pedaço. Do bolo que está faltando um pedaço, a gente empenhou metade dele, ou seja, a gente reservou para alguém comer a metade dele, 46%. A gente tem que traduzir esses números, porque a gente não pode tratar esses números, porque eles são complicados de entender, a gente metade dele ficou contingenciado e metade desses 80% estão... 50% de 80%, dá 36%, de cara, 36% do que eu precisaria se eu tivesse, de fato, pelo menos, a dotação inteira, seria de 2.650.000.000 reais. E disso, o que paguei? Quando a gente vê 64% pago dá até uma tranquilizada, mas é 64% do empenhado. Então, na prática, a gente está falando aqui e eu sei que você fez essa conta, porque você mencionou na sua fala, a gente está falando que a gente falou 30% do que a gente tem disponível, 29% dos dois 125. Aí, a gente vai para as outras colunas, a coluna de RAP, o que é RAP? É dívida. Então, a gente está dizendo assim, o fundo deixou de pagar, se endividou em 969 milhões no ano passado, dessa dívida que ele deixou, ele pagou até setembro 40%, então, eu acho esse quadro aqui muito significativo, acho que a gente precisaria mesmo ter um olhar atento sobre eles, porque os percentuais, a gente trabalha conforme qual é o todo, acho que a pergunta que a gente tem que fazer é qual é o todo? O todo que a gente precisa para manter serviços continuados é 2.650.000.000 reais. Eu não estou fazendo com isso nenhuma crítica ao trabalho da Comissão, nenhuma crítica ao trabalho do Fundo Nacional, eu sei que ele paga e recebe tão logo ele tenha a liberação tanto do Ministério do Planejamento em relação à dotação orçamentária, o que está contingenciado, quanto em relação à liberação financeira do Tesouro Nacional quando eu estive com a Secretária do tesouro nacional e com a Secretária, em conjunto com outros conselheiros e com o Secretário de Política Econômica, Massueto, eles mencionaram o seguinte, olha, o ano passado foi um ano muito bom, porque a gente teve repatriação de recursos decorrentes daquelas legislações que foram aprovadas e grande parte da repatriação foi direcionada para a área social. Aquilo foi uma receita extraordinária que não teremos mais e não temos este ano. Então, quando a gente... você olhar o somatório do que foi pago, de despesa, aspas, “discricionária” no ano passado, dá 2.900.000.000 de reais, nunca em nenhum ano como o ano de 2016, foi o ano que o SUAS mais pagou de despesa, aspas, “discricionário”, então, a gente fechou o ano passado com 2.900.000.000 de pago, não importa se do ano, se do ano anterior, mas de pago, então, pagamos bem no ano passado e esse ano a gente está falando até setembro de... o total que está aqui de 30/09 ele considera tanto pagamento do exercício,

quanto em pagamento dos restos a pagar, da dívida, a gente está falando de um pagamento até um bilhão de reais. O ministro mencionou aqui que em termos financeiros, a gente vai ter até o final do ano dois bilhões e quinhentos, então, com dois bilhões e quinhentos para o Ministério, eu suponho que grande parte disso venha para o Fundo Nacional, porque a situação, esse quadro devia estar vermelho, esse quadro do meu ponto de vista tinha que estar vermelho, porque... eu acho ele muito significativo, porque as reclamações todas que a gente ouve dos repasses que não chegam, dos trabalhadores que não estão recebendo, dos municípios que estão tendo que demitir, isso que está na fala de todo mundo, isso, onde que está a concretude disso? Está nesse quadro. Então, se a gente não tiver clareza disso e a gente simplesmente buscar conselheiros no corredor para fazer aprovação, eu acho que a gente está falhando e está falhando muito, porque não preciso dizer, a gente tem responsabilidade como colegiado, a gente tem responsabilidade como líder desse processo conferencial que vem buscar a garantia de direitos e a gente não está aqui para cumprir tabela, então, mesmo que a gente tenha quórum, eu peço a reflexão do pleno em relação a essas questões que pontuei.

Sr. CARLOS NAMBU – Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – Eu queria falar primeiro, Presidente.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Com certeza. Conselheiro Carlos, por favor.

Sr. CARLOS NAMBU – Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – Primeiro, queria pedir desculpa pelo que vou falar, porque pode ser ofensivo. Primeiro que não falei em nenhum momento que a gente precisa do quórum para aprovar no pacote, ninguém disse isso. Segundo. A comissão ela trabalhou muito, nós vimos item por item, o que esse plenário aqui não vê, a gente não faz o debate item por item aqui. Agora, a fala é desclassificatória para a Comissão. Vamos analisar? Vamos analisar. Não está adequada a execução, não está, nós falamos desde o começo. Conselheiro Clodoaldo, o que nós falamos? No começo da reunião da Comissão. Eu fui na Reunião da SAA e já coloquei e falei, essa execução está horrível. Foi até anexado o quadro com a posição até 20/11 atualizado para verificarmos se realmente vai ser uma porcaria até o final do ano. Então, agora, se quiser, na verdade, o nosso posicionamento quando chegamos na comissão, porque no mês passado veio para a Comissão, eu estava na conferência estadual do Pará, recebemos, remeteu para essa plenária, quando olhei, falei “que negócio horrível”, pode pegar meu e-mail com os destaques que eu fiz em relação à execução orçamentária e veio esse anexo até a posição até 20 de

novembro para a gente verificar se realmente não ia executar até o final do ano. Agora, essa fala é muito delicada. Tem que fazer um quadro vermelho? Vamos fazer quadro vermelho, porque faz a comparativo do relato de hoje com o primeiro relato da gestão, no início da gestão, como era, tudo que você falou está escrito na nota explicativa, é só prestar atenção na leitura. Só isso.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Ok, conselheiro. Na verdade, não fiz nenhuma crítica ao trabalho da Comissão e nem ao do Fundo, eu falei a minha sensação como conselheiro e como Presidente desse conselho ao ler esse quadro, tirei minhas conclusões, prestei atenção na leitura, fiz, inclusive, os cálculos que mencionei, mas fiz aqui as minhas considerações como conselheiro, fui muito tempo da Comissão de Finanças, então, também tenho um pouco mais de domínio e falei também, porque várias das conselheiras que estão aqui me ladeando falaram que não estavam entendendo. Então, acho que é uma preocupação que a gente... sim, estou falando que é uma preocupação nossa como conselho, não estou falando do trabalho da Comissão, não quero... se houve qualquer interpretação nesse sentido peço desculpas, mas estou falando, porque é isso, a gente precisa ter clareza do que está aqui, se isso não está claro, é importante que esteja, pelo menos, para que a gente faça desse voto um voto, de fato qualificado. Também não mencionei que estive na fala da leitura da memória que precisava sair que era uma questão só de quórum, mas existia fora do microfone até, como fica degravado, mas existia um movimento de a gente só buscar os conselheiros para aprovar... debater, aprovar, enfim. É mais essas ponderações. Conselheiro Leovane.

Sr. LEOVANE GREGÓRIO – Representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP – Ao olhar esse quadro de execução financeira uma das coisas que eu acho que é fundamental a gente começar a pensar é o seguinte, a forma com que o fundo hoje trata a questão dos repasses, eu acho que tem a primeira coisa a discutir é essa história desses repasses, porque é o seguinte, o regramento que está posto diz que se o município tem um volume de recursos, ele tem... ele é suspenso, ele tem o repasse suspenso, porque ele tem xis de valor, só que da forma que está colocado hoje é que fica um tempão sem pagar e depois paga cinco, seis, sete e o município não tem tempo de executar de imediato o dinheiro e o que acontece? Fica suspenso o repasse, porque eles criaram uma regra que dependendo do valor da quantidade de parcelas que tem na conta fica o recurso suspenso. Então, eu acho que a priori na atual conjuntura que nós temos hoje da forma que está acontecendo o repasse, temos que rever os critérios que estão estabelecidos lá para suspender recursos dos municípios, uma das coisas

que eu acho que a gente tem que discutir aqui agora de imediato é isso, que se a gente vá ficar nessa gangorra que está aqui hoje, por exemplo, na proteção especial com 30% de repasse, na outra, na básica, com 50% de repasse, então, a gente está vendo que tem quantas parcelas a serem pagas ainda que, de repente, vão ser depositadas de uma vez na conta dos municípios que possivelmente ocasionarão a suspensão do pagamento ou de recebimento de novos recursos, isso é uma coisa clara, então, eu acho que é uma das coisas que primeira é discutir com o fundo que efetivamente as regras que estão hoje não dá para ser tratada da forma que está posta, porque efetivamente, a forma com que se repassa os recursos hoje não é da forma regular, então, não dá para ter esse critério de suspender pagamento de ninguém hoje, porque, de repente, está devendo e não dá para ter mais hoje o critério de suspensão, o que o fundo faz hoje que eu acho que está correto é, “vamos olhar quem tem mais dinheiro, um aumento e repassar para quem tem menos”, acho que até esse critério ainda deve permanecer, agora, a história de que olhar as contas e termos por critérios, segura o dinheiro inteirinho dos seis, sete parcelas, depois toca, deposita tudo depois suspende, não dá para ser desse jeito, então, é uma das coisas que a gente precisa trazer o fundo aqui para fazer essa discussão sobre a situação de pagamentos, de suspensão e essas coisas todas no cenário que nós temos, uma outra coisa, da mesma forma que a gente fez agora uma ação do conselho, para buscar o orçamentário para o ano que vem, nós temos que buscar mecanismos de buscar o financeiro para o orçamento, o que não pode é o seguinte, a gente não tem uma regularidade de poder o fundo receber todo ano, todo mês a necessidade de 300 milhões em conta para poder fazer o repasse regular mês a mês e isso não acontecer, quer dizer, ficar essa história que o Ministro está prometendo e, de repente, meter na conta dos municípios dois bilhões de reais, quer dizer, isso vai ser uma maluquice, como que os municípios em dezembro vão receber essa quantidade de volume de dinheiro, fazer um gasto que a gente... se a vizinha tem um processo de suspensão de burocracia e de... anormal nesse processo. Então, acho que a gente precisa frear isso, fazer uma discussão para reorganizar esse processo financeiro de repasse e ao mesmo tempo saber quais são os atores que nós vamos ter que fazer interlocução para poder explicar que tem que cair na conta do Fundo pelo menos 200, 300 milhões para poder se ter um repasse regular mínimo que garanta os serviços funcionando, porque quem é que a gente precisa conversar para eles poderem entender essa lógica como nós fizemos agora na busca do orçamento, da recomposição do orçamento de 2018, porque quando você coloca tem ação, quer dizer, para pegar isso aqui e aprovar da forma que está e a gente não entender como que faz ação e eu queria o CONGEMAS e o FONSEAS tivessem nesse processo, efetivamente, de como a gente está trabalhando hoje para recompor o orçamento de 2018

também tivesse de trabalhar essa história de garantir o financeiro, porque é garantia orçamentária está provado aqui que não resolve, só isso, não resolve, porque fica essa história de todo mundo esperar quando vai pingar o financeiro na conta dos estados e municípios e acho que tem que fazer uma gestão por parte do Conselho, do Fórum, dos dois Fóruns, dos colegiados para saber com quem a gente conversa para poder mostrar que essa irregularidade tem provocado muito mais prejuízo em todos os sentidos do que achar que, de repente, eu ganho e ganho, cair 2 bilhões de reais nas contas dos municípios, não é e essa lógica a gente tem que modificar de qualquer maneira, tentar fazer uma porta que, pelo menos, se não puder cair todo mês, cair trimestral, alguma coisa nesse sentido, nós temos que resolver esse problema financeiro, porque, se não, de fato, fica essa questão, em tese, vergonhosa, mesmo que a gente não sabe o que faz com isso aqui e em toda hora tem que ficar aprovando mesmo que o fundo conseguiu fazer foi isso, não consegue fazer mais do que o que pingou lá nas contas do Fundo foi isso, então, pagou isso, pagou pouco e a gente, de certa, não conseguir fazer uma discussão nesse sentido, então, acho que tem duas coisas que é importante. Suspende esse regramento que existe hoje no fundo, para poder não continuar nos municípios, porque na analógica vai continuar por mínimo e a outra coisa é a gente ver como que são os interlocutores dentro da esplanada para fazer com que eles entendam a necessidade que esse dinheiro não pode cair dessa maneira, que esse dinheiro tem que ser repassado de uma outra maneira e que a gente assegure que se não for, de repente, ter a garantia do que vai ter o dinheiro mensalmente, que, efetivamente, esse, pelo menos, garanta bimestral, trimestral e é uma discussão que o FONSEAS e CONGEMAS tem que pensar para a gente poder, de fato, chegar, com quem chegar e fazer essa proposta de garantir o financeiro de alguma maneira, é isso.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira Clátia.

Sra. CLÁTIA REGINA VIEIRA – Representante da Federação Nacional dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas – FENATIBREF – Então, primeiro, assim, só reforçar do que a gente estava falando que era que a Comissão tinha colocado que era a questão de chamar os conselheiros, porque precisaria de quórum qualificado para as duas resoluções, só isso para a gente ter o entendimento que não era, bota para dentro que tem que pegar a toque de caixa. E outra coisa, é chato essa coisa que o Ministro levanta e vai um monte de gente atrás, não sei o que vai fazer, enfim, o que tinha que falar, o pouco, falou aqui. Não é disso que eu quero... eu quero, uma das questões que eu

quero dizer, esse quadrinho aqui é impossível de se entender, é o rito dessa casa de muito tempo, desde que o mundo é mundo, desde que a gente chegou aqui que é isso aqui, que ninguém entende mesmo, quem tem mais afinidade consegue entender alguma coisa, quem não tem, simplesmente, e ocupa com outras coisas e vai votando com a Comissão, primeiro não deve ser nada fácil para a Comissão, não sei quem é o apoio técnico, mas acho que precisaria mais do que isso para poder traduzir isso para a gente. Da outra forma, por isso que eu acho que não é um erro da Comissão, mas eu também penso que nesse momento em que a gente tem manifestado toda uma angústia dos municípios, dos estados, das nossas bases e com quem a gente articula, eu acho que está na hora e é esse o momento de a gente propor um novo formato, sim, Fábio, eu acho que dá para a gente pensar agora, tudo é a forma como a gente coloca, porque você sair do seu estado, vir para cá, a comissão de finanças não deve ser fácil, eu nem acredito que todo mundo entenda tudo isso aqui, porque eu acho que nem o Governo entende, tudo isso aqui, eu acho, porque se você for, é porque se você for mesmo com a maquininha, se alguém se dedicar vai achar que isso aqui não é bem isso aqui que está posto, a gente já viveu essa experiência no pleno passado, nós tínhamos um conselheiro que tinha uma maquininha e ele ia somando e depois ele falava, “ué...” por mais de uma vez a gente teve que fez questionamentos, então, a gente teve no pleno passado, na gestão passada, a gente teve sim, como era mesmo o nome dele, hein? Tiago, Tiago Cabral. Ele parava isso aqui qualquer hora e mostrava que tinha erro, cansou de mostrar. Como a gente não entende, números são uma coisa que a gente só entende o que tem na nossa bolsa e no nosso bolso, então, esse aqui fica difícil. Mas o que eu quero dizer é o seguinte, eu acho importante que traga essa coisa e é com muito carinho, com respeito a essa Comissão, porque para mim, eu acho que é uma das comissões mais sérias, que chega no CNAS, na primeira, tem gente aqui nessa Comissão de primeira gestão que está aqui pela primeira vez, será que essas pessoas lidaram com números em algum lugar na vida e com essa tabela maluca que bota dinheiro, tira dinheiro, paga, não paga, tem, deixa de ter, mas eu acho importante que a gente tenha um material que a gente possa disponibilizar nos municípios, por exemplo, se eu quiser tirar uma cópia dessa tabela e colocá-la no sindicato para que as pessoas consigam entender, não vão entender, vão me criar problemas, então, acho que o que você está trazendo e eu acho que tem que ter aí uma equipe para ajudar, porque não é justo que eles tenham que inventar roda, mas alguém que já está trabalhando nisso aqui e que fale desta forma como você está colocando, entendeu? Tinham coisas que eu consiga entender que eram 300 que menos 100 vai dar 200, tem que ser dessa forma e se tiver que usar para essa tabela quatro folhas, que se use quatro folhas, mas o que não dá é socar tudo aqui e ficar essa dificuldade, de fato, eu acho que

facilitaria a tradução, porque isso aqui tem que ser traduzido, a gente sabe disso, então, eu penso que a gente poderia e também acho que a gente fala para a comissão isso, também acho que também um apelo nosso e, com certeza a Comissão já deve ter pensado nisso, com certeza a Comissão já deve ter pensado na dificuldade que tem da interpretação desses números, porque a gente não faz a militância da assistência somente no Conselho, a gente faz a militância na nossa base e nas nossas articulações, é isso, obrigada.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheiro Clodoaldo.

Sr. CLODOALDO JOSÉ OLIVA MUCHINSKI – Representante da Fundação Fé e Alegria do Brasil – Dizer em primeiro que eu me sinto contemplado na fala da Clátia. Desde o início dessa gestão, a comissão optou por fazer uma descrição detalhada deste quadro, então, nós temos no relato da Nota Explicativa, são quatro páginas explicando detalhadamente todos os itens do quadro, então, foi uma forma que a Comissão achou de tornar mais acessível o entendimento, a compreensão da execução orçamentária e financeira, talvez, não seja esse o processo melhor metodológico a ser adotado, então, acho que precisa ser rediscutido se, de fato, esta é a maneira que nós devemos apresentar esse quadro da execução financeira e orçamentária, acho que essa é uma primeira questão, a segunda questão é que eu acho que o processo hoje foi desrespeitoso com a Comissão, eu queria colocar isso de maneira clara quando o Carlos estava lendo, chegou o Ministro e foi interrompido, quer dizer, não foi possível concluir o processo. Na verdade, a pauta da Comissão estava para ontem, estava para amanhã, nós fomos adiantando algumas pautas na espera do Ministro e entrou a pauta da Comissão de Financiamento e Orçamento. Então, parou-se a leitura e quando se retomou nós não tínhamos quase nenhum conselheiro aqui na mesa. Então, eu acho que é um processo para a gente refletir, de fato, qual é a importância para a gente dar para uma comissão que, na verdade, nenhum conselheiro quando vai fazer a distribuição das Comissões, nenhum Conselheiro quer ir e, de fato, é uma Comissão de fundamental importância, porque isso que você traz, Presidente, de fato, aqui, para mim, tem colocado algumas questões que elas são de posicionamento político do atual governo que está fazendo uma fala muito tranquila nesse sentido, quando eu olho para ação 217M que é a ação do Criança Feliz, se vocês olharem para ela, 98% já foi executado, já está pago, 98% estão no terceiro trimestre de execução, quando eu olho aqui para os serviços do SUAS eu tenho uma execução baixíssima, estou falando aqui do que esses dados estão querendo me dizer, quais são os interesses de fato que estão por trás? Então, de fato, precisa uma reflexão nossa e que não é somente da Comissão, mas é também

deste pleno, então, a gente precisa, de fato, pensar numa metodologia que melhor atenda a este conselho, mas não somente a comissão, porque a gente também, de fato, às vezes, por mais que tenha o apoio técnico da Secretaria Executiva, que venha o pessoal fazer a exposição, mas, às vezes, a gente tem que ficar atrás desses dados, sabe? Parece que você tem que ficar tentando descobrir aquilo que não está claro, então, de fato, a gente precisa pensar melhor na condução desses processos.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheiro Carlos.

Sr. CARLOS NAMBU – Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – Primeiro que eu não acredito que talvez seja uma construção conjunta com a Secretaria Executiva, que elas fazem, são competentes no que fazem, são responsáveis no que fazem e a gente tenta transformar essa linguagem, porque o problema não está em deixar claro, colocar em vermelho, cor de rosa, pôr florzinha, o problema está... por exemplos, os íterins, se você pegar o geralzão é o que a Câmara faz, a prefeitura faz, o estado faz, na aprovação do orçamento, ele pega o valor global e não detalha, o problema está, por exemplo, proteção social básica, chegamos a 77%, proteção especial de média complexidade, chegamos a 46%, houve investimento no mês de outubro nessa tabela que fala da posição de 20 de novembro, agora, isso são análises que são feitas item por item, se a gente for pegar e transformar essa linguagem numa média, agora, se o pessoal realmente, não sei, pode ser que a linguagem esteja uma porcaria. Essa transformação da linguagem é difícil por causa dos íterins do meio, ali naquele meio tem execução zero, zero e zero, ali está o segredo e aqui no texto fala porque está zero essa é a questão, agora, se há alguma posição de mudar a linguagem, vamos mudar a linguagem, vamos fazer agora com quadrinho cor de rosa, vamos mudar tudo. Então, acho que é esse íterim, você colocou de uma maneira global? Tem um valor grandão lá, só que o problema está na especial, a básica está com 77% de execução, em 20 de novembro e a gente está pedindo no encaminhamento se vocês prestarem atenção no encaminhamento, nós não estamos nem recomendando, estamos solicitando a interlocução para o descontingenciamento dos 600 milhões para executar 100% do que a gente aprovou aqui nesse conselho. Nesses encaminhamentos, se você olhar aqui, tem vários encaminhamentos que são incisivos, necessários para que esse conselho tenha uma responsabilidade, nós não estamos brincando, não.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheiro Benedito.

Sr. BENEDITO AUGUSTO DE OLIVEIRA – Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social – CNTSS – Delicadamente, parece que nós estamos falando de duas coisas aqui, primeiro a peça que vocês apresentam com uma riqueza que é importante para a gente entender e outra coisa que é a questão da linguagem se eu não... se é que estou enganado, porque linguagem é uma coisa e conteúdo, às vezes, é outra, de fato, é legal quando vocês fazem apresentação, porque a gente entende um pouco do meandro, mas o interessante é quando os conselheiros que vocês acabaram de dar a própria resposta para nós agora, vocês dois, os dois da Comissão, fizeram uma crítica, a crítica depois, porque isso aqui é político, se vocês não criticarem fica na letra fria da lei, então, achei legal, o Clodoaldo falou, “olha isso aqui, significa tal...” hoje, o Carlos, a gente sempre fica batendo papo, jogando conversa fora, falou assim, “meu, aquilo lá está uma zorra, os caras só executaram 45% das verbas” você lembra que você falou? E eu falei... isso vai dar problema. A gente nem podia homologar isso na comissão e eu falei “é, cara, temos que fazer barulho”. Então, para não ter nenhum constrangimento, porque a gente está falando de várias coisas, mas no fundo a gente quer entender, porque aparece na fala da Clátia, talvez, eu ache as que dava para fazer o relatório, que eu acho importante, eu acho que não tem que mudar isso e depois a comissão fazer a crítica, porque aqui é o que está aparecendo aqui, por exemplo, o Ministro vem aqui e todo mundo fala, “olha, não está chegando, não tem dinheiro para nada”, a gente não vai chegar na cara do sujeito e dizer que ele está mentindo, porque ele está trazendo do Governo é a visão do Governo. O problema é que não chega na base, é a questão do BPC que a companheira lá colocou hoje, as filas não estão andando, está sendo judicializado, é quase isso, ele falou... nem vou entrar, porque é muita esculhambação, entendeu? Mas a verdade é que o negócio não está andando existe o fato e existem versões do fato, o que eu penso num momento como esse, como sugestão mesmo, que talvez e é uma proposta que vou fazer humildemente para a comissão e para todos nós. Fazer o relatório, porque eu acho que o detalhamento é mesmo importante, diz que o diabo mora nos detalhes e não o fazer seria também fazer a omissão, porque aí é falar, “ah, o cara não falou”, mas logo após vocês fazerem o detalhe todo mundo ficar aqui para ouvir a crítica, o que, por vezes, a gente chama de feedback. Qual o feedback desse trem aqui? É o seguinte, sabe o que significa isso, moçada, significa que aqui nas verbas do serviço tal, que na verba tal está acontecendo isso, que os programas tal e tal e fazem a crítica. E aí, meu? Pode até fazer isso em nível de

relatório, agora no feedback é um relatório... não, vocês não estão omitindo de forma nenhuma, muito pelo contrário, vocês estão exacerbando, estão colocando todos os elementos na mesa e, inclusive, com riqueza de detalhes, isso que estou falando. Agora, a crítica é o lado, digamos, político de vocês dois e isso seria importante para nós, inclusive, para a gente brigar, porque, às vezes, por exemplo, se o cara vai lá para o município e não entende nada, mas ele quer brigar por orçamento, ele pode pegar cinco tópicos da crítica de vocês e fazer um vendaval, falar, “vocês cortaram a verba do serviço aqui, vocês tiraram tantos % aqui e vocês não executaram isso daqui, porque está aqui nessa peça orçamentária que está aqui. ” Entendeu? Isso politiza, instrumentaliza para o debate mais político que eu acho que isso é o mais importante para nós aqui. Agora, eu acho que vocês não devem mudar a princípio apresentação do formato, porque, se não, também, fica assim, se a crítica vem sem a base parece que vocês podem estar mentindo, é só uma visão de vocês, não é uma visão do Carlos, tem que mostrar a peça e depois vir com a crítica, isso se for para ajudar, porque, para contemplar, também é muito difícil, foi o que aconteceu hoje com o Carlos, que eu acho que foi mais atenção, o cara está aqui, chega o Ministro, para, depois todo mundo foge, que porcaria que é essa, não é? E o cara fica com a brocha na mão, depois vai reclamar que o texto está complexo, fica difícil, não tem santo que aguento, o sujeito fica nervoso mesmo. Mas a questão da crítica que eu queria pedir um pouco que vocês fizessem a crítica, o feedback na cara dura e expusessem mesmo, falar “a picada está aqui, o erro está aqui” e todo mundo entra para o pau, porque todo mundo fala, “nossa...” Leovane faz muito isso de uma certa forma e do jeito dele. O Leovane pega o negócio e joga metralhadora em cima, “está aqui onde está o erro, vocês estão fazendo com isso” porque isso é política e isso é necessário para nós, é esse meu comentário.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado, conselheiro. Conselheiros, olha só, com todo o risco de ter sido incompreendido e talvez até ter causado alguma chateação seja na Secretaria Executiva, seja nos conselheiros que compõem a Comissão, eu não me arrependo de ter feito minhas considerações, eu acho que todas as falas que eu ouvi, eu acho que elas vão, estão super aderentes entre si, estava até comentando aqui com a Mercês que estou... achei até engraçado, sintomático, porque estou fazendo uma crítica, sou, todo mundo sabe, representante governamental e o Conselheiro Carlos que é da Sociedade Civil está falando, “não, o relatório está certo e não sei o que” e a gente não duvida disso. Falou que está certo, que os números não estão mentindo e não estão mentindo mesmos. A única questão que eu coloquei era essa

reflexão que o conselheiro Benedito chamou de a gente ter uma clareza compartilhada no pleno do que concretamente significam esses números. Então, o conselheiro Clodoaldo citou alguns aspectos do relatório, conselheiro Carlos, então, acho que isso é muito legal de a gente ter clareza, porque é isso que quando a gente sai para fora como disse a conselheira Clátia, para a militância, a gente precisa ter clareza, então, vou falar de orçamento, vou falar, então, qual área que está mais prejudicada, qual área está menos e, enfim, com as perspectivas. Eu acho que, em relação ao relatório especificamente nesse momento, ele está irreparável, não faria nenhuma alteração, mas estou lembrando também que a gente teve um compromisso do fundo Nacional de estar presente que seria na plenária do mês passado, ela não pôde vir, mas de estar presente fazendo uma discussão mesmo de repasses, um mini, uma espécie de minicurso aqui no plenário. Eu sei que a gente já passou pela reunião da... pela proposta de pauta da reunião de fevereiro, mas acho importante que a gente traga esse assunto de volta para o pleno, encaixe ali em algum momento para que a gente tenha também a oportunidade de debater com a própria diretoria do Fundo eventuais... porque eu acho que é uma construção mesmo coletiva, não tem... quem vai fazer? Se é a Secretaria Executiva, eu acho que a gente tem que ir construindo e se for o caso de a gente fazer junto não tem problema de fazer com o Fundo, o formato dessa nota já mais consolidada ele sendo aprimorado ao longo do tempo. Então...

Sr. CARLOS NAMBU – Representante da Inspetoria São João Bosco – Salesianos – Eu queria colocar que o encaminhamento, se você prestar atenção com a linguagem técnica do encaminhamento, ele é assim, “meu, descontingencia, descongela o negócio e executa 100%, porque a gente não vai aprovar a execução de 2017, é esse o recado e é isso que está escrito tecnicamente aqui. Se você prestar atenção, presta atenção no que está escrito aqui, olha, só para tentar, já que o Bê não citou um ponto legal, traduza aí... espera aí, deixa eu achar aqui. Encaminhamentos. Solicitar ao tesouro nacional a elaboração de um cronograma de repasse de recursos para o Fundo Nacional. Solicitar ao Fundo Nacional detalhamento das despesas discricionárias que estão congeladas, não sendo obrigatórias potencializando contingenciamento, o que poderá onerar o orçamento no ano subsequente, restos a pagar. Incluir no quadro de execução orçamentária e financeira a posição de 20 de novembro. O que vocês... pegamos até um mês a mais, porque isso vai ser em fevereiro, para verificar se esse percentual poderia chegar numa execução quase 100% e solicitar a SMDS que articule com os órgãos competentes a garantia para que o orçamento seja integralmente descontingenciado até

29 de dezembro de 2017. Esse aqui é o recado da comissão em palavras técnicas. Execute ou a gente não vai aprovar a execução de 2017 e nem o quarto trimestre. É esse.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Ok. Só continuando, então, minha fala, eu acho que a gente pode discutir até os encaminhamentos, não acho que a gente deve como órgão político, não acho que a gente deve se remeter a unidades, por exemplo, não vou solicitar ao tesouro nacional, vou solicitar ao Ministro da Fazenda, Fundo, SE, MDS, acho que tudo mesmo direcionado para o Ministro é um compromisso do Ministro, vocês viram aqui e a gente vai, acho que demandar da mais alta autoridade e mostrando a concretude do problema que a gente está enfrentando. Minha sugestão, a gente tem algumas inscrições, conselheiro Luís Otávio.

Sr. LUÍS OTÁVIO PIRES DE FARIAS – Diretor do Departamento de Gestão do SUAS/SNAS/MDS – Primeiro, eu queria aqui me somar à fala do Benedito, eu acho que o companheiro Benedito pontuou bem, acho que são duas coisas, tem uma análise técnica que precisa ser feita mesmo e tem às vezes, algumas coisas que a gente pode pontuar de uma forma mais política. Eu queria também fazer uma colocação em relação ao próprio papel da Comissão e do Conselho na apreciação das contas, na análise das contas do fundo nacional que nós temos também que ficar bastante cientes de que existem diferentes aspectos dentro disso, uma coisa é uma análise das contas do ponto de vista da sua regularidade, ou seja, ou irregularidade, do ponto de vista da correção do que o fundo faz, então, o fundo está burlando alguma norma? Está fazendo algum repasse que não foi autorizado pelo conselho? Todas essas situações que a gente precisa ter o acompanhamento. Existe uma outra questão que é menos uma análise do Fundo ou eventualmente até da Secretaria e do Ministério que diz respeito à execução do orçamento que está diretamente ligado ao que planejamento e fazenda estipulam de limite orçamentária, limite financeiro. Então, há questões sim, a execução é ruim. Isto politicamente é um fato importante de ser pontuado. Agora, do ponto de vista de uma análise de aprovação de contas do fundo, ok, a execução é ruim, porque o Fundo não estava autorizado a fazer outra coisa, porque não existia limite financeiro, porque não existia limite orçamentário, então, é isso que também, tanto na análise técnica, quando na análise política, a gente tem que identificar até para que a gente não, digamos, atribua sobre os gestores do fundo uma responsabilidade que, na realidade, não é deles, mas que, politicamente, a gente deve sim apontar a baixa execução, mas é só ter esse cuidado, porque se não no final a gente culpabiliza aquele que está simplesmente atuando dentro de um contexto de restrição que ele não pode, que ele não tem governabilidade para mudar.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira Maira.

Sra. MAIRA LEILANE OLIVEIRA ALMEIDA – Representantes do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS – Creio que apesar de ter sido bem polêmico, Presidente, foi importante essa reflexão, todos nós pararmos e pensarmos realmente na questão orçamentária. Vou aqui, defendo o Carlos no sentido de que os números estão certos, são os números que foram apresentados pelo Fundo e também creio que o Fundo tem uma equipe responsável, então, foram realmente os repasses que o Fundo fez, o que nós teremos que analisar aqui e o Clodoaldo fez uma reflexão muito importante, quais são as prioridades de execução? Onde, de fato, o dinheiro está chegando? Para onde? Para quem? Para que? Eu acho que essa é a reflexão que nós temos que fazer. Nós estamos no... esse é do segundo... quase no final do ano com a execução que não vai chegar aos 50% se continuar nesse ritmo, nós estamos com a execução abaixo de 30% que se a gente fizer uma análise histórica dos últimos tempos, nunca se esteve tão baixa. Então, eu acho que nós temos realmente a responsabilidade, esse pleno tem uma responsabilidade de pontuar dentro, não sei se seria dentro da Resolução, como que seria, mas deixar documentado esse diagnóstico que presenciamos com essa execução, a baixa execução dos serviços. Porque uma coisa é orçamento, isso é bem claro, outra coisa, realmente é recurso, empenho não é garantia de pagamento. Empenho é um compromisso de pagamento. Então, mesmo tendo, que é outra coisa que a gente tem que observar, nem o compromisso do pagamento do que está determinado para a execução do ano foi feito esse compromisso, foi feito compromisso de um percentual de, não me lembro agora, mas pouco mais de 50%, não é isso? 46% do valor que estava determinado para execução total dos serviços. Então, a gente tem que ter essa reflexão, o que, de fato, está chegando lá na ponta e o que é prioridade e eu creio que nenhum de nós estamos confortáveis, Presidente. A Comissão deve ter dado esse parecer com esses encaminhamentos, inclusive, a gente discutia, foi Carlos, é um encaminhamento? É o que? O que a gente vai entrar? A recomendação vai ser o que? A gente... acho que ninguém está confortável, a própria comissão não está confortável, tanto que fez um encaminhamento que eu colocaria como recomendação mesmo, como vai se dar, melhorar o texto, mas assim, a gente não pode aprovar sem fazer uma recomendação realmente mais firme para a gente não sofrer as consequências.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira Luziana.

Sra. LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO – Eu só queria ratificar o que Benedito colocou, que eu acho que não existe nenhuma crítica ao trabalho da Comissão, pelo contrário, é uma Comissão que eu não gostaria de estar, extremamente técnica, extremamente trabalhosa, mas ratificar que por a gente estar em outras Comissões também já sobrecarregadas e de tanta informação, muitas vezes, a descrição de algo numa linguagem técnica não acorda uma questão que a gente deveria fazer análise política e eu acho que é isso que a gente está colocando, está elogiando o trabalho, está entendendo? O trabalho é importante, eu fui chefe de departamento na Universidade Federal de Pernambuco e a gente via situações em que não havia nenhum desvio, mas a forma como o dinheiro era repassado era muito errado do ponto de vista administrativo e quando a gente se reunia no Conselho ele fazia sérias críticas, essa questão de você demorar a executar toda a parte de repasse de dinheiro, quando chega no último dia, no apagar das luzes, chegava no meu departamento e “olhe, vai sobrar tanto, então, você tem um dia para gastar mil reais” quando eu tinha por mês 300 reais de suprimento de fundos. Então, chegava no último dia e um dia para você sair fazendo tomada de preço, isso, infelizmente, no setor público, é no Brasil inteiro, essa forma que a gente não entende de funcionamento, então, o que a gente estava falando é justamente essa questão de vocês que estão na Comissão fazer uma análise política da situação para que a gente possa debater aqui e ver forma de melhorar a Administração Pública, essa questão do repasse do pagamento e de execução, mas eu acho que em hipótese alguma a gente está criticando a decisão, mas dizer que quando você coloca assim, a gente está mostrando tecnicamente o erro, mas a gente está solicitando colaboração no sentido de nos ajudem também na análise política, porque como eu disse a gente já chega aqui de outras comissões e muitas vezes só a descrição técnica não nos acorda para fazer uma análise política, só isso, muito obrigada.

Sra. ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS – Vice-Presidente do CNAS/MDS – Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA – Carlos.

Sr. CARLOS NAMBU – Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – Acho bom esclarecer, porque teve a fala do Presidente e do Luís Otávio, todos os encaminhamentos que a gente faz, nesse ponto eu quero defender a Comissão, a Secretaria Executiva que está na Comissão, todos os encaminhamentos que a gente faz, primeiro a gente estuda qual é o caminho, a gente não coloca, mesmo que for para forçar a barra e intimidar, a

gente pergunta até para o alto escalão Ailton, Adailton, que eles sempre estão lá, a Dulce, qual o caminho que a gente faz? Eles não falam. Eles falam, “olha, o caminho é esse, então, a gente utiliza esse caminho, os verbos são a Comissão que coloca, mas os caminhos é o próprio, são os próprios que vêm, não é Comissão, cadê? A Comissão está até de testemunha, a gente... eu pergunto assim, então, para a gente conseguir isso, qual o caminho? É por aqui e por aqui. O verbo a gente coloca, estamos intimando e tal, nesse caminho e tal, mas os caminhos colocados nesse encaminhamento são caminhos de quem conhece mais do que a gente, nós não somos nada lá. Mas são caminhos que eles falam para a gente onde é. Como a gente não sabe o caminho aqui, não é, Clodoaldo? Como a gente não sabe o caminho, a gente pergunta e esse caminho que está aqui é esse caminho que falarmos que a gente tinha que percorrer para chegar nesse resultado que a gente queria, só para esclarecer para não dizer que a Comissão quis forçar a barra e está forçando por caminho, não é isso, a gente pergunta antes, porque a gente não conhece esse caminho aqui do Fundo, SNAS, MDS, sei lá para onde vai. Então, a gente... está ok?

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Ok, conselheiros. Eu vou, então, agradecer pela oportunidade de a gente fazer esse debate aqui. Eu acho que no momento, a gente está sem condição de fazer a votação disso, vou encerrar a reunião de hoje, a gente retorna. Estou encerrando a reunião de hoje. Conselheira Clátia.

Sra. CLÁTIA REGINA VIEIRA – Representante da Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas – FENATIBREF – A gente falou uma série de coisas e a gente vai mudar alguma coisa? Eu acabei entendendo também no final que a gente está falando de duas coisas, a gente está falando de conteúdo e está falando da forma, eu acho mesmo que a forma precisa mudar, precisa ficar um pouco mais, digamos que com mais facilidade de entendimento, eu penso que a gente podia tentar pensar a comissão que parece que não se opõe, de a gente pensar nesse outro formato, ver quem pode ajudar, para a gente pensar num formato que tenha um entendimento melhor das planilhas e também acho importante essas informações de que a gente aponte o que está no risco, o que está precisando, para onde está indo mais, para onde... que a gente acenda essa informação, porque isso também, de uma certa forma, você pode motivar as pessoas a se envolverem com essa questão. Então, queria saber se a gente vai fazer.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Essa preocupação em relação ao formato estou... eu sugeri de a gente tratar isso na presença do fundo numa plenária mais ampliada sobre execução orçamentária e financeira que já estava, inclusive, para o mês passado e a gente não conseguiu realizar, sugeri aí de a gente rearranjar a programação de fevereiro para a gente dar conta disso logo no início do ano. Agora, em relação à aprovação, é porque eu acho que a gente pode pensar, de fato, a Conselheira Maira sugeriu algumas coisas, tiveram outras sugestões, a gente... isso, pensa com tranquilidade, amanhã tenta até um... de repente... conselheira Maira.

Sra. MAIRA LEILANE OLIVEIRA ALMEIDA – Representantes do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS – Eu acho para que todos nós possamos nos sentir confortáveis e nós estamos a beira de uma conferência, uma resolução com uma execução baixa, uma aprovação de uma resolução baixa, pode causar também algumas questões, eu acho que para a gente se sentir confortável poderíamos tentar amanhã, rapidamente, talvez, o Fundo vir, eu acho que um compromisso do fundo no percentual dessa execução até o final do ano, a gente, no caso, se aprovar, vai aprovar com um compromisso, entendeu, Presidente? Efetivo de uma melhora nessa execução, porque o que está claro é que nós estamos com a execução baixa nos serviços assistenciais nos municípios, porque o orçamento está claro, é isso.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado, Conselheira. Conselheiro Luís Otávio.

Sr. LUÍS OTÁVIO PIRES DE FARIAS – Diretor do Departamento de Gestão do SUAS/SNAS/MDS – Duas coisinhas. Uma é a partir das colocações que o conselheiro Leovane fez também, ou seja, o município recebe uma montanha de dinheiro no último mês e o saldo vai lá em cima e vem a Portaria 36 e bloqueia. Então, acho que uma, talvez, a incluir, uma das recomendações é que seja revista a aplicação da Portaria 36 em circunstância disso e que... então, eu acho que não... se há uma irregularidade no repasse, então, não caberia a aplicação da Portaria 36 da forma como ela foi originalmente pensada. Então, isso é uma coisa e o segundo ponto, na verdade, ele não existia, é em cima do que Maira colocou. Eu volto a mencionar, o Fundo executa o que deixam ele executar, então, a execução é baixa, porque não houve, houve um contingenciamento e houve uma ausência de fluxo financeiro para o Fundo.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheiro Carlos, por favor.

Sr. CARLOS NAMBU – Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – Eu acho que pelos destaques e pelas falas a gente pode até encaminhar que o Fundo ou quem o Meireles? Chamar o Meireles aqui, quem contingencia? Chamar para amanhã para antes de a gente aprovar e a gente já coloca toda essa questão, chama o fundo para discutir a questão da... não sei, Portaria? É Portaria, não é, Leovane? Chamar esses, fazer a pergunta e focarmos na baixa execução que está baixa mesmo, não foi omissão da Comissão, nós simplesmente pegamos um comparativo com a tabela até 20 de novembro para ver se os caras tinham a manha de executar ou não, estou até mudando a linguagem de falar aqui. Para ver se tem a manha de executar ou não, porque se não a gente vai reprovar essa execução orçamentária de 2017. Mas... sim, mas tem que chamar e eu acho que talvez chamar amanhã e considerar os destaques colocados. Acho que não precisa nem usar o encaminhamento da Comissão, sei lá. Fica para o pleno debater.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – A gente pode. Conselheira Elcimara se inscreveu e eu acho que a gente pode, a gente já fez um bom debate, acho que a gente tem sugestões para, de repente aprovar a resolução, mas fazer algumas considerações, eu acho que a gente pode consensuar, a gente não precisa. Amanhã a gente tem muitos convidados, a gente tem, de fato, que começar às 9h, a gente pode resolver isso, como diversas vezes a gente fez, reúne uma comissão, tenta ver um ajuste, amanhã a gente vai estar aqui com a presença do fundo, vai estar com presença de outras pessoas para a gente tentar fazer a melhor forma, não é interesse de ninguém dar problema, tirar o sono de nenhuma pessoa física, mas das pessoas jurídicas do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, eles precisam estar, não pode dormir. Com essa situação aqui não pode dormir. Conselheira Elcimara.

Sra. ELCIMARA RANGEL LOUREIRO ALÍCIO – Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Só endossar o que o Luís Otávio falou, acho que é a importância de rever de fato essa Portaria. Eu entendo que o Fundo Nacional e essa Portaria só foi criada, porque o que é repassado para eles e já havia, teria que ter uma justificativa, como não há repasse, como não havia o repasse, como o Ministério da Fazenda e do Planejamento não fazem o repasse, não cumprem o que está... exatamente. Não está cumprindo o que foi no orçamento, então, faz-se uma Portaria para

justificar a baixa execução financeira, ok? Então, acho que a questão do que o Luís Otávio colocou é porque ficou... para ficar bem para o fundo e fica dentro da Lei, é óbvio, porque aí você vai fazer essa suspensão, porque você não tem recurso na conta, então, você vai lá e faz essa portaria da suspensão, era só isso, endossar o que o Luís Otávio falou, acho que é muito importante a gente rever essa Portaria.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Então, a gente está encerrando. Só vou, então, já montar essa subcomissão conselheiros. Queria ver se, de repente, o conselheiro Carlos e Clodoaldo que estão na linha de frente da Comissão, o Conselheiro Luís Otávio que é parte da Comissão e conselheira Elcimara, Maira, enfim, quem puder colaborar para a gente ter uma redação dessa resolução de aprovação que, de fato, mostre, estamos aprovando, porque não tem irregularidade, mas temos muita preocupação com o nível de execução que a gente tem até o mês de novembro. É isso, queria... fico muito, mas muito mais tranquilo de assinar essa resolução. Então, agradecer de novo pelo debate e lembrá-los de amanhã a gente estar aqui pontualmente às 9h.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social/MDS – Só lembrar para os conselheiros que a gente tinha dado prazo dia 22 de novembro para indicação de convidados e também as substituições, porque hoje a Secretaria Executiva só funcionou na parte que está cuidando da Conferência Nacional com relação à substituição desses convidados, então, lembrar que hoje termina o prazo para indicação de convidados para substituição de convidados, porque amanhã o sistema fecha, a DTI já pediu isso hoje à tarde para nós, o sistema fecha, o banco de dados fecha para eles começarem a fazer a produção, trabalhar em produção já pensando na conferência nacional.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Ok. Obrigado, Mercês, obrigado conselheiros, conselheiras, obrigado minha vice-presidente Rosângela de estar aqui apoiando a condução desse plenário. Boa noite e até amanhã.

23/11/2017

Manhã

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Secretaria Executiva, a todos muito bom dia. Vamos recomeçar aqui a nossa reunião do mês de novembro. A gente tem aqui já na presença do plenário o Secretário Nacional Halim e a Secretária Nacional Carminha Brant. Agradeço a presença dos dois para o nosso ponto de pauta de avaliação do Programa Primeira Infância no SUAS, conforme rege a Resolução CNAS número 19 de 2016 que é a resolução que aprova o Programa da Primeira Infância no SUAS. Antes de mais nada, eu queria passar, então, para a Secretaria Executiva para a verificação do quórum. Bom dia Dorinha, por favor.

Sra. MARIA AUXILIADORA PEREIRA (DORINHA) – SECRETARIA EXECUTIVA DO CNAS – Bom dia a todos e todas. Conselheiros titulares presentes, Fábio Bruni, Maira Almeida, Elcimara Alício, Clodoaldo Oliveira, Carlos Nambu, Norma Carvalho, Maria José Carvalho, Rosângela dos Santos, Benedito Oliveira, Maria Isabel de Amorim. Conselheira no exercício da titularidade, Elisa Costa. Conselheiros Suplentes presentes Renata Ferreira, Naiara Furtado, Marisa Rodrigues, Silvia Ramires, Edna Alegro, Josenir Teixeira. Este é o quórum. Acabou de chegar também o Conselheiro Samuel na suplência, Samuel Rodrigues, na suplência.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado Dorinha. Então, eu quero passar a palavra, acho que tem uma apresentação. Secretário Halim, é contigo. Obrigado.

Sr. HALIM ANTONIO GIRADE – Secretário Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano – Bom dia conselheiros, conselheiras. Bom dia Secretária, bom dia presidente. O objetivo agora é mostrar para vocês, conselheiros e conselheiras, como realmente aconteceu a implementação do programa durante este ano. O primeiro slide que eu devo mostrar é exatamente o tipo de trabalho que realmente nós fortalecemos as famílias para que as famílias possam fortalecer as suas crianças. Essa interação com as crianças, essa resposta que os cuidadores fazer com essas crianças com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento infantil. É uma coisa extremamente simples, mas absolutamente fundamental para os seres humanos. É isso que vai fazer a grande diferença, essa interação. Próximo. Bom, vocês têm aí como foi à linha do tempo desde 2016, passando por 2017. Em 2016 houve o lançamento, aprovação na CIT, aprovação no Conselho, houve a criação da Secretaria Nacional de Promoção, esse bege clarinho no final de dezembro. As adesões dos Estados, a maioria absoluta, essas adesões foram feitas em dezembro do ano passado, as

adesões dos municípios, nós tivemos dois momentos em amarelo, a primeira fase 2.484 municípios e a segunda fase, não é na primeira não, a segunda é 139. Desse total, 80 municípios desistiram. Em verde nós tivemos os dois grandes momentos de capacitação. Em fevereiro, a primeira capacitação no CCD, metodologia UNICEF OPAS. Em maio a segunda e absolutamente importante capacitação do guia da visita domiciliar, maio e finalizou dia 2 de junho. Isso significa dizer, em vermelho embaixo, aquele quadro, a partir do dia 2 de junho, os Estados estavam prontos para fazer as suas capacitações nos municípios. Hoje nós temos 2.624 em azul, os dois quadros em azul, 2.624 municípios no PSF e já dados de ontem, 1.371 municípios iniciaram as visitas. A primeira visita, ela foi registrada, em vermelho, em cima, aquele quadro em cima, primeira visita domiciliar foi realizada no Estado de Sergipe. Próximo. Mais um clique. Processo de implantação. Como nós fizemos durante esse ano de 2017? O primeiro, nós tivemos em 7 capitais treinamentos de Estados. Então, vocês vêm, por exemplo, em Rondônia, esteve o Acre, o Amazonas e Rondônia, em São Paulo nós tivemos Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro, foram 7 capitais onde nós fizemos treinamento em fevereiro de 2017. Próximo. Em seguida, nós trouxemos todos os Estados de 29 de maio a 2 de junho e foi feito o treinamento essencial para começar a trabalhar com as famílias no guia da visita domiciliar. Próximo. Em seguida, os Estados começaram a trazer os seus municípios para as capitais e fizeram as suas capacitações a partir de junho de 2017. Próximo. Mais um. Balanço. Hoje, dos 5.570 municípios brasileiros, nós ofertamos o programa para 3.279, adesão, que tem adesão ativa, isso é, já tirando aqueles municípios que desistiram, 80 que desistiram, 2.624. Isso significa 80% do total que foram ofertados que aceitaram o programa. Próximo. Esse é o consolidado, municípios que iniciaram visitas, 1.371, quantidade de crianças já no programa sendo visitadas semanalmente, 108 mil. Quantidade de gestantes visitadas, 14 mil, entre gestantes e crianças, que o total, na realidade, são crianças, visita a gestante e está visitando a criança, 122 mil indivíduos. Temos 25 comitês gestores estaduais, faltam 2, que são Santa Catarina e Minas, 108 multiplicadores capacitados, faltam 6. Nós temos hoje já contratados pelo programa, ultrapassa 8 mil pessoas contratadas das mais variadas formas. Próximo. Esse são os 2 Estados em vermelho que não aderiram. Em verde, o que se aderiu. Próximo. Apenas a unidade da federação DF foi à única que não fez o seminário de alinhamento, mesmo aqueles que não aderiram foram feitos os seminários de alinhamento, só o DF que ainda não fez. O que é o seminário de alinhamento? Trazem-se os municípios e aprofunda no conhecimento do programa. O primeiro dia é feito pela Secretaria Nacional de Promoção ao Desenvolvimento Humano. Segundo dia é feito pela SNAS. São 2 dias de alinhamento, sempre foi feito dessa forma. Próximo. Comitês gestores. Minas e Santa

Catarina não têm os estaduais. Próximo. Contratação de supervisores. A meta 2.702 supervisores, quantos nós tivemos até ontem? Ontem nós chegamos a 2.279 supervisores contratados. Os supervisores são aqueles que, em realidade, supervisionam e treinam os visitantes nos municípios. Próximo. Situação contratação dos supervisores. Os Estados em verde já finalizaram a contratação dos supervisores. Em vermelho, nem iniciou. Em amarelo, em processo de contratação. Próximo. Capacitação dos supervisores do programa. Essa capacitação, o Rio de Janeiro ainda não fez, nem DF. Está sendo feita essa semana em Rondônia e agora, no começo de dezembro, Amapá. Então, ficará faltando apenas o Rio e DF. Próximo. Contratação de visitantes. É um pouco atrasado em relação aos supervisores, porque primeiro o município faz a contratação dos supervisores, depois de capacitado, contrata os visitantes e é dessa forma que se faz mesmo. A meta é 12 mil, nós já temos 5.800 contratados. Próximo. Situação da contratação dos visitantes. 2 Estados finalizaram, Sergipe, Alagoas e o Rio Grande do Sul que já tinha o seu PIN e acrescentaram apenas aqueles que iam fazer o Bolsa Família. Próximo. Capacitação dos visitantes. Os em vermelho ainda não o fizeram, em amarelo, vão iniciar, em verde, já fizeram. Próximo. Municípios com visitas registradas. Nós estamos com 53,8% dos municípios que aceitaram o programa, que já iniciaram visitas 1.371, iniciaram as visitas. Próximo. Tudo isso é dentro do sistema que nós pegamos não são informações dos coordenadores como nós fazíamos do início. Hoje o sistema oferecido pela SNAS já funciona normalmente para a gente. Nós conseguimos toda a meia noite se atualiza o sistema e nós podemos tirar qualquer momento no dia. Está bem? Indivíduos atendidos. Hoje nós estamos com 122 mil indivíduos atendidos, uma meta de 396, começa a ampliar agora, o objetivo é atingir essa meta. Próximo. Agora vejam vocês como foi tingido de verde em 5 meses, em verde, onde o início das visitas. Isso até ontem, certo? Em 5 meses desde o momento que os municípios aderiram, nós chegamos a esse número de municípios em verde que iniciaram as visitas. Próximo. Para vocês compararem a esquerda os municípios que aderiram. À direita os municípios que iniciaram as visitas. Próximo. Agora vocês verão em uma sequência, onde eu coloco fotos de capacitações e depois fotos já das visitas dos Estados que nos enviaram as fotos via WhatsApp, está bem? É só dar o primeiro, o restante aí não precisa mais que de 2 em 2 segundos ele troca de foto. Vai lá. E tem sempre a referência ao Estado que vocês estão vendo em fonte branca e verde. Está havendo uma grande mobilização nacional, uma grande sensibilização realmente é impressionante o que está acontecendo nos Estados. Bom, foi um balanço que eu tinha que eu faço com o maior prazer aqui para vocês e me coloco a disposição para possíveis perguntas, por favor.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado Secretário. A Secretaria Executiva tinha me dito que teriam duas apresentações. Renata também faria, não sei se vocês combinaram alguma coisa de a gente fazer as perguntas. Prefere abrir agora e depois você faz a sua ou faz agora? Está bom. Então, peço que seja projetada a outra apresentação.

Sra. RENATA APARECIDA FERREIRA – Diretora do Departamento de Proteção Social Básica Representante do Ministério do Desenvolvimento Social/MDS – Bom dia a todos os conselheiros, bom dia Secretário Halim, Secretária Carminha, Presidente, Vice-Presidente. Eu quero aqui, rapidamente, como é o ponto de pauta na sequência e os balanços são feitos conjuntos, eu quero, de uma forma breve, colocar um pouco do que a SNAS tem realizado em torno de cooperar com o programa Criança Feliz. A nossa participação é em duas áreas. Uma, ela é fundamentalmente em demarcar atenção integral a família, como a forma de participação do SUAS e a responsabilidade do Sistema Único de Assistência Social perante os nossos serviços e a outra é na coordenação da Câmara Técnica da CIT que o conselho também faz parte. Então, através dessas duas ações, eu vou fazer um breve relato, começando pela parte que nos cabe enquanto SNAS em cooperação ao programa. Então, nós, nessa ação de demarcar o atendimento integral família, entendendo que o atendimento das famílias a partir da rede de CRAS, ele se torna fundamental e complementar à visita. A gente tem avançado em algumas ações de componente de qualificação da rede socioassistencial previsto na Resolução do Programa Primeira Infância no SUAS. Então, nós entendemos que precisamos dar continuidade nos demais componentes para dar estrutura necessária para que a Secretaria de Desenvolvimento Humano possa ir desempenhar a excelência e a qualidade do papel e da efetividade das visitas. Então, a partir do componente de qualificação da rede socioassistencial, nós avançamos esse segundo semestre através de uma integração de evolução do acompanhamento familiar do PAIF. Então, junto com a diretora Ely, que é a Diretora do programa, nós consensuamos a forma com que o PAEF vai acompanhar as famílias do Programa Criança Feliz dentro do seu escopo, entendo que nós já temos uma orientação inicial técnica da acolhida dessas famílias pelo PAIF quando da implantação nos territórios e a partir de agora, a atuação do PAIF no acompanhamento e inserção nas atividades do PAIF para aquelas famílias que apresentam especificidades identificadas na visita. Então, esse acompanhamento, ele se dá de duas formas, primeiro no atendimento do âmbito do PAIF que todos já sabem para que as famílias tenham suas demandas atendidas não só na rede de proteção social básica, mas de forma integrada com o PAEF e também o

acompanhamento daquelas que demandam uma ação mais contínua do PAIF nas atividades individuais e coletivas e de forma integrada com o Bolsa Família que é uma outra ação que a gente está junto com a SENARC dedicando, entendendo que nós temos já identificações dessas famílias acompanhadas aquelas que estão em descumprimento de condicionalidades do Bolsa. Ainda no âmbito do PAIF, nós esse mês e iniciamos uma capacitação para a implantação efetiva do prontuário do SUAS e aí nós estamos falando do prontuário físico, não do prontuário eletrônico para fins de pagamento, entendendo que é importantíssimo que haja um instrumento de registro físico como um apoio aos técnicos que estão acompanhando essas famílias no âmbito do PAIF. Então, é uma capacitação que aconteceu com todos os Estados. Ela se finda no dia de amanhã aqui pela SNAS e que a gente está estendendo as famílias do Programa Criança Feliz na medida em que as famílias estejam acompanhadas efetivamente e demanda o necessário acompanhamento do PAIF. E vamos avançar aí no mês de fevereiro, entre fevereiro e março, estamos dependendo de calendário, um curso voltado ao desenvolvimento infantil na primeira infância, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz para os técnicos e gestores voltado aos técnicos do PAIF, entendendo que se a nossa responsabilidade é no acompanhamento familiar, portanto, a formação e a imersão em torno do desenvolvimento infantil tem que se dar diretamente aos nossos trabalhadores sociais e principalmente, nos técnicos do PAIF. Então, nessa ação, esse curso, ele é um curso avançado que deve acontecer entre os meses fevereiro e março. Depois avançando ainda na qualificação da rede socioassistencial, nós tivemos o início da construção de parâmetros metodológicos para o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos de 0 a 6 anos. Todos sabem que esse é um serviço que nós temos em operação e temos em torno de 1.100 serviços no Brasil e que demanda uma orientação técnica específica, especialmente no que tange a integração com o Programa Criança Feliz. Então, nós realizamos uma oficina, o CNAS participou com representação, acho que da Elisa, também tivemos a representação do CONGEMAS e o FONSEAS e também da diretora do Programa Criança Feliz, onde nós, junto com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, delineamos a forma, os parâmetros de funcionamento do serviço que deve culminar em um resenho do serviço de 0 a 6, que nós vamos orientar tanto em instrução operacional, quanto orientação técnica a partir de janeiro de 2018. E aí é importante falar desse serviço porque ele foi amplamente citado aqui nesse Conselho pelas diversas vezes que nós viemos trazer a pauta do Programa Criança Feliz, porque hoje, o momento de discussão técnica na proteção social básica é do nosso papel com a família, reconhecendo a necessidade de se trabalhar o fortalecimento de vínculos intrafamiliar e as relações parentais, mas também na comunidade. Então, essa é uma linha técnica, que nós temos avançado e

defendido para que a gente também possa ofertar um trabalho de olhar do desenvolvimento infantil em atuação na comunidade, compondo como uma oferta do Sistema Único de Assistência Social ao Programa Criança Feliz, entendendo que dessa forma a gente alcança um olhar integral para além da visita. E uma outra ação é a integração do Programa ACESSUAS Trabalho com o PAIF para o programa Criança Feliz, ou seja, também temos uma linha de orientação técnica na proteção social básica de que para alcançar o desenvolvimento infantil é fundamental que a gente trabalhe o acompanhamento da família, o fortalecimento de vínculos e se tenha o olhar da inclusão e da autonomia dessa família. Portanto, temos trabalhado em uma orientação técnica aos nossos Estados junto às equipes do ACESSUAS trabalho para que nos seus projetos, planejamento de implantação do redesenho do programa ACESSUAS, que se priorize essas famílias do Programa Criança Feliz, entendendo também que essa é uma ação que vai compor o universo de autonomia dessa família, reverberando no desenvolvimento integral da família para o desenvolvimento infantil. E por fim, nós vamos inclusive, abordar esse tema na Conferência Nacional através de uma oficina que é a integração da agenda de segurança alimentar e nutricional no PAIF e a partir dele, priorizando as famílias, o trabalho realizado no PAIF com as famílias do Programa Criança Feliz, ou seja, no nosso entendimento, o desenvolvimento integral à criança, a gente avança trazendo a vertente da segurança alimentar e da inclusão produtiva dentro da competência que nos cabe que é o atendimento integral família. Então, esse é o esforço que temos feito tecnicamente, compreendendo que o Sistema Único de Assistência Social, ele é complementar as ofertas do programa e que nós temos dentro das premissas e dos princípios do SUAS que zelar pelo atendimento integral a essas famílias e assim estamos traçando essa rota em torno do SUAS. E aí na outra área de atuação da SNAS que é a coordenação da câmara técnica da primeira infância que foi aberta pela CIT para proposições e consensos em torno do Programa Criança Feliz, eu quero aqui compartilhar, até convido a Conselheira Elisa, se quiser apresentar comigo, enfim, dividir aqui. Acho importante compartilhar dentro do desenho do Programa Criança Feliz o que a câmara técnica apontou como proposição e o que foi consensuado tanto com o Dr. Halim, quanto a Diretora Ely que responde pelo programa. Pode passar. Então, rapidamente, a câmara técnica, ela teve dois encontros em 4 dias de atuação, teve como objetivo discutir o processo de implantação do programa e a integração com o SUAS, aconteceu com membros do CNAS, CONGEMAS e FONSEAS, da SNAS e da SNPDI. Pode passar. A metodologia foi orientada pela leitura de um relatório apresentado pelo FONSEAS e ratificado pelo CONGEMAS e pelo CNAS, onde nós dividimos em eixos de atuação do programa para facilitar a construção de proposições. Então, os eixos foram à

identificação da visita, gestão do programa e modelo de governança, capacitação, educação permanente, financiamento do programa, intersetorialidade. Pode passar. No eixo de identidade da visita foi proposta a revisão do guia de visita domiciliar, visando, sobretudo, avaliar a pertinência de conteúdos de formulários referente à saúde do usuário. Foi consensuado com a Secretaria de Desenvolvimento Humano a revisão desse guia nos seus vários aspectos de aprimoramento e ajuste até 30 de novembro e aí nós reiteramos que esse calendário e até foi discutido, não é Dr. Halim? Com a Ely que nós, tanto o FONSEAS, quanto o CONGEMAS, ele não conseguiu avançar nas proposições e o CNAS, consequentemente, em função da nossa agenda de conferência. Então, nós acatamos um pedido dos 3 colegiados para uma prorrogação desse prazo para janeiro para que passado o período de conferência, a gente apresente a revisão. Desse modo, nós temos até o momento as contribuições da SNAS que são no aspecto técnico já incorporando essa visão que eu relatei inicialmente do atendimento integral à família. Então, para janeiro a gente deve avançar na revisão do guia já consensuado com a Diretora Ely. Uma segunda proposição foi flexibilizar a periodicidade das visitas, considerando a capacidade de análise dos profissionais do programa e a realidade da família no território. O consenso foi manter essa periodicidade no momento, entendendo a importância de se fazer avaliação de impacto em relação ao aspecto da visita e aí depois o Dr. Halim, se necessário, pode até esclarecer melhor esse ponto que é bastante técnico no que tange ao desenvolvimento infantil. Pode passar. Ainda no eixo da identidade da visita, apresentar qual é o planejamento do ministério para induzir o cumprimento das demais ações previstas na Resolução 19 que cria o programa. Então, nesse sentido, foi consensuado a elaboração de um plano de comunicação conjunto entre a SNAS e SNPDI, que nós estamos ainda não iniciamos esse plano e aí nós estamos aí à disposição para dar início e trazer na avaliação do próximo trimestre do programa no ano que vem. Um outro item é revisar a resolução do CNAS referente à definição dos profissionais e das provisões dos SUAS no que tange o visitador se será ou não uma nova categoria. Bom, na oportunidade, nós consensuamos a elaboração conjunta de um documento que respalde juridicamente a contratação desse profissional, particularmente, do visitador para que os municípios tivessem aí uma condição melhor de contratação, mas aí eu quero só lembrar que ontem, embora eu não estivesse presente, da disposição e disponibilidade do nosso próprio ministro em dar continuidade nessa conversa em relação à categoria do visitador. Tivemos ainda como uma outra ação, fomentar a realização das atividades coletivas no âmbito do PAIF do serviço de convivência e aí nós destacamos como consenso a realização de apoio técnico e disponibilização de publicações que fomentem essas ações. Então, em relação ao apoio

técnico, eu quero que se considere toda a minha fala inicial, que nós estamos evoluindo dentro da proteção social básica e em relação às publicações, nós estamos em tratativa com o Dr. Halim para que se retome no site a nossa orientação técnica de integração do programa no território da proteção social básica no território. Pode passar. No eixo de gestão do modelo de governança. Então, foi tratado da questão da gestão técnica e financeira da importância de se reiterar as especificidades da política no que tange ao SUAS e a forma de pagamento do Criança Feliz. Bom, eu vou resumir esse consenso que na época foi de publicação de uma portaria, já que essa portaria foi publicada pela Secretaria de Desenvolvimento Humano no que tange a parte de orientação do pagamento do programa. Pode passar. Ainda nesse eixo, a coordenação do Programa Criança Feliz deverá instituir um protocolo interministerial, especificando fluxos com as demais políticas públicas. Então, o consenso foi à elaboração no espaço do comitê gestor do programa de fluxos intersetoriais que atendam essa necessidade e a Diretora Ely relatou a construção de uma portaria interministerial em elaboração por esse comitê. Depois tivemos uma outra ação que foi elaborar um plano de comunicação integrada para definir as atribuições e difusão de informações. Esse item, ele reitera no eixo anterior que eu já falei que está em elaboração. Próximo slide. No eixo de capacitação e educação permanente, nós tivemos a capacitação e educação permanente do Criança Feliz, reiterando que elas precisam estar integradas a política de capacitação e educação permanente do SUAS, uma vez que contempla profissionais do SUAS e deve incluir conteúdos que dizem respeito ao programa. O consenso foi de integração da capacitação com a política de educação permanente do SUAS. Então, isso é um diálogo que a SNPDPH deve ter com a nossa área de gestão do trabalho e aí a gente também acredita que conseguimos avançar nisso na avaliação em um próximo balanço do programa no ano que vem, evoluindo o diálogo que se deve ser estabelecido com a nossa área de gestão do trabalho. Próximo item. A elaboração de orientações sobre o programa às visitas domiciliares em contextos de grupos culturalmente diferenciados e aí o consenso foi uma elaboração conjunta entre SNAS, SNPDPH, SENARC e SESAN e a gente até destaca outros órgãos do Governo Federal, porque nós entendemos hoje que a necessidade de se tratar GPTEs, ou seja, crianças advindas de grupos de povos e comunidades tradicionais de uma forma linear com o Cadastro Único, com as nomenclaturas conceituais adotadas tanto pelo SNAS quanto a SESAN. Na época, nós relatamos a Diretora Ely e também esse pleno já conheceu o projeto da proteção social básica para povos e comunidades tradicionais, atendendo a diretriz do plano decenal de diversidade de público e território, quando nós criamos na estrutura da proteção social básica uma coordenação de diversidade de público e território e nela nós já temos um avanço conceitual junto com a

SENARC e a SESAN no que tange esses públicos. Então, a ideia que se consensuou é que o programa, SNPDH junto com a proteção social básica, que a gente possa delinear a forma não só de atendimento, mas de atuação e conceitos técnicos com esse público para atender o programa. Próximo eixo. O de financiamento e aí eu só quero destacar, resumir rapidamente, que foi publicada a portaria de pagamento que já apareceu no eixo anterior pela Secretaria de Desenvolvimento Humano, depois Dr. Halim pode falar um pouco disso e também a revisão das orientações de recursos destinados ao pagamento, à portaria contemplou a necessidade de se ajustar as orientações na forma de pagamento e acatou já na portaria que se considerasse um pagamento de percentual mínimo variável a exemplo do serviço de convivência. Então, a gente já dá como concluída esta ação. Então, por fim, Conselheira Elisa, se quiser complementar. Agradeço a atenção.

Sra. ELISA MACIEL COSTA - Representante da Associação Mayle Sara Kali – Bom dia a todos e a todas, conselheiros, secretária, secretário, Fábio, Rô, todos. Bom, eu tenho participado da câmara técnica, realmente foram 2 encontros e algumas discussões que antes não se ouvia e eu fico muito feliz em dizer isso, a gente está conseguindo ter um consenso de fala e de discussão com o FONSEAS, com o CONGEMAS, com o próprio pessoal da proteção básica, a presença do PAIF nessas discussões é extremamente importante e a gente tem feito isso com uma amplitude maior. É claro que a gente, este conselho, apresentou várias críticas ao programa e na medida do possível do acompanhamento, eu tento me focar em todas elas para ver no que a gente pode ajudar, complementar, compreender, fazer essa roda girar. Nesse processo ficou ainda uma coisa que a gente ficou de discutir, que a gente discutiu nas reuniões anteriores, mas ontem com a correria até não deu tempo de pontuar isso muito claramente e agora que vai se mexer com povos e comunidades tradicionais e não só isso, as regiões a longa distância, o aumento do valor de financiamento do trabalhador que atende a longas distâncias, o valor era restrito, era menor, a gente sabe que esse valor tem que ser ampliado e a gente havia feito essa discussão. Todas essas pessoas que vão atender às regiões isoladas e também não necessariamente precisam ser povos e comunidades tradicionais e a gente chegou a discutir muito isso anteriormente com Rosângela, com Zezé a estrutura de esses trabalhadores terem que fazer viagens, assim, absurdas e longas e, às vezes, 36 horas para chegar aos locais, à falta de condição deles trabalharem, a falta de condição de transporte e que tudo isso tinha que ser prestado atenção, tinha que ser dado o acréscimo, essa estrutura tinha que ser tratada de forma diferente. Existem algumas estruturas que a gente ainda vai colocar. A importância da educação permanente que está se construindo para que esse

processo seja feito porque não pode perder essa linha e essa tem sido uma discussão dentro da câmara técnica, as publicações que agora eu tenho começado a pegar e fazer uma pesquisa um pouco mais detalhada sobre isso, de inclusive, solicitar aos conselheiros com áreas específicas, ou áreas de interesse pessoal, que disponham esse trabalho científico para a gente ampliar a discussão quando a gente for tratar em relação a essas especificidades dentro do programa. Para esta formação a gente precisa dessa estrutura de identidade, é importante que o conselho, principalmente, nas suas especificidades, ajude a ter esse material técnico para a gente analisar. E a outra estrutura que eu tenho discutido muito e que tem tido um... A gente não pode dizer que não tenha, porque tem sim, ontem eu ainda disse isso aqui a vocês em relação à Renata, a Mariana, e eu levo para esse lado muito pontual mesmo, porque acaba que o meu contato é maior, de escutar todas as estruturas na hora de fazer essa discussão e ampliar isso cada vez mais. Então, quando agora for ser estruturado, for se feita essa discussão e o Secretário Halim todas as vezes que eu encontro com ele, eu falo muito tranquilamente, *“Secretário, não faça nada sem nós, nós estamos aí e a gente quer ser ouvido, de fato”*. E a gente sabe que isso é uma discussão que fica uma posição meio chata, às vezes, da insistência, mas isso é uma estrutura que eu acredito que seja muito importante. Então, agora que a gente vai começar em janeiro, abrir essa estrutura para poder identificar e especificar o que mais se precisa, eu realmente, vou começar a passar direto para cada conselheiro a divisão dessa participação, porque eu estou como conselheira na câmara técnica, mas eu acredito que todos tem que estar, de uma certa forma e o meu papel é isso, é trazer, dizer a especificidade e dizer, ajude e contribua ou leve comigo, ou mande para mim para que eu leve e a gente fazer essa construção. Agora nessa parte, nós vamos começar a entrar nisso. Então, eu vou precisar muito dessa contribuição específica. Abram seus e-mails e leiam, porque a gente vai precisar fazer essa discussão em conjunto e esta parte da discussão, Renata, que vai ser feita, SNAS, SNPDI, SENARC e SESAN em relação às estruturas de povos e comunidades tradicionais, eu, você sabe disso, eu falo isso, vou falar publicamente, Secretário, eu quero acompanhar, por quê? E gostaria que outro conselheiro que quisesse se posicionasse nesse ponto. Existe uma particularidade que por mais que a gente diga, traduzindo no português, é mais ou menos assim, tiram a gente da nossa estrutura, nos colocam em escolas que não são nossas, que não nos reconhecem, que não sabem qual é a nossa identidade. Disso, a gente passa para uma obrigatoriedade de cumprir um currículo que não reconhece nem a história do povo negro nesse país. É uma luta a lei para a implementação, ainda não foi implementado. Então, nem os livros de história reconhecem o processo identitário brasileiro. Estudamos, nós formamos, entramos em universidades que continuam desrespeitando o processo e que continuam em um

avanço crescente de racismo, gente a UnB, em Brasília voltou a ter 2 processos assustadores. 1 uma placa na lanchonete do lado aonde, vergonhosamente, está escrita que ali não pode ter frequentado nenhum trans, nenhum gay, nenhuma nada, o público LGBT, por favor, se afaste, porque não pode permanecer lá. E a outra estrutura é o processo de denúncia de violência contra a mulher nas universidades que tem aumentado bastante, sucessivamente, e que nem o departamento pode acontecer, pode ficar aberto. Eu já vou concluir, mas esse trecho eu gostaria de concluir em 1 minuto. Então, Secretário, o que acontece? A gente vai para essa universidade e quando a gente chega nessa universidade, à gente se forma, mas esse serviço sobre nós não é acolhido no país. Então, abrir essa estrutura é extremamente importante, abrir para a participação de todos os indígenas, de todos os ribeirinhos, de todos os ciganos e população em situação de rua, LGBT que entraram na universidade, passaram por esse processo, são hoje os grandes especialistas de sua própria realidade e, normalmente, ficam fora das discussões que fazem políticas sobre nós, ou seja, a gente está avançando, mas eu quero aproveitar e pedir ao conselho que, a partir das documentações que vão sair agora e das decisões que vão sair agora, que realmente, os conselheiros ajudem, me ajudem, porque sou eu que estou lá, a fazer essa juntada de documento e todo mundo trabalhar junto para esse processo.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado, conselheira. Secretária Carminha.

Sra. MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO – Secretária Nacional de Assistência Social – Ministério do Desenvolvimento Social/ MDS – Eu queria falar rapidamente, vou sair talvez um pouco da agenda, porque eu tenho que deixar esse fórum aqui rapidamente. Um, eu queria dizer, ainda mais sendo a última reunião desse ano, claramente, reforçar a importância não só da intersetorialidade, mas especialmente, a importância da ação conjunta no interior do MDS. A Assistência Social tem um papel chave, porque ela se liga, se articula intensamente via ACESSUAS, com toda uma secretaria hoje voltada à inclusão produtiva, com a Secretaria Nacional aqui representada pelo nosso Secretário Halim, que cuida da criança e nós operamos muito desse programa via o Fundo Nacional de Assistência Social, os CRAS e o PAIF, com a SENARC que nós já trabalhamos talvez com muito mais tempo, por isso, essa parceria, essa articulação é muito mais azeitada que é com relação ao Bolsa Família, que isso se faz tranquilamente. E por fim, nós temos também uma ação com a SESAN, porque segurança alimentar não está fora do nosso radar enquanto proteção social a população. Então, eu acho que um Conselho Nacional de Assistência Social vai perpassar

todo o tempo por todos esses temas e políticas e nós temos que saber trabalhar isso como políticas irmãs aqui dentro. Bom, segunda coisa que eu gostaria de destacar, tem a ver um pouco com o que a Elisa falou e muito a ver com a pauta próxima, que é a questão das eleições para o CNAS. Lembrar, por favor, que nós temos que ter uma representação e a Mariana está aí? Está aqui do meu lado. Que eu li as normas e não vi isso bastante pontuado, quero que pensem que nós temos que ter uma representatividade maior, não só do universo de entidades que prestam serviços, que estão vinculados à rede socioassistencial, se eu analiso quais são as entidades que aqui estão presentes, há uma concentração maior de entidades ligadas à defesa dos direitos da pessoa com deficiências. Nós precisamos ver como é que a gente faz para ter uma distributividade maior, uma equidade maior de representações. Na relação dos usuários, eu não tenho dúvida também que a nossa representação é relativamente capenga deste ponto de vista. Nós da adversidade, exatamente. Então, nós não temos aqui representações, por exemplo, de comunidades indígenas. Nós falamos o tempo todo aqui de ser uma prioridade nossa os povos tradicionais e a gente tem pouca representatividade ou nenhuma nesta área. Certo? Então, que a gente preste um pouquinho atenção nisso quando vai pensar, porque agora vocês são os responsáveis pelo novo conselho, como é que eu garanto que esse conselho seja mais distributivo e equitativo em termos de representação? O terceiro elemento que eu falo rapidamente é que para 2018, embora seja um ano difícil, é um ano eleitoral, com certeza, mas talvez seja o momento de a gente dar um salto em termos de colocar mais foco no território, na comunidade. O PAIF ainda trabalha muito com as famílias, mas pouco ainda em nível das articulações e construção de um coletivo, uma vontade e uma consciência territorial. Nós precisávamos voltar a olhar com intensidade como eu trabalho o binômio, família comunidade, ou se vocês quiserem o binômio família, território. Renata ainda está me contando ontem que um dos pontos altos do seminário que houve do marco legal foi a fala da Austrália falando muito do fortalecimento dos vínculos comunitários e isto eu acho que é um vazio. Se nós conquistamos com o Programa Criança Feliz um olhar muito mais próximo, muito mais singular, muito mais centrado na família e na criança, nós na área da Assistência Social deveríamos estar exercendo uma complementariedade muito maior no que tange a esta ênfase de envolver as comunidades, de envolver os coletivos na ideia de que criança é prioridade sim, mas não é prioridade só da família, é também da comunidade. Bom, gente, até a conferência, que eu estou indo.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Secretário, por favor.

Sr. HALIM ANTONIO GIRADE – Secretário Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano - Só queria lembrar, por favor, a vocês alguma coisa do financiamento. Primeiro gostaria de agradecer a Secretária Carminha, a Diretora Renata pela construção de consensos, muito obrigado. Sobre a questão do financiamento, houve algumas conquistas, uma delas diz respeito aos povos onde nós temos não só povos, mas áreas de dificuldade de acesso, um aumento de 40% e é importante que saibam que toda a adesão nós temos possibilidade de 5 parcelas cheias, certo? Duas primeiras parcelas, invariavelmente, as próximas 3, se tiver registro da equipe no SUAS e os próximos 3 meses após essas 5, seria 80% fixo e 20% variável, a partir de 3 meses se manteria 60% fixo e 20% variável. Na realidade foi uma inspiração que nós tivemos aqui de outros programas da Assistência. Sobre a Conselheira Elisa, no que diz respeito aos povos tradicionais, fique realmente tranquila, eu não só fui convidado a morar com povos indígenas e morei por algum tempo na Amazônia, trabalhei muito com povos ribeirinhos, com extrativistas. Trabalhei muito no Maranhão, principalmente, com quilombolas, eu tenho uma sensibilidade especial para isso e não só levando coisas não, pelo contrário, é construindo com eles, meu último trabalho na UNICEF foi um trabalho de 8 meses de construção do material ticuna, pelos povos Ticunas. Eles mesmos fizeram. Certo? E a minha primeira briga a favor dos quilombolas, a primeira vez que eu cheguei em duas comunidades ali no Maranhão todas as bonecas eram loirinhas, não tinham nenhum com pele escura, certo? Então, nós fizemos um grande esforço e levamos, pela primeira vez, pedimos que uma fábrica em Marília no interior de São Paulo fizesse bonecas, realmente, condizente com o que eles esperavam ter. Então, essa luta é uma luta minha também. Certo? Conte comigo em todos os momentos, assim como eu conto com a senhora e todos os conselheiros, está bem? Eu queria saber se tem alguma pergunta, que eu precisaria me retirar, por favor. Ok. Por favor.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira Marisa, primeira inscrita, inclusive.

Sra. MARISA RODRIGUES DA SILVA - Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Bom dia senhor presidente, senhor secretário, todos os membros, colegas aqui conselheiros e conselheiras e também os nossos nobres visitantes. Secretário, o senhor trouxe alguns informes do ponto de vista territorial, a estimativa de quanto se alcançou, do quanto vem se alcançando em termos, no território a implantação e a implementação do programa, como o senhor colocou os dados e me parece que faltam poucos Estados, me parece aí e municípios que possam incorporar toda

essa rede, esses dados vem demonstrando o alcance dessas adesões, mas eu quero me retratar aqui também, eu acho que poderia conjuntamente trazendo o que Renata colocou é que nós temos, evidentemente, alguns membros importantes na câmara técnica pelo CONGEMAS, discutindo, tendo expertise da experiência da gestão e dando as contribuições nessa câmara técnica, mas nós temos algumas considerações que preocupa também a gestão e eu acho que veio um pouco também da fala de Renata que nós precisamos não perder de vista, porque hoje existe duas secretarias fazendo uma junção na coordenação desse programa em nível de país, evidentemente que ambas se complementam, ambas têm sua, me parece que está claro a cada dia que os senhores estão vindo aqui, o que é a competência de cada um, mas nós batemos uma tecla muito grande no sentido de que nós temos que partir já para uma discussão com amadurecimento tanto no âmbito da câmara, como também desse conselho e do ponto de vista da gestão municipal, para olhar este programa como um programa que ele não seja apenas um momento neste país, que este programa, ele esteja incluído dentro da proteção básica, dentro dos serviços, porque como o senhor sabe, a gestão municipal nessa área do PAIF, na área dos CRAS a gente já vem atendendo essas famílias, inclusive, em domicílio. Então, partindo disso que queremos sugerir e a gente já está articulando para isso, primeiro é que, como Renata pontuou um pouco, aprimorar essa articulação com as políticas públicas de forma intersetorial, Renata, ela é imprescindível, porque a gente sabe que no campo lá da gestão, a gente vê que falta essa completude, essa linguagem intersetorial entre as políticas. Isso é importante, principalmente até 3 anos, outra coisa que a gente tem em comum e aí a gente queria ouvir de ambos de vocês, como é que fica, então, as medidas, sim, outra coisa, que a gente observa já no programa, que eu acho que é importante, me permita, presidente, eu colocar isso aqui, que são instâncias discutidas com nós gestores. As medidas de qualidade para os serviços da educação infantil no estado nutricional da primeira infância, Renata, isso é algo importante que a gente precisa vigiar e saber como é que a gente pode dar conta de forma intersetorial. Não adianta só visitar, não adianta só identificar e colocar na rede, mas nós precisamos avançar em que essas outras políticas podem dar esse aporte, principalmente no estado nutricional que no Nordeste, a gente ainda tem um acréscimo, apesar de ter diminuído essa questão, mas a gente tem essa preocupação. A outra, secretário e Renata, também é a questão da necessidade da ampliação como foi citado, acredito, a ampliação da equipe de referência do CRAS como os profissionais necessários a execução da proteção social básica em um domicílio, senhor secretário, porque veja bem, não só para complementar, me desculpe, presidente, mas eu acho importante colocar essa minha última fala, por quê? Porque nós já fazemos isso no CRAS, agora com essas visitas é importante caracterizar isso como um

agente do visitador e que isso, ele passe esse serviço básico no domicílio, ele passe ser efetivo também, senhor secretário e Renata, dentro deste programa vinculado ao CRAS, pelo menos de 0 a 3 anos nessa atividade. Acho que você está compreendendo o que eu quero dizer e a gente já até discutiu isso, inclusive, no encontro do CONGEMAS quando você esteve conosco lá naquela oficina. Então, são esses pontos, vão aparecer evidentemente outros na câmara, com certeza, de contribuição, mas eu penso que nós não podemos também ter esse olha com a criança, a criança também vinculada ao BPC nessa faixa etária, que é importante.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado, conselheira. Estava mostrando exatamente, para o secretário a caneta da Semana do Bebê de Guamaré, você me deu e mostrei a ele. Conselheira Norma, por favor.

Sra. NORMA SUELY DE SOUZA CARVALHO - Representante da Capemisa Instituto de Ação Social – Apenas um... Primeiro bom dia senhor Secretários, Conselheiros presentes. Gostaria apenas de fazer um registro dentro da fala da Secretária com relação à representação das entidades, quando ela trouxe a questão de uma maioria de entidades que atendem a questão da pessoa com deficiência que não retrata a realidade, uma vez que nós temos apenas uma única entidade no conjunto das entidades titulares e suplentes, nós temos apenas uma única entidade que atende a pessoa com deficiência. Então, acho que houve um equívoco na observação dela. Além do que as entidades aqui representadas, elas não estão atendendo ou focadas em defender apenas o seu seguimento, nós, enquanto entidades, aqui estamos para representar todas as entidades, sejam elas de que característica de atendimento elas sejam. Então, só para deixar esse registro aqui.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado, conselheira. A última inscrição até em função do horário do Secretário Halim, Conselheira Vice-Presidente, Rosângela.

Sra. ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS – Vice-Presidente do CNAS/MDS - Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA – Bom dia a todos e a todas. Assim, me perdoe Renata, eu não poderia deixar passar bem negrito porque assim, penso que todos esses conselheiros que hoje estão nessa casa, à gente não estão aqui para defender um seguimento ou uma, nós temos a responsabilidade de fazer o papel do controle social dessa política. Portanto, não será nenhum gestor que vai dizer quem é que vai sentar aqui nessa casa ou não. Eu não preciso usar um cocar e uma tanga para dizer

que eu tenho sangue indígena e sou usuária dessa política de assistência social. Portanto, a fala da secretária foi muito infeliz, eu fico assim, muito... Me sinto até constrangida com esse tipo de fala, porque nós estamos aqui para fazer o controle social dessa política, não para defender entidade A, B, C, usuário A, B, C, D. Então, penso que foi muito infeliz, penso que também isso é um sentimento dos demais conselheiros. Nós estamos aqui com essa responsabilidade, desde o início do mandato e com certeza, nós iremos fazer um processo eleitoral muito bem feito, como sempre tem sido. Então, um pouco para colocar a minha indignação diante da fala da Secretária.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Ok, obrigado Rosângela. Eu sei que Luziana se inscreveu depois das inscrições. Luziana é sobre esse tema da representatividade? É sobre o Criança Feliz? Então, por favor.

Sra. LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO - Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO – Fábio eu vou fazer uma queixa de assédio moral. Eu vou proibir sua entrada em Olinda. Bom dia Presidente, bom dia Vice-Presidente, todos os conselheiros e visitantes, toda a representação do MDS. Eu queria só fazer algumas considerações até porque acho que Rosângela já falou tudo que a gente está aqui pensando em relação ao que foi dito aqui de forma inadequada, mas assim, eu queria só trocar algumas questões em relação ao Criança Feliz. A gente já trouxe algumas preocupações em relação ao Criança Feliz, mas eu acho que a gente precisa ter uma discussão muito voltada para o que você colocou, Renata, da questão do caráter técnico de muitas coisas dentro do programa e como você mesmo colocou, eu não vou questionar aqui, porque é uma questão que tem um certo rigor técnico e que para mim está muito equivocado e muito confuso. A gente teve 3 dias agora de encontro do FNTSUAS dos trabalhadores e não é uma coisa minha, a gente sente lá quando foi pautada essa questão no encontro dos trabalhadores, nos serviços e como estão funcionando que é uma indagação dos trabalhadores de uma forma geral. Então, por exemplo, eu estive aqui na reunião da CIT, eu peguei uma cartilha que o gestor estava me mostrando e ele mesmo, cheio de dúvidas, sobre a questão do que é competência, do que é atribuição do visitador social. Isso é uma coisa que a gente precisa aprofundar uma grande discussão em relação a isso. Por exemplo, eu trabalhei na universidade fazendo um matriciamento de agentes comunitários de saúde, onde a gente pegava essas pessoas de nível médio e dava um conhecimento básico do que é você entrar em uma casa e identificar que aquela criança não tem um comportamento dentro do padrão

normal e aí encaminhar para onde for necessário fazer um diagnóstico dessa criança, do ponto de vista da saúde. Quando a gente pega a cartilha do visitador, isso é muito confuso, porque lá está usado o termo de diagnóstico, colocando que o visitador ao entrar vai estar o nome diagnóstico mesmo de desenvolvimento infantil da criança e assim, como uma pessoa de nível médio tem condição de identificar algum tipo de diagnóstico? Então, para mim, os termos já estão inadequados, não deveria ser diagnóstico, deveria ser identificar alguma alteração relatava pelos pais, observada e aí sim indicada para unir força de competência, ou seja, a rede da saúde, educação, que fosse. Então, assim, para mim a gente tem que discutir muito à atribuição e eu vou dizer, os gestores que estavam sentados junto de mim, todos disseram a mesma coisa, que ainda não está claro qual é a atribuição desse visitador, quando a gente diz assim, a gente tem que se organizar, passar as nossas especificidades, eu não vou passar. Eu acho que nós trabalhadores não temos que passar especificidade para o visitador, se a gente ainda não sabe qual é o papel, a atribuição desse visitador. Quando coloca-se... Não, é porque eu acho... Não está ouvindo, então, acho melhor suspender, que a gente está querendo discutir, esclarecer porque não está claro para o trabalhador, a gente viu isso agora no fórum dos trabalhadores, muito daqueles trabalhadores que não sabem qual é o papel do visitador, não está claro para o gestor, porque eu me sentei no meio dos gestores e a maioria disse que não estava claro para eles. Então, ou a gente discute quem é esse visitador, qual é a atribuição, quando coloca que ele tem como supervisão ação social, psicólogo, terapeuta ocupacional e pedagogo, a gente se pergunta, *“como o assistente social, por exemplo, que tem uma formação que não dá desenvolvimento infantil na sua formação acadêmica vai capacitar o nível médio, o visitador de desenvolvimento infantil se nem ele viu isso na universidade?”*. Então, a gente precisa ter uma discussão, porque a gente estava lá na conferência lá em Recife, Fábio só ficou na abertura, mas a gente estava na conferência e a mãe disse assim *“eu já soube do governo que não vai precisar mais ter profissional atendendo minhas filhas não, porque agora vai um pessoal de nível médio lá para a minha casa e eles vão saber tudo”*. Então assim, está confuso para o usuário, está confuso para o trabalhador e está confuso para o gestor. Então, a gente precisa ter, não sei se uma oficina aqui, um momento que a gente venha discutir exatamente quem é o visitador, o que é competência dele, ele tem que chegar, observar, inclusive, na cartilha do visitador tem orientação para ele organizar as atividades de acordo com os problemas de desenvolvimento infantil. Aí têm atividades cognitivas, atividades sensoriais, como assim? Eu não estou entendendo. Então, eu gostaria que a gente marcasse aqui uma oficina, porque a gente teve uma oficina do centro dia aqui que eu participei com Mariana, a oficina foi ótima. A gente sentou, discutiu sobre o centro dia, a

gente tirou todas as dúvidas. Eu acho que deveria vim uma oficina aqui para a gente pudesse discutir a atribuição do visitador, ver o que é pertinente, o que não é pertinente, porque eu não vou aceitar, Elisa, com todo o respeito, passar nenhuma informação, ajudar que isso fique muito claro, qual é a competência, o que é que cada um faz. Eu acho que não é aqui em uma reunião que a gente vai esclarecer isso. Acho que precisa, realmente ter uma oficina para a gente aprofundar isso.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Perfeito. Obrigado, Conselheira. Conselheira Renata.

Sra. ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS – Vice-Presidente do CNAS/MDS - Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA – Renata, por favor, me permita, só um instantinho que é para você mesmo responder, por favor, é que eu acabei... É porque assim, primeira coisa, eu gostaria de pedir, quando os nossos convidados vêm, que eles tenham a condição de poder ficar com a gente para a gente poder dialogar melhor e compreender, não conta pressa assim. Isso é uma coisa. A outra coisa, Renata, que é uma coisa que a Elisa tocou ontem e na minha fala eu acabei esquecendo, depois a gente não falou mais, que é sobre a questão 1 é considerar a questão do fator amazônico e do semiárido que são para os visitantes considerar as longas distâncias que não é o mesmo recurso que é para a Amazônia, é para o sul do país. Então, é preciso ser considerado dentro da história do programa essa questão das longas distâncias, sejam, assim, eu falo do fator amazônico que é o que, para mim, o que tem de mais forte, mas tem outras regiões desse país que tem as longas distâncias e que o recurso que vai não da conta do visitador chegar até na comunidade onde ele tem que chegar, tendo em vista que são comunidades bem distantes.

Sra. RENATA APARECIDA FERREIRA – Diretora do Departamento de Proteção Social Básica Representante do Ministério do Desenvolvimento Social/MDS – Quero fazer algumas colocações em torno do papel da SNAS nessa gestão, chamamos integrada, conjunta, das ações que acabam sendo bilaterais no programa. Então, vou falar mais aquilo que compete a nós, enquanto SNAS e aí o Dr. Halim avança na parte mais estrutural do programa. Tecnicamente, que é a nossa preocupação, o nosso olhar, inclusive de estar resguardando o Sistema Único de Assistência Social, têm algumas coisas que a gente tem avançado e estamos de olho para avançar cada vez mais. Na parte estrutural, eu só quero lembrar que na Resolução de partilha dos recursos do programa foi contemplado um valor

diferenciado para essas regiões de difícil acesso. Então, acho que até o Dr. Halim tem condição de falar um pouco melhor disso, olhando o orçamento, porque a resolução já prevê. Então assim, é uma previsão. Agora, avaliar, tratar questões técnicas em relação ao fator amazônico, semiárido, difícil acesso, tecnicamente é algo que está na alçada da proteção social básica. Nós criamos uma coordenação para atender o plano decenal, para trabalhar a diversidade de público e território. Isso foi discutido com a Diretora Ely de que as discussões não podem estar descoladas dessa coordenação, até porque tem coisas que são fato, por exemplo, as equipes volantes estão nas águas, nos barcos, nas lanchas e os visitantes também estão nas lanchas. Então, agora nós vamos começar a ter as mesas de encontro técnico das equipes volantes. Então, a gente vai precisar, em algum momento estar junto porque não tem como discutir equipes volantes sem discutir a atuação dos visitantes do Criança Feliz. Então, o nosso olhar, ele é técnico e a gente está tentando zelar por isso. O que a Marisa traz, eu acho que é muito importante, Marisa, porque assim, quando a gente, lá atrás, aprovamos aqui nesse conselho, quando esta diretora foi lá no auditório com 800 pessoas aprovar em Belém do Pará, nós colocamos de uma forma clara que, a tomada de decisão do conselho que seria no formato de um programa, porque programa tem começo, meio e fim, programa-se, monitora e avalia e programas devem tanto fortalecer as políticas, quanto se tornar política pública e o nosso ministro falou aqui por diversas vezes da importância de se tornar uma política e o Dr. Halim também por muitas vezes ratifica isso. Então, quando você traz o serviço de proteção social no domicílio que a gente só não fala disso ainda porque a gente não tem cofinanciamento e que, inclusive, o compromisso do nosso ministro para o cofinanciamento desse serviço, essa questão da integração do serviço de domicílio com as equipes do Criança Feliz e especialmente a atuação com o criança com deficiência, ela vai ser inevitável. Nós não vamos, simplesmente, receber o recurso, botar o serviço na rua em uma casa onde o visitante, com toda a capacitação, com toda a competência do SUAS vai encontrar, esbarrar com o visitante do Criança Feliz. Nós vamos ter que ter a responsabilidade de sentar junto com a SNPDH e a gente esclarecer, porque quando foi pensando lá atrás e o Dr. Halim conhece todo o histórico de aprovação do programa, foi sim pensado para que a gente se alocasse em um serviço do SUAS. Se esse é o mais interessante, ideal, atende ou não, aí é outra história, mas vai ser inevitável trabalhar isso e nós estamos atentos a isso. Nós não vamos permitir que haja esses desencontros. Agora é importante que estejamos juntos, porque é aquilo que o Luís Otávio já falou aqui, eu já falei. Eu, particularmente, não admito mais algumas queixas em relação ao programa, por exemplo, porque o programa é assistencialista, porque traz o primeiro-damismo e esse tipo de comentário já não cabe mais no momento, por

quê? Hoje, onde é que está o programa? Está na mão dos municípios. Então, quem tem que ter a clareza do sistema, a responsabilidade das premissas do SUAS são os municípios, são os Estados e somos nós, Governo Federal. Então, a gente tem que estar junto e eu acho que é isso que a gente vai construir e vamos estar vigilante. Agora, na fala da Marisa tem outra coisa fundamental e é de fato a grande fragilidade do programa que é a intersetorialidade. Nós sabemos disso, a Diretora Ely assumiu a necessidade do avanço, da portaria e tem que ter. Agora, a gente também precisa ter um pouco de clareza até onde vai o nosso papel. Ontem mesmo no Seminário Internacional do Marco Legal da Primeira Infância eu coloquei. Eu acho que nós da Assistência, a gente está aprendendo muito com a própria agenda do programa e da primeira infância, porque o que o marco legal propõe para a gente? Que a gente não só se coloque como uma política articuladora no território, mas que a gente, principalmente, tenha atitude intersetorial de sentar junto com educação, com a saúde e planejar e essa coisa do estado nutricional, ela é do âmbito de intersetorialidade. Então, acho que está dentro do escopo da Secretaria de Desenvolvimento Humano, que tem esse comitê gestor, a SESAN é uma secretaria do nosso próprio ministério. Então, se a gente não se falar fica muito ruim. Então, nós temos hoje sim alinhando com a SESAN para ver até aonde o SUAS vai. Então, qual é o papel do SUAS nessa discussão? Disseminar... Primeiro, assegurar o direito ao alimento adequado, como benefício eventual do alimento. Essa é a nossa primeira responsabilidade, trabalhar na busca do mapa de segurança alimentar com essas crianças, porque nos temas a ação de busca no território. Depois disseminar a agenda de educação alimentar, agora mais que isso, monitorar o estado nutricional, aí, de fato, tem que ser uma ação intersetorial e eu tenho certeza que esse comitê gestor, embora eu faça parte, a gente não tem sido provocado, mas, certamente, isso vai surgir, porque é uma responsabilidade de um âmbito muito maior e eu tenho certeza que o Dr. Halim está nessa preocupação e por fim, sobre a questão dos trabalhadores sociais, Luziana, eu acho o seguinte, eu acho que você trouxe uma fala muito importante, duas, uma que eu concordo com você, eu acho que a gente tem que ouvir mais os trabalhadores. Então, nesse fórum aí, no próximo que tiver, eu gostaria de ir enquanto diretora da proteção social básica, junto ou não com as outras áreas, mas para ouvir, acho que a nossa escuta, ela é muito importante. Agora, fazer uma oficina, que bom que você falou isso, porque eu estou propondo uma oficina para os conselheiros do CNAS desde o começo desse ano. Eu fui a que propus aqui uma oficina para a gente entender a metodologia, porque se tem uma coisa que precisa ficar claro é a metodologia do programa e de fato, eu acho que a gente não está conseguindo, Dr. Halim, tornar objetivo. Nós no SUAS temos um problema sério, a gente não consegue dizer com total clareza e objetividade, o que a

gente oferece efetivamente. Isso é um problema nosso, histórico, na Assistência. A gente sabe dizer para nós, mas a gente é muito técnico. Então, talvez a gente precise tornar clara a metodologia e fazendo uma oficina e os conselheiros compreendendo a metodologia, vai entender do porquê daquela linguagem no manual, embora a linguagem seja algo que a gente também já está tratando. As visões de diagnóstico, diagnóstico para nós ou mesmo diagnóstico da metodologia. Então, acho que é isso. As questões em relação à competência, formação está dentro desse pacote. Obrigada.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Secretário à vontade.

Sr. HALIM ANTONIO GIRADE – Secretário Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano – Obrigado presidente. Eu vou tentar abordar o que, realmente, a Diretora Renata não o fez em relação às questões técnicas que ela deixaria para mim. Bom, em relação à Conselheira Marisa, ela não se encontra aqui, mas ela abordou... onde está? Está escondida, está bom, está bem. Ela abordou um assunto, absolutamente, essencial e fundamental, a senhora abordou, a questão da intersectorialidade e a questão da nutrição. Nós estamos trabalhando com crianças, absolutamente vulneráveis. São as mais vulneráveis no país. Se por um lado o problema das outras crianças que não são vulneráveis, obesidade, hoje no país está para valer, por outro, essas crianças o CADUNICO ou do Bolsa Família ainda tem sim a questão da desnutrição como um problema marcante. Não se trabalha Primeira Infância se a gente não trabalhar também a questão da nutrição, do estado nutricional, a gente pode estar trabalhando uma criança, mobilizando, sensibilizando, fazendo esse vínculo, uma criança que não está conseguindo perceber isso por falta de ferro, por falta de... elementos que a gente fala que é a fome oculta, a fome oculta é aquela são de... elementos, o ferro é uma delas, a vitamina C é outra, a A é outra, por exemplo, a falta da vitamina é como que se equivalesse a uma deficiência tipo HIV AIDS, porque o sistema imunológico está lá embaixo, como é que essa criança vai, realmente, responder a um estímulo, a um vínculo? Com muita deficiência. Agora, então, essa questão da intersectorialidade trazendo, realmente, a área de alimentação e nutrição do ministério, mais o que acompanha na ponta que é o Ministério da Saúde, é absolutamente fundamental. Muito se fala sobre intersectorialidade, demais, muito se fala da necessidade. Agora, na prática, não é fácil, mas ela é absolutamente fundamental. Eu espero que o MDS dê a grande lição aos ministérios da importância da intersectorialidade e faça valer isso daí. Eu agradeço essa sua preocupação, é a preocupação nossa, nós estamos aprendendo a fazer, não sabemos ainda não, nós estamos aprendendo a fazer. Conselheira

Luziana, eu agradeço a sua preocupação também em fazer essa oficina, ela é fundamental e todas as suas preocupações, acho, nós faremos um ajuste dos materiais, certo? E tem que ser um ajuste dos materiais, onde vocês participem ativamente. Isso é fundamental, certo? Então, eu agradeço essa sua preocupação que é a nossa também, felizmente. Vamos ter que ajustar sim, certo? Em relação à Conselheira Rosângela, eu não tenho pressa não, eu vim aqui para me colocar à disposição, jamais eu entrei aqui uma vez para falar, “*eu tenho hora para sair*”, não, certo? É que me falaram que seria das 9h às 10h. Eu estava preocupado, certo? Então, é só para dizer o seguinte, quando eu venho aqui, eu venho muitas vezes para aprender muito de vocês, as demandas de vocês, isso para mim é fundamental. Eu estou no ministério que tem um conselho e eu respeito esse conselho, está bem? Bom, presidente, muito obrigado pela oportunidade. Agradeço os conselheiros e conselheiras. Eu não os verei mais esse ano, então, desejo um bom final de ano... Ah não, a Conferência eu estarei. É verdade, a maioria vai estar lá. Então, está bem. Um bom dia para vocês.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Secretário muito obrigado pela sua presença, pela oportunidade, mais uma vez a gente está aqui fazendo o balanço do programa. Fique à vontade para vir quando quiser e a gente se encontra, então, na Conferência Nacional. Obrigado. Bom, conselheiros, conselheiras, passado esse primeiro, então, ponto de pauta que estava previsto para o dia de hoje, a gente volta, então, para a pauta original e a gente, então, volta ao relato da comissão de financiamento que foi suspenso na data de ontem. Eu queria de início, dizer que muitas vezes, a gente se expressa mal. Vocês viram hoje mesmo a gente teve um exemplo disso. Então, queria dizer que eu me expressei mal ontem, quero pedir desculpa se alguém ficou ofendido, enfim, tanto pessoalmente, quanto institucionalmente, acho que a gente não está em um momento que a gente pode se dar ao luxo de brigarmos entre nós. Conversei já com o Coordenador da Comissão, Carlos Nambu, até para discutir um pouco dos encaminhamentos que eu tinha sinalizado na data de ontem e entendi que havia também um desconforto, não tenho problema nenhum de reconhecer isso de público, fiz a divisão nas melhores das intenções, pegando componentes da comissão, inclusive, mas acho que a gente pode tratar o assunto, isso foi o que eu conversei com o Carlos, da maneira como as comissões acontecem mesmo. Então, combinamos de que a resolução está apresentada, se houver algum destaque, o conselheiro destaca e sugere nova redação, que a gente caminha com esse assunto de maneira responsável e consistente como o caso requer, ok? Conselheira Rosângela.

Sr. LEOVANE GREGÓRIO - Representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP

– Eu queria... Bom primeiro bom dia Presidente Fábio, Rosângela Vice-Presidente, conselheiras e conselheiros, demais pessoas que participam dessa reunião. Desculpe esperar o Secretário sair para poder fazer uma conversa, porque o seguinte, quando nós aprovamos e aí eu vou retomar a coisa para poder não parecer que a gente, de certa forma, está querendo fazer, mas eu queria que a gente retomasse aqui a questão do Criança Feliz no aspecto. Na (ininteligível 1:26:26) que a gente criou e aí eu acho que a gente tem que primar pelo o que a gente quer, aquilo que aprova da condução das coisas aqui que o seguinte, na resolução, coloca explicitamente como é que é o processo de apreciação e da nossa discussão aqui dentro desse conselho. Então, no item N lá da resolução fala caberá a União, no Art. 6º, encaminhar relatórios trimestrais de execução no programa que tange os aspectos técnico, administrativo e financeiro. Eu estou querendo saber, que, de repente, o seguinte, a gente passe a, efetivamente, a trabalhar com as normativas que a gente está aqui dentro, de repente, aprovando, porque senão na verdade, o seguinte, vem um relatório, que, por exemplo, eu não vi os aspectos financeiros dos gastos que foram feitos com esse programa. Está certo? Eu não sei, de repente teve algumas questões administrativas que não foram mostradas. Então assim, eu só queria chamar atenção que a próxima vez que a secretaria, ambas, o MDS de uma maneira geral, a União, de uma maneira geral, trouxesse o relatório respeitando o item N que está colocado aqui, para a gente poder, de fato, entender isso e aí pediria também que o seguinte, que os entes federados que participam desse programa também trouxessem a sua avaliação com esses itens, de repente, olhando a parte técnica, administrativa e financeira, isso quer dizer, FONSEAS e CONGEMAS também trazem a sua avaliação, porque na verdade, é muito ruim um programa ser avaliado pela União e a gente, de fato, não saber qual é a fala do CONGEMAS nessa história, a fala do FONSEAS nessa situação. Eu queria saber quais são os Estados que já têm planejamento, de fato, de capacitação, quais são os conteúdos, essas coisas que estão sendo trabalhadas, porque é muito ruim avaliar um programa que de certa forma, o seguinte, eu pergunto aqui agora nesse colegiado, quem é que sabe claramente o que está acontecendo nesse programa, nesse país depois de 1 ano? A partir desses números que foram apresentados aqui? Nada. Sabe? Então assim, não tem como dar garantia. Se perguntar para um conselheiro sair aqui agora lá fora e perguntar quanto que foi gasto no Programa Criança Feliz já executado? Não sabe, porque não chegou esse dado aqui 1 ano depois. Então, não dá para a gente, de certa forma, assim, algumas coisas que foram trabalhadas e estão explícitas na questão da avaliação do que esse conselho tem que fazer, trabalhar dessa maneira, aparece o slide, aparecem algumas coisas, mas a gente não sabe os dados concretamente. Então, eu

pediria que, na verdade, o seguinte, fosse respeitada a norma e que os relatórios trimestrais que viessem para esse conselho avaliando o programa, viessem respeitando o item N da resolução, porque senão fica muito ruim até poder fazer o debate sobre essa história, eu particularmente, não quis fazer nenhuma conversa com o Secretário a respeito da elaboração porque achei que os elementos que foram trazidos não representavam, de fato, se o programa funcionou ou não, qual é, de fato, a capacidade dos Estados estarem fazendo esse negócio e aí acho que é ruim o CONGEMAS e o FONSEAS não se pronunciar claramente sobre os aspectos do programa efetivamente, porque, de repente, o seguinte, fica só avaliando isso, de fato, e a gente não sabe o que está acontecendo, de fato, por parte dos municípios e Estados. Era isso. Muito obrigado.

Sra. ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS – Vice-Presidente do CNAS/MDS - Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA
– Só uma parte. Eu entendo.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira, a Vice-Presidente, ela faz questão de falar agora.

Sra. MARISA RODRIGUES DA SILVA - Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Se a Vice-Presidente me permite, é só um segundinho, eu entendo aqui a preocupação do Conselheiro Leovane que, em alguns aspectos apontados por ele, ele tem razão, de fato a gente precisa trazer com mais concretude a resolutividade dos números (ininteligível 1:29:49) enfim, isso é um ponto. Agora, quero só dizer ao conselheiro e aos demais conselheiros que o CONGEMAS está muito atento e com o olho muito aberto e nós temos gestores trabalhando e atuando dentro das câmaras técnicas, portanto, nós temos já uma posição definida e nós estamos agora aprimorando e aprofundando o aspecto que nós podemos barganhar enquanto política pública, não como programa, mas incluir esse Programa Criança Feliz na proteção básica, atuar ele como requer o Sistema Único de Assistência Social. É só esse aparte. Muito obrigada.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Ok, obrigado. Eu acho, conselheiro, que a gente pode mesmo trabalhar no próximo ciclo de avaliação, a gente tem um espaço mesmo do ministério e ter programado mesmo, por mais que a gente tenha aqui representações dos Estados, dos municípios, mas a gente fazer uma hora de exposição, 20 minutos para cada, para a gente ter essas visões. Acho que o programa só se constitui interfederativamente mesmo. Então, e aí, claro, a gente já

indica que o balanço da União precisaria contemplar todos os pontos da nossa resolução. Conselheira Vice-Presidente Rosângela, tem a palavra.

Sra. ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS – Vice-Presidente do CNAS/MDS - Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA

– Muito bom dia a todos e a todas. Eu quero dialogar aqui sobre a questão do orçamento. Eu fico muito feliz, presidente, ter a grandiosidade de chegar a esse pleno e dizer que fez uma falha equivocada ontem no final da tarde. Eu, pessoalmente, me senti muito... Eu vou dizer assim, agredida da forma que foi dito, porque parece que todos nós, os conselheiros, nós somos burros e não estávamos compreendendo aquele relatório. Então, também para mim foi uma fala muito infeliz, mas dou parabéns a ele de ter reconhecido o equívoco e estar se retratando diante desse pleno. Uma outra questão é que, assim, não sei os demais colegas da sociedade civil, mas eu, quando sociedade civil usuária, não concordo que tenha um outro grupo que vá dialogar na comissão para fazer esse diálogo da questão do financiamento, para mim, tem uma comissão, ela está dentro do nosso regimento e para mim é nessa comissão que eu confio. Então, eu não estou de acordo que se faça uma outra comissão para fazer um outro estudo, para mim, quem faz...

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Está vencido esse ponto.

Sra. ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS – Vice-Presidente do CNAS/MDS - Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA

– Mas assim, eu gostaria de registrar que quem faz isso é a Comissão de Financiamento e é com essa comissão que a gente precisa confiar e colaborar como todas as outras comissões têm o seu papel dentro desse pleno.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Ok, vamos, então, para o texto da resolução e aí a gente faz, novamente, a leitura, eu peço para o Conselheiro Carlos fazer e a gente apresenta destaques. Então à resolução. Conselheiro Carlos.

Sr. CARLOS NAMBU - Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – Bom dia, conselheiros e conselheiras, convidados e convidadas. Eu vou passar para o Coordenador Adjunto, Clodoaldo, ele vai fazer a leitura e só destacando que a comissão, ela não é deliberativa, não está fechada, o parecer, ele não é fechado, qualquer conselheiro pode discordar, concordar ou fazer qualquer coisa com o parecer e aí o pleno, conversando com o

presidente, nós faremos, se houver destaque do pleno, aí crescemos com tranquilidade na resolução, porque acho que nem a comissão é perfeita, a gente não tem uma visão 100% ampla que aí cada conselheiro pode contribuir para a gente aprimorar e ter um parecer mais detalhado. Então, eu vou passar para o Conselheiro Clodoaldo para leitura da resolução. Tem 2 resoluções, uma é do orçamento e a outra do ACESSUAS que, posteriormente, o Conselheiro Clodoaldo vai fazer.

Sr. CLODOALDO JOSÉ OLIVA MUCHINSKI - Representante da Fundação Fé e Alegria do Brasil – Resolução número de 23 de novembro de 2017, dispõe sobre aprovação do relatório de execução orçamentária e financeira do Fundo Nacional de Assistência Social, terceiro trimestre, exercício 2017. A plenária do Conselho Nacional de Assistência Social, em reunião ordinária realizada nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 2017, no uso da competência que lhes conferem os incisos 8º e 14º do Art. 18 da Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social resolve, Art. 1º aprovar o relatório de execução orçamentária e financeira do Fundo Nacional de Assistência Social, terceiro trimestre, exercício de 2017, apresentado pela Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social, conforme planilha anexa. Art. 2º esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Fábio Moassab Bruni, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado Conselheiro Clodoaldo, Coordenador Adjunto da Comissão de Financiamento. Eu teria, de início, 2 destaques, eu acho que a gente poderia colocar um considerando... Espera só 1 minutinho conselheira. Considerando que ano a ano, pelo menos desde 2014 a gente tem tido no terceiro trimestre, orçamentos cada vez menores e percentuais de execução cada vez menores, quer dizer, percentuais de execução cada vez menores sobre orçamentos cada vez menores. Acho que é um considerando importante. Então, a gente acrescentaria um Art. 2º dizendo das recomendações e trazendo um pouco daquilo que é a preocupação da própria comissão de a gente ter público, uma preocupação em relação, acho que nos encaminhamentos, se puxasse da memória, a gente tem ali alguns encaminhamentos e ontem no debate, a gente surgiu também outras ideias em relação à recomendação de revogação da portaria de saldo, enfim, eu acho que a gente colocaria um outro artigo aprovando e recomendando uma série de coisas, trazendo do relato da própria comissão. Meu destaque era esse. Conselheira Vice-Presidente, Rosângela.

Sra. ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS – Vice-Presidente do CNAS/MDS - Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA – Seguindo na linha que o presidente traz, eu penso que ali quando a gente... Cadê a Resolução? Eu penso que a gente pode colocar que aprova com ressalva o relatório e logo abaixo, a gente faz o capítulo dos considerandos, inclusive, trazendo a proposição ontem da revogação da portaria, que trata sobre a história do fundo. Então, para mim, aprova com ressalva e a gente traz os considerandos ali embaixo e bom, enfim, a minha opinião é essa.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira Elcimara.

Sra. ELCIMARA RANGEL LOUREIRO ALÍCIO - Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Bom dia presidente, bom dia, conselheiros e conselheiras. Eu vou na linha que o presidente colocou aqui, aprovação da resolução, mas que tem as ressalvas dos encaminhamentos que nós fizemos aqui ontem daqueles debates que nós fizemos aqui ontem, com relação a baixa execução financeira que nós temos, uma coisa é o orçamento e depois vem a execução financeira que dos últimos anos, ela está cada vez mais baixa, eu acho que a gente precisa fazer, não sei como vai entrar o texto, mas eu acredito que a gente precisa fazer essa recomendação, fazer a recomendação também da possibilidade da... Não da possibilidade, mas recomendar a suspensão da Portaria 36, que trata da suspensão dos financiamentos para o município a partir dos saldos acumulados. Acho que ela é de 2014, salvo engano. É isso? 36 de 2014.

Sr. CLODOALDO JOSÉ OLIVA MUCHINSKI - Representante da Fundação Fé e Alegria do Brasil – Conselheira tem a Portaria 88, que ela altera a Portaria 36. Talvez, a gente devesse...

Sra. ELCIMARA RANGEL LOUREIRO ALÍCIO - Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Então, é 88, então, a gente precisa puxar... isso, porque a 36 fala que se o saldo for acumulado a partir de 1 ano, aí o fundo, ele suspende o repasse, ok? Mas a gente precisa fazer essa recomendação dessa portaria e que seja, então, a 88, mas eu entendo que tem de aparecer essa recomendação para suspender essa portaria, porque entendo que essa portaria, ela foi promulgada devido já à baixa execução financeira. Então, você tem aí uma portaria que minimamente vai te responder

para você não fazer execução financeira de acordo o que foi orçamento, enfim, acho que essas recomendações, elas precisam estar na resolução.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira Marisa.

Sra. MARISA RODRIGUES DA SILVA - Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Só reforçar aqui, senhor presidente, infelizmente ontem eu não tive a oportunidade de praticar desse debate, porque estávamos em outra atividade aqui desse conselho, junto com a Comissão de Normas, mas a nossa companheira aqui veio, a Conselheira Elcimara vem discutindo isso com muita firmeza, isso é importante, que soma as nossas colocações enquanto colegiado, mas o ponto de que a nossa Vice-Presidente está trazendo, Rosângela, e o que o senhor também colocou é importante demarcar essa ressalva, porque não podemos, de forma alguma, aprovar e aí também fazendo as considerações aqui à comissão, parabenizar pelo trabalho desta comissão que vem se esforçando nesse entendimento e fazendo essa defesa lá, sem dúvida, na coordenação aqui do Conselheiro Carlos. Isso é importante à gente ressaltar e dar esse apoio, esse suporte, mas que evidentemente, que é aqui no plenário que a gente amplia esse debate. Só para concluir, demarcar sim, eu acho que a gente não pode, de forma alguma, aprovar este relatório de execução orçamentária financeira, sem demarcar esse ponto que é imoral, irresponsável, a gente ter um teto apenas de execução financeira que não chega, salvo engano, até 30%, em setembro, 30%. Então, é imoral isso, eu quero registrar aqui a minha indignação enquanto gestora, porque quando a gente está lá na base, é onde a gente sofre principalmente agora nesse processo. Então, a gente tem aqui, senhor presidente, que demarcar o espaço e resgatar esse pacto federativo, porque nós temos um pacto federativo e a gente tem que fazer jus a eles, porque os nossos beneficiários estão lá na ponta esperando que a gente possa exercer a nossa gestão de forma qualitativa. Portanto, eu quero aqui me somar aqui, parabenizar esta comissão que trouxe para nós elementos fundamentais para chegar a esse ponto. Muito obrigada.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado, conselheira. A sua indignação é compartilhada com essa presidência. Conselheiro Luís Otávio. Conselheira Maira.

Sra. MAIRA LEILANE OLIVEIRA ALMEIDA - Representantes do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS – Bom dia a todos e todas.

Bom dia presidente, Secretaria Executiva. Deixa eu ser, realmente, na frente, porque eu me somo ao COEGEMAS, enquanto fórum de gestores, é necessário que, realmente, a gente faça uma aprovação com ressalvas, porque não é a totalidade da execução que é o ponto fundamental da discussão desse pleno. O que a gente está mostrando é que nós estamos atentos à execução do serviço da (ininteligível 1:42:55) de forma integral, serviços e benefícios. Então, acho que é importante isso mostra um amadurecimento desta casa, quero aqui, presidente, destacar o trabalho competente e importante da comissão de financiamento, comissão essa que eu fiz parte, acompanhei o início da coordenação desse trabalho, eu não poderia aqui deixar de citar o quanto essa comissão, ela cresceu, eu venho da comissão desde a gestão passada e eu não posso deixar de reconhecer, de ser justa e reconhecer o quanto essa comissão, ela avançou nas discussões, ela avançou na preocupação para que esse pleno tivesse um pouco mais, assim, é muito complexa a pauta, mas que a gente pudesse trazer com mais clareza o que nós precisamos é avançar e aí eu faço jus a algumas palavras que o senhor colocou ontem e também parablenizo o seu ato de reconhecer nesse momento, que precisamos estar juntos, que, às vezes, a gente se expressa de maneira equivocada. O que a gente precisa agora é pensar, eu acho que não só um exercício da Comissão de Financiamento, é um exercício deste pleno, de que forma nós vamos cobrar que a gestão nos dê essas informações, para que essas informações cheguem também para a Comissão de Financiamento com mais clareza, porque eu reconheço, porque eu vivenciei o esforço de quando vinha os quadros, de pedir maiores detalhamentos, de pedir o glossário, que seja anexado aos relatórios para que a gente pudesse ter um entendimento, mas é complexa a forma como vem para a comissão ainda é muito complexa. Eu acho que a gente pode sim pedir que venha para a comissão de forma mais clara, mas assim, enquanto colegiado, eu me somo ao CONGEMAS que é onde, de fato, acontecem os serviços e aprovar com ressalva, mostrando que nós estamos atentos a execução dos serviços é importante para que a gente, realmente, fique mais tranquila na aprovação desse relatório de execução. Muito obrigada.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira Mariana.

Sra. MARIANA DE SOUZA MACHADO NERIS – Diretora do Departamento de Proteção Social Especial/SNAS/MDS – Podem ser os cavalheiros agora, eu passo para os cavalheiros. Vai cavalheiro.

Sr. LUÍS OTÁVIO PIRES DE FARIAS - Diretor do Departamento de Gestão do SUAS/SNAS/MDS – Primeiro só uma questão ali, se trata, na verdade, da Portaria 36 mesmo, a 88, ela só altera 2 ou 3 artigos da 36 em relação a critérios de priorização para pagamento, ou seja, a 88, ela alterou, ela não tem texto completo, ela só tem o texto alterando esses artigos da priorização e a priorização são critérios aí, eu acho que continuam consensuais entre o Ministério e os entes, em havendo financeiro, a gente prioriza o repasse para os municípios que estão com menos recurso em conta. Então, e em relação a Portaria 36, eu acho que a redação que está ali, para mim, ela contempla, ou seja, reveja a aplicação da Portaria 36, mas só trazendo aqui que eu acho que não se trata de uma mera revogação da Portaria 36, porquê da mesma forma que não pode pagar o justo pelo pecador, também não é muito legal que o pecador seja absolvido pelo justo. O que acontece? Se a gente olhar para as contas hoje, nós vamos encontrar municípios que tem lá saldos acumulados ainda e que não é em decorrência desta irregularidade no fluxo de pagamento. Nós temos casos, realmente, que são problemas de gestão local e a gente viu aqui, eu mesmo quando estava analisando o IGD que, no caso, nem entra no bloqueio ainda, mas você tinha municípios com mais de 80 parcelas de IGD acumuladas. Então, isso é diferente daquela situação do município que ele tem já, ele tem 4 parcelas em conta, o que é absolutamente normal, mas aí chega no final do ano, ele recebe, em uma tacada só, 8 parcelas e aí ele bate nas 12, ele recebe as 8 e imediatamente é bloqueado. Então, acho que são situações muito diferentes. Eu acho que a gente tem que rever a aplicação sim, mas nesses casos em que o saldo, ele é decorrência da própria irregularidade no fluxo de pagamentos do Governo Federal. Então, por exemplo, tende a acontecer no final desse ano de novo aquela situação que você vai uma montanha de recursos para aqueles municípios no final do ano. Então, acho que esses municípios que vão receber o recurso acumulado no final do ano, não podem ser tratados da mesma forma que aqueles outros que já estão na Portaria 36. Então, mas para mim a redação da forma como está ali, ela contempla. Então, acho que é rever a aplicação da Portaria 36.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira Mariana.

Sra. MARIANA DE SOUZA MACHADO NERIS – Diretora do Departamento de Proteção Social Especial/SNAS/MDS – Bom dia presidente Fábio, Vice-Presidente Rosângela, a Secretária Executiva, Conselheiros. Primeiro eu quero parabenizar a comissão de financiamento, não só por esse trabalho que foi feito agora, mas ao longo do ano, o esforço duríssimo de fazer toda essa análise e esse estudo e a construção desses relatórios que são

bastante detalhados e inclusive que apresentam aqui bastantes sugestões que são muito pertinentes e oportunas e urgentes nesse contexto que nós estamos vivendo hoje. E é justamente, a partir do relatório que eu me motivei a fazer essa inscrição só para a gente resgatar do que se trata essa resolução. Nós estamos aqui dispendo sobre a aprovação do relatório de execução orçamentária e financeira do fundo. O ponto é nós estamos aqui entendendo que o Fundo Nacional cumpriu o decreto, cumpriu a legislação e com legalidade, atendeu as normativas do que estava posto para o fundo executar e aí eu queria que a gente tivesse toda a clareza de que ao aprovar esse relatório, a gente está dizendo que houve legalidade nos procedimentos que estavam postos para o fundo. A outra questão que é política, que nós estamos todos em concordância é que para além do que se faz administrativamente na gestão do fundo, nós temos outros elementos que precisam vir à tona, nós temos essa baixa execução dos serviços, como foi falado aqui, mas porque nós temos um decreto de contingenciamento e aí quando eu leio aqui a memória da comissão, eu me sinto contemplada quando há como encaminhamento uma série de medidas já para buscar trazer a regularidade dos repasses, trazer os recursos financeiros para pagar. Então, eu entendo que há concordância em se aprovar o que o fundo fez, eu acho que está correto, o fundo, inclusive, também tem feito um esforço sobrenatural para conseguir dentro do que tem sido disponibilizado, realizar os pagamentos, realizar a composição e isso também merece o nosso reconhecimento. Nesse sentido, eu gostaria de sugerir que a aprovação, ela ocorra, da execução orçamentaria financeira do fundo, acho que não tem motivo para não aprovar a execução, no entanto, as ressalvas, elas deveriam vir no sentido de que a gestão adote as medidas que assegurem a maior regularidade no repasse, porque eu acredito que seja a preocupação, que seja a regularidade. Dentro das medidas de regularidade, existe a questão da portaria, existe a solicitação do Tesouro Nacional de um cronograma de repasses, com maior transparência e um conjunto de outras medidas que já foram trazidas como encaminhamentos da comissão. Então, eu gostaria de sugerir que fosse de uma forma mais ampliada, que dentro das ressalvas haja a solicitação de adoção de medidas de gestão que assegurem maior regularidade no repasse, porque envolvem todas essas outras já encaminhadas pela comissão no relatório.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – A gente não tem mais inscrito. Eu queria, então, só... Só, rapidamente, conselheiro. É porque eu me guio pelas anotações da Secretaria Executiva e não estavam registradas, é só isso. Eu queria só concordar com a Conselheira Mariana. Eu acho que a

gente tem uma série de ressalvas aos dados apresentados, mas que não são ressalvas das contas, não são ressalvas do trabalho do fundo e do que foi apresentado e bem apropriado pela comissão. Eu acho que você dá uma redação que é bastante interessante. Na sua leitura, você usou gestão e eu trocava gestão por união, porque eu acho que gestão ainda pode dar um indicativo de que a gente está se referindo a gestão da SNAS ou do próprio MDS e, na realidade, a gente está fazendo aqui um movimento político para fora de dizer, olha, o que está resumido naquela hashtag respeito o SUAS, então, Ministério do Planejamento, Tesouro Nacional, respeitem e respeitem que a gente precisa ter regularidade, a gente precisa ter montante suficiente para fazer frente aos mais de 8 mil CRAS, aos mais de 2 mil CREAS e dar conta da rede de proteção social que a gente conseguiu formar. Conselheiro, Coordenador da Comissão, Carlos.

Sr. CARLOS NAMBU - Representante da Inspetoria São João Bosco – Salesianos – Eu só queria concordar com a Conselheira Mariana e com o Luís Otávio, que é essa grande necessidade e essa proposta e a Conselheira Mariana, ela traduziu, realmente, que esse foi o debate da Comissão de Financiamento, ele somente não levou os encaminhamentos lá para a resolução, mas os encaminhamentos estavam nessa linha em relação desse contingenciamento, o nosso medo de aumento dos restos a pagar sempre vai acumulando e a questão do repasse contínuo. Só para enfatizar que a comissão fez esse debate e você transmitiu, realmente, o encaminhamento, ele era para forçar mesmo a questão, só que nós não materializamos na resolução e é bom trazer para o pleno para a gente poder construir junto essa questão.

Sra. MARIANA DE SOUZA MACHADO NERIS – Diretora do Departamento de Proteção Social Especial/SNAS/MDS – Então assim, só porque talvez não tenha ficado claro. A Renata até me perguntou aqui, a minha sugestão de redação da ressalva é que ficasse somente essa redação, adoção de medidas da União que assegurem maior regularidade do repasse e eu não entraria nesse detalhamento de quais são as medidas dentro da resolução. Então, nem essas que já tinham sido discutidas anteriores.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Então, olha só, no Art. 1º aprova o relatório, no Art. 2º, na verdade, recomenda que a União adote as medidas que assegurem a regularidade dos repasses. Eu havia sugerido um considerando que eu não sei se tem proposta de redação, eu posso, eu rascunhei aqui rapidamente, posso ler em voz alta para a gente pensar juntos. Considerando-

se que ano a ano, desde 2014, o orçamento dedicado a gestão e aos serviços do SUAS tem diminuído, assim como diminuem os percentuais de execução/pagamentos verificados no 3º trimestre, chegando-se a 2017 na casa de 30% aí resolve. Ok? Conselheira Raquel.

Sra. RAQUEL DE FÁTIMA ANTUNES MARTINS – Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – Conselheiros eu, apesar de estar um pouco unanime a ideia de que a União adote as medidas que assegurem, eu, realmente, me questiono se a União adotaria, por si, essas medidas. Porque o que a gente percebe na comissão é que haveria necessidade de uma articulação junto a setores, a órgãos do governo para que os repasses ocorressem de maneira frequente, conforme talvez até um cronograma mensal, onde todos os meses, até a data tal, o repasse ocorresse. Ok, esse é o nosso encaminhamento, a gente fez nesse sentido. Agora assim, eu entendo a proposta do Presidente Fábio no que diz respeito a retirar, substituir gestão por união, mas eu coloco a dúvida mesmo se dessa forma, nós estaremos sendo efetivos nessa recomendação, porque o que é união? A União é uma quantidade de órgãos, quando a gente fala gestão, a gente tem alguém que está sendo apontado aí. Eu poderia dizer, claro que isso traz, de alguma forma para a SNAS, é uma obrigação, de fato, de gestão, mas eu acho que, pelo menos, a gente indica alguém. Agora, na medida em que a gente deixa que a União adote as medidas, me parece que fica com pouca efetividade.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira Elcimara.

Sra. ELCIMARA RANGEL LOUREIRO ALÍCIO - Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Presidente eu quero aqui concordar com a conselheira, porque eu entendo que a União, realmente, fica muito abrangente, acho que dada à complexidade e o momento que a gente tem vivido, eu acho que quanto mais termos efetivos e diretos, talvez, seremos mais compreendidos. Então, talvez, recomendar, não a União, mas recomendar, vai ser ao Ministério da Fazenda, vai ser ao MDS, quem é o responsável por fazer essa regularidade do repasse para que haja, de fato, o cumprimento aí do nosso orçamento.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Então recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Social que articule com o Ministério do Planejamento e da Fazenda para assegurar a regularidade dos repasses.

Sra. ELCIMARA RANGEL LOUREIRO ALÍCIO - Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Isso irmos direto ao órgão competente.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Pergunto se há algum outro destaque? Então, teria que...

Sra. ELCIMARA RANGEL LOUREIRO ALÍCIO - Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Portaria 36. A Suspensão da portaria 36.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Pelo menos o último encaminhamento que a gente tinha este Art. 2º, ele contemplaria os diversos encaminhamentos que estavam anteriormente, inclusive, o que diria respeito à revisão das portarias.

Sra. MARISA RODRIGUES DA SILVA - Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Presidente só uma questão de entendimento aqui. Pelo o que eu estou entendendo nessa portaria 88, de 10 de setembro de 2015, ela já alterou a 36, não é isso? Altera a Portaria 36, me parece que não existe mais a 36 com essa alteração da 88, existe? Então, é um esclarecimento para saber o que nós queremos se é realmente a suspensão da 36, juntamente, como é essa 88? Que a 88, ela só prioriza o repasse dos recursos conforme a disponibilidade financeira. Isso a gente entende, quem tem dinheiro na conta não pode receber até aquele nível conforme ela colocou. Essa fica, é isso que eu estou entendendo?

Sra. ELCIMARA RANGEL LOUREIRO ALÍCIO - Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – É porque a Portaria 36, ela fala da suspensão do repasse de recurso, quando há saldo acumulado na conta dos municípios e a gente sabe as dificuldades que os municípios têm devido aos processos burocráticos dentro da gestão. Então, a sugestão nossa é que reveja essa Portaria 36. Eu entendo que a portaria 36, inclusive, foi criada por conta da baixa execução financeira, ora se não entra dinheiro na conta do fundo, o fundo tinha que criar um mecanismo para que, realmente não ficasse tão longe daquilo que foi previsto lá na dotação orçamentária. Então, uma coisa é a dotação orçamentaria e outra coisa é a execução financeira. Então, entendo que a Portaria 36, ela foi criada como instrumento para conseguir responder a baixa execução financeira e aí suspende o repasse dos municípios e aí, então, você consegue repassar o que

tem disponível na conta do fundo. Então assim, a minha sugestão é, de fato, que seja revista a Portaria 36 que trata do repasse de recurso para os municípios que têm saldo acumulado de 1 ano na conta.

Sra. ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS – Vice-Presidente do CNAS/MDS - Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA – Conselheiro Luís Otávio.

Sr. LUÍS OTÁVIO PIRES DE FARIAS - Diretor do Departamento de Gestão do SUAS/SNAS/MDS – Só esclarecendo, é a 36 mesmo, Marisa? Porque é igual a LOAS, a gente tem várias leis que alteram a LOAS, mas a LOAS a gente continua sempre referindo a... E eu acho que vale a pena inserir uma referência a essa questão da suspensão e da aplicação da Portaria 36, mas uma vez mais só lembrando que tem situações hoje de suspensão em relação a Portaria 36, que não justifica a gente retomar repasses. É claro, Secretária Elcimara que tem sim uma questão de racionalização de recursos no contexto de restrição e que isso estava no cálculo ali quando fizeram a Portaria 36, mas também a gente não pode resumir a isso, têm outras razões, além disso. Então, de fato, nós temos situações que, assim, ou você pressiona para que haja a execução do recurso lá na ponta e aí não faz sentido você ficar repassando. Então, acho que rever a aplicação da Portaria 36 em função da irregularidade dos repasses do Governo Federal.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheiros eu estou passando a limpo a sugestão de redação e eu perdi os encaminhamentos. Tem alguém inscrito? Peço só que abaixem, então, as nominatas. A Secretaria Executiva conseguiu incorporar todo o debate que foi feito? Só está falando o meu. Então, eu vou escrever aqui e passo e enquanto isso, eu peço, então que o conselheiro, que seja projetada a outra resolução e o conselheiro Clodoaldo faça a leitura da partilha para a gente depois realizar as duas votações.

Sr. CLODOALDO JOSÉ OLIVA MUCHINSKI - Representante da Fundação Fé e Alegria do Brasil – Resolução de 23 de novembro de 2017 aprova as metas e critérios de partilha para o cofinanciamento federal do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho, ACESSUAS Trabalho no exercício de 2017. O Conselho Nacional de Assistência Social, no uso da competência que lhe confere o Art. 18 da Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social e considerando a Resolução 18 de 14 de maio de 2012, com as alterações dadas pela Resolução 25 de 12 de dezembro de 2016 do

Conselho Nacional de Assistência Social que institui o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho ACESSUAS Trabalho, considerando a Resolução 3 de 19 de abril de 2017 do CNAS que aprova o ajuste das metas de execução do programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho, Programa ACESSUAS Trabalho para os municípios com saldos financeiros nos respectivos fundos de Assistência Social, resolve, Art. 1º aprova os critérios de partilha para o cofinanciamento federal do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho, ACESSUAS Trabalho no exercício de 2017. Art. 2º são elegíveis os municípios e o Distrito Federal que tem o centro de referência de Assistência Social, CRAS e estimativa de público potencial equivalente a, no mínimo, 100 pessoas. Parágrafo único, para fins desta pactuação compreende-se como público potencial 30% do total de beneficiários do Programa Bolsa Família no município, na faixa etária de 14 a 59 anos. Art. 3º os municípios e Distrito Federal elegíveis nos termos do Art. 2º serão classificados em ordem decrescente quanto ao número absoluto de público potencial e serão cofinanciados até o limite da disponibilidade orçamentária. Art. 4º o cofinanciamento federal aos municípios e Distrito Federal considerara o público potencial e o valor de 20 mil reais a cada 100 pessoas atendidas em ciclo de oficinas observado as seguintes faixas: 1 até 10 mil pessoas do público potencial será cofinanciado o atendimento de 500 pessoas. 2 de 10.001 até 20.000 pessoas de público potencial será cofinanciado o atendimento de 800 pessoas. 3 de 20.001 até 30.000 pessoas de público potencial será cofinanciado o atendimento de 1.000 pessoas. 4 de 30.001 até 50.000 pessoas de público potencial, será cofinanciado o atendimento de 1.200 pessoas. 5 a partir de 50.001 pessoas de público potencial, será cofinanciado o atendimento de 1.800 pessoas. Parágrafo 1º o número de atendimentos conforme as faixas constantes nos Incisos de 1 a 5 corresponde a meta de atendimento em ciclo de oficinas a serem realizadas conforme orientação técnica do Programa ACESSUAS Trabalho. 2º para fins de cofinanciamento federal, será deduzida da meta de atendimento desta pactuação a meta de atendimento, previamente pactuada nos termos da Resolução número 3 de 19 de abril de 2017 do Conselho Nacional de Assistência Social. Art. 5º para efeito de monitoramento do alcance das metas serão considerados os registros em sistema a ser disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Parágrafo único, o CNAS realizará o monitoramento de execução das metas semestralmente. Art. 6º os municípios e o Distrito Federal deverão realizar o aceite formal ao cofinanciamento federal no período a ser divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Art. 7º esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Fábio Moassab Bruni, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado Conselheiro Clodoaldo. A gente passa, então, para verificar se tem algum destaque. Não há destaques nessa resolução. Sim. Então, a gente passa para a aprovação das 2 resoluções e aí a gente pede, então, para a Secretária Executiva... Só 1 minuto. Conselheiro Clodoaldo.

Sr. CLODOALDO JOSÉ OLIVA MUCHINSKI - Representante da Fundação Fé e Alegria do Brasil – Presidente, não é importante reler a resolução que trata da aprovação da execução orçamentária e financeira?

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – É isso que estou combinando com a Mercês aqui, como a Secretaria Executiva ainda não conseguiu incorporar o considerando que eu redigi, a gente vai fazer a votação, então, da 2ª resolução lida e logo na sequência, a gente faz da 1ª que é da aprovação do relatório trimestral. Então, por favor, Mercês, a 2ª resolução. Conselheira Elcimara.

Sra. ELCIMARA RANGEL LOUREIRO ALÍCIO - Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Desculpa presidente, mas é porque eu estava resolvendo uma situação aqui, a questão do repasse do ACESSUAS Trabalho, assim, eu não sei se eu entendi errado. Alguns municípios que estão executando e de acordo com o que está a resolução aqui que trata que até 10.000 os municípios irão receber mais algum recurso. É isso? Ou nós vamos apenas utilizar o que já estamos com o saldo em conta?

Sra. RENATA APARECIDA FERREIRA – Diretora do Departamento de Proteção Social Básica Representante do Ministério do Desenvolvimento Social/MDS – Os municípios que tem saldo em conta já estão utilizando. Aqui, o critério, ele traz um alinhamento de metas. Então, daqueles municípios que tem saldo em conta e uma meta inferior ao estabelecido no critério, ele vai ter uma equivalência de meta para que se fique igualitário e aí a partir do critério, nós temos a entrada de novos municípios. Então, teremos em torno de 300 novos municípios em expansão, exatamente, é uma expansão com alinhamento de metas.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Esclarecida Conselheira? Ok. Não tendo mais nenhum destaque e o plenário estando esclarecido, eu peço para a Mercês fazer a verificação e o chamamento para

votação da 2ª resolução lida, que é resolução que versa sobre a partilha de recursos para o Programa ACESSUAS Trabalho. Por favor.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheiros na titularidade, Conselheira Marília, Conselheira Solange.

Sra. SOLANGE TEIXEIRA – SENARC/MDS – Bom senhor Presidente, senhora Vice-Presidente, Conselheiros, Conselheiras, convidados. Pela aprovação.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheira Maria Isabel.

Sra. MARIA IZABEL DE AMORIM - Representante do Ministério do Desenvolvimento Social/MDS – Bom dia a todos e a todas. Pela aprovação.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheira Maira.

Sra. MAIRA LEILANE OLIVEIRA ALMEIDA - Representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS – Pela aprovação.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheira Mariana.

Sra. MARIANA DE SOUZA MACHADO NERIS – Diretora do Departamento de Proteção Social Especial/SNAS/MDS – Pela aprovação.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheira Renata.

Sra. RENATA APARECIDA FERREIRA – Diretora do Departamento de Proteção Social Básica Representante do Ministério do Desenvolvimento Social /MDS – Pela aprovação.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheira Luziana.

Sra. LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO - Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO – Pela aprovação.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheira Norma.

Sra. NORMA SUELY DE SOUZA CARVALHO - Representante da Capemisa Instituto de Ação Social – Pela aprovação.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheiro Benedito.

Sr. BENEDITO AUGUSTO DE OLIVEIRA - Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social – CNTSS – Pela aprovação.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheira Elcimara.

Sra. ELCIMARA RANGEL LOUREIRO ALÍCIO - Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Pela aprovação.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheira Clátia.

Sra. CLÁTIA REGINA VIEIRA - Representante da Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas – FENATIBREF – Bom dia a todos e a todas. Pela aprovação.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheiro Luís Otávio.

Sr. LUIS OTÁVIO PIRES DE FARIAS - Diretor do Departamento de Gestão do SUAS/SNAS/MDS – Pela aprovação.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheira Elisa.

Sra. ELISA MACIEL COSTA - Representante da Associação Mayle Sara Kali – Pela aprovação.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheira Maria José.

Sra. MARIA JOSÉ VASCONCELOS BARRETO CARVALHO - Representante do Fórum Estadual de Usuários do SUAS de Sergipe – FEUSUAS/SE – Bom dia a todos e a todas. Pela aprovação.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheira Rosângela.

Sra. ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS – Vice-Presidente do CNAS/MDS - Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA – Bom dia a todos e a todas. Pela aprovação.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheiro Clodoaldo.

Sr. CLODOALDO JOSÉ OLIVA MUCHINSKI - Representante da Fundação Fé e Alegria do Brasil – Pela aprovação.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheiro Carlos.

Sr. CARLOS NAMBU - Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – Pela aprovação.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheiro Presidente Fábio.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Pela aprovação. Pergunto, então, se a gente já tem a versão final da 1ª resolução lida? Eu passo, então, a fazer a leitura. Dispõe sobre a aprovação do relatório de

execução orçamentaria e financeira do Fundo Nacional de Assistência Social, terceiro trimestre, exercício de 2017. A plenária do Conselho Nacional de Assistência Social, em reunião ordinária, realizada nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 2017, no uso da competência que lhe conferem os Incisos 8 e 9 do Art. 18 da LOAS, considerando-se que ano a ano, desde 2014, o orçamento destinado a gestão e aos serviços do SUAS tem diminuído, assim como diminuem os percentuais de execução/pagamentos verificados no 3º trimestre, chegando-se em 30/09/2017 ao percentual médio de apenas 30% resolve, Art. 1º aprovar o relatório de execução orçamentária e financeira do Fundo Nacional de Assistência Social, 3º trimestre, exercício 2017, apresentado pela Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social, conforme planilha anexa. Art. 2º recomendar ao MDS que articule com o Ministério do Planejamento e da Fazenda as medidas que assegurem a regularidade dos repasses. Art. 3º esta resolução entra em vigor na data da sua publicação. Pergunto se tem algum... Tem que colocar o nome por extenso do Ministério nosso e do Ministério do Planejamento, acho que da Fazenda, acho que é só Fazenda mesmo. Só Fazenda. Então, feitas essas considerações de ordem muito formais de redação, eu pergunto se... Conselheiro Clodoaldo está inscrito? Conselheiro Carlos.

Sr. CLODOALDO JOSÉ OLIVA MUCHINSKI - Representante da Fundação Fé e Alegria do Brasil – Se pudéssemos verificar a porcentagem de execução para a gente não cometer equívoco, pode ser? Eu acho melhor, porque ficou na resolução, desculpa, perdi que eu estava olhando aqui, ficou 30% não é isso? Então, talvez fosse melhor fazer um cálculo e aí colocar exatamente o valor executado, pode ser?

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Olha só, o cálculo, como fui eu que fiz a redação, eu posso esclarecer a conta que eu fiz. Dentro da tabela em que constam os serviços e a gestão do SUAS, incluindo aí estruturação da rede. Acho que nessa hora implica menos a gente ser preciso aí com as ações e mais falar do orçamento geral. Então, existe aquela tabela do pago no exercício até 30/09. Então, que ela diz o total geral é de 642.533, quando você coloca este valor sobre o montante da dotação atualizada, coluna A, que é 2.125.371, isso dá 30,2%, 30%. Conselheiro Carlos.

Sr. CARLOS NAMBU - Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – Em relação à proposta da Elcimara referente à portaria, a revisão da portaria 36, nós vamos voltar

para o relato da comissão, porque lá tem os encaminhamentos que você vai precisar aprovar. Nós estamos vendo a resolução, é isso? É porque no relato tem encaminhamentos inclusive da proposta orçamentária de 2018.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Isso o que a Mercês está me falando é que a gente está só mesmo concentrado na resolução e depois a gente volta para os encaminhamentos da memória.

Sr. CARLOS NAMBU - Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – Está ok, aí a Conselheira Elcimara passa o texto lá da questão da revisão.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Já passou. Sobre a resolução, existe alguma dúvida, ou o plenário está esclarecido? Ok. Então, eu peço para a Secretária Executiva Mercês fazer o chamamento para a votação dessa resolução de aprovação do terceiro relatório apresentado no ano, 3º trimestre de execução financeira do Fundo Nacional de Assistência Social.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheiros na titularidade, Conselheira Marília.

Sra. MARÍLIA PAIVA DE CARVALHO - Representante do Ministério do Desenvolvimento Social/MDS – Aprovação.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheira Maria Isabel.

Sra. MARIA IZABEL DE AMORIM - Representante do Ministério do Desenvolvimento Social/MDS - Pela aprovação.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheira Solange.

Sra. SOLANGE TEIXEIRA – SENARC/MDS – Pela aprovação.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheira Maira.

Sra. MAIRA LEILANE OLIVEIRA ALMEIDA - Representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS – Pela aprovação.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheira Mariana.

Sra. MARIANA DE SOUZA MACHADO NERIS – Diretora do Departamento de Proteção Social Especial/SNAS/MDS – Pela aprovação.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheira Renata.

Sra. RENATA APARECIDA FERREIRA – Diretora do Departamento de Proteção Social Básica Representante do Ministério do Desenvolvimento Social/MDS – Pela aprovação.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheira Luziana.

Sra. LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO - Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO – Pela aprovação.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheira Norma.

Sra. NORMA SUELY DE SOUZA CARVALHO - Representante da Capemisa Instituto de Ação Social – Pela aprovação.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheiro Benedito.

Sr. BENEDITO AUGUSTO DE OLIVEIRA - Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social – CNTSS – Pela aprovação.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheira Elcimara.

Sra. ELCIMARA RANGEL LOUREIRO ALÍCIO - Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Pela aprovação.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheira Clátia.

Sra. CLÁTIA REGINA VIEIRA - Representante da Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas – FENATIBREF – Pela aprovação.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheiro Luís Otávio.

Sr. LUIS OTÁVIO PIRES DE FARIAS - Diretor do Departamento de Gestão do SUAS/SNAS/MDS – Pela aprovação.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheira Elisa.

Sra. ELISA MACIEL COSTA - Representante da Associação Mayle Sara Kali – Pela aprovação.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheira Maria José.

Sra. MARIA JOSÉ VASCONCELOS BARRETO CARVALHO - Representante do Fórum Estadual de Usuários do SUAS de Sergipe – FEUSUAS/SE – Pela aprovação.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheira Rosângela.

Sra. ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS – Vice-Presidente do CNAS/MDS - Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA – Pela aprovação.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheiro Clodoaldo.

Sr. CLODOALDO JOSÉ OLIVA MUCHINSKI - Representante da Fundação Fé e Alegria do Brasil – Pela aprovação.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheiro Carlos.

Sr. CARLOS NAMBU - Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – Gostaria de parabenizar o trabalho realizado pela comissão e a confiança dos conselheiros no trabalho da comissão e também parabenizar o nosso apoio a Secretária Executiva que sempre, com responsabilidade, realizou todos os trabalhos junto com a comissão. Pela aprovação.

Sra. MARIA DAS MERCÊS DE AVELINO CARVALHO – Secretária-Executiva do CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – Conselheiro Presidente Fábio.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Pela aprovação também entendendo que... parabenizando o trabalho da comissão e entendendo que no plenário a gente foi capaz de fazer um debate qualificado e muito sóbrio a respeito da situação crítica da execução financeira do Fundo Nacional. Então, agradeço a todos. E agora, a gente volta, então, para a memória e os encaminhamentos que constam da memória. Eu passo a palavra para o Conselheiro coordenador da Comissão, Conselheiro Carlos.

Sr. CARLOS NAMBU - Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – Vai passar ponto por ponto? Que o relato, ele foi lido na íntegra. Ponto por ponto?

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Como você preferir, Conselheiro.

Sr. CARLOS NAMBU - Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – Só o encaminhamento ou vai ler todo o ponto 1? Não, né? Bom, em relação ao ponto 1, encaminhamentos. É que tem muita coisa que já contemplou, aí os conselheiros ajudem a gente. Encaminhamentos, a comissão sugere à plenária solicitar ao tesouro Nacional a

elaboração de um cronograma de repasse de recursos para o Fundo Nacional de Assistência Social. Solicitar ao Fundo Nacional de Assistência Social, o...

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheiro, a Secretaria Executiva está solicitando que você fala à leitura direto da tela. Porque elas alteraram, acrescentaram, enfim. A Secretaria Executiva chama de memória pós-plenário. Então, ela vai incorporando o debate que ficou ali.

Sr. CARLOS NAMBU - Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – Ponto 1, a comissão sugere à plenária solicitar ao Ministro da Fazenda, elaboração de um cronograma de repasse de recursos para o Fundo Nacional da Assistência Social. Solicitar a SNAS detalhamento das despesas discricionárias, não sendo obrigatória, potencializando contingenciamento. Essas despesas discricionárias são aquelas para a gestão e serviços. O que pode onerar o orçamento do ano subsequente, é aqueles restos a pagar que vai acumulando e fica eterno. Incluir no quadro de execução orçamentária financeira com a posição de 20 de novembro, nota com a situação da execução atualizada. Esse quadro, ele já está anexo no relato à posição de 20 de novembro e solicitar a SMDS que articule com os órgãos competentes a garantia para que o orçamento seja integralmente descontingenciado até 29 de dezembro de 2017. Indiretamente, execute 100% que hoje o valor é aproximadamente 600 milhões contingenciados. Aprovação do relatório de execução orçamentária e financeira do 3º trimestre do Fundo Nacional de Assistência Social, resolução anexa que acabamos de aprovar. Convidar o Fundo Nacional da Assistência Social para apresentar na plenária palestra sobre a execução orçamentária em fevereiro. O Ministério de Desenvolvimento Social articule com os órgãos competentes a garantia de que o orçamento seja integralmente descontingenciado até 29 de dezembro de 2017, já está lá em cima. A SNAS reveja a aplicação da Portaria 36/2014 em função da irregularidade dos repasses do Governo Federal, junto com o CNAS, é o que saiu na proposta, que a gente ia discutir essa revisão da Portaria 36/2014. Ao Fundo Nacional da Assistência Social, que a execução seja realizada de acordo com a dotação orçamentária e descontingenciamento das despesas discricionárias prevista na LOAS 2017.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Ok, obrigado conselheiro. Acho que a gente pode verificar se tem algum destaque, então, nesses itens dos encaminhamentos. Ele só me pareceu... O meu destaque é o seguinte, acho que a gente pode ser um pouco mais homogênea nos encaminhamentos no seguinte sentido, o cronograma de repasse, a gente foi e solicitou direto

ao Ministro da Fazenda e a garantia do descontingenciamento, a gente está pedindo que a SEMDS articule com os órgãos competentes. Eu acho que a gente pode fazer que eles articulem com os órgãos competentes, tanto o desbloqueio, quanto o cronograma de repasse, mas a gente também pode solicitar ao Ministro do Planejamento o desbloqueio, acho que não tem nada que impeça que a gente também peça diretamente, tal como a gente fez no encaminhamento da execução.

Sr. CARLOS NAMBU - Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – Só uma pergunta, quem desbloqueia? Fazenda? Planejamento?

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Quem desbloqueia o contingenciamento é o Ministério do Planejamento.

Sr. CARLOS NAMBU - Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – Então é Planejamento e direto na fonte para...

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Isso e aí tiraria esse SEMDS, a gente vai sempre direto na fonte, é isso?

Sr. CARLOS NAMBU - Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – Isso, direto na fonte, que lá... Que esse trâmite demora, aí fica complicado.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Meu único destaque, acho que não há nenhum outro. Então, podemos considerar aprovados, então, esses encaminhamentos, é isso? Passamos, então, aos encaminhamentos, então, da 2ª resolução, que eu acho que não teve...

Sr. CARLOS NAMBU - Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – Ponto 2 já está contemplado, está incluso na resolução que nós já aprovamos.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Desses encaminhamentos não teve destaque nenhum? Teve na partilha? Não teve. E com isso a gente fecha o relato?

Sr. CARLOS NAMBU - Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – Espera aí, o ponto 4, ele precisa, é orçamento 2018.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Ponto 3 tem algum destaque?

Sr. CARLOS NAMBU - Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – Não ponto 3, ele retorna para a comissão em fevereiro para a gente fazer um comparativo da portaria do MDS com a Resolução 19 e 20 do CNAS .

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Perfeito e ponto 4?

Sr. CARLOS NAMBU - Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – Ponto 4 é em relação ao retorno da proposta orçamentária 2018 e as emendas parlamentares e bancadas individuais. É a notícia que ainda temos do 1,7 bi e os encaminhamentos dados pela comissão, bom, é importante esse último parágrafo lá do 4º, foi informado à comissão sobre alteração da PLOA 2018, destacando o acréscimo em algumas ações referentes aos serviços, programas e projetos e que o déficit entre o orçamento aprovado pela Resolução CNAS 12, que dispõe sobre a aprovação da proposta orçamentária da Assistência Social, exercício 2018, passou de 98,05% para 50,56%. Então, ainda temos esse percentual a ver e brigar. A comissão sugere à plenária, encaminhamentos, permanente acompanhamento do CNAS, Presidência e Secretaria Executiva, a gente considerou que é a última plenária, junto ao Congresso em relação ao trâmite da PLOA 2018 no que se refere à assistência social, considerando o valor que o CNAS aprovou como proposta orçamentária principal. A grande preocupação da comissão é a seguinte, ontem não foi respondido pelo Ministro, não dava para se inscrever de novo, mas que a proposta principal aprovada na PLOA, na LOA de 2018 seja aquela que o valor que CNAS aprovou, mas que ela seja considerada a principal, porque vão considerar a principal somente aquele com o corte dos 98%, das despesas discricionárias. Então, isso aí fica perigoso, mesmo que seja fictício, como foi falado, só que eu o fictício, ele está no Diário Oficial, ele está oficial lá, que é uma proposta principal apresentada. Então, tudo bem, houve a garantia do ministro de que não. Então, vamos, mas o CNAS reforçar a questão de que a proposta principal é os 59 bi aprovado pela Resolução 12 do CNAS. Essa é a questão. E sugerir uma reunião extraordinária do CNAS no caso do orçamento para 2018, aprovado no Congresso, seja inferior ao aprovado pela Resolução 12 de 2017. Essas são as propostas que a comissão traz para o pleno.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado conselheiro. Algum destaque? Eu tenho um destaque que é o seguinte, acho que deu para perceber o quanto que o Conselho e eu também estou preocupado com essa questão orçamentária, no entanto, por diversas vezes, acho que isso é compartilhado

aqui, que a gente já teve o orçamento inferior ao aprovado pelo CNAS. Eu acho que fazer uma extraordinária, se o montante inferior, for um montante que a gente consiga recompor ao longo do exercício, para dar o exemplo desse ano, a gente está com o orçamento aí de 2.125.000.000 e a gente sabe que a gente precisa para fechar as contas de, no mínimo, mais 500, 600 milhões e o Ministério vai estar até o último momento empenhado em recompor esse orçamento. Eu acho que a gente já tem aí a sinalização do Ministro, a gente teve a sinalização do relator do orçamento no dia do lançamento da frente parlamentar em defesa do SUAS e a gente tem aí diversos deputados, que informalmente, estão dizendo, vai ser recomposto, vai ser em torno de 3 bilhões. Eu acho que ainda que não seja, vamos dizer, na vírgula, eu tenho a expectativa de que a gente vá conseguir recompor fortemente o nosso orçamento em um nível muito maior, inclusive, do que a gente tem esse ano. Eu acho que a gente teria, a gente pode ter um pouco de tranquilidade de esperar o orçamento ser aprovado e em fevereiro fazer a avaliação, se houver o orçamento aprovado até fevereiro, porque, às vezes, a gente sabe que o Legislativo, até aproveitando-se de um Executivo mais fragilizado, também demora a votar a Lei Orçamentária.

Sr. CARLOS NAMBU - Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – Minha preocupação e da comissão é que, na verdade é o 59 bilhões que foram propostos pela SNAS aqui pelo Conselho, eles minimamente asseguravam a manutenção. A gente... E agora, essa manutenção, ela vai se reduzir a 800 milhões. Então, é o preocupante, tudo bem, nós temos aqui no CNAS já aprovado um processo do acompanhamento das emendas parlamentares de relator, de bancada, individual, que a gente não... Aceita, mas não coloca como reposição do Fundo Nacional da Assistência Social. Essa é a preocupação. Eu não sei se a luta deve estar até a aprovação lá no plenário, tentar levar os 59 bi que o conselho aprovou, foi essa a preocupação da comissão, porque senão, a gente vai entrar em um caos e aqueles restos a pagar vai aumentar mais ainda, a gente não consegue rever a Portaria 36 e vamos aumentando o caos orçamentário no Brasil.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheiro Luís Otávio.

Sr. LUÍS OTÁVIO PIRES DE FARIAS - Diretor do Departamento de Gestão do SUAS/SNAS/MDS – Bom acho que, primeiro ponto só para a gente nivelar aqui, até para ficar claro na intervenção também. A proposta aquela que tinha 98% de corte, aquela quando o ministro ontem disse, foi fictícia e tal, não sei o que, mas aquela já foi oficialmente

substituída. Então, ela foi oficialmente substituída. O Governo já enviou substituindo aquela, então, se a gente entrar no site do Ministério do Planejamento, já tem lá a nova PLOA. Então, na nova PLOA já é esse valor de 1 bi e 600 mais ou menos, então, só para deixar claro que isso já é oficial. Então, mas ainda é metade do que a gente precisa. A briga no Congresso, ela é principalmente, para que os deputados façam a recomposição sem ser por emenda, para isso, eles têm, então, que não é uma emenda, é uma alteração da PLOA, eles têm autonomia para fazer isso, só que para fazer isso eles precisam dizer de onde tira para... Eu vou concordar só em uma parte com o Fábio, eu acho que tudo bem, se for uma coisa que ele é inferior ao que foi aprovado e apresentado no Conselho, mas é aquele inferior que não é uma diferença gritante, do ponto de vista dos benefícios, a gente hoje já está em uma situação equilibrada, tanto do BPC, quanto do Bolsa Família, do Bolsa Família, no primeiro que foi, tinha um valor menor, no segundo já recompôs. Onde está o problema mesmo é nos serviços e também na gestão do SUAS. Então, eu acho que se vier alguma coisa, tudo bem, o Ministro ontem aqui se comprometeu com 3 bi. A gente sabe que ele realmente está trabalhando para isso, mas só depois do orçamento votado é que a gente tem como ter certeza. E em uma situação disso ficar abaixo do mínimo necessário para a manutenção dos serviços, talvez aguardar até fevereiro é muito tempo. Ok, pode ser que o orçamento só seja votado lá em janeiro ou em fevereiro mesmo, mas pode ser que até o final de dezembro, ela seja votada. E aí se a gente tiver em dezembro ainda um orçamento votado e que permaneça lá 1.7 ou que chegue ao 2.1, que foi desse ano. O 2.1 a gente sabe que a gente vai ficar de novo de pires na mão. Então, eu acho que a gente tem que sim ter uma reunião extraordinária, se for o caso, se o orçamento não for minimamente suficiente para a manutenção dos serviços.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Você acha que a gente pode jogar uma margem de 10%? 3 bilhões seria 2 e 700. Para a gente ter um mínimo de razoabilidade aqui entre a gente, porque 300% para a gente recuperar ao longo do exercício é tranquilo, é 300 milhões, 10% de 3 bilhões dá 300 milhões. Então, a gente trabalharia em uma... Vamos dizer, se o orçamento for aprovado até 2 e 700 a gente está entendendo que ao longo do exercício a gente conseguiria recuperar isso.

Sr. LUÍS OTÁVIO PIRES DE FARIAS - Diretor do Departamento de Gestão do SUAS/SNAS/MDS – Eu não sei se precisa constar um percentual, eu acho que aí dependendo do resultado, o próprio presidente avalia também, porque é 2 e 700 e se vier 2 e 600, então, chama-se... Eu acho que é uma questão só de razoabilidade. Nós sabemos que os 3 bi, eles nos

dão, inclusive, margem para alguns reajustes e alguma pequena expansão. Então, sim, a gente consegue, minimamente, fazer a manutenção se vier abaixo de 3 bi? Consegue. Agora, se vier 2 bi... Então, eu acho que deixando assim, que seja minimamente suficiente para a manutenção dos serviços e aí dependendo do tamanho da desgraça, que eu espero que não aconteça, a gente avalia.

Sra. ELCIMARA RANGEL LOUREIRO ALÍCIO - Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Presidente o que o Luís Otávio está trazendo é colocar, pelo menos, um valor, um teto...

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – O contrário, conselheira, ele sugere que isso fique uma avaliação de quando for votado, uma avaliação minha, junto com a Secretaria de que, olha, isso dá para manter os serviços, o que dá para fazer com o montante que for aprovado pelo Congresso Nacional e a partir dessa avaliação, a gente chamaria uma extraordinária.

Sra. ELCIMARA RANGEL LOUREIRO ALÍCIO - Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Ok, nós não estipularíamos nenhum teto agora, nem percentual, nem de valor, ok?

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Entendo que um teto, tal como esse encaminhamento engessa, um teto também engessaria.

Sr. CLODOALDO JOSÉ OLIVA MUCHINSKI - Representante da Fundação Fé e Alegria do Brasil – Presidente, acho que só endossando um pouco aí a fala do Luís Otávio, como é uma proposta da comissão que quando sáísse a aprovação da LOA, que pudesse reunir o coordenador da comissão, juntamente com a Presidência e com a Secretaria Executiva, porque eu acho que isso seria razoável nessa questão.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Acho que está perfeito.

Sr. CARLOS NAMBU - Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – Presidente queria concordar com o Conselheiro Clodoaldo e com o Conselheiro Luís Otávio.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Perfeito, então, acho que chegamos a um consenso, está sendo, então,

registrado aí pela Secretaria Executiva. Esse era o último ponto da memória? Tem mais um ponto.

Sr. CARLOS NAMBU - Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos – Esse ponto da PEC 383, nós já alinhamos a discussão da Comissão de Financiamento e orçamento com o texto trazido pela comissão de normas e que vai ser apresentado no pleno durante o relato de normas. E seriam só esses os encaminhamentos mais... quer que leia de novo a pauta? São as pautas obrigatórias.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Tem algum destaque ou não tem? Não tem. Então, fechamos o relato da Comissão de Financiamento, não é isso? Então, obrigado Conselheiro Carlos, obrigado Secretaria Executiva. Avançamos mais um ponto e vamos agora para o nosso próximo ponto de pauta, que é benefícios. Então, peço que o relato seja distribuído e a Coordenadora Edna faça, então, a leitura da memória.

Sra. EDNA APARECIDA ALEGRO - Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI – Acredito que o relatório já foi distribuído. Está sendo? Então, vamos lá. Enquanto o relato está sendo distribuído, vou fazer a leitura inicial. Memória de reunião. Memória de reunião. Comissão de acompanhamento de benefícios e transferência de renda. Número 6, data, 20 de novembro de 2017, horário, 10h às 18 horas, local, CNAS, Esplanada dos Ministérios, Anexo ao Bloco F, ala A, sala 115. Conselheiros presentes: Edna Aparecida Alegro, Coordenadora, Samuel Rodrigues, Coordenador Adjunto, Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão, Mariza Rodrigues da Silva, Raquel de Fátima Antunes Martins. Convidados: Paulo Eugênio Clemente, DGSUAS, SNAS, MDS. Ricardo Rodrigues Dutra, DBAP SNAS MDS, Valdênia Souza, DBAP SNAS MDS, Secretaria Executiva, Alves Tavares, Rosiele Bomfim. Item 1 da pauta, reforma da previdência. Considerando a discussão da reforma da previdência na Câmara dos Deputados, destacou-se a inviabilidade de acesso da prestação do BPC trazida pela preposta e da necessidade de se buscar saídas para a não extinção desse indispensável benefício da Assistência Social, garantido na Constituição Federal. A comissão propõe os seguintes encaminhamentos: manter a articulação e incidência política deste conselho junto ao Legislativo em defesa do BPC, manter a articulação e incidência política do CNAS junto aos órgãos do Executivo para além do Ministério da Fazenda, visando tratar do BPC, reforma da previdência, principalmente, com o Ministério do planejamento. Articular a realização de

pequenos vídeos, registrando a importância do BPC para os beneficiários e suas famílias, tanto idosos, quanto deficientes. Recomendar a SNAS que os pontos relativos ao BPC na reforma da previdência sejam apreciados dentro da oficina correspondente na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, realização de ato público em defesa do BPC durante a 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. Divulgar e incentivar a participação. Fazer articulação com organizações da sociedade civil, sediadas no Distrito Federal para participarem do ato público em defesa do BPC, como indicação, organizações ligadas às causas das pessoas com deficiência e pessoas idosas, que sejam convidados o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência, o Conselho Nacional de Saúde, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente para participarem do ato público em defesa do BPC. Elaborar uma foto de perfil para divulgar a defesa do BPC nas redes sociais, disponibilizando aos participantes da conferência e demais interessados. Item 2 da pauta, continuidade da discussão do BPC e dos benefícios eventuais com os seguintes pontos de pauta, 2.1 balança do BPC e benefícios eventuais, a partir do resultado do pacto de aprimoramento do SUAS 2012-2015 e estratégias de acompanhamento do pacto de aprimoramento do SUAS 2016-2019. A SNAS iniciou a apresentação com o balanço do BPC 2012-2015 com informações trazidas do Censo SUAS 2016, mostrando o número de benefícios ativos em 4.518.257, cessados 2.225.776, suspenso 117.496. Dos benefícios ativos, 55% correspondem ao BPC prestado a pessoas com deficiência e outros 45,5% a pessoas idosas. Foi informado que 87,11% se tratava de concessões normais, 9,30% de ações judiciais individuais e 3,59% registrados como outros são ações judiciais coletivas. A classificação por porte demonstrou que 1.417.067... Só um minutinho. Voltando. A classificação por porte demonstrou que o BPC nos municípios de grande porte, correspondem a 1.417.067, nas metrópoles, 866.107, nos municípios de pequeno porte, 812.936, pequeno porte 1 e nos municípios pequeno porte 2, 811.944 BPCs e nos municípios de médio porte, 579.548. Quanto à distribuição por região, apresenta-se o nordeste com 1.614.158, o sudeste com 1.575.967, sul com 476.537 e norte 451.301, centro oeste com 369.639 dos beneficiados. Quanto aos benefícios eventuais, o relato aponta conforme dados extraídos do Censo, ano base 2016 que apenas 12 Estados, 46% portanto, ofertava-os de forma direta através de auxílio funeral, auxílio natalidade, para situação de calamidade pública e outros. Então, em 6 Estados tem o auxílio funeral e em 2 Estados, auxílio natalidade, calamidade pública em 8 e em 3 outros Estados, outros auxílios. A tabela abaixo demonstra o percentual de municípios que receberam o cofinanciamento estadual para benefícios eventuais. Percentual de municípios da unidade da federação com cofinanciamento estadual para benefícios eventuais,

Alagoas 67%, Amapá 94%, Bahia 82%, Ceará 88%, Espírito Santo 100%, Maranhão 16%, Minas Gerais 100%. Mato Grosso do Sul 100%, Mato Grosso 100%, Pará 84%, Paraná 22%, Rio de Janeiro 70%, Rio Grande do Norte 2%, calma... Rondônia 19%, Santa Catarina 20%. Nesse Censo de 2016 não responderam, Estados responderam que não cofinanciavam: Acre, Amazonas, Goiás, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Roraima, Rio Grande do Sul, Sergipe, São Paulo, Tocantins. Através da Resolução CIT número 1 de 2017, definiu-se a estratégia de monitoramento do pacto de aprimoramento estadual do SUAS 2016-2019. O Estado deverá elaborar planejamento para o alcance das metas para fins de parâmetros de monitoramento e avaliação. O Estado deverá apresentar para apreciação e manifestação da CIB e do Conselho Estadual de Assistência Social até o mês de março do ano subsequente, relatório descritivo das atividades e de eventuais resultados relacionados a cada uma das metas do pacto de aprimoramento. Após a manifestação da CIB e do CEAS, o Estado deverá enviar no mês de maio o respectivo relatório e manifestações ao MDS. Em 2017 em substituição ao relatório descritivo das atividades, os Estados e DF deverão apresentar para apreciação e manifestação da CIB e do respectivo Conselho de Assistência Social até o mês de março, diagnóstico situacional referente às metas pactuadas. Caso não apresente o relatório de monitoramento e avaliação para a CIB e CEAS, o Estado terá o IDGSUAS bloqueado. Os Estados e Distrito Federal que não cumprirem as metas no prazo pactuado deverão elaborar plano de providências a ser aprovado no respectivo Conselho de Assistência Social e pactuado na CIT. Caberá a União apresentar plano de apoio para cumprimento do plano de providências dos Estados e Distrito Federal para as metas constantes nesta resolução e já alcançadas pelos Estados e Distrito Federal deverão ser pactuadas novas metas relativas ao mesmo tema na respectiva CIB. Encaminhamentos. Encaminhar para os integrantes da Comissão o boletim trimestral e o anuário das concessões do BPC, solicitar a SNAS a apresentação dos resultados do acompanhamento referente ao ano de 2017 do pacto estadual de aprimoramento das metas relativas aos benefícios BPC e benefícios eventuais na reunião ordinária da comissão em fevereiro de 2018. Enviar a apresentação da SNAS aos conselheiros da comissão. Ponto 2.2 discussão dos benefícios eventuais em relação à coordenação, regulamentação, cofinanciamento e apoio técnico aos municípios para a sua operacionalização. A comissão levantou a enorme discrepância do alinhamento das regulamentações dos benefícios eventuais em relação às legislações SUAS nos diversos municípios, além da inexistência de tais regulamentações em vários deles. Destacou-se a importância da compatibilização da regulamentação dos benefícios eventuais em relação ao SUAS, sendo imprescindível que ela integre a lei municipal do SUAS. Foi informada a produção de textos de orientação técnica

sobre os benefícios eventuais, sendo que 7 deles já estão finalizados e outros encontram em fase de produção. Encaminhamentos. Folder benefícios eventuais, recomendar, aí é uma parte mais gráfica, o alinhamento centralizado do texto para a reprodução e distribuição na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. Foi distribuído o folder, está aqui, é um material que já está feito, já tínhamos analisado ele e ele já está pronto, só faltando à impressão. Assegurar a participação de um integrante da comissão para acompanhar o MDS no apoio técnico promovido pelo Estado de Goiás que será realizado dia 30 de novembro na cidade de Goiânia para a reunião sobre o cofinanciamento estadual dos benefícios eventuais. Convidar a representação do FONSEAS no CNAS para participar da reunião da comissão em fevereiro de 2018 para a continuidade da discussão dos benefícios eventuais em relação à coordenação, regulamentação, cofinanciamento e apoio técnico aos municípios para a sua operacionalização. Retomar essa discussão com a comissão de acompanhamento aos conselhos sobre o envio da legislação dos benefícios eventuais e após o recebimento das leis, avaliar com a comissão de normas. Item 3, calendário de reuniões da comissão ano 2018, 5 de fevereiro, 7 de maio, 6 de agosto, 5 de novembro. Definição da pauta de comissão de fevereiro 2018. Item 1 monitoramento do plano de ação da comissão, a avaliação da sua execução em 2017 e o planejamento da agenda de trabalho para 2018. Item 2, continuidade da discussão dos benefícios eventuais em relação a coordenação, regulamentação, cofinanciamento e apoio técnico aos municípios para a sua operacionalização. Instrumento unificado de avaliação da deficiência. Apreciar como está a sua construção e elaboração. Item 5, outros assuntos. Foi informado sobre os trabalhos do comitê de cadastro de inclusão e avaliação unificada da deficiência pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, SNPD do MDH, sobre o instrumento unificado de avaliação da deficiência, que impactam diretamente na concessão de benefícios da Assistência Social. Encaminhamento. Solicitar junto a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, SNPD do Ministério do Desenvolvimento dos Direitos Humanos – MDH, a apresentação do andamento dos trabalhos do comitê de cadastro de inclusão e avaliação unificada da deficiência para a reunião de fevereiro. Encaminhamento. Convidar a Secretaria e o CONAD para a reunião da comissão no dia 5 de fevereiro, a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência faltou aqui. Edna Aparecida Alegro, Coordenadora. Antes de passarmos à discussão, eu queria fazer duas observações, com relação à reforma da previdência, nós já temos aí informação de que o BPC foi retirado da reforma. Então, talvez esses encaminhamentos estejam ultrapassados nesse ponto, claro, mas acho que tem que manter a articulação. A fala ontem, eu não tenho o texto ainda, mas a fala

ontem do Ministro da Fazenda foi a seguinte, “*Meireles ainda afirmou que serão retiradas da proposta inicial*”, afirmou, não mostrou ainda o texto, “*todas as reformas envolvendo a aposentadoria rural e o Benefício de Prestação Continuada, BPC, concedido a idosos e pessoas com deficiência, que sejam de baixa renda, ou seja, esses pontos não sofrerão mudança*”. Isso foi à fala dele ontem. Também queria fazer uma outra observação, ainda com relação ao BPC que após a manifestação do Ministro, da presença dele aqui e o que nós falamos sobre o BPC, considero que devemos aprovar aqui uma resolução sobre a prorrogação do prazo de inclusão no Cadastro Único da Pessoa Idosa, do BPC que recebe o BPC e aí proponho que esse texto possa apresentar daqui a pouco, à tarde, é uma resolução simples, porque ele falou, ele entendeu, mas ele falou, “*não vamos falar agora, vamos deixar*”. Não tem mais prazo para a gente fazer isso, eu acho que a gente cria também uma situação desagradável para os idosos que estão tentando fazer o cadastro e não estão tendo o acesso.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado, conselheira pela leitura. Eu sei que a leitura do 4.1 já está atualizada com a sua fala final. Sobre o ponto 1, eu pergunto se tem destaque? Eu tenho destaque, conselheira, que é pelo seguinte, cheguei a comentar ontem, o esforço que a gente tem feito para que esse ato do dia 7, ele seja um ato, de fato, congregador, assim, vendo os encaminhamentos, os diversos conselhos aqui que estão sugeridos de estarem nesse ato que está proposto pela comissão, eu acho que a gente podia reforçar e no documento, a ideia é que a conferência aprove um documento, vamos dizer, uma espécie até de deliberação Magna que seria esse documento formalizado e lido nesse ato em defesa da LOAS e da política nacional de Assistência Social. A gente faria um ato só com todos esses atores. Pode ser?

Sra. MARISA RODRIGUES DA SILVA - Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – A ideia inicial presidente, era a gente ir lá para fora da conferência, está lá fora e fazer com faixa, ter pessoas, mas, eu acho que manter a ação mais como já houve a mudança, acho que não prejudica.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Perfeito, mas a ação está mantida. Em relação ao ponto 2, algum destaque? Conselheira Maira, por favor.

Sra. MAIRA LEILANE OLIVEIRA ALMEIDA - Representantes do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS – Só para comunicar o

conselho que esse dado foi apresentado na CIT e na hora da apresentação da CIT o Estado do Rio Grande do Norte fez a correção, porque nós não estamos ainda cofinanciando benefícios eventuais. Está na pauta do ano de 2018 esse assunto e foi visto que houve um erro, realmente, lá no Censo SUAS na hora da questão desse cofinanciamento. Certo? Já foi feita a solicitação, mas a gente sabe que isso pode demorar um pouquinho é só para fazer essa correção.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Perfeito. Obrigado, conselheira. Algum outro destaque no item 2? É porque o item 2, ele se subdivide, né? Então, a gente está falando só do 2.1. Eu fiquei na dúvida, uma dúvida mesmo, conselheira, se valeira a pena a gente pautar agora, infelizmente, o Diretor Luís Otávio não está com a gente, mas... Justificou aqui que ele tem uma reunião, porque eu acho que o pacto, ele é super estratégico, é o que nos orienta e eu não sei se, até queria ouvir os demais coordenadores de comissão, se a ideia é que cada um separe as metas que são, vamos dizer, atinentes a cada uma das comissões ou se a gente tentaria um momento do pleno que ele faça o balanço de todas as metas, entendeu?

Sra. MARISA RODRIGUES DA SILVA - Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Não impede, me permita só pra complementar sua fala, obviamente, é interessante que venha para todo o pleno, mas existe em cada comissão intensificar também a discussão que se aprofunda no caso a essa, o BPC. Uma coisa não impede a outra, eu acho que só vai agregar, para além de trazer para o pleno, nas comissões terão suas especificidades, até um olhar com mais aprofundamento na condição dessa gestão desse pacto. No caso aqui, foi muito bem, eu quero até aproveitar a oportunidade de ver aqui com a coordenadora que conduziu muito bem, brilhantemente, a nossa comissão, a Coordenadora Edna, e que foi exposto lá pelo MDS lá como é que está a condição desse pacto. Então, é oportuno e importante que o pleno tenha essa visibilidade geral, mas cada comissão, se tiver dentro da sua especificidade a discussão tirada dentro do pacto como é essa do BPC, eu acho que é importante estarmos nos aprofundando e acompanhando isso no âmbito das comissões.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Ok conselheira. Eu estou entendendo, então, que até a pauta de fevereiro também está pesada já em termos de mensagens para o pleno. Pelo menos que fique como um norte para a gente, para a Secretaria Executiva de a gente ter apresentação desse

pacto, então, que seja na reunião de março. Então, de repente, pode fazer uma prévia com a comissão, acho que até as outras comissões podem...

Sra. EDNA APARECIDA ALEGRO - Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI – A comissão vai tratar só do BPC e benefícios eventuais. E aí os demais...

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – A gente trataria em março então. Algum destaque no item 2.2? Conselheira Marisa.

Sra. MARISA RODRIGUES DA SILVA - Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Na verdade, um ponto que foi muito bem discutido na nossa comissão, que, de fato, há urgência de uma orientação mais incisiva, senhor presidente, na regularização dessa legislação. Sobretudo, de benefícios eventuais para que, de fato, essa legislação, ela venha a ser vinculada dentro da lei do SUAS, porque foi discutido lá, identificado que muitos dos municípios têm decreto ainda, ainda não está bem alinhado com o avanço da lei do SUAS. Então, nós temos essa preocupação de, de fato, conforme os encaminhamentos aqui postos por essa comissão e aí a gente soma-se com o colegiado, vamos levar isso para a diretoria, para que nós possamos também dar essa colaboração aos gestores nessa observância também de poder estar, não diria apressando, mas tomando as medidas e as providências cabíveis com relação à implantação das leis municipais do SUAS e aí colocar dentro dessa lei os benefícios, eu penso que é uma meta importante que vai, com certeza, certificar aí estes serviços no âmbito mais legal institucional.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado, conselheira. Item 3. Item 4. Item 5. Mercês está só me chamando atenção aqui que no item 2.2 que está previsto tem proposto uma missão ao Estado do Goiás no dia 30 de novembro, que está fora do período de emissão de passagens. Eu não sei quem é que está indo do MDS, não sei se Conselheira Raquel sabe. Você. Ok, então, Conselheira Raquel, se o pleno já está com passagem, já está com...

Sra. RAQUEL DE FÁTIMA ANTUNES MARTINS – Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – Presidente, o que ocorre é o seguinte nós fomos convidados para fazer um apoio técnico no Estado de Goiás, porque todos os municípios estarão presentes, inclusive, vai ter um evento com o governador, porque é para iniciar o cofinanciamento do Estado aos municípios. Então, nós fomos convidados para aproveitar esse espaço e além de

realizar apoio técnico com relação à questão normativa de regras de benefícios eventuais e outras questões que envolvem operacionalização. E aí comentei na comissão que seria interessante que alguém do conselho, um outro conselheiro também pudesse acompanhar, porque é claro que são duas personas distintas, eu ir como MDS, eu vou como uma pessoa que está inteirada dos assuntos enquanto coordenadora de regulação, mas se houvesse a possibilidade de um conselheiro acompanhar para trazer a importância dos conselhos municipais acompanharem o papel dos conselhos municipais na regulação dos benefícios eventuais, seria interessante se a gente pudesse destacar alguém.

Sra. EDNA APARECIDA ALEGRO - Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI – Presidente até pela peculiaridade da situação de Formosa, vão estar lá todos os municípios de Goiás, foi nesse sentido a ideia.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Você, conselheira, está indo com passagem ou está indo de carro, via taxi...

Sra. RAQUEL DE FÁTIMA ANTUNES MARTINS – Representante do Ministério do Desenvolvimento Social - A gente conseguiu ir de passagem, porque houve uma possibilidade de comprar uma passagem muito em conta. Então, vou eu e uma outra servidora da coordenação, duas pessoas do MDS.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Aí realmente a gente fica muito fora do prazo. Eu vou sugerir o seguinte, eu não sei se nessa missão, se nesse apoio técnico, se está prevista a participação do conselho estadual de Goiás, porque aí eu acho que você podia me passar o contato de quem organiza, eu ligo, falo que era importante o conselho acompanhar, que a gente não vai conseguir e já articular com o conselho estadual de ele estar presente nessa capacitação, até entendendo que é função do conselho estadual estar junto dos municípios. Pode ser? Ok, então, a gente faz isso imediatamente. Feitas, então, essas considerações, a gente termina, então, o relato da comissão de benefícios e transferência de renda. Agradeço demais à conselheira, coordenadora da Comissão, Conselheira Edna. Fico, então, no aguardo, conselheira, dessa proposta de resolução que você vai oferecer ao pleno para a gente tentar, de fato, deliberar sobre esse assunto até o final do dia. Conselheiros, olha tem um pedido de inscrição de Yara Nogueira que está presente aqui. Tem alguma ressalva? Ok, por favor, o microfone para a Yara, por favor.

Sra. YARA NOGUEIRA – Bom dia a todos os conselheiros. Primeiro eu quero reconhecer e valorizar o trabalho da comissão de benefícios, Edna, que eu venho acompanhando por meio da leitura das atas como que vocês estão aí trabalhando acerca da regulamentação e aí eu vi que vocês, inclusive, estão atentos aos decretos e as legislações dos municípios, estão até desenhando uma estratégia de trabalho até para poder trabalhar com os municípios com aceções que, ao meu ver, já foram avançadas, termos técnicos que foram avançados. Então, eu gostaria de fazer uma sugestão para a comissão, Belo Horizonte se debruçou até por meio de um fluxo que nós contamos com a presença da Ana Lígia, que é uma referência em relação à questão dos benefícios eventuais e a gente deliberou uma resolução, ela foi deliberada agora no dia 8 de novembro, é a Resolução 29 e que a gente acredita que foi construído um trabalho bem alinhado com a legislação. Então, que vocês também se apropriem um pouco desses municípios, que entendam que fez um trabalho alinhado à legislação para conhecer como que foi desenho desse fluxo, inclusive, fazer apontamento se o caminho é esse mesmo, se nós estamos no caminho certo. Então, a Resolução 29 agora de 8 de novembro de 2017, pela concessão da fala, obrigada conselheiros.

Sra. EDNA APARECIDA ALEGRO - Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI – Exatamente isso que nós queremos saber onde tem, qual a situação, como está e até para traçar caminhos de como a gente atingir os demais. Essa resolução, então, a gente já vai buscar conhecer para entender como é que está sendo feito lá. Obrigada.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Ok, obrigado. Então, a gente... agora são 12h40min, é porque a gente tem um convidado que vem às 2, não é? E aí eu estou... eu sei que têm várias pautas que são... A Conselheira e Diretora Renata disse que tem capacidade de fazer de maneira sumaríssima o painel de igualdade étnico-racial, não ao preconceito institucional. Mas você vai estar aqui à tarde? Está certo. Então, eu acho que é o melhor, até para a gente manter o horário, é um tema super relevante aí do decreto e aí a gente retorna, então, às 2 horas. Obrigado!

Tarde:

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheiros, Conselheiras, eu peço que vocês tomem assento, também o público que nos assiste, que tomem assento para a gente retomar as nossas discussões de

agora à tarde e a gente tem como primeiro ponto de pauta agora de tarde, a discussão do Decreto 5.003/2004 que versa sobre a composição da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social. A gente já está aqui com a presença dos nossos convidados para discutir esse tema, eu peço que, então, tomem assento à mesa, a Dra. Ludmila da Subsecretaria de Assuntos Jurídicos da Casa Civil e também Dr. William da Consultoria Jurídica do próprio MDS que vem aqui qualificar e trazer elementos aqui para que a gente tenha um debate sobre o tema. Conselheira Mariana também Coordenadora da Comissão de Normas é responsável por elaborar os procedimentos aqui para a eleição, chegou. Então, obrigado conselheira. Eu não sei, Conselheira Mariana, você quer fazer... porque a gente está com os nossos convidados, quer fazer um pequeno relato, só para contextualizar e aí depois a gente passa para eles?

Sra. MARIANA DE SOUZA MACHADO NERIS – Diretora do Departamento de Proteção Social Especial/SNAS/MDS – Boa tarde a todas e a todos. Boa tarde Dr. William. Bom, a nossa Comissão de Normas, ela já vem a alguns meses debatendo sobre a importância do processo eleitoral da representatividade das entidades no Conselho Nacional e em virtude do nosso período eleitoral já se aproximando, nós estamos nos debruçando com mais afinco buscando as alternativas que nós temos para trazer maior clareza a todo esse processo. O CNAS já vem também avançando na construção de uma proposta de alteração do Decreto 5.003 e nós encontramos em alguns momentos algumas divergências que em um primeiro momento pareciam ser divergências jurídicas. Então, por isso nós acionamos a nossa consultoria jurídica do Ministério para nos ajudar a compreender as situações em torno dessas divergências. Fizemos também um debate técnico e político da importância do Conselho Nacional e da sua composição. Fizemos também um debate sobre a importância de termos as alternâncias quando as entidades que estão representadas assim entendessem ser importantes. E nos deparamos com aquela recomendação do TCU que traz uma barreira para essa compreensão do ponto de vista da participação das entidades dentro do Conselho Nacional. Em virtude disso que nós fizemos, em diversos momentos, esse debate com a CONJUR para tentar construir do ponto de vista do interesse do Conselho, do interesse das entidades que participam, qual seria o melhor caminho, aquilo que nós entendemos que seja saudável para a participação social e para fazer chegar à voz das entidades, dos usuários, dos trabalhadores para o conselho e entendemos que era importante ter esse diálogo com a Subsecretaria de Assuntos Jurídicos, porque nós recebemos um parecer em contrário com a expectativa do nosso conselho acerca da representação e por isso, Dra. Ludmila, nós agradecemos a sua

presença aqui, a importância que nós temos de estar construindo com a Presidência da República a visibilidade que esse Conselho hoje, perante a sociedade, ele tem. Hoje o CNAS é um órgão de deliberação máxima da política de Assistência Social e a gente entende que aqui os 18 Conselheiros titulares e suplentes que representam todas essas categorias, eles estão aqui como uma representação não só das entidades ou de si mesmos, mas de um coletivo que estão perante aqui a sua presença. Então, com isso, a gente queria mais era ter esse espaço para que a gente pudesse pontuar alguns elementos que são de maior dúvida, ou de maior inquietação dos nossos conselheiros para ver se há ainda a necessidade de alguns esclarecimentos acerca da intencionalidade. Muitas vezes, comparando com outros conselhos que têm uma composição diferenciada. Hoje, nós temos no CNAS 9 representantes titulares da sociedade civil e os seus respectivos suplentes que são indicados pelas suas categorias e que nós temos essa interpretação de que esse representante, ele seria a pessoa natural que representa. Com base nisso é que nós tivemos a dificuldade ao longo de vários anos e estamos propondo, realmente, a alteração do decreto para trazer maior clareza ao entendimento de que não é a pessoa natural que deve estar sendo representada no CNAS, mas sim a entidade que é eleita ou a organização que ela representa. Isso a gente percebe tanto do ponto de vista do que a entidade ou organização de usuários ou trabalhadores, ela traz enquanto compromisso perante a sociedade e pelo o que ela está trazendo consigo ao longo até do próprio processo eleitoral das categorias que ela está trazendo e dos compromissos perante a política, mas também, porque do ponto de vista também do funcionamento do conselho, em algum momento pode ser que a pessoa possa não estar aqui por diversos motivos pessoais. Então, a pessoa pode adoecer, ela pode morrer, ela pode sair da entidade, da organização e ela continua com a representação vinculada a pessoa natural. Isso causa um problema do ponto de vista, inclusive, do funcionamento do conselho e também existe uma diferença, uma falta de isonomia porque o mesmo não acontece com os representantes governamentais. Nós tivemos, inclusive, este ano já alternância de representação governamental, porque é indicado assim pelo governo a sua composição a qualquer tempo que não acontece com a sociedade civil. Então assim, só um panorama, eu acredito que a senhora já também deva ter a clareza do conteúdo que a gente traz aqui e a nossa proposta hoje era de buscar ainda compreender de que maneira esse conteúdo poderia ser melhor assimilado pela presidência, como nós podemos, então, construir isso na legislação para não haver dúvida de que o que interessa para o Conselho Nacional de Assistência Social é se fazer representar pelas suas organizações e não pelas pessoas naturais que são designadas pelas organizações, como que a gente constrói isso de uma maneira mais fluida e o mais rápido possível em virtude do nosso processo

eleitoral, que está muito próximo. Então, como nós temos que disparar já uma comissão eleitoral e um processo no início do ano, a partir de fevereiro, a gente precisaria ver se ainda temos algumas questões jurídicas a serem superadas e como nós teríamos orientação da presidência para caminhar nisso e também com isso, a gente tem o apoio da nossa consultoria jurídica que tem sido bastante participativa aqui, tem nos ouvido sempre, tem buscado solucionar as nossas inquietudes trazendo também essa análise jurídica, essa fundamentação para que a gente caminhe aí para essa consolidação da nossa política. Não sei se algum conselheiro gostaria de fazer, ou conselheira, alguma complementação.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado conselheira. De fato, Dra. Ludmila, a gente tem muita preocupação mesmo com esse acórdão do TCU que tem, pelo menos, a duas eleições, eu estou falando, então, de 4 anos imposto a esse colegiado que a representação da sociedade civil seja da pessoa física e portanto, em caso de substituição a entidade que ali se vê representada como coletiva, ela perde o assento. Quero também chamar à mesa, eu vou passar a palavra a você, a coordenadora geral de regulação do SUAS, Dra. Karoline Aires que também sempre subsidiou esse colegiado em relação as propostas de alteração que estão aí nos autos do processo. Então, Dra. Ludmila obrigado pela sua presença. Você tem a palavra.

Sra. LUDMILA – Subsecretaria de Assuntos Jurídicos da Casa Civil - Obrigada, boa tarde a todos. Bom, eu acredito que todos os senhores tenham tido acesso à nota que foi expedida pela SAGI, é a nota SAGEP/SAGI número 92/2017 na qual a SAGI se manifesta no sentido de que essa alteração, ela teria que ser uma alteração legislativa e não no âmbito de um decreto. Esse foi o motivo pelo qual a subchefia para assuntos jurídicos se manifestou pela ilegalidade da proposição, porque o conselho não é um mero conselho consultivo, ele é um conselho de muito maior importância e relevância com atividades que são muito mais do que meramente consultas e por esse motivo, conforme o que está previsto na legislação para as atribuições e as indicações das vagas, elas não podem ser consideradas como indicações de pessoa jurídica. Por esse motivo, a SAGI mantém o posicionamento dela de que essa alteração vai ter que ser feita via legal. A gente pode sim articular de uma proposta de projeto de lei para ser encaminhada com regime de urgência, a gente já está, realmente, no fim do ano, eu não sei se diante da proximidade da eleição de vocês, se haverá meios da tramitação antes da eleição de vocês em virtude do recesso legislativo, o recesso parlamentar.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – A gente já tem registrado algumas inscrições. Pergunto Dr. William, fique à vontade para se colocar também.

Sr. WILLIAM - Consultoria Jurídica do próprio MDS – Boa tarde a todos. O assunto pautado já é bem antigo aqui no conselho, a gente já teve a oportunidade de conversar por várias oportunidades. A proposta de decreto que atualmente está na Casa Civil, ela surgiu da própria CONJUR, nós mesmos que sugerimos a partir do acórdão do TCU que nós procuramos à época impugnar e não obtivemos sucesso. Sobretudo, considerando também além do mérito da questão jurídica de pessoa física ou pessoa jurídica, o TCU, ele em um acórdão que não tinha nenhuma relação com o processo eleitoral, ele adentrou nessa matéria e emitiu uma posição jurídica de ilegalidade na forma de composição do conselho, mesmo conhecendo outros conselhos como Conselho da Saúde, Idoso, Criança e Adolescente, a maior parte desses conselhos que lidam com políticas sociais, eles têm uma composição atual que a representatividade está por intermédio das entidades e não da pessoa física. Então, atualmente, o nosso cenário é de que apenas o CNAS tenha essa vedação não pelo nosso entendimento por lei, mas pôr o entendimento do TCU e os outros conselhos que atuam no âmbito social, eles continuam preservados seus mandatos com as entidades. Então, nós a, partir daí nós, como não havia mais possibilidade de revisão do acórdão nós sugerimos a alteração do decreto. Como também envolvia um entendimento jurídico que estava posto no acórdão do TCU, nós submetemos a Advocacia Geral da União, não por uma necessidade, mas por um reforço mesmo de posição de ilegalidade. Então, nós submetemos a Advocacia Geral da União, que emitiu uma manifestação jurídica no sentido de que a minuta de decreto seja legal, não estaria contrariando a LOAS. Nós até colocamos os pontos que poderiam ser questionados e nós obtivemos, então, a aprovação da Consultoria Geral da União nessa minuta de decreto e a partir de então, que nós submetemos a SAGI, já está há bastante tempo, já é uma minuta bem antiga mesmo, passou muito tempo e a gente até sendo cobrado com relação a essa proposta, mas enfim, quando nós fomos convidados pela SAGI para participar de uma reunião a ser discutida nesse decreto essa minuta, nós comparecemos e aí tivemos uma conversa com o Jandir, não lembro direito quem que estava assessorando, mas acho que eram duas assessoras e aí ele queria mais assim um esclarecimento da gente, da nossa posição jurídica. Ele tinha uma preocupação muito grande em isso recair sobre a pessoa jurídica e não sobre a pessoa física. Então, nós procuramos colocar todo o contexto do acórdão e também dos conselhos, não só do CNAS também para poder colocar toda a legislação dos três

conselhos, de três conselhos bastante relevantes e que o TCU não tinha emitido nenhuma posição e que até hoje permanece com a pessoa jurídica e, então, pós essa reunião nós recebemos a nota da SAGI que colocou alguns argumentos no sentido de que a minuta de decreto seria ilegal. A gente nem procurou discutir alguns outros pontos periféricos de redação, ou então de algumas outras questões que estão colocadas na minuta, porque o ponto principal da minuta, realmente, é esse, o de se cabe à pessoa jurídica ou física. Então, todo o resto da minuta, todo o restante da proposta depende de nós entendermos a partir daí, porque se o entendimento é de que não é possível a pessoa jurídica, então, todo o resto da proposta, ela perde o sentido. O que a doutora colocou aqui, que está na nota da SAGI que o conselho, ele não é só consultivo, é deliberativo, nós até quando eu recebi a nota da SAGI, eu fiz uma outra nota, mandei para o Jandir, mandei para a Comissão de Normas, acho que vocês receberam, mandei para a AGU também, mandei para a AGU já que ela tinha se manifestado no sentido de ilegalidade. Então, eu coloquei algumas pontuações, algumas considerações, iniciando por essa do órgão consultivo deliberativo, os 3 conselhos que eu citei, da Saúde, do Idoso, da Criança e do Adolescente também são deliberativos, eles não são consultivos e o fato de um conselho ser consultivo, assim, não indica que o mandato tenha que pertencer a pessoa física, assim, são coisas bem diferentes, a gente está falando de um processo eleitoral. Então, eu até colocaria que o fato de o conselho ser deliberativo reforça até que a sociedade civil seja representada pela entidade e não pela pessoa física. Eu acho que até reforça esse argumento que colocou para que fosse legal. O que foi muito colocado mesmo pela SAGI, que eu percebi pelo Jandir que ele tinha uma preocupação muito grande em uma redação lá da LOAS que fala que os membros são nomeados pelo presidente. Então, o que eu também procurei esclarecer é de que isso também não vai de encontro ao entendimento de que a escolha do processo eleitoral vai para a entidade, porque a exemplo os outros conselhos também, a entidade, ela é escolhida e aí ela indica o seu membro para representa-lo. Obviamente, quem vai ser nomeado é a pessoa física, mas isso não, assim, torna a nossa proposta ilegal. O que eu procurei colocar foi isso e daí também, além de mencionar toda... foram colocados que tinham pouquíssimos precedentes e assim, eu coloquei que os precedentes são muito fortes e são de conselhos relevantíssimos e que tem uma atuação na área social e que a legislação, a lei desses conselhos, ela é bem parecida com a nossa lei, com a nossa LOAS. As leis, elas utilizam redações, assim, parecidas, sempre usando terminologia representantes, nossa LOAS fala assim, representantes da sociedade civil. Então assim, não está nem falando de representante das entidades, fala que os membros são representantes da sociedade civil. Então, o que a gente... No primeiro parecer que eu fiz, antes de submeter para

qualquer órgão, fiz um parecer bastante extenso, em que eu coloquei toda uma tese de que a conceituação mesmo, o conceito de sociedade civil, extrai o conceito de todos os livros, todas as doutrinas possíveis e o conceito de sociedade civil é inerente a entidade, não existe assim, um impedimento, pelo contrário, a sociedade civil, ela é representada pelas entidades e pelas organizações e coloquei também que a própria Constituição, ela estabelece, ela usa o termo organizações representativas, ela usa um termo assim, que indica a pessoa jurídica. Então, até você entender que a LOAS está no outro sentido, eu poderia até dizer que seria inconstitucional, porque a Constituição usa o termo organizações representativas, então, isso indicaria. Então, fiz a partir dessa nota, então, eu reforcei toda a defesa. Ainda não obtive um retorno, ainda não obtive um retorno lá da SAGI a respeito dessas considerações. Então, acredito assim, que a gente tenha sido convidada mais para colocar a par. Então, tanto meu parecer, o meu primeiro parecer, como as notas, elas estão disponíveis. Eu já, realmente, defendi muito essa tese aqui no conselho. Eu acredito que os conselheiros não tenham dúvidas, se tiver alguma dúvida a mais, pode colocar e assim, as considerações da SAGI, que elas colocaram, eu procurei esclarecer de que não seriam impeditivos, não demonstraria uma ilegalidade da proposta essas que teria natureza consultiva, aliás, de que não teria natureza consultiva e de que o membro, a pessoa física que seria indicada. Eu cheguei até a fazer uma proposta alternativa para o Jandir, que eu também não obtive um retorno até hoje, mas eu coloquei o seguinte, que se, realmente, for o caso, de a gente ter muitas dificuldades para o editarmos essa proposta, que a gente não falasse, então, que o mandato pertence à pessoa jurídica ou a pessoa física. A gente não fala sobre isso, a gente falaria o seguinte, nós seríamos bem práticos, nós falaríamos que a entidade seria eleita no processo eleitoral, o mandato pode pertencer à pessoa física, mas a entidade que é eleita e ela vai ter que designar alguém, algum representante seu e aí nós teríamos que deixar muito bem amarrado no caso assim, quais seriam os casos de substituição, porque eu vi que a maior preocupação do Jandir foi nesse ponto da substituição do conselheiro. Então assim, esse ponto também dá para se resolver, acredito que sim e isso, inclusive, é uma matéria que cabe ao próprio conselho mesmo, o próprio conselheiro mesmo definir é melhor porque realmente, a gente reconhece que hoje em dia há um certo vácuo nessa questão assim, porque o que saltou até os olhos, acredito que do TCU também, foi a redação lá da resolução do (ininteligível 0:25:49) que falava assim, pode substituir a qualquer tempo. Então, ficou assim, uma coisa, realmente, bem discricionária, apesar de que os outros conselhos também seguem essa mesma linha. Então assim, a gente chega a defender, realmente, o que estava previsto na resolução do conselho, mas nós fizemos também essa proposta alternativa de apenas colocar que a entidade seria

eleita, ela indicaria seus representantes e aí nós colocaríamos quais seriam os casos de substituição e isso poderia estar regulamentado na resolução do conselho. Então, o processo atualmente, se encontra nesse pé, está lá na SAGI e a gente até está aguardando um retorno aí sobre essas considerações que eu fiz com relação à nota que foi sobrescrita pelo Dr. Jandir. Obrigado.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado Dr. William. Acho importante também esclarecer que ontem o ministro de Estado do Desenvolvimento Social esteve aqui no pleno. A nossa vice-presidente o questionou exatamente sobre isso e ele nos informou, então, que como a CONJUR já tinha como órgão de assessoramento e consulta ao ministro, já tinha colocado esse posicionamento, ele reafirmou esse posicionamento como sendo do ministério, do conselho e que, na medida do possível, ia também nos apoiar junto à Casa Civil para que esse decreto saísse em tempo hábil para que a gente tenha um processo eleitoral de modo semelhante a que outros Conselhos Nacionais consultivos ou deliberativos, que houve uma forma homogênea de tratar. Acho que era importante também que os nossos convidados tenham ciência disso. Conselheiro Luís Otávio, primeiro inscrito.

Sr. LUÍS OTÁVIO PIRES DE FARIAS - Diretor do Departamento de Gestão do SUAS/SNAS/MDS – Bom, naquele momento era um esclarecimento, agora já é mais do que um esclarecimento. Eu acho que têm coisas que a gente também tem que trazer e colocar na mesa, até porque nós temos conselheiros mais recentes, pessoas que já estão na área há mais tempo. Então, vamos lá, a gente sabe perfeitamente quem está há mais tempo sabe perfeitamente que este problema tem início mesmo por ocasião da Operação Fariseu, onde nós tivemos uma investigação da Polícia Federal com busca e apreensão no conselho, em entidades, tudo mais e isto, na época, envolvia acusações de ação de conselheiros de forma indevida para concessão do CEBAS. Bom, CEBAS implica renúncia fiscal, tudo mais. Então, você, de fato, tem grandes interesses por trás disso e havia, então, a acusação de que haviam conselheiros comercializando CEBAS. Esse é o ponto. E daí que surge porque durante o processo de investigação disso, caiu-se na seguinte situação, como responsabilizar as pessoas naturais, se quem estava no conselho era a entidade e não a pessoa? Então, os conselheiros também que estavam sendo acusados, também utilizaram deste, diria, deste artifício para se proteger, *“não, quem está no conselho é a entidade, não sou eu”*. Então, primeira coisa, é a gente ter clareza do que esse assunto todo traz. Bom, eu não tenho dúvida de que do ponto de vista de eventuais irregularidades cometidas, a pessoa natural que as cometeu deve responder

legalmente, isso para mim, não há dúvida quanto a isso. Agora, é importante a gente lembrar também que esse conselho ainda bem, pelo próprio resultado da Operação Fariseu, ele não mais faz a certificação e a concessão do CEBAS. Isto hoje é, de forma correta, uma atribuição do Poder Executivo e não do conselho. Então, deste ponto de vista, em relação a possível obtenção de vantagem indevida, como está na moda agora dizer para suavizar, não cabe mais aqui no conselho, porque o conselho não concede mais CEBAS. Bom, há interesses aqui entre as partes? É óbvio que há, é um conselho, diversas representações e que defendem interesses destes seguimentos dentro do conselho e é para isso que o conselho tem uma formação plural. Então, a questão da isonomia que a secretária Mariana... já promovi já. Que a Conselheira Mariana nos coloca, é um outro ponto absolutamente fundamental do ponto de vista da coerência, porque se nós estamos falando, então, que na representação da sociedade civil não pode haver substituição da pessoa que o conselheiro é a pessoa natural, por que o mesmo não se aplica ao conselheiro governamental? Ora, porque não interessa ao governo que ele não possa trocar um conselheiro que, eventualmente, começa a ter aqui posições que são posições divergentes da posição de governo. Também podemos, então, levar esta proposição da SAGI ao limite, ok. Então, o conselheiro governamental, ele também tem o mandato de 2 anos e não pode ser substituído. Se ele divergir na sua atuação da posição de governo, azar do governo. Bom, eu acho que para o governo isso não é interessante, da mesma forma, uma entidade que indica uma pessoa para estar aqui, essa pessoa naquele momento pode ser um funcionário daquela entidade, um dirigente daquela entidade, no momento seguinte não é mais e ela passa a ter uma atuação divergente da orientação dada por aquela entidade. Ora, aí neste caso, aí pode ter orientação divergente e você tem garantida a sua autonomia enquanto pessoa natural. Ótimo, mas então eu também quero a minha autonomia como pessoa natural sendo conselheiro governamental. Tem uma outra questão também e aí quando eu ia pedir o esclarecimento, era nesse sentido, porque a Dra. Ludmila, o que ela trouxe para a gente aqui no relato dela é, não, é ilegal. Exato. É ilegal, mas ela não expôs para a gente, que eu acho que isto é, de fato, o sentido da vinda aqui, qual é a argumentação que torna isso ilegal. Ilegal com base em quais leis e com que interpretação dessas leis? Porque é em cima disso que a gente tem que fazer a discussão. E por fim, uma questão que aí eu não tenho o domínio técnico, então, eu posso estar equivocado, mas me parece que a, ou penso eu, posso estar errado, que a Advocacia Geral da União é o órgão máximo para dirimir posições divergentes em relação à consultoria jurídicas e porque não, entes e consultorias jurídicas e subchefia de assuntos jurídicos. Então, ok, ainda que após uma contestação da argumentação e tudo, a SAGI

mantenha o seu posicionamento, ok, mas como saímos desse impasse? Não seria, então, a palavra final dada pela Advocacia Geral da União? É isso, presidente. Obrigado.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Doutora Ludmila, por favor.

Sra. LUDMILA –Subsecretaria de Assuntos Jurídicos da Casa Civil – Obrigada. Bom, primeiramente o primeiro ponto que eu levantei aqui foi de que todos os senhores devem ter tido acesso à nota da SAGI. Aparentemente não tiveram por isso eu vou tomar a liberdade de ler, que, inclusive, assim traz toda a argumentação...

Sra. MARIANA DE SOUZA MACHADO NERIS – Diretora do Departamento de Proteção Social Especial/SNAS/MDS – Todos tiveram acesso ao parecer da SAGI já há bastante tempo, foi circulado para todos os conselheiros, inclusive, nós temos cópia aqui, se for necessário, a gente faz novamente para os conselheiros, mas todos tiveram acesso. Esse ponto é o ponto 12 da nota.

Sra. LUDMILA –Subsecretaria de Assuntos Jurídicos da Casa Civil – Eu imaginei que eu não precisava chegar aqui e repetir o que está no texto da SAGI e explicar qual é o motivo pelo qual a posição da SAGI foi pela ilegalidade. Para, além disso...

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Como há dúvida, Ludmila, eu acho que é melhor deixar claro e explicar, para a gente ter um debate, pelo menos, nivelado.

Sra. LUDMILA –Subsecretaria de Assuntos Jurídicos da Casa Civil – Então, foi exatamente isso que eu falei. Então, eu vou tomar a liberdade e vou ler a nota da SAGI para que as pessoas possam... para que os conselheiros possam ter acesso à informação. Trata-se de proposta de decreto oriunda do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Social que altera decreto... se vocês preferirem, vocês podem ler, tomar 1 minuto, 2 e ler à vontade. De qualquer forma, a legislação que criou o conselho é a que prevê a atribuição e a substituição dos Conselheiros. Está aqui Artigo 17 e 18, está na página 2 da nota. Isso, a partir daí. Para além disso, com relação ao aspecto da Advocacia Geral da União ser o órgão responsável a dirimir eventuais contrariedades entre consultorias jurídicas, isso se aplica a consultorias jurídicas, o que a SAGI não é um órgão da AGU. Então, um parecer vinculante da Advocacia Geral da União não vincula a posição da SAGI. Para além disso, conforme dito, a solução que a SAGI sugere é do envio de uma proposta de um projeto de lei para alterar a legislação onde

diz como é que se faz a composição do conselho, essa foi a proposta que a gente apresentou aqui como solução. Com relação ao ponto de que uma nota rebatendo as argumentações do Dr. Jandir que foi enviada a SAGI, Dr. William, eu verifiquei aqui agora com o Dr. Jandir, ele não tem conhecimento do recebimento dessa nota. Então, se possível, o senhor puder encaminhar novamente essa nota para que a subchefia do Dr. Jandir tenha acesso para que se possa manifestar, eu agradeço.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado Dra. Ludmila. De fato, aqui é um documento que foi assinado aqui no dia 30 de junho de 2017. Por coincidência eu estou com uma cópia, eu já faço a entrega em mãos, mas... Isso.

Sr. LUÍS OTÁVIO PIRES DE FARIAS - Diretor do Departamento de Gestão do SUAS/SNAS/MDS – Presidente eu continuo sem entender como a interpretação do Art. 18 da LOAS leva a essa conclusão, assim, eu não consigo entender onexo entre as coisas. Então, quando eu me refiro à argumentação é como se estabelece esse nexoque eu não enxergo na exposição e não enxergo na nota.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Eu também já adianto que também não entendo aquele ali das competências como a gente já teve aqui o Dr. William falando, outros conselhos normativos, acho que esse argumento, ele, enfim, ele é real, ele é um fato real, não somos um conselho consultivo, mas ele não tem implicação nenhuma do meu ponto de vista em termos da representação ser exercida por pessoa física ou jurídica. Então, eu também não entendi e também fiquei na dúvida daquela sua dúvida em relação, então, a autonomia da representação governamental, porque a representação governamental aqui nesse conselho, ela é feita tanto pelo Governo Federal, mas a gente também tem a representação de Estados e de municípios que têm dinâmicas de eleição, de composição de diretoria próprios, mas então, a gente ficaria com esse posicionamento para todos na visão da SAGI. Então, acho que essa dúvida ainda falta à gente ser esclarecido. A gente tem ainda 3 inscrições. A gente vai fazer, então, a inscrições e depois a gente retorna para os nossos convidados. Conselheira Edna, primeira inscrita.

Sra. EDNA APARECIDA ALEGRO - Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI – Boa tarde. Boa tarde Dra. Ludmila. Eu fico na dúvida só, porque lendo aqui o Art. 17 da LOAS que diz lá que institui o conselho e

diz no seu inciso 2, nove representantes da sociedade civil, dentre representantes dos usuários, ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de Assistência Social e dos trabalhadores do setor, escolhidos em fórum próprio, sobre fiscalização do Ministério Público Federal. Então, a composição está aí definida, não tem o que mexer e o decreto sim, ele regulamenta como se dá essa eleição e é exatamente o que o 5.003 faz e é exatamente ele que nós queremos atualizar. Então, nesse sentido, eu concordo com o Conselheiro Luís Otávio que eu não achei a ilegalidade, onde é que está a ilegalidade. Claro que diz representante da entidade. Só que quem é escolhida e no entendimento nosso, é a entidade e ela indica seu representante e não tem cabimento uma entidade ser eleita e aí o representante dela, como uma coisa natural que pode acontecer, falecer e aí ela perder a vaga. Gente é a coisa mais absurda que se pode ter e não dá para dizer que a lei estabelece isso, pelo amor de Deus. Se tivesse estabelecido, mas não está escrito isso na lei. Não está escrito isso na lei. Agora, a lei existe, a lei está posta, quem tem que regular o processo eleitoral é o decreto que tem que dizer como é, ele não pode inovar, mas ele tem que regular, regulamentar o que diz a lei e esse decreto, o 5.003, não tem nenhuma ilegalidade nele. Então, como é que o que vai alterar ele é ilegal? Nesse sentido, continuo, concordo com os demais conselheiros, o Conselheiro Luís Otávio, porque onde é que está a ilegalidade? Li o material sim, li o acórdão sim, estava no conselho na época do acórdão. Foi um entendimento equivocado e continua e eu acho que a gente aqui está penalizando a sociedade civil sempre, porque recentemente a pessoa não podia mais vir, perdeu a vaga e foi outra entidade que veio para a vaga dela. Quando há mudança no CONGEMAS, o secretário deixa de ser secretário, mudou a prefeitura, mudou o gestor, ele mudou o secretário, ele pega e indica outro secretário e pronto, não perdeu a vaga. Se for assim, vai perder a vaga aqui sim, ninguém mais vai poder deixar de ser secretário. Ninguém pode mais morrer, sabe? Ninguém pode mudar do Brasil. Não pode.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheiros, estamos já com bastante inscrição. A gente está com... Vamos passar para a próxima inscrita, Norma. Vou pedir aquele acordo nosso de damos e cavalheiros de a gente ter bem objetividade nas falas.

Sra. NORMA SUELY DE SOUZA CARVALHO - Representante da Capemisa Instituto de Ação Social – Então, procurando ser bem objetiva, eu concordo com o Conselheiro Luís Otávio, com a Conselheira Edna. A minha observação era bem dentro disso que a Edna trouxe, porque tanto a lei de criação do conselho, tanto quanto o regimento do conselho, tratam da sua composição bem sucintamente de como que são as entidades que são eleitas. O

que regula o processo eleitoral é um decreto, se é um decreto que até hoje está em vigor e que regula o processo, por que é que para alterá-lo, nós temos que ter uma lei? Porque se até hoje foi um decreto, por que agora tem que ser lei?

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheiro Josenir.

Sr. JOSENIR TEIXEIRA - Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – DF – Eu sou Josenir Teixeira, represento a OAB. Estou aqui por causa da OAB, não estou aqui por minha causa, quem juntou documentação, quem concorreu a eleição, quem foi eleito, quem teve votos foi a OAB e por acaso, a OAB me indicou, como poderia ter indicado qualquer outro dos 1 milhão de advogados que nós temos no país. Eu já faltei a algumas reuniões em razão de compromissos outros e poderia ser substituído a qualquer momento, mas eu entendo o posicionamento da Ludmila, porque nós operadores do direito produzimos algo que chama hermenêutica e todos nós estamos certos, com o olhar que todos nós temos. Então, quando a Norma fala porque precisaria de uma lei para alterar o decreto, a Dra. Ludmila defende um ponto de vista, que é minoria, mas que não está errado e o William defende um ponto de vista que também está certo e que é a maioria. A gente pode ter aqui 30 opiniões diferentes e todas estarão certas, porque partem do princípio subjetivo de interpretação da norma. Quem vai decidir isso e se não vincula a SAF são as hierarquias administrativas internas e na sociedade, como não pode ser diferente, quem define uma discussão é o Judiciário, eventualmente, se internamente não for possível chegar a uma conclusão e se não for editado o decreto que está na secretaria, de repente, a OAB pode ajuizar uma ação, não um mandado de segurança, porque talvez não seria o caso, talvez uma ação ordinária com o pedido de tutela, alguma coisa assim, para que o, então, juiz federal dê uma liminar para que a próxima eleição ocorra seguindo-se o argumento que for defendido na inicial. Agora, ficar emitindo opiniões a respeito de A ou B, aqui a gente vai gastar tempo, todos estarão certos e a gente não vai chegar à conclusão nenhuma.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheiro, nada como alguém ponderado, que olha os dois lados. Conselheira Luziana.

Sra. LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO - Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO – Eu queria ratificar o que já foi colocado aqui. A Associação Brasileira, terapia ocupacional se

candidatou no Conselho Nacional de Saúde, com 3 meses a nossa representante teve um problema pessoal e aí a gente substituiu por outra colega que está fazendo um trabalho brilhante lá, inclusive, coordena o fórum dos trabalhadores do SUS lá e assim, foi uma oportunidade da ABRATO de se manter em uma representação, fortalecer, inclusive, coisa que a gente não vê a possibilidade aqui. Aqui se você é uma entidade, se sua representante teve algum problema pessoal, você não pode substituir, você perde a vaga. Então, essa situação, ela precisa ser mudada. Eu sou uma pessoa que todo mundo sabe que eu fui beneficiada por esse acórdão. Mesmo assim, eu tenho uma posição política contra o acórdão, porque assim, eu com 6 meses que estava aqui, houve uma nova eleição no meu conselho, a vice-presidente entendeu que quem tinha que estar aqui era ela, apesar de que ela trabalha na reabilitação, mas é o direito que ela tinha, ela acho que ela deveria assumir esse cargo por ser a vice-presidente do COFFITO, a gente começou com uma disputa interna dentro do COFFITO para explicar que eu tinha anos de militância na Assistência Social, em si, no SUAS, e aí, mas é uma disputa interna que era para a gente ter travado internamente dentro do meu conselho, mas eu fiquei, não por vontade do meu Conselho Federal, mas porque, apesar de ter o apoio da maioria dos regionais, mas fiquei porque não puderam me substituir. Então, apesar de que eu me beneficiei, mas eu não acho que isso seja uma representação. O que acontece? Acontece que isso aí é uma coisa arbitrária com a sociedade civil só. Então, eu acho que a gente não pode passar anos e anos só dizendo que está errado. Eu concordo com a palavra da OAB, a gente tem que partir para uma ação, é judicial? Que seja judicial. É a sociedade civil que tem que fazer, é o CNAS que tem que fazer, mas eu acho que isso precisa ser resolvido.

Sra. KAROLINE AIRES – Diretora Substituta do Departamento de Gestão do SUAS e Coordenadora Geral de Vigilância e Regulação do SUAS – Boa tarde. Não me contrapondo a fala ali do Conselheiro Josenir, mas assim, complementando. Eu entendo que cada operador de direito tem uma posição, mas acho que o que a gente quer entender aqui nessa reunião de hoje, os fundamentos pelo qual a SAGI opina que é ilegalidade. Eu acho que a consultoria jurídica do ministério, ela trouxe os argumentos e a gente consegue compreender na leitura do parecer, porque da legalidade do decreto, mas eu não consigo na leitura da nota da SAGI entender os fundamentos pelos quais há ilegalidade na proposta. Então assim, tem no item 6 aqui é dito que é ilegal, mas também não é justificado o porquê da ilegalidade, é justificado no caráter consultivo a impossibilidade do poder regulamentar trazer e a questão da pessoa jurídica, mas eu também não consegui compreender a diferença com relação ao

caráter consultivo para o caráter deliberativo do conselho e um outro ponto também é que no final aqui da nota, vou ler aqui, por outro lado, nos casos de raros, de colegiado em que o mandato pertence a pessoa jurídica, esse mandato não decorre diretamente da lei, portanto, não é ilegalidade na opção tomado por atos infra legais. Também achei contraditória uma vez que se alega aqui que precisa ter a legalidade escrita no texto da LOAS para que haja esse mandato por pessoa jurídica. Então assim, em alguns pontos eu entendo que esse parecer, ele é mais político e opinativo e que carece de fundamentos jurídicos. Então, a gente queria ter isso mais claro aqui para compreender. É isso, obrigada.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Doutor William, por favor.

Sr. WILLIAM - Consultoria Jurídica do próprio MDS – São alguns pontos que eu acho importante colocar com relação à preocupação que a SAGI me passou, que o Luís Otávio colocou preocupação com relação à responsabilização da pessoa física. A gente deixou isso bem claro de que não é o fato de a entidade ser escolhida e indicar o representante, isso não vai tirar a responsabilização da pessoa física, isso está bem tranquilo assim. Então, essa preocupação, eu acho que é válida, mas ao mesmo tempo, não é a nossa proposta que está indicando que em à pessoa física não detendo o mandato, ela não seria responsabilizada, obviamente, ela vai ser responsabilizada da mesma forma como ela se entendesse que o mandato seria dela. Com relação também que a Dra. Vanessa, Consultora me pediu para eu atentar a SAGI na atual redação do Decreto 5.003, porque se a gente entende que a minuta, ela é ilegal, então, a gente tem que ver como é que está atualmente. A gente propôs alterar o decreto 5.003 mais para dar uma segurança jurídica e por conta do acórdão do TCU, porque se não tivesse o acórdão do TCU, eu não iria sugerir alteração nenhuma de decreto. Então assim, eu queria atentar a SAGI para a redação do Art. 4º § 1º do atual decreto, que ele é bem claro em falar que as entidades são concorrentes às vagas. Então, você teria que entender que esse decreto que já passou pela SAGI seria ilegal, porque o decreto atual fala que a entidade que é concorrente à vaga, Art. 4º § 1º. Isso eu deixei bem claro. Com relação à possibilidade de impugnação judicial, isso desde o momento em que o acórdão do TCU saiu, nós procuramos primeiro entrar com os recursos administrativos junto a AGU, não obtivemos êxito. Eu fiz milhares de manifestações, pareceres, notas, mas a coisa realmente ficou meio parada e nós estamos falando de um acórdão que já se passaram muitos anos. Então, nós obtivemos uma resposta da AGU de que não haveria mais possibilidade de impugnação nem judicial por conta da prescrição. Eu estou te colocando o que a AGU colocou isso

formalmente. Ela deu uma argumentação de prescrição que a partir dessa argumentação que nós pedimos, a AGU disse “*não, nós não vamos impugnar judicialmente porque já prescreveu, já passou muito tempo*”. Então, foi a partir daí que nós fomos para a via do decreto. Então assim, esse panorama e acho que todos já estão esclarecidos já dos demais pontos.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado Dr. William. Conselheiras, Edna e Norma, mantém a inscrição ou a gente pode passar para... Mas é porque já foram diversas manifestações. Eu estou preocupado de a gente... Não, assim, o que não impede de a gente ter a fala da doutora e depois a gente continua. É só porque já teve muita manifestação. Pode ser dessa forma? Então, por favor, Dra. Ludmila.

Sra. LUDMILA –Subsecretaria de Assuntos Jurídicos da Casa Civil – Bom vejam, eu não sou contrária às informações que vocês trazem, eu concordo da divergência, eu particularmente, Ludmila, quem assinou a nota aqui foi o núcleo do Jandir, é um núcleo de atos internos que vão analisar todas as composições de conselhos. Acho que o argumento de vocês é sim relevante. Agora, a posição que foi adotada pela área responsável é essa, desse daqui foi aprovada pelo subchefe para assuntos jurídicos. Eu não posso responder pelo o que o Jandir e o subchefe assinaram e a apresentaram isso. Na convocatória que a gente recebeu, o único tema era sobre alteração no Decreto. Como é um Conselho de Assistência Social, esse assunto foi repassado para a política social, para a subchefia adjunta de política social. Realmente, não sei opinar para vocês o que o Jandir quis dizer aqui na legalidade dele. Lendo o parecer, eu concordo com o que ele está dizendo, por quê? Porque a partir do momento em que você coloca da representação da substituição são aspectos atribuídos a uma pessoa física, não a uma pessoa jurídica. De fato, a partir do momento em que isso é divergente para o governo e é divergente para a sociedade civil, se foi assim que o legislador opinou, é um ponto, se não foi assim, a gente tem que mudar o aspecto de que é feito a composição dos membros. Agora, do que se trata a alteração de decreto, eu não vou poder dar aqui para vocês a opinião do núcleo de política social, porque o que vocês pretendem é uma alteração de composição de conselho, de forma que eu vou requisitar aqui que todas essas demandas sejam encaminhadas por escrito para a SAGI.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira Norma.

Sra. NORMA SUELY DE SOUZA CARVALHO - Representante da Capemisa Instituto de Ação Social – A minha pergunta é o seguinte, no decreto, o Art. 5º do decreto, ele diz que a regulamentação do processo de escolha dos representantes da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência, bem como funcionamento das assembleias a que se referem os Artigos 3º e 4º dar-se-á por meio de resolução do CNAS. Está no decreto. Quando a gente... A minha pergunta é a seguinte, quando o conselho elabora uma resolução e diz nessa resolução que o processo eleitoral, ele vai dar-se para a escolha de entidades, ele não detalha ali na resolução a questão do representante, ele diz que vai ser, o processo vai ser pela escolha, as entidades serão escolhidas e vão designar o seu candidato. Vamos supor que a resolução só diga isso e não como a resolução do último processo que detalhava a questão da indicação, solicitava lá o CPF do indicado e tudo. O fato de não detalhar na resolução essa indicação não altera em nada, não coloca essa resolução, ela não se torna ilegal só porque ela não detalha o fato de ainda estar sendo vinculada a representação aqui ao CPF do representante ou na resolução tem que constar, detalhadamente, essa forma de representação? Essa é a minha pergunta. E outra questão, quando nós falamos da alteração ou falamos de propor alteração no decreto, a alteração, ela não é na composição, porque a nossa proposta, em momento nenhum, é de alterar a composição do conselho. Nós apenas queremos alterar esse caráter da representatividade, mas não da composição.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado Conselheira. Conselheira Edna.

Sra. EDNA APARECIDA ALEGRO - Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI – Eu fico aqui pensando qual é a autonomia soberana de decisão dessa plenária deste conselho. É isso que está me incomodando, porque se diz que é uma resolução do conselho e se a resolução do conselho não fere a LOAS, nem o Decreto 5.003, não vejo onde está o problema, não temos problema, na minha opinião, não temos problema.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira Elisa.

Sra. ELISA MACIEL COSTA - Representante da Associação Mayle Sara Kali – Algumas coisas já foram respondidas, mas eu gostaria... Bom, primeiro boa tarde Dr. William, Dra. Ludmila e demais, mas eu queria entender, eu estava com algumas perguntas para fazer, mas eu estou tão incomodada quanto a Edna nesse processo de autonomia e acho

que a gente tem que pensar nas alternativas para resolver, fora também de uma demora que possa vir a prolongar, porque a gente sabe que perguntas e respostas demoram muito tempo. Nós estamos chegando no final do ano. A gente sabe de tudo que vai interromper, tudo que vai parar. Bom e tem essa coisa de que nos últimos tempos a gente tem engolido muita coisa goela a baixo. Então, está dentro de um conselho onde não se pode sequer morrer, fica difícil, porque assim, no mínimo é por aí mesmo. Então, a gente pode fazer alguma coisa para adiar por 2 anos. Assim, nos conselhos estaduais e municipais de Assistência Social, essa regra, ela funciona assim, porque a gente conhece vários conselhos municipais que não funcionam assim, que... nem estadual. Então, eu fico nessa diferença e uma terceira coisa que incomoda bastante é o seguinte, se dizem para a gente com o todo, porque tem esse aparato todo que é um conselho paritário, amplo, é uma estrutura ampla, é governo, sociedade civil, todos conversando. Isso para mim é cerceamento de direito. Então, eu não sei. Eu acho que a gente tem que pensar onde é que vai resolver isso de uma certa forma, mas eu queria entender como é que é essa votação nos estados e municípios.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Olha só, a Dra. Ludmila está me dizendo aqui que ela vai precisar se ausentar, por conta de reuniões lá da Casa Civil e a gente tem algumas inscrições e a gente ainda tem várias resoluções para serem votadas hoje. Eu acho que a gente tem que tomar mesmo uma decisão, eu acho que, assim, algumas dúvidas ainda estão pendentes, mas eu acho que a gente pode passar para a Dra. Ludmila só fazer um fechamento, depois a gente discute, Conselheira Mariana, como é que a gente encaminha este processo eleitoral que está se iniciando e aí eu queria também ouvir o Dr. William para ele ver se as considerações que a gente está pensando do processo eleitoral, se elas se aplicam. Pode ser dessa forma? Então, Dra. Ludmila, por favor, se quiser fazer uma referência ao pleno só para deixar claro o posicionamento e fazer uma despedida, está bem? Sim, para a gente encaminhar os pontos por escrito para a Casa Civil e com a nota de 30 de junho que a gente também pode reforçar aí nesse encaminhamento. Então, seguindo a ordem, eu queria ouvir, Conselheira Mariana, como é que está sendo pensado o processo eleitoral e depois, a gente ouvir o Dr. William. Só, então, agradecer mesmo Ludmila de estar presente. Esse conselho, ele está sempre acostumado a ter esses debates acalorados, então, às vezes, a gente pode assustar, mas é o nosso jeito mais carinhoso também de ser e de acolher, mas a gente não está aqui para disputar com ninguém, estamos para somar, estamos para construir. Obrigado Ludmila.

Sra. LUDMILA –Subsecretaria de Assuntos Jurídicos da Casa Civil - Eu agradeço a presença de todos, da próxima vez eu mando o Jandir para conversar aqui com vocês.

Sra. MARIANA DE SOUZA MACHADO NERIS – Diretora do Departamento de Proteção Social Especial/SNAS/MDS – Bom conselheiros, nós temos ainda a memória da reunião da comissão de normas e já antes de entrar na memória da comissão de normas, nós tivemos uma reunião extraordinária ontem, inclusive, tivemos prejuízo de participação aqui das conselheiras da Comissão de Normas que, inclusive, nós descobrimos que são formadas exclusivamente por mulheres, a nossa Comissão de Normas, Conselheiras com todo o poder que nós temos, mas nós tivemos a participação dos Conselheiros Samuel e Josenir que participaram do debate conosco do processo eleitoral. Como, de fato, essa questão não tinha sido dirimida do decreto, nós chegamos a debater, então, a possibilidade de conquistar até dezembro essa alteração legislativa e o nosso debate foi em torno mesmo dessa compreensão da própria SAGI de que poderia ser alterado esse parecer e, então, nos dada à autorização para já convocar o processo eleitoral de 2018 na compreensão de que quem representa são as organizações e entidades. Nesse sentido, o nosso trabalho no dia de ontem foi justamente de construir uma resolução que pudesse dar os critérios de participação das entidades no processo eleitoral, já considerando que elas poderiam ser as próprias pessoas jurídicas, as candidatas e não a pessoa física. Com esse debate de hoje, eu acredito que a gente tenha de construir uma proposta alternativa, de todo modo, a coordenação de regulação do DGSUAS fez observações a documentos, fez também algumas complementações, a cópia que a gente produziu aqui para distribuição não era a versão final, mas nós temos de projetar aqui, então, a versão que trata, justamente, dessa convocação da eleição. Então, eu vou ler bem rapidamente a memória da reunião extraordinária da Comissão de Normas antes de ler a memória da ordinária para aproveitar a presença do Dr. William, nos ajudar aqui, então, no encaminhamento, que a gente possa vir a fazer. Presidente Fábio, a gente faz a leitura da memória e depois das resoluções e depois volta na...

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Isso, acho que é o melhor.

Sra. MARIANA DE SOUZA MACHADO NERIS – Diretora do Departamento de Proteção Social Especial/SNAS/MDS – Então tá. É porque está tudo muito dinâmico, muitas informações ao mesmo tempo. Vamos lá. Então, a memória da reunião extraordinária da Comissão de Normas da Assistência Social ocorrida no dia 22/11/2017 de 13h às 18 horas, na

Esplanada dos Ministérios, anexo do Bloco F, Ala A, sala 115. Estiveram presentes Conselheiros Mariana Machado Neris, Edna Aparecida Alegro, Marília Paiva de Carvalho, Marisa Rodrigues da Silva, Norma Suely de Souza Carvalho, da Secretaria Executiva do CNAS, Rosângela da Silva Almeida, Suelma Rodrigues Ferreira. Como ouvintes, Conselheiro Josenir Teixeira da OAB, Marcelo Silva e Conselheiro Samuel Rodrigues, FENAPAES. Convidada, Marina Ramos, DGSUAS/MDS. Primeiro e único ponto de pauta foi apreciação da minuta de resolução que dispõe sobre o processo eleitoral da representação da sociedade civil no CNAS, gestão 2018-2020, bem como a minuta do edital de convocação para a assembleia de eleição dos representantes da sociedade civil no CNAS, gestão 2018-2020. Coordenadora da Comissão de Normas solicita uma reunião extraordinária da Comissão para apreciação da minuta de resolução e minuta do edital que dispõe sobre o processo eleitoral da representação da sociedade civil no CNAS, tendo em vista os prazos exíguos previstos para 2018, uma vez que a presidência ampliada já sinalizava a necessidade de se convocar a comissão eleitoral no mês de fevereiro de 2018. Após a leitura e debate acerca do processo eleitoral, incluindo o resgate da contextualização da proposta de alteração do Decreto 5.003 de 2004, os conselheiros e convidados propuseram ajustes às respectivas minutas. Encaminha-se, então, a comissão de Normas sugere a plenária aprovação das minutas de resoluções que dispõe sobre o processo eleitoral da convocação para a assembleia de eleição os representantes da sociedade civil no CNAS. Então, nós temos aqui agora de distribuir a versão final. Por favor, faz a distribuição. Só um instantinho que a gente está com a versão errada aqui.

Sra. KAROLINE AIRES – Diretora Substituta do Departamento de Gestão do SUAS e Coordenadora Geral de Vigilância e Regulação do SUAS – Dr. William, aproveitar esse tempo que a gente coloca ali a resolução, eu não estava presente ontem na reunião extraordinária, mas hoje eu tive acesso à minuta que vai ser debatida agora e aí eu queria te consultar um pouco da preocupação. A ideia já nessa resolução para esse processo eleitoral seria prever a substituição dos conselheiros da sociedade civil e aí assim, eu coloquei a minha preocupação do momento em que eu percebi essa proposta, quais seriam os impactos em relação à decisão do TCU se o conselho já resolvesse por trazer hipótese de substituição dos conselheiros aqui no processo eleitoral. Eu queria que você se manifestasse sobre isso para orientar a gente aqui com relação à elaboração dessa resolução.

Sr. WILLIAM - Consultoria Jurídica do próprio MDS – Vocês vão apresentar a minuta de resolução agora? Eu tenho que ter a redação, porque depende de como está redigida a

substituição. O que tem que ser observado é a determinação do TCU. Então, alguns conselheiros colocaram aqui que, assim, que poderia, de uma certa forma, driblar, mas se trata de uma determinação. Não é uma mera recomendação. Acredito que o Conselho nunca tenha descumprido uma determinação do TCU. Então, se a gente coloca que, de uma forma ou de outra, se na resolução, mesmo que de forma indireta, tiver com a entidade possa decidir sobre a substituição, então, vai estar descumprindo o acórdão do TCU. O acórdão, ele é bem claro, como eu já coloquei, apesar de o acórdão se referir a uma fiscalização de recursos fundo a fundo, não tinha nada a ver com o processo eleitoral, ela determina expressamente para que o conselho altere as suas resoluções. A determinação é essa, para que o conselho... Não só a do CNAS, como as dos conselhos estaduais e municipais também. Então, a determinação foi com relação à alteração das resoluções que dispõe sobre o processo eleitoral no CNAS e nos conselhos estaduais e municipais de forma que a escolha recaia sobre a pessoa física e não sobre a pessoa jurídica. Então se de uma forma ou de outra, a entidade decidir substituir, então, vai estar descumprindo a determinação e aí o conselho vai estar sujeito a um descumprimento de determinação do TCU.

Sra. MARIANA DE SOUZA MACHADO NERIS – Diretora do Departamento de Proteção Social Especial/SNAS/MDS – Tem, então, uma proposta aqui, na verdade, o que acontece? Toda a redação foi feita considerando a possibilidade de que pudéssemos já trabalhar na lógica de que a entidade, compreendendo a partir do decreto que não havia ilegalidade. Como há uma determinação do TCU, o Dr. William está nos esclarecendo que a gente deve acatar a recomendação, essa determinação, eu gostaria de sugerir, Vice-Presidente Rosângela, que a gente pudesse, então, passar para a memória da comissão de política para outra comissão fazer a memória, enquanto isso, a gente tenta adequar o texto para já aproveitar aqui as sugestões e depois retornar para que todos os conselheiros tenham clareza na hora de fazer a votação.

Sra. EDNA APARECIDA ALEGRO - Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI – Me permite Mariana? Eu acho que eu tenho um encaminhamento um pouco diferente. Eu, entendendo tudo que ficou aqui, a recomendação do Dr. William, que a gente não pode ignorar o TCU, eu acho que a gente não faria a discussão da resolução hoje, não há tempo, infelizmente, hábil para isso, eu acho que a gente pode tirar algumas dúvidas com o Dr. William sobre algumas possibilidades e não fazer leitura hoje, nem apresentar texto nenhum e fazer alguma coisa na conferência nacional, uma noite, um café, que a gente possa discutir, chama uma extraordinária, vai com o texto pronto.

E aí, Dr. William, eu só queria saber se nós identificando, veja, o processo normalmente é a entidade se qualifica, porque há critérios, a entidade se qualifica, sim, aí ela faz a indicação do seu representante, que “será eleito”. Ela pode, nesse momento, trazer duas indicações? Fere o acórdão, no caso de ocorrer à morte? E esclarecer os casos ali, no caso de morte do eleito, no caso de ele deixar de compor a entidade. Seria... Não é trocar qualquer momento ao seu bel prazer, não é isso que nós estamos querendo, entendeu?

Sr. WILLIAM - Consultoria Jurídica do próprio MDS – A questão é no processo eleitoral, quando no momento da votação, a questão toda é essa é o momento da votação, quem que vai ser eleito. Isso, então, sendo a pessoa física e não a entidade, então, de uma certa forma, estaria cumprindo. A eleição, o momento da eleição seria da pessoa física, antes vai estar à entidade, mas não vai ser a entidade, que você não vai votar na entidade, vai votar na pessoa física.

Sra. EDNA APARECIDA ALEGRO - Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI – Isso, não vota na entidade, vota no João e no Pedro.

Sr. WILLIAM - Consultoria Jurídica do próprio MDS – Possível sim. Inclusive, se vocês quiserem, quando o texto tiver completo pode mandar para a nossa CONJUR, como a matéria, ela é bem assim, delicada, é até recomendável que a Consultoria Jurídica analise o texto mesmo. O TCU não falou nada de substituição, ele só falou que a escolha recai sobre a pessoa física, não falou nada de substituição. Eu já até tinha orientado que a gente, o conselho, pode determinar hipótese de substituição. Eu entendo que sim.

Sra. EDNA APARECIDA ALEGRO - Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI – Na resolução do conselho pode ter os critérios de substituição. Mas aí não recai sobre uma pessoa eleita.

Sr. WILLIAM - Consultoria Jurídica do próprio MDS – Eu só tenho que ver a redação, por isso que eu me preocupo com a redação.

Sra. EDNA APARECIDA ALEGRO - Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI – Então, gente, eu creio que nós temos aí duas possibilidades que não vão contrariar o TCU, por isso, Mariana, que eu sugiro não ler o que está aí, porque ele seria todo o contrário. Então, a gente...

Sra. MARIANA DE SOUZA MACHADO NERIS – Diretora do Departamento de Proteção Social Especial/SNAS/MDS – Então eu retiro a minha proposta. A gente acata a sugestão da Conselheira Edna. Faremos, então, os ajustes a respeito dessa versão agora da minuta após esse debate, passaremos para a CONJUR fazer análise e contribuições e levaremos para uma extraordinária na conferência, onde nós possamos, então, fazer uma aprovação com maior clareza sobre esse processo a tempo de convocarmos a comissão eleitoral e a assembleia já a partir de fevereiro.

Sra. ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS – Vice-Presidente do CNAS/MDS - Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA – Obrigada conselheira Mariana. Tem uma convidada que está pedindo, Norma retirou? Retirou, mas a gente tem uma convidada que é a Professora Lucimara do CONANDA, está pedindo a fala. Alguém se opõe? Por favor, professora Lucimara.

Sra. LUCIMARA CAVALCANTE – Representante da Associação Maylê Sara Kalí – Boa tarde a todas e todos. Sou Lucimara Cavalcante da Associação Internacional Maylê Sara Kalí, AMSK, neste ato representando o CONANDA. Somente aqui para reforçar tudo que já foi encaminhado, mas lembrar que este conselho, ele é deliberativo e a partir do momento que sai um edital de chamamento das organizações da sociedade civil, este conselho, ele tem atribuído pelo seu decreto, os encaminhamentos as suas eleições. Creio que é só deixar bastante claro e não estou entendendo os pareceres que até o momento a área jurídica do ministério tenha encaminhado como ilegal. Eu creio que o pleno aqui tem que se posicionar, já foi posicionado e não entendi também porque que teve que solicitar uma aquiescência da AGU, tendo em vista que está muito bem clara a lei do qual foi efetivado este conselho e o decreto que lhe dá as suas funções, porque se é um conselho deliberativo, o pleno, ele tem plena capacidade de direito de colocar no seu edital, os encaminhamentos para a sua eleição. Então, é o que eu só gostaria aqui de colocar. Parabenizo aqui ao pleno e os encaminhamentos e que possa, realmente, na conferência Nacional ser feita uma assembleia extraordinária especificamente para tratar deste tema e que as organizações que aqui estão representadas como ouvinte, possam também encaminhar a sua carta aqui para o CNAS para que sejam ouvidas as suas opiniões. Muito obrigada.

Sra. ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS – Vice-Presidente do CNAS/MDS - Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA – Obrigada. Dr. William, por favor.

Sr. WILLIAM - Consultoria Jurídica do próprio MDS – Então, conselheira, aliás, convidada. Na verdade, não havia uma necessidade de consultarmos a AGU, mas nós consultamos e obtivemos a posição de legalidade. Então, ou seja, a AGU reforçou para que nós encaminhássemos a proposta de decreto à Casa Civil e mesmo com a posição da AGU de legalidade, a SAGI entendeu pela ilegalidade. Por que da necessidade dessa minuta? Porque o conselho, ele tem uma ordem do TCU, só o nosso conselho, os outros não, para que altere os seus normativos, a determinação é essa, para que altere, o TCU ordenou o conselho de alterar as resoluções do processo eleitoral. Então, se o conselho, ele edita uma resolução atribuindo a entidade ser eleita, o conselho vai estar descumprindo uma determinação do TCU. A partir do momento que sai um decreto, se o decreto fosse publicado, então, o conselho iria seguir o decreto. Então, seria um fato superveniente que iria amparar a atuação do conselho, que é justamente isso que nós estamos tentando. Sem o decreto, então, o conselho fica preso em seus normativos à determinação do TCU. Então, esse realmente foi o ponto que nós colocamos e nós usamos, nós utilizamos da AGU para reforçar o nosso entendimento de que seria legal. Você colocou que não estava convencida da ilegalidade, realmente, a SAGI apresentou essa nota, nós também não nos convencemos, tanto é que eu fiz outra manifestação rebatendo todas as argumentações, mas realmente, como a Dra. Ludmila falou, para o decreto ser editado, precisa ter o aval da SAGI, sem o aval da SAGI não tem como, mesmo a AGU emitindo um entendimento, não vai vincular a SAGI da Casa Civil.

Sra. ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS – Vice-Presidente do CNAS/MDS - Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA – As outras questões todas já foram superadas, por várias falas aí dos encaminhamentos da coordenadora Mariana em relação a esse assunto e a gente vai dar conforme foi dialogado aqui, os devidos encaminhamentos e depois a gente repassa o texto junto com a CONJUR e encaminha. Conselheira.

Sra. MARIANA DE SOUZA MACHADO NERIS – Diretora do Departamento de Proteção Social Especial/SNAS/MDS – Eu gostaria só de agradecer, mais uma vez, a participação do Dr. William, que tem sido fundamental para a nossa compreensão, que nós somos conselheiras que compomos uma comissão duríssima e precisamos sempre desse apoio. Também quero agradecer a Dra. Karoline, que sempre tem dado muito suporte mesmo com a sua equipe à nossa comissão.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Por favor, doutor William, mais uma vez, muito obrigado. Esse conselho, muitas vezes, depende da CONJUR para ter subsídios mesmo e orientações em relação a esses atos normativos que têm impacto muito forte na dinâmica aqui do conselho, na dinâmica de representatividade. Então, agradecer mesmo a você, agradecer a Dra. Vanessa pela presença e pela firmeza com que defende os argumentos que são tão caros aqui para a nossa instância de controle social. Então, agradeço, se o senhor quiser fazer uma saudação.

Sr. WILLIAM - Consultoria Jurídica do próprio MDS - Obrigado a todos, eu que agradeço também. E estamos à disposição do conselho, inclusive, até recomendo que quando vocês encaminharem alguma manifestação à SAGI, encaminhem para a gente também, para a gente dar uma olhadinha, da mesma forma a resolução também é importante que a gente analise também para que se confira uma maior segurança jurídica. Então, estamos à disposição do conselho. Obrigado.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Ok, agradeço também a Dra. Karoline, Coordenadora de Regulação, também parceira de primeira ordem desse colegiado, nossa convidada de honra para a Conferência Nacional que debate a garantia de direitos no fortalecimento do SUAS. Eu quero, conselheiros, conselheiras, eu quero dizer que a gente já está aqui na presença dos nossos convidados que vão expor o Programa Progredir. Então, a gente tem ainda algumas comissões para dar conta, mas eu pediria, então, para a gente priorizar a apresentação do Programa Progredir. Pode ser? Olha, são 4 horas. A gente faz a apresentação e na sequência, a gente analisa direto as resoluções. O plenário está bem cheio, eu estou supondo que a gente está com bastante... Está tranquilo.

Sra. ELCIMARA RANGEL LOUREIRO ALÍCIO - Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Presidente, posso fazer uma pergunta? Eu retorno hoje para a minha cidade e aí a próxima reunião vai ser dia 4, mas só para a comissão da conferência, comissão organizadora e aí conversando com os meus colegas aqui, vai ser definido aqui hoje a questão do envolvimento de todos os conselheiros na questão do trabalho no processo da conferência, as tarefas?

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – A gente combinou, eu mencionei no relato, acho que da própria comissão organizadora, a gente tem aquela proposta de portaria, os nomes dos conselheiros

dentro de cada subcomissão, os conselheiros que compõe a comissão organizadora estão lá. A gente agora está recebendo as indicações das outras unidades do ministério que também vão ter responsabilidades na operacionalização e a gente vai circular por e-mail, que eu sei que alguns dos conselheiros já estão se voluntariando, “*eu quero participar de tal momento, quero ajudar aqui*”. Então, a gente vai, via Secretaria Executiva, circular um e-mail, ver esses momentos que estão sendo voluntariados de participação e aí no dia 4 a gente vai ter um pouco do consolidado, vamos completar as eventuais lacunas que houver e circular por WhatsApp para que a gente tenha uma Conferência Nacional em que todos os 36 conselheiros mostrem a cara, a gente tenha mesmo a dinâmica espelhada ali em uma... Está bom? Agora sim, eu queria, então, agradecer a presença do Secretário Vitor, o Secretário de Inclusão Social e Produtiva, Secretário Vinícius, Secretário de Inclusão Social e Produtiva e do Secretário Adjunto, Rodrigo Zerbone, ambos estão aqui presentes para apresentar o Programa Progredir. Estamos aqui também com Carolina Machado, a chefe de gabinete da SISP e o Rogério Campos que é assessor da SISP. Pediria que, então, todos também tomassem assento aqui para a gente ter essa possibilidade de articulação com a Secretaria de Inclusão Social e Produtiva. Eu peço, então, para a Diretora Renata, Diretora da Proteção Social Básica e Conselheira, fazer uma apresentação inicial, até porque a proposta de ter essa apresentação do pleno, ela veio da Comissão de Política e foi uma proposta da Conselheira Renata no âmbito daquela comissão. Então, também para situar um pouco os nossos convidados de qual a expectativa, como é que a gente pensou esse momento aqui no plenário.

Sra. RENATA APARECIDA FERREIRA – Diretora do Departamento de Proteção Social Básica Representante do Ministério do Desenvolvimento Social/MDS – Vamos lá. Boa tarde agora a todos os presentes. Eu quero rapidamente resgatar o processo que vivenciamos ao longo do final de 2016, 2017 na Proteção Social Básica no que tange a integração com a política de trabalho. Então, como todos sabem, ao longo dos anos, o SUAS referenciou como ação estratégica de integração com a política do trabalho, o Programa ACESSUAS Trabalho. Quando assumimos em 2016, nós compartilhamos aqui a necessidade de um redesenho do Programa ACESSUAS Trabalho em função da desvinculação ou da suspensão naquele momento do Programa PRONATEC do MEC. Redesenhamos conjuntamente, de uma forma dialogada em câmara técnica com a participação desse conselho, o Programa ACESSUAS Trabalho, desvinculando do PRONATEC e um pouco mais que isso, em uma discussão bastante rica tecnicamente, nós através do redesenho do ACESSUAS, delimitamos o papel da assistência no mundo do trabalho. Então, o redesenho

do Programa ACESSUAS Trabalho, ele traz, ele chancela que cabe ao Sistema Único de Assistência Social melhor preparar os usuários do SUAS para o mundo do trabalho, não cabe a nós financiarmos ações diretas de oportunidades produtivas, de intermediação de mão de obra, ou até mesmo qualificação profissional, mas sim trabalhar no âmbito do PAEF, do acompanhamento familiar de uma forma complementar ao que se oferta no PAEF, o desenvolvimento de habilidades e competências dos nossos usuários para assim ter uma adesão maior no mundo do trabalho. Feito isso, nós temos avançado nas discussões em torno do papel do SUAS no mundo do trabalho, de uma forma que isso torne claro para a nossa rede. Todos sabem, inclusive, pactuamos, aprovamos aqui hoje uma resolução do Programa ACESSUAS Trabalho, que o programa está aí ganhando uma capilaridade a partir da expansão aprovada hoje, a gente chega a mil, pouco mais de mil municípios. Essa expansão, ela foi possível, porque nós tivemos uma convergência de objetivos com o ministério como um todo. Então, foi criada dentro da estrutura do Ministério uma secretaria que por isso o secretário Vinícius está aqui para falar um pouco mais, trazendo uma perspectiva maior através de um plano de como a gente complementar e agregar ferramentas para os nossos usuários do SUAS. Então, o que eu quero aqui ratificar é que a ação que vai ser apresentada pelo Secretário Vinícius, ela vem complementar o programa ACESSUAS, não vem em uma ação direta no SUAS, mas nós estamos sim integrando de uma forma com convergência de objetivos, entendendo a importância de a gente ter o maior número de parceiros possíveis para o programa ACESSUAS. E quero, inclusive, aqui compartilhar, não sei se foi compartilhado pela própria comissão de finanças, que o próprio recurso que nós tratamos hoje para a expansão foi falado no relato? Está no relato, desculpa. Que o relato ontem, até me atrapalhei. Não, que ontem nós também tratamos. Mas o próprio recurso de expansão do ACESSUAS que nós aprovamos, ele vem dessa convergência de objetivos que o Secretário vai apresentar. Então, acho que é importante ter esse preâmbulo para que a gente possa compreender que nós estamos aqui tratando de uma integração de uma parceria e complementariedade para o Programa ACESSUAS. Obrigada.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigada Conselheira e Diretora Renata. Por favor, Secretário, fique à vontade para a exposição.

Sr. VINÍCIUS - Secretário – Primeiro boa tarde. Agradeço o convite, a oportunidade de expor o plano progredir aqui no conselho, fazendo coro a fala da Diretora Renata agora a pouco, nós estamos desenhando o Plano Progredir justamente como um conjunto de ofertas de

inclusão produtiva que possa ser usado para promover a inclusão social e produtiva das famílias do Cadastro Único. Bom, a ideia justamente é que a gente possa direcionar ações tanto do setor público, como da iniciativa privada para promover a qualificação profissional, para apoiar o empreendedorismo e para promover a intermediação de mão de obra das pessoas inscritas no Cadastro Único para programas sociais. Então, daí aqui a Secretaria de Inclusão Produtiva, ela seja uma coordenadora dessas ações. O plano progredir, ele é interministerial, ele tem uma parceria do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério da Indústria, Educação, Trabalho e o Ministério do Desenvolvimento Social, justamente para que nós possamos direcionar ações que acontecem em todos esses Ministérios para o público do Cadastro Único, priorizando esse público na adesão aos diferentes programas. Justamente, esses são os 3 eixos de estruturação do plano e além desses 3 eixos, nós temos algumas ações que são transversais, por exemplo, nós lançamos já um edital para buscar iniciativas, tanto em andamento, como projetos de inclusão produtiva em municípios, em prefeituras, com o objetivo de premiar uma ação por macrorregião no Brasil e as ações premiadas têm a possibilidade de assinar um convênio com o ministério no valor de até 1 milhão de reais para apoio. Com esse tipo de iniciativa, a gente espera primeiro fazer um mapeamento das ações de inclusão produtiva que já existem e, além disso, premiar as ações de inclusão produtiva, que nós entendermos que tiverem maior alcance do público e maior efetividade de resultados. Então, basicamente, no momento do lançamento, nós imaginamos algumas ações que já poderiam ser implementadas em cada um dos eixos. Na parte de qualificação profissional, nós estamos apoiando uma iniciativa do Ministério da Educação, o PRONATEC Oferta Voluntária, fazendo a divulgação das matrículas de diferentes lotes. Então, justamente, nós estamos trabalhando no portal do Progredir com a divulgação dessa iniciativa e estamos prospectando possíveis outros parceiros para ofertar mais qualificação profissional para o público. Da parte do empreendedorismo, nós temos trabalhado com a priorização de política econômica voltada para o público de mais baixa renda, focando no público do Cadastro Único. Então, nós conseguimos mudar a regulamentação tanto do Conselho Monetário Nacional, como do Banco Central para priorizar o público do Cadastro Único nas operações bancárias voltadas para baixa renda, nós temos apoiado, nós vamos apoiar com recurso a realização de oficinas de educação financeira, que é uma parceria que o Ministério já tem com a associação para educação financeira desde 2011, foi um piloto que foi desenvolvido e que mostrou um resultado muito positivo de ações de educação financeira. Um piloto desenvolvido com 2 mil famílias e agora a gente pretende expandir para, pelo menos, 100 mil famílias em todo o território nacional. E, além disso, nós estamos coletando experiências que

possam ser disseminadas de apoio técnico para microempreendedores individuais. A ideia é ofertar alguns cursos que ensinem aos microempreendedores algumas noções básicas tanto de gestão, quanto de qualificação técnica. Da parte de intermediação de mão de obra, nós estamos construindo uma rede de parceiros do Desenvolvimento Social com associações empresariais e o objetivo é fazer uma aproximação entre o ministério e as empresas por meio dessas associações, sensibilizando os gestores de recursos humanos, tanto para contratação de pessoas inscritas no Cadastro Único, a gente criou uma ferramenta de intermediação de mão de obra para isso, como também a sensibilização desses gestores de RH sobre a vulnerabilidade do público. Além disso, a ferramenta também permite uma padronização dos currículos, ela é um apoio e também uma ferramenta de monitoramento do Ministério sobre a inserção desse público. Nesse caso, em particular, a gente está falando de emprego, de mercado e de trabalho, esse eixo específico, mas o Progredir, como um todo, ele pega vários aspectos do mundo do trabalho, tanto a questão do emprego, como empreendedorismo. A ideia é ter ações que aumentem a geração de emprego e renda. Basicamente, como eu comentei, a gente tem a ação desses ministérios, tem também uma parceria com o Banco Central para que a gente possa adaptar ações de educação financeira que o Banco Central já vem desenvolvendo. A nossa ideia é aumentar o alcance dessas ações nessa parceria e também temos trabalhado com alguns bancos parceiros para poder compreender melhor a interação do público do Cadastro Único no Sistema Financeiro. Então, a ideia, justamente, é articular uma série de ferramentas de parceiros públicos, parceiros privados em torno da geração de emprego e renda para a população do Cadastro Único com ações transversais, como o caso do prêmio Progredir, como o caso da rede de parceiros que serve tanto para a disponibilização de vagas das empresas para esse público como também para que eles possam ceder ações de qualificação profissional, que a gente possa aproveitar e expandir para um público maior e nós estamos trabalhando neste momento com o portal Progredir, justamente para disponibilizar essas ações. Então, lá nós já temos cursos de inclusão digital, cursos de programação, desde cursos muito básicos, até cursos intermediários. Já temos algumas ações de educação financeira. No portal também tem toda a parte de intermediação de mão de obra, da parte tanto de captação de vagas como de padronização de currículos e a ideia é que ele seja justamente uma ferramenta de comunicação nossa para poder colocar as ofertas que nós conseguirmos prospectar para o público. Então, basicamente, quer dizer, além dessas ações todas, nós estamos disponibilizando no MOPS, que é uma ferramenta nossa de georreferenciamento de equipamentos públicos. Nós estamos disponibilizando localização de telecentros para que as pessoas possam ter acesso, saber onde conseguem acesso à internet

com maior facilidade. Temos trabalhado em prol da assistência técnica para pequenos empreendedores, prospectando parceiros dos quais nós possamos adaptar materiais e fornecer qualificação nessa linha e trabalhar esse banco de oportunidades como eu mencionei, de trabalho, tanto com a parte de vagas, como de currículos. A ideia da rede, como eu coloquei para reforçar é a questão do canal de comunicação entre o ministério e gestores, parte de recursos humanos das empresas para tentar priorizar a oferta do mercado de trabalho de qualificação de trabalho para o público que nós estamos focalizando. Então, todas essas ações, elas vão na linha do que eu comentei no início de nós prospectarmos ações que já existem, ou que com uma adaptação simples poderiam ser usadas para o público do Cadastro Único e a nossa ideia é justamente oferecer essa caixa de ferramentas que possa ser usado por qualquer entidade que queira trabalhar a inclusão produtiva desse público. Dentro dessa linha, entendo que a gente disponibiliza todas essas ofertas e seria interessante que essas ofertas, a gente pretende que essas ofertas todas sejam usadas e sejam efetivas e um grande usuário dessas ferramentas poderia ser a ideia é oferecer alternativas para o ACESSUAS Trabalho, inclusive, para que essas ações possam ser usadas. Então, a gente está prospectando um conjunto de ofertas e disponibilizando para que elas sejam usadas onde fizer sentido, onde tiver interesse, onde for viável e nesse sentido, nós também disponibilizamos uma parte do orçamento da Secretaria, esses 22 milhões de reais para o fortalecimento do Programa ACESSUAS, na linha do que a diretora colocou agora a pouco, de fortalecimento do ACESSUAS para que a ação do ACESSUAS possa ser ainda maior e em paralelo a isso, nós estamos trabalhando em um conjunto de ofertas que se conseguirmos atingir os nossos objetivos serão usadas e promoverão a inclusão produtiva do público. A ideia que é um pouco mais detalhada do prêmio é justamente que a gente possa, então, prospectar ações, ações que já estejam acontecendo ou projetos de inclusão produtiva no nível local, municipal para buscar projetos que nós possamos apoiar, iniciativas que sejam premiadas podem receber, assinar um convênio com o ministério no valor de até 1 milhão de reais e evidentemente que em uma segunda etapa podem até aumentar o alcance com esse recurso. O prazo de inscrição vai até dia 12 de janeiro de 2018, a gente ainda tem um prazo longo de inscrição. Nós estamos divulgando, o edital já está aberto, as inscrições já estão abertas, elas vão até 12 de janeiro, mas a inscrição pode acontecer desde já e a gente está divulgando o link com o edital, onde ele pode ser acessado e nós estamos à disposição também para esclarecer quaisquer dúvidas referentes a ele e a ideia é justamente que a gente possa ter esse mapeamento de ações de inclusão produtiva e nesse momento a gente precisa da divulgação desse prêmio até para que a gente possa ter o maior número possível de inscritos e que possa identificar os melhores

projetos dentro do maior número possível de projetos para apoiar aqueles que fizerem mais sentido, aqueles que tiverem mais resultado. Na apresentação básica do que é o Plano Progredir é essa, a gente conseguiu construir um conjunto de ações inicial, mas a gente está em um processo permanente de prospecção de ações e de fortalecimento daquilo que nós já desenhamos e então, até por isso que a ideia é que a gente faça tanto a divulgação dessas ações, como o que nós colhemos contribuições de como melhorar. Em um primeiro momento, nós trabalhamos com esse modelo em conta de todas as restrições que nós temos de diversas naturezas, mas a ideia justamente é que a gente possa expandir o conjunto de ofertas e a possibilidade de uso dessas ofertas o máximo possível. Eu fico aberto, não sei qual é a dinâmica, eu fico aberto às questões, acho que é bom à gente abrir para...

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Eu queria agradecer, Secretário, pela apresentação. Dizer que a gente tem tanto oportunidade na Conferência Nacional, vai existir um stand do MDS, em geral esse stand é uma prevalência de servidores da SNAS, mas não impede que a gente tenha também uma representação da SISP até para dirimir dúvidas, 2 mil participantes em relação ao programa. Se houver algum folheto pequeno falando aí do prêmio, a gente pode também colocar nas bolsas dos participantes, que eu acho que é uma maneira também de difundir e cartazes também ao longo do processo conferencial. São cerca de 2 mil participantes, é 1.416 delegados, 300 observadores, enfim, mas se a ideia é difundir, acho que é uma oportunidade, a gente coloca o espaço também da conferência à disposição para essa divulgação. E aí a gente abre para inscrições, a gente sempre faz uma... Não sei como é que vocês estão de tempo, a gente faz uma rodada de inscrição e depois devolve para as respostas. Conselheira Marisa está inscrita. Eu peço sempre, Conselheira, que a gente inicie a fala dizendo o nome e o lugar de fala, o lugar da representação para que nossos convidados também tenham ciência. Obrigado.

Sra. MARISA RODRIGUES DA SILVA - Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS - Boa tarde, secretário. Marisa representando aqui os Gestores Municipais de Assistência Social, o CONGEMAS. Obviamente que toda a iniciativa que possa trazer para o usuário do Bolsa Família que está inserido no acompanhamento, principalmente aquele público prioritário da Assistência Social que nós atendemos no âmbito da proteção básica pelo PAEF, sem dúvida, é interessante. Agora, nós temos algumas preocupações, sabemos da relevância e da importância do programa no sentido de gerar mais possibilidades do alcance a uma capacitação, a uma

possibilidade de uma ocupação de trabalho. Eu não diria nem emprego, uma ocupação de trabalho para gerar uma renda e, então assim, aumentar a sua família, sem dúvida. A nossa preocupação é que existe, os senhores sabem que nós temos algumas dificuldades no âmbito dos nossos municípios com relação à informática e pelo o que a gente entende o programa, ele é bem sistematizado, entrando no site, etc. e tal. Então, vocês pensaram quando lançou o programa, porque em alguns, por exemplo, lá no nosso município, a gente está dando esse apoio no próprio Bolsa Família, em algumas áreas, inclusive, até no CRAS tem algumas famílias ou algumas pessoas que recorre a esse, mas nem todos nós temos. Pensaram nisso também, nessa proporção de expansão dessa logística funcional para que essa pessoa, esse beneficiário possa acessar essa tecnologia? Isso é um ponto. E o outro, chegou aqui no nosso zap que me incomodou bastante e eu gostaria de saber se isso que nós recebemos aqui tem procedência. Um blog aqui está noticiando concorra a 1 milhão escrevendo o seu município no prêmio progredir. Eu gostaria de saber se isso é oficial, porque se não for oficial, é bem estranho isso, porque é como se tivesse uma propaganda nacional, o município concorrendo, iniciativas, diz aqui. Concorra a 1 milhão escrevendo o seu município no prêmio progredir, iniciativa incentivará gestores a incluírem famílias de baixa renda no mundo do trabalho, prefeituras podem inscrever projetos até o dia 12 de janeiro. Então, dado como o senhor colocou tão bem a estruturação do programa, me parece que não cabe bem essa lógica promocional se expondo ridiculamente, me permite, desculpe dizer, o programa ou até mesmo o constrangimento da gestão diante os usuários. É um tal do blog, blog do SINCOV aqui está dizendo. Não é oficial, mas isso requer um olhar para que não possa estar aí, não sei de que interesse é isso, mas isso já está rodando e é preocupante, por que... Concorra a 1 milhão.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Ok. Obrigado, Conselheira. Conselheiro Leovane.

Sr. LEOVANE GREGÓRIO - Representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP – Boa tarde Conselheiros e Conselheiras e os secretários da Secretaria de Inclusão. Eu estou convencido que fazer programa nesse país é a coisa mais fácil do mundo. Sou Leovane, do Conselho Federal de Psicologia, representando os trabalhadores. Eu vejo que fazer programa nesse país é a coisa mais fácil do mundo. Coisa mais fácil do mundo é abrir programa, toda a hora a gente tem um programa novo aberto aqui. O problema é o seguinte, que os programas, na verdade, a gente não vê funcionar depois, 6 meses os bichos estão morrendo aí, porque, de repente, não tem gente para tocar. Esse programa nessa envergadura que é tem quantos ministérios tem ali? 6 Tecnologia, Educação, Trabalho. Eu queria conhecer o protocolo do

Ministério da Educação para esse programa. A gente queria conhecer, como é que o Ministério da Educação vai trabalhar nesse programa de fato. O que é, com relação a essa clientela do pessoal do Bolsa Família, de fato, como é que a gente vai lidar com isso? Porque eu estou convencido, por exemplo, eu viajei agora para o município de Porteirinha e a gente conversando, o município tinha 44 mil reais de ACESSUAS Trabalho. Eles não sabiam o que iam fazer com esse dinheiro lá, o município tinha 27 mil habitantes. Aí eu vejo um programa dessa envergadura chegar lá, se eles não estão conseguindo tocar uma ACESSUAS Trabalho, um negócio desse tamanho tinha um pessoal fazendo assessoria para eles capitarem recurso para poder fazer trabalhos de renda, que agora está na moda agora o seguinte, não precisa de emprego nesse país, precisa de renda, as pessoas precisam ganhar dinheiro porque, realmente, é o dinheiro que nos mantém, que se você tiver emprego não precisa, se você tiver renda você faz e se mantém. Então, eu fico muito preocupado quando a gente traz um programa dessa envergadura, desse tamanho e olhando para os municípios desse país, entendendo que ainda a clientela que está direcionada, por exemplo, são as pessoas do Bolsa Família e que tem problema de escolarização e aí tem o MEC aí dentro desse negócio, só que o cara não sabe ler, aí não tem jeito de, de repente, aprender uma profissão e aí não pode fazer a renda. Quer dizer, vai ficar no subemprego ou na sub renda. Então assim, tem uma lógica, a gente precisa discutir nesse país com relação a esse programa de acesso ao trabalho, à formação profissional, que não está colocado na roda. Lançam-se programas dessa envergadura que eu acho que é importante nesse país, mas não olha, de fato, a realidade e aí tem outro problema que eu acho mais grave, faz a formação, por exemplo, muitas das vezes oferece, bota os... com nozinhos aí no processo anterior e aí a formação que faz não dá, o cara não consegue emprego no município, porque na verdade, muitas das vezes, a formação é descolada das várias que existem no município, por exemplo, para o cara trabalhar. Quer dizer, oferece curso de manicure, quando precisa, de repente, do cara mexer em um trator, por exemplo. E aí, de repente, o curso do trator nunca aparece no município para o cara aprender e a área rural fica sem trabalhadores, por exemplo. Então, eu acho que na verdade, assim, a iniciativa é interessante, é (ininteligível 2:01:05) como eu estou dizendo, é muito tranquilo lançar programas dessa envergadura, mas quando eu olho para os municípios brasileiros, eu fico entendendo o seguinte, como é que isso, de fato, vai funcionar, operacionalizar, como é que é, por exemplo, o pessoal da Secretaria de Educação lá do município sabe desse Progredir e vai tratar esse Progredir lá, porque na verdade, a gente está, por exemplo, acabou de fazer um debate aqui de manhã sobre o Programa Primeira Infância e Criança Feliz, a gente ainda não viu ainda, por exemplo, a ação conjunta de educação, de saúde, no Criança Feliz e tem 1 ano

funcionando. Então, uma carta de princípio entre os 2 ministérios para poder fazer a atuação como deveria. Aí quando eu olho um negócio desses que tem 4, 5 ministérios tocando e possivelmente, eu queria conhecer as cartas, os documentos de cada ministério para esse programa, para que, de fato, a gente avalie o seguinte, olha tem uma certa perspectiva de funcionar, porque pelo o que vejo, se de repente, a gente, o ministério tem toda a boa vontade, pensa, estuda, vê determinadas demandas que são necessárias nesse país, mas a forma com que se cria, na verdade, a gente tem que parar de criar coisas de cima para baixo nesse país. Tem que ouvir os municípios, está aqui CONGEMAS, está aqui FONSEAS, que pode, de fato, opinar sobre um negócio, uma coisa desse tamanho. Porque senão, na verdade, nós temos um problema. Esse programa que está aqui, daqui 1 ano, vou marcar aqui agora, dia 23 de novembro, vamos avaliar daqui a 1 ano como é que esse programa está funcionando os municípios. Eu gostaria de errar na minha análise e na minha fala, mas acredito que pela realidade do país e como as coisas estão dadas, efetivamente é mais um programa que nasce com a possibilidade, de certa forma, os municípios não darem conta de tocar isso, porque não tem estrutura mínima para fazer isso funcionar. Era isso. Obrigado.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado Conselheiro. Inscrição agora da Conselheira Solange.

Sra. SOLANGE TEIXEIRA – SENARC/MDS – Eu já cumprimentei esse pleno, cumprimento aqui o Secretário Vinícius. É um prazer revê-lo. Eu só queria fazer uma observação, senhor presidente, são 16h30min. no último dia de nosso pleno eu preciso me ausentar, nós temos coisas para votar, nós precisamos de quórum. Nós temos que fazer algumas observações sobre a conferência e eu pediria que nós déssemos celeridade ao nosso trabalho, até porque eu não tenho previsão de ficar aqui até 7 horas da noite não, por favor.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira Mariana.

Sra. MARIANA DE SOUZA MACHADO NERIS – Diretora do Departamento de Proteção Social Especial/SNAS/MDS – Bom, boa tarde aos nossos convidados, Secretário Vinícius, Rodrigo. Gostaria de cumprimentar também a elaboração do programa. Eu sou Mariana Neris, estou Diretora da Proteção Social Especial na Secretaria Nacional de Assistência, representando aqui conselheiros governamentais e gostaria de falar da importância de um programa que para nós, na Assistência Social, os programas, eles vêm, justamente, para potencializar e qualificar a oferta dos serviços. Enquanto Diretora da

Proteção Especial, que nós temos 9 serviços e um programa no país para coordenar, o que chega muito para a gente é justamente as oportunidades que muitas vezes são tratados como porta de saída, mas eu não digo nem que são portas de saída, são oportunidades de vida, de projetos para públicos que, muitas vezes, ficam na invisibilidade. Então, eu gostaria de somar ao esforço do MDS em busca da visibilidade a grupos que estão invisibilizados, ainda que seja em uma iniciativa inicial de um programa de inclusão produtiva, de inclusão no mundo do trabalho, que pode ser pelas oportunidades de ensino, de acesso ao mundo do trabalho, ainda não sendo emprego, mas que há outras possibilidades de ingresso. Percebo também que os nossos públicos na proteção especial, muitas vezes, população em situação de rua, pessoas com deficiência, jovens, adolescentes, egressos de um sistema socioeducativo, muitas vezes, não teriam oportunidades. Então, a gente espera assim e deseja muito que esse programa, ele venha dialogar com esses públicos que estão na invisibilidade, como já foi apresentado aqui e que a gente deseja aí que, realmente, tenha essa importância e esse resultado que todos aqui esperamos. Acho que há um desabafo também por parte de alguns que, muitas vezes, não enxergam como possibilidade, mas nós viemos já de uma trajetória de que as oportunidades, elas vêm para dar a famílias, indivíduos, um recorte de determinados públicos, essas oportunidades que não teriam caso não houvesse o investimento. Agora, o que eu gostaria mesmo de solicitar é que a gente pudesse fazer um acompanhamento sistemático dessas metas, que a gente pudesse acompanhar enquanto Conselho Nacional e que a gente pudesse contar também com esse conselho em um olhar sobre o acompanhamento dessas ações, seja pela comunicação, como a Conselheira Marisa apresentou aqui, para a gente evitar também esse tipo de comunicação informal, ou eu digo até, desastrosa no sentido, inclusive, de minar uma proposta que é bastante interessante, gente que quer ver, realmente, destruir qualquer iniciativa. Então, a gente pudesse tratar com transparência as comunicações, a gente puder tratar também as comunicações com os usuários e com os nossos atores na rede e também para que os conselhos, não só o Conselho Nacional, mas os conselhos estaduais e municipais também consigam acompanhar a evolução desse programa. Obrigada.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigada Conselheira Mariana. Conselheira Luziana.

Sra. LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO - Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO – Boa tarde aos nossos convidados. Eu gostaria só de comentar que acho que qualquer programa como Bolsa Família, como qualquer outro, ele tem como meta que as pessoas, realmente, cheguem a se

capacitar, a ter autonomia e que não precisa mais depender do programa. Então, o Programa Progredir o outro que venha, nesse sentido, é o que a gente, realmente espera, que as pessoas evoluam, mas qual é a minha preocupação como foi colocada aqui, que a gente tenha mecanismo de acompanhamento desse projeto, porque se a gente olhar isso aqui é o cotidiano que está acontecendo nesse país. Isso aqui é um anúncio do sindicato lá de Pernambuco, do meu sindicato, chamando todos os fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais que começaram a ser demitidos em massa, que compareçam à reunião com o nosso sindicato e o nosso conselho que está se envolvendo para ajudar no que está acontecendo. Então, a gente começou uma etapa nesse país gravíssima, as pessoas estão sendo demitidas, porque é o que se queria com essa reforma trabalhista. A reforma trabalhista mal começou a vigorar, as demissões estão em massa, estão demitindo as pessoas, exigindo que as pessoas criem firmas individuais para serem contratadas e todo mundo sabia que era nisso que ia dar essa reforma trabalhista. Então, qual é a nossa preocupação? Estamos vivendo um momento como trabalhadores, como representantes dos trabalhadores, gravíssimo, nesse país. Então, eu acho importantíssimo qualificar, importantíssimo criar essa questão do empreendedorismo, mas eu acho que a gente tem que ter mecanismos de daqui para acompanhar o programa para ver se essas pessoas estão sendo qualificadas, capacitadas e elas não estarão sendo absorvidas no mercado de trabalho ou se houve alguma forma de viabilizar que elas sejam, porque diante de uma reforma trabalhista desse porte, dessa gravidade, os trabalhadores em uma situação caótica que estão, que eu acho que, diferentemente, do que o ministro disse ontem, vai ser um dos piores natais que os trabalhadores passarão. A gente precisa saber se um programa como esse vai ter um resultado eficaz ou não. Então, é uma das coisas que eu queria que a gente ficasse acompanhando o resultado desse programa para ver se realmente está dando empregabilidade a essas pessoas, que isso é importante a gente acompanhar. Obrigada.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Por fim Conselheira Renata.

Sra. RENATA APARECIDA FERREIRA – Diretora do Departamento de Proteção Social Básica Representante do Ministério do Desenvolvimento Social/MDS – Eu só quero, por fim, fazer algumas colocações que considero importante, que quando fomos acionados pelo Secretário Vinícius no olhar que se teve em relação à ACESSUAS, nós, juntos a gente já delineou esse cenário das dificuldades de acesso, por exemplo. Eu só quero lembrar que o ACESSUAS, o Progredir, ele vem, por que está aqui hoje? Porque ele vem em uma integração com o programa ACESSUAS. Todos sabem que o ACESSUAS está nos

municípios maiores. Então, a gente reconhece também no ACESSUAS as dificuldades em relação aos municípios de pequeno porte do próprio programa e a nossa iniciativa aí de continuar um diálogo, inclusive, ao longo de 2018 para discutir a questão do ACESSUAS no município de pequeno porte, considerando a diversidade de território como, por exemplo, a questão rural. Então, acho que é importante sinalizar isso que é uma discussão que a gente já está tendo, assim como evidenciar que nós estamos juntos com a SISP rodando os Estados. Então, dentro da lógica do apoio técnico do ACESSUAS, a gente tem feito essas escutas também para entender as necessidades dos Estados que aí o Secretário pode até falar um pouquinho mais, mas quero reiterar toda a nossa disposição, disponibilidade de estarmos juntos e integrados para fortalecer também o programa ACESSUAS que vem sendo, inclusive, penalizado nos últimos anos nessa questão orçamentária, mas que a gente está tecnicamente disposta a integrar e avançar. Obrigada.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado, então, conselheiros. Secretário fique à vontade para as suas exposições. Conselheira Raquel.

Sra. RAQUEL DE FÁTIMA ANTUNES MARTINS – Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – Eu sei que a gente está com o horário muito curto, eu vou ser bem breve. Eu também agradeço também a participação. Eu acho que enquanto conselheira, a gente sabe a importância que tem poder utilizar o espaço do conselho para debater programas. É um espaço de aperfeiçoamento muito significativo e pensando o BPC que é meu local, meu locus atual, existe uma percepção social de que boa parte dessas pessoas que tem dificuldades de inserção no mercado de trabalho hoje, poderiam daqui a 20 anos requerer um benefício, quando eu digo 20, se essas pessoas tivessem entre 30 a 40 anos, na idade ativa ou até pensando a idade ativa mais ampliadamente, daqui a 20, 30 anos elas poderiam ser candidatas a um benefício, que não fosse contributivo em um caráter de poder dar dignidade a pessoas idosas na perspectiva que tem hoje na Constituição. A minha preocupação é no sentido de pensa coletivamente aqui com vocês e de trazer que eu imagino que vocês devem ter pensado, mas o que leva, de fato, a essa volatilidade gigantesca de um público no mercado de trabalho, especialmente quando a gente pensa no mercado formal. Então, a gente pensa que o campo da proteção na previdência, é o campo ideal que a gente tem que incentivar as pessoas a estarem no mercado formal de trabalho, mas a gente sabe que é muito crescente o número de pessoas que estão no mercado informal e a entrada e saída do mercado formal. O mercado formal, ele tem exigências que alguns grupos de pessoas não conseguem ficar e quando penso no público

do BPC, penso não só em públicos variados, significativos de mulheres, de homens e pensando nas questões territoriais e regionais, mas também das pessoas com deficiência que tem hoje uma implicação com a questão da política de quotas, de uma lei de quotas que faz com que haja necessidade das empresas de contratarem essas pessoas, mas que, muitas vezes, elas não encontram no mercado de trabalho o ambiente ideal para que elas permaneçam lá e daqui a pouco também elas pediriam o benefício de prestação continuada. Então, considerando que há uma preocupação hoje com relação a gastos e a questão toda, vinculando o que são esses critérios de acesso ao BPC, essas pessoas que hoje entram, sem sombra de dúvida, há 30 e 40 anos atrás ou até menos do que isso, há 20 anos atrás, elas não tiveram a devida inserção e permanência no mercado de trabalho e por isso elas buscam o BPC em um momento que elas têm 65 anos de idade. Então, a gente precisa pensar e eu diria que eu imagino que quem tem que pensar isso é mais vocês, mas com a expertise que a gente tem também no departamento conhecendo o público do BPC e o perfil, que a gente precisa pensar, realmente, na capacitação. Eu concordo com o Conselheiro Leovane que é muito importante que a gente quando pense em política como o Progredir, que haja, de fato, a capacitação, porque sem educação e capacitação, a entrada e saída vai continuar existindo, não vai haver permanência e a gente vai continuar com um problema que pode impactar no futuro. Apenas como uma observação. Obrigada.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigada. Agora sim, Secretário.

Sr. VINÍCIUS - Secretário – Vou tentar ser bastante breve pelo adiantado da hora, mas primeiro nas questões que foram colocadas pela Conselheira Marisa, o que mais nos preocupou na fase inicial de desenho do plano e ressaltar que a gente já tem algumas ações que estão para ser colocadas em andamento, mas o plano, ele está em construção, a ideia é que ele fique, permanentemente, em construção, uma das grandes preocupações nossas era desenhar uma ação que não sobrecarregasse a rede de assistência. Então, nós queríamos oferecer opções, ofertas de serviços que pudessem ser usadas pela rede, mas que nós não sobrecarregássemos a rede, não déssemos mais, não propuséssemos mais atribuição. Então, justamente por isso, nós tivemos algumas limitações na forma como prestar esse serviço. A gente entende, a gente sabe que há várias restrições de acesso dos municípios menores pelas ações que nós desenhamos, mas o objetivo é que nós consigamos, primeiro, nós estamos trabalhando nisso, então, em etapas, em uma primeira etapa verificando a possibilidade de disponibilizar mídias off-line para municípios, o que já não vai ser, não vai viabilizar o acesso

de todos, mas vai expandir o acesso. Então, a ideia seria curso de qualificação, por exemplo, estaria disponível em um portal à distância, mas vários lugares não têm acesso à internet. Então, a gente disponibiliza mídia off-line e distribui essas mídias para que esses cursos possam ser feitos no nível local, não universaliza, mas já expande o acesso. Então, nós estamos tratando disso, mas a preocupação foi conseguir criar um canal de oferta dessas ações aos usuários sem que nós precisássemos sobrecarregar a rede, sem precisar pactuar um atendimento que fosse dar mais demanda para a rede. Então, justamente por isso, fizemos esse desenho inicial, estamos nesse momento, imagino que a questão da comunicação, a gente já tenha conseguido esclarecer, então, estamos neste momento, queria já puxar para as ponderações do Conselheiro Leovane no sentido de que nós estamos aqui também para construir as próximas ações do Progredir e nesse sentido, é muito bem-vindo que nós possamos ter oportunidade de apresentar o acompanhamento das ações do plano nas próximas reuniões, a gente precisaria verificar a sistemática disso, mas seria importante que nós fizéssemos isso justamente para colher as contribuições de vocês, mas em um primeiro momento nós desenhamos o plano progredir com ações que já estavam implementadas da Ciência e Tecnologia, do Ministério da Educação, do Ministério do Trabalho, como? Então, por exemplo, o Ministério da Ciência e Tecnologia tem os tele centros, lançou bolsa de agente de inclusão digital. Então, a bolsa de agente de inclusão digital tinha uma priorização do público do Bolsa Família na seleção dos bolsistas. Divulgação de dados de tele centro na ferramenta do MOPS que já uma ferramenta que tem uso na rede. São ações pequenas PRONATEC oferta voluntária, com 800 mil vagas lançadas no terceiro lote durante um período de pré-inscrição, era exclusivo para o público do Cadastro Único, nós trabalhamos uma divulgação junto à rede para promover essas matrículas. Foi o que nós conseguimos fazer. Só destacando que o progredir foi lançado em 26 de setembro. A gente está em processo de construção nisso e nós estamos aqui justamente para estabelecer esse diálogo, para criar esse canal, para colher o feedback e para poder desenhar as ações da maneira mais adequada possível para as realidades locais. A contribuição da mídia off-line, por exemplo, nós recebemos em uma reunião com o pessoal do Acre. Então, nós estamos nesse processo de diálogo, justamente para tentar ter ações que façam mais sentido para as realidades locais. Imagino que a gente possa apresentar nas próximas reuniões, havendo disponibilidade e o acompanhamento das metas, que entendo que a preocupação tanto da Mariana, quanto da Lidiana é nosso intuito, uma vez implementadas as ações, que a gente possa fazer o acompanhamento, o monitoramento contínuo disso para verificar a efetividade da ação e redesenhar as ações que tiverem maior ou menor efetividade. Então, isso está, de uma certa

forma, no nosso radar para poder fazer esse acompanhamento aqui. A questão da volatilidade, especialmente da entrada e saída de pessoas no mercado de trabalho é um fenômeno que nós precisamos entender, a princípio, entender melhor. A princípio, a gente imagina que ações de qualificação tem por objetivo essa geração de renda, essa inserção das pessoas no mercado de trabalho de maneira mais sustentável, de modo que elas consigam permanecer no mercado de trabalho e permanecer com oferta de emprego. Então, nós temos ouvido uma série de agentes do setor privado nessa linha. Identificado algumas habilidades que parece que são mais importantes para essa manutenção das pessoas no emprego e que não são o foco típico de ações de qualificação profissional, como por exemplo, habilidade sócio emocionais e outros cursos dessa natureza. Então, nós estamos estudando ainda como nós podemos colocar ações de qualificação nessa linha, mas a ideia é justamente promover a permanência dessas pessoas no mercado de trabalho. Assim, tentei ser o mais célere possível. Acho que só... Eu comentei alguns aspectos aqui do prêmio, mas só a questão de que é um convênio para apoiar o projeto que foi premiado para que o projeto possa ser expandido. Ele, inclusive, é na linha orçamentária do município, ele é um repasse para aquilo não é, evidentemente, um prêmio para ninguém, é um prêmio para a linha orçamentária do projeto. O município vai ser avaliado e aí a ideia é que o projeto receba o recurso, então, para a expansão do projeto e não para a pessoa.

Sra. ELCIMARA RANGEL LOUREIRO ALÍCIO - Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Isso mesmo que eu estou conversando com a colega aqui. O prêmio não é para a pessoa, para o usuário, é para o município que operacionalizar, fomentar, o Programa Progredir no seu território, no seu município, não é isso que eu entendi?

Sr. VINÍCIUS - Secretário – Isso, é para o projeto dentro do município.

Sra. ELCIMARA RANGEL LOUREIRO ALÍCIO - Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Então, para o projeto, para que o município fomente, implemente, não é isso? Então, é o município que será premiado. Ressaltando que o prêmio que o município vai receber é para ser utilizado com o programa no projeto.

Sr. VINÍCIUS - Secretário – No projeto, não é nem para o município, na verdade, ele é para o projeto.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Quero agradecer a presença do Secretário, dizer que ele é sempre bem-vindo, ele, Rodrigo, Secretário Adjunto. Dizer que a gente vai ter oportunidade de ter um delegado nacional também representante da SISP, Eduardo... foi indicado pela Secretaria e que também no âmbito da programação da conferência, a gente vai ter uma das oficinas, das 24 oficinas que vai se dedicar ao mundo do trabalho e essa oficina também vai ser conduzida em parceria da SNAS com a SISP. Então, agradecer a presença, dizer que a gente monta essa agenda. Acho que a Comissão de Política é que faz o acompanhamento mais, vamos dizer tête-à-tête dos programas que a gente tem e aí dentro do... A coordenadora da comissão é a Conselheira Maira, ela se programa para ter momentos de avaliação do programa e que a gente possa também compartilhar aqui no pleno. Está bom? Fazer uma saudação, Secretário?

Sr. VINÍCIUS - Secretário – Eu agradeço mais uma vez o convite. Estou à disposição, se alguém, em algum momento quiser esclarecer algum aspecto adicional, estou à disposição para responder. Agradecer mais uma vez. Obrigado.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Perfeito. Obrigado. A gente, então, segue na nossa pauta, eu peço que seja imediatamente, então, distribuído o relato da Comissão de Política e que a Conselheira Maira faça o relato. Conselheira Maira.

Sra. MAIRA LEILANE OLIVEIRA ALMEIDA - Representantes do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS – Vou fazer o encaminhamento, presidente, mediante a hora, tem também outra resolução aqui da comissão. E a gente leria só a resolução, depois volta para os relatos, ok? Das duas comissões.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Da comissão de benefícios e transferência de renda, não é isso?

Sra. MAIRA LEILANE OLIVEIRA ALMEIDA - Representantes do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS – Não, de política, depois a de benefício, a resolução, depois retoma para os relatos, pode ser? Então, mediante esse encaminhamento, vou fazer a leitura só do ponto 3, tá pessoal? Depois a gente retoma, porque Normas vai concluir o relato e passamos automaticamente para a Conselheira Edna. O ponto 3 da Comissão de Política trata da resolução que prorroga os prazos para o serviço de proteção social especial e aí eu trago, assim, essa resolução, de fato, não teve tempo hábil de passar na CIT, mas foi consultado os dois colegiados, tanto FONSEAS, como o

CONGEMAS. Então, considerando que não foi possível discutir no âmbito da Comissão Intergestora Tripartite, CIT, em novembro, a prorrogação dos prazos para a implantação da oferta municipal dos serviços de acolhimento institucional para crianças, adolescentes e jovens de até 21 anos definidos na resolução do CNAS número 23 de 2013 e implantação da oferta regionalizada dos serviços de proteção social especial, definidos na Resolução CNAS número 31/2013 pelo fato da reunião da CIT ter sido encerrada às 13 horas em função do FONSEAS e do CONGEMAS terem reuniões emergenciais com o Ministro do MDS e no Congresso Nacional sobre o orçamento do SUAS e considerando que em 2017 não haverá mais reunião da CIT e do CNAS, a Secretaria Nacional fez consulta aos dois colegiados e os mesmos se posicionaram favoráveis a prorrogação de prazos. Então, a Comissão de Política recomenda a esse pleno o seguinte encaminhamento: aprovação da resolução que prorroga o prazo para dezembro de 2018 para demonstração da implantação dos referidos serviços e anexa uma solicitação à Secretaria Nacional – MDS, de um relatório da atual situação dos municípios, Estados e DF em relação aos serviços de proteção especial, objeto dessa resolução, com a justificativa da não implantação, bem como, apresentação de um calendário de monitoramento e acompanhamento da implantação desse serviço no decorrer de 2018. Posso passar para a leitura já da Resolução? Ok.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Isso, depois da leitura da Resolução a gente faz os destaques.

Sra. MAIRA LEILANE OLIVEIRA ALMEIDA - Representantes do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS – Ok. O Conselho Nacional de Assistência Social, Resolução número de 2017, aprova a prorrogação de prazo para a demonstração da implantação dos serviços de proteção social especial. O Conselho Nacional de Assistência Social, no uso das suas competências no que confere o Artigo... Eu posso pular os considerandos, gente? Eu estou preocupada com o horário. Art. 1 aprovar a prorrogação do prazo para 31 de dezembro de 2018 para demonstrar a implantação e reordenamento da oferta de serviços de acolhimento institucional para crianças, adolescentes e jovens de até 21 anos, definidos pela Resolução número 23 de 27 de setembro de 2013 do Conselho Nacional de Assistência Social. 2º a implantação da oferta regionalizada dos serviços de proteção social especial definido por meio das Resoluções número 31 de 31 de outubro de 2013 e número 11 de 17 de abril de 2014 do CNAS. 3º processo de municipalização dos serviços de acolhimento estaduais, ofertado em município de grande porte ou metrópoles. Parágrafo único, o descumprimento do prazo previsto nessa resolução importará no cancelamento do repasse do

cofinanciamento federal correspondente. Art. 2º a demonstração da efetiva implantação do serviço de proteção social especial de que trata os incisos do Art. 1º se dará por meio do preenchimento do Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social, CADSUAS. Parágrafo Único, após a demonstração da efetiva implantação dos serviços, o cofinanciamento federal será reestabelecido no mês subsequente ao preenchimento do CADSUAS. Art. 3º os Estados deverão elaborar relatório de acompanhamento semestral da implantação do serviço de proteção especial, que tratam os incisos do Art. 1º na forma estabelecida pela Secretaria Nacional de Assistência Social. Art. 4º essa resolução entra em vigor na data de sua publicação. Fábio Bruni, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado. Conselheira Mariana tinha feito um destaque inicial. Não é na resolução. Tem uma plaquinha levantada ali. Conselheira Luziana, é isso? Conselheira Marisa.

Sra. MARISA RODRIGUES DA SILVA - Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS - Senhor presidente, na verdade, não seria propriamente nos destaques, porque inclusive, nós até já anteriormente tivemos essa leitura lá na outra comissão. O que nós queríamos colocar aqui aos senhores conselheiros, inclusive estou sendo porta voz aqui da nossa presidente Vanda, a forma como veio para este conselho esta resolução que, intempestivamente, conforme a justificativa aqui pautada pela comissão, de que realmente, naquele dia a gente teve alguns eventos extraordinários e que o CONGEMAS, ele continua insistindo na necessidade da importância do cumprimento das normativas do SUAS, onde as deliberações chegadas aqui no CNAS, elas devem ser baseadas e pautadas na CIT. Evidentemente, essa pauta não foi agendada na CIT, foi agendada do ACESSUAS. Tivemos lá a parte dela, da Renata, lá teve um momento que você colocou, houve daquela forma você colocou lá e foi apreciado, muito embora, não tinha, não estava pautado, mas foi acatado pela CIT e todos nos gestores, evidentemente, acordamos. O fato é que isso não vire rotina, eu sei, nós sabemos, nós não estamos aqui, de forma alguma, fazendo nenhum impedimento para prejudicar nem Estados, nem municípios, mas é preciso que nós possamos respeitar o cumprimento da institucionalidade do SUAS com relação a essas instâncias que são puramente importantes. Então, mesmo que não tivesse dado o tempo, naquele dia, mas nós estávamos a algumas horas aqui em Brasília e que podíamos, prontamente, estar reavaliando essa discussão. É só um ponto marcante para que isso não vire uma rotina nas próximas iniciativas. É só isso, senhor presidente.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira Mariana.

Sra. MARIANA DE SOUZA MACHADO NERIS – Diretora do Departamento de Proteção Social Especial/SNAS/MDS – Bom, queria agradecer a Comissão de Políticas por ter acatado a nossa solicitação de inclusão em pauta desta resolução, em virtude mesmo de não ter sido detalhada na reunião da CIT, embora ela tenha sido pautada, ela é ponto de pauta. No momento mesmo da reunião do FONSEAS que suspendeu a reunião da CIT pelo período da tarde, eu pedi a fala e pode buscar na gravação da reunião da CIT que eu pedi para, exatamente, apontar que nós tínhamos um conteúdo de um balanço do serviço de proteção especial com prazos que estavam por vencer e que a gente encaminharia às diretorias de CONGEMAS e FONSEAS, os calendários para que a gente pudesse coordenar essas datas diante da nossa preocupação com o monitoramento das implantações pelas dificuldades que tivemos tanto do ponto de vista da expansão municipal de 2013, como da regionalização da proteção especial pelos Estados. Então, aqui a gente está buscando contemplar as dezenas de solicitações que nós recebemos no monitoramento pelo Governo Federal no âmbito do departamento de proteção especial e buscando também acompanhar a municipalização das ofertas estaduais que hoje são realizadas nas capitais. A complexidade que existe hoje de capitais, de Estados que executam dentro da capital, serviços que já deveriam ser municipalizados e compreendendo todo esse processo de reordenamento. O que ocorre é que nós, então, na preocupação de não perdermos o prazo, porque embora esses serviços não estejam implantados, boa parte deles está com recurso suspenso, em virtude de a gente ficar lançando de um ano para outro, despesas que não estão sendo comprovadas no CADSUAS, a gente fica com um orçamento muito frágil. Então, a nossa preocupação em trazer para o conselho fazendo essa articulação ao longo desses últimos dias da reunião da CIT até hoje, foi justamente buscar compreender que não podemos cancelar esses recursos, porque nós estamos perante um cenário que dificilmente virão novos recursos de expansões para esse serviço. Então, a nossa preocupação foi esta, em nenhum momento foi a nossa intenção o desrespeito ao colegiado, muito pelo contrário, era justamente buscando o respeito com essa rede e acatando todas as solicitações que a gente buscou trazer ao conselho essa proposta. Entendemos que ao longo desse período foram feitos vários contatos por telefone pelo WhatsApp, inclusive, da nossa equipe com a própria presidente do CONGEMAS e o FONSEAS, buscando justamente unificar os prazos e o que nós estamos fazendo aqui não é trazer novos prazos, mas compatibilizar com o que já é pacto de aprimoramento da gestão.

Como pacto de aprimoramento da gestão aponta para um prazo de finalização de algumas rotinas e procedimentos que é 31 de dezembro de 2018, essa resolução, ela propõe a unificação desses prazos tanto para municípios, como para Estados e para o processo de municipalização. Então, a gente buscou trazer com mais transparência esses prazos para que a gente consiga monitorar ao longo do ano de 2018 e a única observação que eu queria fazer, presidente, em relação ao relato da comissão, é que ao MDS não cabe à implantação, justificar não implantação. Eu só queria, realmente, que a gente pudesse fazer um adendo a esse encaminhamento do item 3, da página 3 da comissão, porque o MDS pode apresentar um relatório a respeito do monitoramento que realiza no âmbito federal, mas eu gostaria de complementar, se for o caso, que a gente também possa fazer a mesma solicitação ao FONSEAS e ao CONGEMAS sobre a evolução das implantações, que FONSEAS e CONGEMAS apresentem as justificativas de não implantação como é o caso aqui. A gente pode apresentar, enquanto monitoramento do MDS, mas que as justificativas de não implantação sejam apresentadas pelos colegiados. Obrigada.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira Maira, coordenadora quer esclarecer antes de a gente passar para as próximas inscrições?

Sra. MAIRA LEILANE OLIVEIRA ALMEIDA - Representantes do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS – Na realidade, Mariana, a gente não está pedindo que o MDS... O MDS não vai fazer o monitoramento também junto com os Estados? Então, nesse monitoramento, inclusive existe uma câmara técnica já na CIT sobre essa temática que precisa retomar, na realidade, ela não chegou a se reunir, é importante a retomada dessa câmara técnica e o que nós... E a estatística, trazer para cá quais são os Estados, se os Estados... porque eu sei também de municípios que fizeram o aceite, receberam, fizeram o plano e devolveram, mandaram ofício dizendo que não quer mais implantar. Eu sei de municípios que fizeram isso. Então, vocês têm também uma justificativa de algum, porque vocês mandaram, não é o que você justifique porque o município não implantou, quais foram as justificativas que os municípios e Estados deram para a não implantação, é nesse aspecto e por que nós pedimos um calendário de monitoramento. Não adianta prorrogar o prazo de mais um ano para os Estados e municípios se a gente não tiver um monitoramento dessas implantações. Por que os municípios não implantaram? Será que é porque o recurso é insuficiente? Será por que não tem capacidade técnica? Por que os Estados não implantaram? Então, esse acompanhamento que nós estamos solicitando do MDS, porque

a gente vai dar um prazo de mais 1 ano, se não tiver um acompanhamento do MDS junto aos Estados e os Estados junto aos municípios, a gente vai ter um prazo e não vai ter implantação. É nesse aspecto, certo? Não é que vocês tenham que justificar não, a gente pode até melhorar o encaminhamento, mas o que foi discutido, inclusive, nós estamos aqui, a Elcimara faz parte dessa comissão e o que foi discutido foi nesse aspecto. Obrigada.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheiro Luís Otávio.

Sr. LUÍS OTÁVIO PIRES DE FARIAS - Diretor do Departamento de Gestão do SUAS/SNAS/MDS – Foi exatamente um esclarecimento, a gente acabou entrando em um outro tema. A minha fala aqui é em relação ao ponto levantado pela Conselheira Marisa e abordado pela Conselheira Mariana também. Então, só acho que compreendo que na conjuntura que a gente vive, o zelo pelas instâncias de pactuação, de deliberação dentro do SUAS, é importantíssimo, mas acho que também, talvez pelo impacto do contexto que a gente vive, acho que, às vezes, as reações são mais intensas do que o necessário e acho que, às vezes, fica todo mundo muito armado. Então, queria deixar bastante claro. Esta questão, ela foi sim ponto de pauta da CIT, como a CIT encerrou mais cedo, nós não cobrimos todos os pontos, mas estava pautado na CIT, inclusive com o aviso de que era ponto para a pactuação de mudança de prazos, como a CIT terminou mais cedo e era a última CIT do ano, última reunião do CNAS também e os prazos dizem respeito ainda a 2017, a possível solução que nós encontramos era trazer a proposta para a resolução do CNAS de forma combinada com o CONGEMAS e FONSEAS. Então, isso não é a mesma coisa que passar por cima de instância de pactuação, isso é tentar achar de forma conjunta uma solução para um problema. Eu quero... ontem também teve uma troca de e-mails entre o grupo de secretários e o MDS. E eu queria até aqui relatar a minha mensagem final aqui para a Vanda, para os demais secretários e aí eu vou ler aqui o e-mail que eu enviei ontem sobre essa questão. Cara Vanda e demais secretários, quando reordenamos a pauta da CIT falamos que havia proposta de pactuação de prazo no ponto da PSE, mas é natural que no contexto daquela reunião isso não tenha ficado fixado na memória dos participantes. Quanto à comunicação, é isso mesmo que você falou, Vanda, a Karoline só conseguiu naquele dia entrar em contato com você pelo zap, mas te enviou a proposta de resolução para análise, teve a confirmação do recebimento e trocou mensagens contigo. Neste caso, não vi necessidade de oficiar o CONGEMAS para tratar o assunto. Acho que alguns diálogos e consultas entre nós não precisam desta formalidade, mas posso estar errado. Caso o colegiado prefira, podemos adotar maior formalidade em todas as

ocasiões, embora eu, realmente, pense que o tipo de relação que temos não exige sempre isso, mas como disse, posso estar errado. De toda a forma, a proposta de resolução é para beneficiar os próprios municípios com dilatação de prazo de implantação dos serviços, evitando o cancelamento e devolução de recursos. Fico muito tranquilo quanto à ideia de levarmos isso ao CNAS sem ter havido pactuação prévia na CIT, visto que a proposta de resolução só seria, efetivamente, submetida ao Conselho se houvesse concordância do CONGEMAS e FONSEAS. E fico ainda mais tranquilo porque a prorrogação de prazo não traz nenhum benefício para o Governo Federal. Então, eu acho que sim, as comunicações, elas foram um pouco atropeladas, mas elas ocorreram e em momento algum houve qualquer intenção por parte nossa de passar por cima da instância de pactuação.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado Conselheiro até sei que a gente está com pressa, mas deixei que esse debate fosse feito porque eu acho que ele é da maior relevância. Acho que a gente tem mesmo que estar atento e legitimando sempre as instâncias de pactuação e de deliberação como sempre foi à prática da SNAS na condução dessas instâncias. Eu pergunto, então, se a gente está esclarecida sobre essa resolução? Essa resolução não demanda quórum qualificado, eu pergunto, então, se tem alguma objeção a essa resolução? Ok, a resolução está aprovada. O que a gente tem agora mesmo? Agora a gente vai direto para a resolução proposta pela Comissão de Benefícios e Transferência de Renda sobre a prorrogação de prazo para cadastramento dos idosos e das idosas... Eu tenho gostado... Que portaria? Não, é uma recomendação nossa para que seja prorrogado, que foi a proposta da Comissão de Benefícios. Ok.

Sra. EDNA APARECIDA ALEGRO - Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI – Minuta de resolução. Resolução CNAS número de 2017. Dispõe sobre a prorrogação do prazo para a inclusão no Cadastro Único para programas sociais, CADUNICO dos beneficiários, pessoas idosas, que recebem benefício de prestação continuada. A plenária do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, em reunião ordinária realizada nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 2017, no uso da competência que lhe conferem o Art. 18 da lei número 8.742 de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e considerando o Decreto número 8.805 de 7 de julho de 2016 que alterou o Decreto 6.214 de 26 de setembro de 2007, que regulamenta o Benefício de Prestação Continuada, BPC devido a pessoa com deficiência e ou idoso que trata a Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993, considerando a portaria interministerial MDSA/MP/MF número 2 de 7 de

novembro de 2016 que estabelece o cronograma para a inscrição dos beneficiários no Cadastro Único e que o prazo final de inclusão da pessoa idosa é 31 de dezembro de 2017, considerando as dificuldades apontadas neste conselho Nacional para a inserção e atualização de beneficiários no Cadastro Único por parte das gestões municipais, considerando o curto prazo para a finalização da inclusão de idosos beneficiários do BPC no Cadastro Único, Resolve, Art. 1º recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Social a publicação de portaria, de prorrogação do prazo relativo à inclusão das pessoas idosas beneficiárias do BPC no Cadastro Único. Art. 2º o prazo para a inclusão dos beneficiários no BPC deve ser prorrogado até o final de 2018, de forma a garantir a inserção sem que afete o direito de manutenção ao benéfico. Fábio Moassab Bruni, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado conselheira. Tem algum destaque na resolução? Conselheira Solange.

Sra. SOLANGE TEIXEIRA – SENARC/MDS – Eu submeto a esse colegiado que esse documento não seja uma resolução, até porque a portaria está pronta para ser assinada, que seja um ofício, uma carta tratando do tema, até com mais ênfase do que uma resolução. Porque, na realidade, é uma resolução de recomendação. Não há um efeito prático, jurídico da coisa. A outra coisa, não sendo acatada essa sugestão, aqui dispõe sobre o prazo para a inclusão no Cadastro Único para programas sociais de pessoas que recebem benefício da... Agora, reitero que o ofício surte o mesmo, até mais o efeito, uma vez que, podemos até se julgar entendimento, uma carta assinada por todos nós, não só pelo presidente, mas todos nós podemos pegar carta, como um abaixo assinado mesmo, dando mais peso. Só isso.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira Marisa.

Sra. MARISA RODRIGUES DA SILVA - Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Senhor presidente, eu só queria recordar que esse assunto, ele foi inclusive discutido na CIT. A CIT, inclusive, eu acho que os demais membros aqui da Secretaria podem até tecer algumas considerações e quando nós estivemos com o ministro, ele reforçou também essa deliberação lá da CIT, já para tomar as providências da publicação do decreto, de uma portaria e decreto, porque já existe uma portaria, já existe uma portaria, já existe um decreto, me parece, ou é portaria, já designando

isso com a expansão desse prazo e faria apenas uma portaria para reajustar essa data para 2018 incluindo, inclusive, pessoas com deficiência, que já está lá. Então, eu só queria ressaltar que me parece que esse percurso já está em andamento lá dentro da secretaria e dizer também a esse pleno que a nossa presidente Vanda encaminhou um Ofício 423 para a Secretária Carmem, nesse sentido, solicitando esclarecimento referente tanto à nota, quanto à publicação deste decreto. Portanto, eu não sei se caberia... A iniciativa é importante do conselho da comissão a preocupação que eu me somo a ela também. Nós somamos também a preocupação dessa iniciativa vinda da comissão pela Conselheira Edna, porque é importante que a gente possa ter esse zelo, esse cuidado em proteção a esses beneficiários que lá não conseguiram ainda nesse prazo hábil, juntamente com a gestão, fazer esse procedimento com relação ao BPC, a informação do BPC. Então, portanto só para concluir...

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira, eu estou entendendo que está só reforçando o encaminhamento da Conselheira Solange, de a gente fazer esse documento tal como fez o CONGEMAS no ofício, é isso?

Sra. MARISA RODRIGUES DA SILVA - Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS - Não, dizer o seguinte, eu gostaria de saber da Secretaria Nacional se já foi providenciado este decreto ou esta portaria, porque isso já foi...

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – A gente teve o informe ontem Conselheira.

Sra. MARISA RODRIGUES DA SILVA - Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Eu não sei se caberia à resolução em si, ou se um ofício como nós fizemos, entendeu? É só... exatamente, concordando com a Conselheira Solange em face de tudo isso que eu disse.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Então, a gente tem aí duas propostas de encaminhamento, uma da comissão, outra a Conselheira Solange fez a reflexão e está referendado, então, pelo CONGEMAS. Conselheira Edna quer...

Sra. EDNA APARECIDA ALEGRO - Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI – Só pesando que a gente já aprovou, que seria uma resolução. Já consta aí em tudo. Aqui mesmo nesse plenário hoje.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Aprovamos quando houve a leitura do relato da Comissão de Benefícios e...

Sra. EDNA APARECIDA ALEGRO - Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI – Sim gente, a gente está cansada, mas... Está na degravação, calma lá, vamos lá. Só o texto que não estava pronto, por isso que estamos lendo o texto agora, senão não ia ter resolução agora, porque a comissão já passou. Vamos lá, gente. Só um minutinho, por favor, deixa eu só ter uma sequência. Quando o ministro esteve aqui, ele falou, mas ele falou algo também, “*ah, não vamos falar agora que vai prorrogar*” e o Conselho está agora, neste momento aqui e dezembro chegou aí. Precisa sim, de um posicionamento deste conselho, se é resolução, se fica ruim como resolução. Para mim é resolução mesmo e pronto. A resolução recomenda que... Se ele vai fazer ou não, quando ele vai fazer, pelo seguinte, nós tivemos vários relatos de idosos que estão indo na fila à noite para poder... Gente, pessoa com deficiência é até 31 de dezembro de 2018. Então, não tem problema hoje com eles, o que nós estamos querendo é que a data seja a mesma para os dois, idosos e pessoas com deficiência. Agora, se quiserem mudar para...

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira, tem um pedido de fala da coordenadora de regulação do SUAS, acho que a gente pode ouvi-la, até porque esse é a nossa questão aqui, de ter resolução, de não ter.

Sra. KAROLINE AIRES – Diretora Substituta do Departamento de Gestão do SUAS e Coordenadora Geral de Vigilância e Regulação do SUAS – É só uma consideração ali na própria ementa, se a resolução for ficar, porque o conselho, ele não tem competência para estabelecer o prazo, então, ele dispõe sobre recomendação de prorrogação do prazo. Só essa consideração mesmo.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado Dra. Karoline. Eu acho que a gente pode manter o encaminhamento que estava na memória da comissão, submeter essa resolução ao pleno, faria essa... Já tinha anotado também essa adequação na ementa e acho que no Art. 1º a gente não

deve recomendar que o MDS publique a portaria, uma vez que não tem como o MDS publicar uma portaria alterando um prazo de uma portaria interministerial. Então, recomendar que o ministro, enfim, tem que indicar que ele tem que se articular com o Ministério do Planejamento e Fazenda que são os outros Ministros que dispõe aí sobre o prazo. Então, eu faria essas adequações, aí eu queria só que fizesse essas adequações, a gente faz a leitura da resolução.

Sra. MARISA RODRIGUES DA SILVA - Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS – Só para complementar, que eu aprendi uma coisa na minha vida, sobretudo na gestão, que eu acho que a gente deve sair sem dúvida. O que eu quero colocar só para a Conselheira Edna que nós não estamos discordando de forma alguma, inclusive, nós discutimos isso e eu concordei em alguns pontos lá na comissão. A senhora sabe da nossa posição. A questão é que como já tinha tido aprovado na CIT, como já foi recomendado o próprio Ministro falou, então, subentende que a Secretaria Nacional estaria tomando essas providências, só esse cuidado nesse sentido, mas não estou aqui, de forma alguma discutindo contrariamente isso não. Isso aqui reforça, inclusive, como o próprio Conselheiro Leovane falou agora, que eu concordo com ele e isso a resolução vai dar uma visibilidade até para fora, externo, não tenha dúvida. É só essa questão, eu espero que a senhora entenda que a gente não está discutindo o mérito, só a forma.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – A gente mudou a redação conselheiros, eu não vou deixar que a gente não faça a leitura da redação final. Conselheira Edna, por favor, a gente está com a resolução com as alterações propostas pelo pleno, você pode fazer a leitura?

Sra. EDNA APARECIDA ALEGRO - Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI – Alteração na ementa da Resolução. Dispõe sobre recomendação de prorrogação de prazo para a inclusão no Cadastro Único para programas sociais, CADUNICO de pessoas idosas que recebem o Benefício de Prestação Continuada – BPC. A outra alteração é no Art. 1º não é? Recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Social envidar esforços no sentido de garantir a prorrogação do prazo relativo à inclusão das pessoas idosas beneficiárias do BPC no Cadastro Único.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Ok, o plenário está esclarecido? Tem alguma objeção a essa resolução?

Ok, então, está aprovada essa resolução. Agora falta uma nota conjunta. Quem que vai fazer a leitura?

Sra. MAIRA LEILANE OLIVEIRA ALMEIDA – Representantes do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS – Bem gente, boa tarde mais uma vez. Nós não lemos, só esclarecendo aos Conselheiros, a gente nem leu as comissões, a gente está aqui só nas matérias que precisam de voto. Houve uma comissão conjunta, Comissão de Políticas com a Comissão de Acompanhamento de Conselhos. Está sendo distribuído, tá pessoal? E contamos com a participação, ou com convidados, vários convidados para essa pauta, mas o que diz respeito aqui foi uma nota conjunta sugerida pelo CONANDA, representada por Lucimara Cavalcante, que se encontra aqui no pleno, onde ela... deixa eu abrir aqui, gente, só 1 minuto. Foi sugerido pelo CONANDA aprovação pelos 2 conselhos CNAS e CONANDA de uma carta conjunta de defesa aos direitos das crianças e adolescentes migrantes e refugiados. O painel que foi tratado onde surgiu essa necessidade dessa nota conjunta foi um painel onde se tratou sobre o papel da Assistência Social no acolhimento de refugiados e imigrantes. Tivemos vários convidados e foi apresentado nesse painel o trabalho desenvolvido pela Secretaria Nacional de Assistência Social, como também os relatórios de órgãos internacionais. E o CONANDA também participou com uma apresentação sobre a situação das crianças. Eu não sei se a gente pode ler a nota também pessoal, ou vocês acham, presidente, que o encaminhamento seria encaminhar para os e-mails para possíveis contribuições e... Essa nota, ela vai ser também aprovada e feita algumas considerações pelo CONANDA, apesar de ter sido construída com participante das duas comissões e a representação do CONANDA nesta reunião. Então, eu trago aqui para o pleno a possibilidade da aprovação dessa nota e se não for possível fazer a leitura para as considerações nesse pleno, que seja encaminhada para os e-mails. Agora, isso tem que ter uma celeridade, uma vez que o CONANDA vai ter uma reunião da sua mesa diretora e vai ser apresentada essa carta. Então, o que eu... Fiz o encaminhamento, vice-presidente, o que nós vamos fazer? Pode ser lido, dá tempo fazer a leitura para a discussão?

Sra. ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS – Vice-Presidente do CNAS/MDS - Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA – Fora do microfone.

Sra. MAIRA LEILANE OLIVEIRA ALMEIDA - Representantes do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS – Então, encaminharia...

Sra. ROSÂNGELA MARIA SOARES DOS SANTOS – Vice-Presidente do CNAS/MDS - Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA – Gente assim, Conselheira Maira está trazendo o encaminhamento para nós, para esse pleno, a gente garante em que tempo é que a gente dá essa contribuição, que a gente se compromete em dar contribuição para que o CONANDA também possa levar esse diálogo para lá?

Sra. MAIRA LEILANE OLIVEIRA ALMEIDA - Representantes do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS – Tem um outro encaminhamento, se nós vamos aprovar a nota conjunta. Porque aí é um fato, aprovou a nota conjunta, encaminha-se a nota para as considerações para que os conselheiros possam dar as suas contribuições em tempo hábil.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira Mariana.

Sra. MARIANA DE SOUZA MACHADO NERIS – Diretora do Departamento de Proteção Social Especial/SNAS/MDS – Eu entendo que pelo nosso tempo hoje, a gente não teria como debater ponto a ponto da nota e, realmente, é uma nota de bastante relevância. O que eu gostaria é que a gente tivesse mesmo um pouco mais de tempo para debruçar sobre os dados, sobre as informações, embora a nota esteja bastante detalhada, no caso de principalmente trabalhar a questão da forma, da nota, para que ela tenha uma linguagem assim, mais no sentido da comunicação para os compromissos que a gente quer, enquanto conselhos de direitos, apoiar e avançar na garantia. Então, a minha... Eu tenho concordância de que nota seja enviada por e-mail, mas com o prazo para ser encaminhadas as contribuições e a gente finalizar enquanto Conselho para encaminhamento ao CONANDA.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Perfeito, a gente pode...

Sra. MAIRA LEILANE OLIVEIRA ALMEIDA - Representantes do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS – A reunião do CONANDA é dia 7, não é isso Lucimara? E tem outra questão também, como se trata de uma nota conjunta, também poderá ter algumas modificações do próprio CONANDA... Pronto, então, vocês vão discutir na mesa diretora. Então, antes do dia 30 e o CONANDA também vai fazer as suas considerações e possivelmente teria que o conselho ficar ciente dessas mudanças também.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Acho que a gente pode fazer isso se o prazo... A gente mandaria hoje e fica até o dia 28? Eu recomendaria a gente ajustar esse prazo a menor, até porque assim, esse tema está mais fresco aqui na cabeça, o pessoal teve esse debate na Comissão Conjunta. Então, o tema está mais fresco e mais fácil de a gente recolher contribuições até terça-feira e depois... Até segunda-feira. Pode ser? A gente fica um pouco mais ajustado nesse prazo.

Sra. MARIANA DE SOUZA MACHADO NERIS – Diretora do Departamento de Proteção Social Especial/SNAS/MDS – A quem, então, enviaremos as contribuições? A coordenadora da comissão ou ao CNAS? Ao CNAS para compilar? Só para ajustar esse... As duas.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – É porque tem uma questão de fluxo mesmo, de fluxo e dos preparativos que a gente tem que organizar para a Conferência Nacional. Eu vou pedir um acordo entre a gente.

Sra. MAIRA LEILANE OLIVEIRA ALMEIDA - Representantes do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS – Então poderia encaminhar para as duas coordenadoras, vamos assim, dar essa contribuição, não encaminharia, porque essa reunião foi conjunta e a gente dialoga. Pode ser assim?

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Perfeito. Então, a gente mandaria, então, para a conselheira Maira e para a Conselheira Luziana para consolidarem aí essas contribuições. Perfeito? Obrigado. A nota, a Secretaria Executiva manda agora para todos os conselheiros e já faz o indicativo de... está bom? Isso, com o consolidado. Está bem. Agora, a gente tem que discutir algumas questões referentes à Conferência Nacional, primeiro dizer para vocês daqueles nomes que a gente definiu no pleno passado de palestra, de tudo, eu acho que a gente vai conseguir viabilizar a Conferência Magna do Frei Beto, daqueles nomes que a gente tirou para cada um dos eixos, a gente tem confirmações no eixo 1, no eixo 2 e no eixo 3 e estamos com dificuldades de ter a confirmação do eixo 4. A gente teve a reunião da comissão organizadora e estamos propondo para o pleno que a gente convide o senhor José Rodrigues para fazer apresentação do eixo 4. A gente já teve 7 negativas para falar sobre o eixo 4. E aí, como ele é uma pessoa que, seguramente, virá para a conferência, enfim, tem uma legitimidade dentro dos fóruns de secretários, é uma figura conhecida e eu acho que a gente ganharia com a

apresentação dele. Pode ser? E a Conselheira Renata também quer falar um pouco da iniciativa do painel que, inclusive, está como ponto de pauta dessa reunião, o painel... Fala já, por favor, conselheira.

Sra. RENATA APARECIDA FERREIRA – Diretora do Departamento de Proteção Social Básica Representante do Ministério do Desenvolvimento Social /MDS –

Rapidamente, quero resgatar que nós encaminhamos na reunião da Comissão de Políticas do mês de setembro, compartilhamos as ações da proteção social básica e nelas, um balanço sobre um projeto em parceria com a SEPPIR. Esse projeto tem como objetivo construir um caderno de orientações que possa tratar da questão da igualdade racial no SUAS. Compartilhando a iniciativa, nós tratamos da importância de ter uma sensibilização e uma mobilização da nossa rede anterior a essa orientação técnica, trazendo como pauta a questão do racismo institucional. Na oportunidade, a comissão acatou e foi sugerido pela própria comissão que nós conduzíssemos uma espécie de campanha com lançamento na Conferência Nacional, campanha digital, hashtag. Então, a ASCOM do nosso ministério, junto com a ASCOM da SEPPIR construíram a hashtag, o material de divulgação, que é um folder e mais alguns materiais complementares, que foi submetido à comissão pela coordenadora Marcela, na última terça-feira, em que a comissão nos ajudou a aprovar o conteúdo, deu sugestões, contribuições. Então, esse lançamento vai ser conduzido na conferência. O objetivo é efetivamente, trazer a questão do racismo institucional em pauta. Então, nós vamos fazer o lançamento da hashtag, distribuir o material de divulgação em folder, fazer uma mobilização, enfim, que não posso falar muito senão perde a graça, mas a ideia é que a gente tenha materiais de informativos técnicos que é o formato que a proteção básica já tem adotado para tratar de algumas questões, especialmente, de públicos, de diversidade de públicos, como fizemos no informativo dos povos ciganos e de outros povos, que a gente possa fazer um informativo, esclarecendo toda a questão, trazendo dados, informações, que evidenciem a importância de se enfrentar o racismo institucional na nossa rede. Então, é um compartilhamento, porque estava na nossa pauta e dessa forma, a gente está aí conduzindo o lançamento da campanha na conferência. E aí eu já quero adiantar aqui que fomos também procurados pela representante... E agora, Mariana? A Conselheira Tatiane que nos procurou enquanto área técnica da SNAS para que a gente colocasse em pauta a questão da transfobia já que temos aí dentro do nosso calendário anual, o dia de luta, se assim pode chamar e de enfrentamento a transfobia no Brasil, que é 29 de janeiro. Então, eu quero trazer aqui para o conselho, já que foi o próprio conselho que ratificou a campanha do SUAS sem racismo, para

que a gente torne essa campanha, uma campanha permanente ao longo do ano de 2018, em caráter digital e que a cada mês a gente vire o tema a ser tratado. Então, por exemplo, lançamos na conferência a questão do racismo institucional, dando foco na questão da igualdade racial, trazendo a questão do negro junto com a SEPPIR, em 29 de janeiro, a gente vira a campanha para discutir também com informativos, informações digitais para o enfrentamento a transfobia e assim a gente vai fazendo um planejamento ao longo do ano. Então, acho que é esse um compartilhamento necessário aqui com esse pleno até para que a gente possa ter aí uma adesão e uma acolhida dessa campanha na Conferência Nacional. Eu me coloco à disposição.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Conselheira Mariana.

Sra. MARIANA DE SOUZA MACHADO NERIS – Diretora do Departamento de Proteção Social Especial/SNAS/MDS – Quero só reforçar as palavras da Diretora Renata, da importância que nós temos dessa temática racial. Este ano, particularmente, foi um ano onde nós fizemos vários encontros de escuta dos usuários, dos movimentos sociais, das organizações, seja em virtude dos povos e comunidades tradicionais na fronteira, tivemos o Pan-Amazônico, estamos amadurecendo para as metodologias específicas de atendimento. Então, trazer as campanhas de sensibilização, elas vêm hoje reforçar também a necessidade que nós temos de fortalecimento de metodologias, de ampliação na intersetorialidade e da visibilidade dos povos e grupos tradicionais, mas também desses grupos que estão sem visibilidade, estão invisibilizados na nossa rede. A transfobia, como foi apontada pela Conselheira Tatiane, é um assunto também novíssimo para nós na proteção especial e que nós temos a intencionalidade de trabalhar no início do ano de 2018, também uma oficina para aprofundarmos a questão da discriminação por LGBT, mas também a questão do racismo que hoje vem com toda a força, já é um debate que nós temos feito no âmbito da proteção especial dos grupos que hoje sofrem violência, que são atendidos pelo PAEF, pelo centro pop e nos serviços de acolhimento, hoje vem com toda a força. Hoje a gente pode dizer que os usuários da proteção especial são, na sua maioria, negros e que sofrem violência e discriminação racial e que nós temos um compromisso e um dever de aprofundarmos, de avançarmos nessa temática. Então, nós apoiamos essa campanha e que possamos dar grande visibilidade na nossa conferência.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Obrigado conselheira. De fato, acho que a campanha vem a calhar, acho que é um momento mesmo de a gente tratar desse tema. Acho que tem tudo a ver com o tema da garantia de direitos. A logomarca ficou muito bonita, inclusive. Então, parabenizar a organização pela ação que vai ser desenvolvida na conferência.

Sra. RENATA APARECIDA FERREIRA – Diretora do Departamento de Proteção Social Básica Representante do Ministério do Desenvolvimento Social/MDS – Quero só lembrar que a campanha, ela reforça as iniciativas no âmbito da proteção social básica, na lógica de a gente estar trazendo para a discussão o caráter preventivo, a função preventiva da proteção social básica. Então, isso está dentro das nossas ações no plano decenal.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Perfeito. Conselheiro Luís Otávio.

Sr. LUÍS OTÁVIO PIRES DE FARIAS - Diretor do Departamento de Gestão do SUAS/SNAS/MDS – Presidente, queria dar um informe fora de tempo, mas queria compartilhar aqui no conselho que no dia de ontem foi assinada a portaria que institui o núcleo nacional de educação permanente do SUAS. Então, e que na composição do núcleo, a gente vai officiar o Conselho Nacional, mas na composição do Núcleo nós temos representação de trabalhadores e representação de usuários também e a representação de usuários, segundo está posto na portaria, será uma indicação feita pelos conselheiros nacionais representantes de usuários. Então, os conselheiros nacionais representante de usuários é que farão a indicação do representante dos usuários no núcleo de educação permanente. Não precisa ser um conselheiro nacional. O conselheiro nacional fará a indicação, se achar que é um conselheiro nacional que deve estar lá, sem problema, se achar que é uma outra pessoa... E a representação dos trabalhadores será uma indicação da mesa de gestão do trabalho, da bancada de trabalhadores na mesa de gestão do trabalho do SUAS, ok? Depois a gente vai enviar a portaria, eu peço que circule a Portaria 190. Então, e nós estamos também fechando já a lista das 24 oficinas da Conferência Nacional. Acho que já pela hora e tudo, não vou passar aqui, ler as 24, mas vamos enviar para o CNAS também. Aí eu peço que seja divulgado entre os conselheiros. E queria colocar que, embora, não esteja lá que as oficinas, elas são uma responsabilidade, estão sobre coordenação da Secretaria Nacional, mas nós fizemos uma opção de ter o maior número de oficinas possível que fosse coordenada pela própria sociedade. Então, nós teremos oficina do fórum de trabalhadores, oficina do fórum de

usuários, teremos oficina de povos e comunidades tradicionais que a gente convidou a conselheira Elisa para coordenar, teremos sobre população negra, que a gente convidou a Conselheira Clátia, sobre pessoas com deficiência, que a gente convidou a Conselheira Edna para junto com a Conselheira Carmen organizar. É claro que, enquanto Secretária, nós estaremos presentes em todas as oficinas, mas a gente quer que seja fundamentalmente um espaço de encontro e de vocalização da própria sociedade. Obrigado. A Mariana me lembrou que tem sobre população em situação de rua também.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – A gente vai ter a lista completa. Eu não sei se essa lista pode ter também essas indicações da composição de quem está liderando, até porque é importante para a gente no Conselho Nacional ter essa referência, porque as pessoas perguntam, querem saber e a gente já teria como indicar isso bem facilmente. Conselheira Mariana.

Sra. MARIANA DE SOUZA MACHADO NERIS – Diretora do Departamento de Proteção Social Especial/SNAS/MDS – Então, eu só queria aproveitar também, já que o Conselheiro Luís Otávio pediu a palavra para fazer um informe fora do tempo, eu também tenho um informe fora do tempo que eu circulei no grupo dos conselheiros, que hoje saiu à sanção da lei da adoção, que é Lei 13.509 de 22 de novembro de 2017 e que nós hoje podemos comemorar a articulação que foi feita para que esse projeto de lei pudesse ser aprovado no Congresso e ter a sanção presidencial com alguns vetos e como eu também posicionei no grupo, acho importante registrar que houve um respeito em relação ao processo de reordenamento do serviço de acolhimento, houve uma compreensão dos tempos de emissão de relatórios, de trabalho das equipes de referência e a gente até achou que não daria tempo de fazer uma intermediação e a gente conseguiu interceptar o projeto ainda na presidência, conseguimos apresentar os vetos e os vetos foram acatados, inclusive com as fundamentações que nós apresentamos foram registradas no veto. Então, a gente fica muito contentes em saber que avançamos na garantia de direitos para crianças que estão afastadas do convívio familiar por algum motivo, as possibilidades de adoção reais, mas sem o estrangulamento da rede da Assistência Social, que era a nossa grande preocupação com esse projeto de lei. Então, a gente celebra hoje esse projeto de lei também agradecida por todas as contribuições daqueles que puderam conosco unir esforços aí. Então, nós, a Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, conseguimos fazer essa construção. Então, eu queria fazer também um registro especial aqui a nossa querida Juliana Fernandes que foi bastante batalhadora nesse processo e a nossa equipe da proteção especial, junto com a

regulação da SNAS conseguiu produzir em tempo muito recorde essas modificações ao texto da lei.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Muito boas notícias trazidas aí pelo Conselheiro Luís Otávio e Conselheira Mariana. Quero agradecer e parabenizar o trabalho dos dois, ambos colocam informações muito interessantes e que, enfim, respaldam aqui o trabalho que a gente tem feito. Senhores, quero combinar com vocês que a gente vai circular por e-mail, todas as memórias que ficaram pendentes de leitura, essas memórias vão ser oficialmente aprovadas no mês de fevereiro, na primeira reunião do ano, mas como ao final de cada memória a gente a proposta de pauta de cada comissão, a gente vai circular e aí, em relação a proposta de pauta de cada comissão, a gente vai dar um destaque, se houver discordância, aí peço que se manifestem, que aí eu converso com cada coordenador, se não houver discordância, a pauta é aquela, que está ali sugerida, que enfim, ainda não é do nosso conhecimento. Então, eu só peço atenção em especial à parte da proposta de pauta, uma vez que a memória é aprovada oficialmente só em fevereiro. Então, eu quero agradecer conselheiros, Secretaria Executiva, todo mundo que esteve presente, acho que foi uma das reuniões mais densas de conteúdo, a gente teve muitas apresentações sobre temas muito diversos e acho que a gente conseguiu ter um bom resultado aí em todas elas. Acho que a gente sai daqui muito mais preparado e fortalecido para ter uma 11ª Conferência Nacional de Assistência Social muito qualificada. Então, quero agradecer aí a plenária, desejar...

Sra. MARIANA DE SOUZA MACHADO NERIS – Diretora do Departamento de Proteção Social Especial/SNAS/MDS – Eu sei que tá todo mundo ansioso para dar tchau, mas é porque a gente esqueceu aqui de mencionar que o relato também que ficou para fevereiro foi da reunião conjunta da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos e Comissão de Normas. É porque a gente debateu no ponto de pauta da Maria Amélia no informe da Diretora Maria Amélia ontem aqui, mas ele não foi registrado pelo relato da comissão.

Sr. FÁBIO MOASSAB BRUNI – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS/MDS – Todos os informes, as memórias que não foram oficialmente aprovadas nesta reunião, a gente vai ter esse encaminhamento de circular e de a gente fazer aprovação final em fevereiro. Então é isso. Bom descanso para os conselheiros, a gente segue em contato

intenso pelo WhatsApp, acho que é semana grande de mobilização e espero vocês aqui daqui a 10 dias para a nossa Conferência Nacional de Assistência Social. Muito obrigado e até lá.